

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E IMAGENS DE D. SEBASTIÃO: A
CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL LAICO E CRISTÃO**

SANDRA REGINA FRANCHI RUBIM

**MARINGÁ
MARÇO/2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E IMAGENS DE D. SEBASTIÃO: A CONSTRUÇÃO DE
UM IDEAL LAICO E CRISTÃO**

Tese apresentada por SANDRA REGINA FRANCHI RUBIM, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a TEREZINHA OLIVEIRA

Coorientadora:

Prof.^a Dr.^a MARIA TERESA SANTOS

MARINGÁ
MARÇO/2016

SANDRA REGINA FRANCHI RUBIM

**EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E IMAGENS DE D. SEBASTIÃO: A CONSTRUÇÃO DE
UM IDEAL LAICO E CRISTÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos (Coorientadora) –
UÉ/IFP/Portugal

Prof. Dr. André Luiz Paulilo – UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Ângela Mara de Barros Lara – UEM

Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – UNIT/Aracaju

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes – UEM

MARINGÁ
MARÇO/2016

Dedico este trabalho à minha família: meu esposo Paulo Henrique e meus filhos, João Matheus e Luís Felipe. Muitas vezes, eles se doaram para que eu pudesse concluir mais essa etapa da minha vida. Quero dizer que essa conquista não é só minha, mas nossa. Tudo que consegui só foi possível mediante o amor, o apoio e a dedicação que vocês sempre tiveram por mim. Juntos, ultrapassamos obstáculos, conquistamos vitórias e dividimos alegrias. Agradeço pela paciência e compreensão com que enfrentaram minha ausência durante essa longa jornada.

AGRADECIMENTOS

É de Facto evidente que este homem em concreto pensa, pois nunca chegaríamos a procurar saber o que é o intelecto se não pensássemos; nem quando procuramos saber o que o intelecto é de nenhum princípio mais procuramos saber senão daquele pelo qual pensamos (TOMÁS DE AQUINO, c. III, § 61, 1999).

O professor infunde conhecimento no aluno não no sentido – numérico – de que o mesmo conhecimento que está no mestre passe para o aluno, mas porque neste, pelo ensino, se produz passando de potência para ato um conhecimento semelhante ao que há no mestre (TOMAS DE AQUINO. *Sobre o Ensino*, Art. 1, resp. obj. 6, 2005).

Acredito que devemos exercitar a gratidão. Em nossa caminhada terrena, muitas pessoas trazem algo de bom, que, às vezes, até nos passa despercebido. Neste momento, busco, em minha memória, aquilo que me traz alegria e esperança: olhando para trás, sei que não estive sozinha. Tenho muito a agradecer.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, meu amigo fiel e verdadeiro. Agradeço por ter me dado o intelecto, que me permite aprender. Ele foi minha fortaleza e o meu auxílio nos momentos difíceis. Deus me supriu com muitos anjos-amigos que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram nessa trajetória em busca do conhecimento. A Ti, toda a honra e toda a glória!

Agradeço à minha mestra-orientadora, Terezinha Oliveira, que infundiu em mim a possibilidade do conhecimento (e ainda continua). Com sua competência, dedicação e amizade, ela me apresentou condições intelectivas para aprender. Devo-lhe grande parte da formação, intelectual e humana que conquistei até aqui. Minha gratidão é imensa!

Agradeço à minha coorientadora, Maria Teresa Santos, que muito contribuiu para meu crescimento intelectual e pessoal. Com ela, tal como com a professora Terezinha Oliveira, aprendi que o conhecimento nos torna sábios e humildes. Agradeço pelo seu carinho e acolhimento durante meu estágio em Portugal, pelos nossos passeios e cafés, em momentos em que eu estava me sentindo muito só. Muito obrigada!

Agradeço à minha família, esposo e filhos, pela cumplicidade, companheirismo, carinho e respeito. Agradeço por estar sempre torcendo pelas minhas conquistas; pelo apoio e incentivo incondicional. Obrigada por ter suportado, em silêncio, meu mau humor e cansaço. Muito obrigada!

Agradeço à minha grande amiga Maria. Com sua simplicidade e sabedoria ela me ouviu, aconselhou, cuidou e nunca duvidou da minha vitória. Sempre esteve na brecha da oração por mim. Muito obrigada!

Agradeço ao meu pai, Natalino, aos meus irmãos, Seila e Heberon, e à minha cunhada Célia, os quais me incentivaram a continuar marchando. Aos meus sogros que, por muitas vezes, cuidaram dos meus filhos e do meu esposo durante as viagens para os eventos e congressos. Muito obrigada!

Agradeço aos meus amigos Luiz e Paula pelas traduções em inglês. Agradeço minhas amigas Gilslaine e Stela pela grande ajuda em detalhes da formatação. Agradeço a todas pelo carinho e pela amizade. Muito obrigada!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que participaram da minha formação em Educação, sobretudo àqueles com quem fiz disciplinas: Ângela Mara de Barros Lara, Célio Juvenal Costa, César de Alencar Arnaut de Toledo, José Joaquim Pereira Melo, Maria Cristina Gomes Machado, Mário Luiz Neves de Azevedo, Terezinha Oliveira. Nesse programa, tive a oportunidade de participar de muitos eventos, simpósios, cursos de extensão, os quais muito contribuíram para minha formação. Muito obrigada!

Agradeço ao Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de meu estágio em Portugal, junto ao Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) - Évora-Portugal. Nessa universidade, fui acolhida com muito respeito e atenção. Tive oportunidade de participar de disciplinas com as professoras Fernanda Olival, Maria Teresa Santos e Maria de Deus Beites Manso, bem como de muitos eventos em diferentes departamentos. Agradeço também, de forma especial, pelo carinho

da D. Patrícia que me atendeu com muita solicitude na Biblioteca da Universidade de Évora, no Colégio Espírito Santo. Muito obrigada!

Agradeço aos professores que aceitaram participar da minha banca de qualificação: André Luiz Paulilo, Ângela Mara de Barros Lara, Cristiano de Jesus Ferronato e Sezinando Luiz Menezes. Agradeço pela leitura séria e ética do meu trabalho e pelos valiosos contributos para sua cientificidade. Muito obrigada!

À professora Silvina Rosa, que revisou esse trabalho como muito carinho e profissionalismo. Muito obrigada!

Agradeço aos amigos que passaram pela minha vida nesta fase, seja na Universidade, em meu local de trabalho, seja em Portugal. Uns foram e outros permaneceram. Foram muito bons os momentos de partilha e companheirismo. Muito obrigada!

Aos funcionários da secretaria do PPE, Hugo e Márcia, pelo modo prestativo e eficiente com que sempre atenderam às minhas necessidades acadêmicas. Muito obrigada!

Às demais pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho ou participaram da minha vida, e que, porventura, eu tenha esquecido de agradecer.

Muito obrigada a todos!

Bem-aventurado o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire conhecimento. Porque melhor é a sua mercadoria do que a mercadoria de prata, e a sua renda do que o ouro mais fino. Mais preciosa é do que os rubis; e tudo o que podes desejar não se pode comparar a ela. Aumento de dias há na sua mão direita; na sua esquerda, riquezas e honra. Os seus caminhos são caminhos de delícias, e todas a suas veredas, paz. É árvore da vida para os que a seguram, e bem-aventurados são os que a retêm.

(BÍBLIA. PROVÉRBIOS, cap. 3, vs. 13-18).

RUBIM, Sandra Regina Franchi. **EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E IMAGENS DE D. SEBASTIÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL LAICO E CRISTÃO**. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Terezinha Oliveira - DFE/UEM. Coorientadora: Maria Teresa Santos - UÉ/IFP/PT. Maringá, 2016.

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo refletir como nas imagens de D. Sebastião, rei português do século XVI, está representado o ideal de um rei laico e, ao mesmo tempo, cristão. De nosso ponto de vista, um elemento importante para a realização desse intuito era a educação, que também se fazia pela imagem. Percebemos que as imagens e a literatura tinham fins pedagógicos e evidenciavam a indissolúvel relação entre os projetos de formação da pessoa e os da política. Entendemos que a linguagem imagética oportunizava a formação de uma mentalidade coletiva de novos conceitos, bem como valores morais, sociais e políticos, necessários ao momento. Dessa perspectiva, o recorte temporal de estudo abarca o período que vai do nascimento à morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, ou seja, desde 1554 a 1578. Seleccionamos, assim, do universo simbólico do Portugal moderno, algumas imagens de representação social desse monarca, as quais, incentivadas pela Igreja e pelo Estado monárquico, povoaram e firmaram raízes no imaginário coletivo. Analisamos a imagem desse rei como representação do cristianismo e da constituição do Estado português e, portanto, como representação do ideal de governante entre o medievo e a modernidade. Nesse momento de crise política que exigia que o Estado fosse organizado com base em um ideário de rei, disseminou-se a crença mítica de que um rei iria governar como cavaleiro-cruzado, tornando possível a continuidade da Dinastia de Avis. A análise da relação entre educação, arte e imagem é apresentada em cinco seções. Na primeira, a introdução, apresentamos a estrutura geral da pesquisa. Na segunda, analisamos a relação da linguagem imagética com a educação e discorremos também sobre nossos pressupostos teóricos: a história das mentalidades, as representações coletivas e o simbólico, a história de longa duração e os métodos iconográfico e iconológico de apreciação imagética. Com base em uma formulação conceitual e histórica, na terceira seção, abordamos como se deu a constituição do Estado Moderno luso nos fins da Idade Média, procurando perceber a influência da conjuntura econômica, política, religiosa na formação intelectual de D. Sebastião. A quarta seção é dedicada à análise específica da seleção de imagens de D. Sebastião. Procuramos analisar a função educativa que perpassava a veiculação dessas imagens e a possibilidade de construção de um modelo ideal de rei. Na quinta seção tecemos as considerações finais. A abordagem metodológica é a da História Social e a da História da Educação, as quais oferecem a oportunidade de compreendermos as produções humanas, em especial a linguagem imagética e a educação, como resultantes das múltiplas vinculações articuladas pelas relações sociais em sua totalidade. Consideramos, desse modo, que a análise da imagem, como uma das formas de expressão do homem, permite-nos compreender como se construíam as relações e, por conseguinte, as práticas formativas.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; Estado Moderno Português; Linguagem Imagética.

RUBIM, Sandra Regina Franchi. **EDUCACIONAL, HISTORY AND IMAGES FROM D. SEBASTIAN: THE BUILDING OF BOTH SECULAR AND CHRISTIAN IDEALS.** 255 f. Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Coorientadora: Maria Teresa Santos UÉ/IFP/PT. Maringá, 2016.

ABSTRACT

This research aims to reflect as in Sebastian pictures king Portuguese of the sixteenth century, it is represented the ideal of a secular king and at the same time, Christian. From our point of view, an important element for achieving this goal was the education that, in this case, it was also the image. We realize that the images and literature had educational and evidenced the indissoluble link between the person training projects and policy. We believe that in this sense the imagery language provided an opportunity the formation of a collective mentality of new concepts, as well as moral, social and political, are necessary for the moment. From this perspective, the time frame of the study covers the period from birth to the death of King Sebastian in Alcazarquivir, ie from 1554 to 1578. We selected thus symbolic of Portugal Modern universe, some social representation of images this monarch, which, encouraged by the Church and the Monarchy State, settled and signed rooted in the collective imagination. Analyze the image of this king as representative of Christianity and the establishment of the Portuguese State and therefore, as a representation of the ruler ideally between medieval and modern. In this time of political crisis, which demanded that the state was organized in a king's ideas, he has spread the mythical belief that a king would rule as a knight-crusader, making possible the continuity of the Avis Dynasty. The analysis among education, art and image is presented in five chapters. In the first, the introduction, we presented the research design. In the second, we analyze the relationship between image language and education and discuss the theoretical elements: the history of mentality, the collective representations, the symbolism, the long term history and the iconographic methods and iconology methods for image evaluation. Based on conceptual and historical formulation, we analyze how the Modern State Constitution luso in the end of Idade Média, looking for analyzing the influence of economic conjecture, politics, religion in the formation of D. Sebastiao. In the fourth part, we dedicated the analysis to the D Sebastiao images. We looking for analyze the education function that used veiculation of images and possibilities of construction in the ideal king model. In the next part, we present the final considerations. The methodological approach is the Social History and the History of Education, which offer the opportunity to understand human productions, especially the imagery and language education, as a result of the multiple linkages articulated by social relations in their entirety. We believe, therefore, that the image analysis, as one form of expression of man, allows us to understand how built relationships and therefore the training practices.

Key words: Education; History of Education; Portuguese Modern State; Pictorial Language.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Visão de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique (1139).....	145
Figura 2. Iluminura de António de Holanda. Nascimento de D. Sebastião	159
Figura 3. D. Joana, princesa de Portugal, 1557	168
Figura 4. D. Sebastião, rei de Portugal, com 7 anos de idade, 1561.....	173
Figura 5. D. Sebastião rei de Portugal, 1562.....	176
Figura 6. Camões lendo os Lusíadas a D. Sebastião	183
Figura 7. Rei Sebastião de Portugal, 1565	185
Figura 8: D. Sebastião, 1571	194
Figura 9: Dom Sebastião I de Portugal, 1575.....	205
Figura 10: Sucesso do segundo cerco de Diu.....	212
Figura 11: Tesouros sarmentinos. Meio alqueire de D. Sebastião, 1575.....	214
Figura 12. D. Sebastião - 500 Reais - Engenhoso	221
Figura 13: Mosteiro dos Jerónimos ou Mosteiro de Santa Maria de Belém.....	226

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. IMAGEM E EDUCAÇÃO: O OLHAR DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E SEUS DESDOBRAMENTOS	31
2.1. A RELAÇÃO DA LINGUAGEM IMAGÉTICA COM A EDUCAÇÃO	33
2.2. HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E SUAS INTERFACES	38
2.3. HISTÓRIA DA LONGA DURAÇÃO E A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E CADÊNCIA	48
2.4. OS MÉTODOS ICONOGRÁFICO E ICONOLÓGICO	52
3. RAÍZES MEDIEVAIS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO SEBÁSTICO	66
3.1. FORMAÇÃO DO ESTADO MONÁRQUICO EM PORTUGAL	68
3.2. QUADRO ECONÔMICO E POLÍTICO DA DINASTIA DE AVIS	83
3.3. <i>O DESEJADO</i> : DO NASCIMENTO À MORTE EM ALCÁCER QUIBIR	98
3.3.1. Formação laica e cristã de D. Sebastião para a governança do Reino	101
3.3.2. A questão sucessória do governo de D. Sebastião	119
4. ANÁLISE DA IMAGEM DE D. SEBASTIÃO: A CONSTRUÇÃO DE SUA REPRESENTAÇÃO COMO REI LAICO E COMO REI CRISTÃO	131
4.1. A INFLUÊNCIA DO RENASCIMENTO E DO ESTILO MANEIRISTA NA ICONOGRAFIA QUINHENTISTA	149
4.2. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS COMO POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE GOVERNANTE LAICO E CRISTÃO	155
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	235
ANEXOS	252

1. INTRODUÇÃO

Centrando-nos na questão da formação do homem e considerando as distintas manifestações humanas, salientamos a linguagem imagética como uma possibilidade educativa que se institui para expressar ideias e sentimentos. Por entender que essa linguagem acompanha as mudanças históricas e, conseqüentemente, a forma de viver em sociedade, definimos como objeto de pesquisa as imagens de D. Sebastião, rei português do século XVI, nas quais estão representados, ao mesmo tempo, dois ideais de rei: o laico e o cristão¹. O objetivo é analisar essas imagens nas dimensões mental e material, observando a construção desse ideal régio e a interligação das esferas laica e cristã. Nosso recorte temporal de estudo abarca o período entre 1554 e 1578, respectivamente anos de nascimento e morte do rei, ocorrida em Alcácer-Quibir.

¹ Esclarecemos, pois, que os aspectos laico e cristão do poder régio são inerentes ao governante desse tempo histórico. No século XVI, o cristianismo estava entranhado no universo mental e social dos homens, especialmente na Europa Ocidental. Portanto, não constitui uma especificidade de Portugal. Em 313, por meio do Edito de Milão, a religião cristã foi reconhecida pelo Imperador Constantino (272-337 d. C.). O Imperador Teodósio I (347-395 d. C.-, morto em 395, decretou o cristianismo como religião oficial. No século VI, o papado se aproximou dos reis francos, ligados de forma definitiva a Roma pela conversão de Clóvis (466-511) em 511 ao cristianismo católico romano. Assim, nos séculos seguintes, a realeza franca tornou-se a principal aliada e o braço político da Igreja papal. O ápice desse processo de aliança entre papado e reis francos ocorreu no século VIII, com a sagração dos reis francos pela Igreja de Roma (LE GOFF, 1983). Esse legado fez parte da mentalidade cristã durante o governo de D. Sebastião.

Tendo em vista o significado e a função das representações² simbólicas na sociedade entre o medievo e a modernidade, selecionamos para análise algumas imagens da representação social do rei D. Sebastião. Impulsionadas pela Igreja e pelo governo monárquico, tais imagens povoaram e firmaram raízes no imaginário coletivo³, fazendo parte do universo simbólico de Portugal nesse tempo. O poder monárquico, como forma fundamental de constituição social, deveria ser visto, sobretudo, pela dimensão simbólica do político. O discurso régio corresponderia à ordem institucional baseada nas leis laicas e religiosas do reino, ou seja, nas representações do poder monárquico, expressas em símbolos, nos quais as vontades coletiva seriam identificadas e reduzidas à pessoa do monarca. De nosso ponto de vista, as imagens, nesse contexto, expressavam essa intenção.

Identificamos a seguir algumas das imagens selecionadas. Do manuscrito *Sentenças para a ensinança e doutrina do príncipe D. Sebastião* (1554), de André Rodrigues de Évora (1510-1575), analisaremos a Iluminura de António de Holanda, na qual está retratado o nascimento de D. Sebastião. Das obras do pintor holandês, Hieronymus Cock,

² Representação pode ter vários sentidos em português. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare*, que significa tornar presente ou apresentar de novo. No latim clássico, seu uso é quase inteiramente reservado para objetos inanimados e não tem relação alguma com pessoas representando outras pessoas. Segundo Pitkin (2006), a expansão da palavra *repraesentare* começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais representavam a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Outro exemplo seria o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Para Chartier (2002), a categoria de representação seria a pedra angular das distintas formas pelos quais o homem, em consonância com a diversidade social e cultural, dá sentido a seu mundo. Em outros termos, seria o modo como o homem percebe e compreende sua sociedade e a própria história. As representações do mundo social são as formas e os motivos que traduzem os interesses e as posições dos indivíduos como atores sociais que, paralelamente, descrevem a sociedade de tal forma que pensam que ela é ou como desejariam que fosse. Por meio das representações simbólicas, sejam elas signos linguísticos ou figuras mitológicas e da religião ou conceitos do conhecimento científico, os sujeitos históricos informam as distintas modalidades de percepção e de apreensão do real. A representação pode tanto abranger uma realidade quanto a ausência dessa realidade. Ginzburg (2001), influenciado por Chartier (2002), analisa esse termo mostrando essa ambiguidade de compreensão. Para ele “[...] por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85). Estamos, pois, diante de um conceito repleto de polissemias e sem um significado fixo. Esclarecemos, no entanto, que, em razão da complexidade dessas abordagens, optaremos pelas representações coletivas ou sociais. Entendemos que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados de uma perspectiva coletiva, mas sem ignorar o indivíduo. Trata-se de uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social. As representações sociais são construídas a partir de representações mentais examinadas na esfera individual. As representações mentais constituem a matéria prima das representações sociais. Essas categorias mentais seriam aquelas que, dotadas de alcance coletivo, transcendendo a experiência individual, correlacionam-se com a realidade vivida e, assim, tendem a fornecer e estruturar padrões e modelos normativos aplicáveis à sociedade. Para Bourdieu (1989), por sua vez, as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas não possuem autonomia diante delas.

³ Designamos como categorias mentais (imaginário) aquelas que, dotadas de alcance coletivo, transcendendo a experiência individual, correlacionam-se à realidade vivida e tendem a fornecer e estruturar padrões e modelos normativos aplicáveis à sociedade. De nosso ponto de vista, pois, imaginário seria o conjunto de toda e qualquer construção mentalmente estruturada que se efetiva nas relações sociais, mediante a visão de mundo que possibilita a apropriação do real.

separamos o retrato do infante em 1561 quando tinha apenas 7 anos de idade. Das pinturas régias de Alonso Sanches Coello, elegemos dois retratos do monarca: um com 8 anos e outro com 21 anos de idade. Outro importante pintor sebástico foi Cristóvão de Morais, do qual selecionamos dois célebres retratos, respectivamente com 11 e 17 anos de idade, ambos apresentando o rei em pose real e metafórica. Do estilo alegórico, escolhemos uma iluminura de Jerónimo Corte Real, encontrada na obra *Sucesso do segundo cerco de Diu*. Além das imagens régias, apreciaremos o quadro do mito fundador de Portugal, ou seja, o da visão de D. Afonso Henriques (1109-1185) na batalha de Ourique (1139).

Antes de fazermos apontamentos mais específicas sobre nossas fontes, consideramos importante mencionar dois aspectos de nossa trajetória de formação, tanto teórica quanto humana, os quais foram fundamentais para a realização do trabalho.

Primeiramente, mencionamos a contribuição do *Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação nas épocas Antiga e Medieval* (GTSEAM), da Universidade Estadual de Maringá. Esse grupo, do qual fazemos parte desde nosso ingresso no Mestrado, sob a liderança da historiadora da Educação Terezinha Oliveira, tem tomado a História, especialmente a Antiga e a Medieval, como ponto inicial para estudos na área de Educação. O resultado tem sido considerável para a área da História da Educação, no que tange às épocas da Antiguidade e da Medievalidade. Contrapondo-se ao desapego atual pelas grandes narrativas do desenvolvimento histórico, assim como ao desinteresse pela leitura dos autores clássicos (o novo de hoje torna-se o velho de amanhã), a proposta do grupo é investigar o passado e entrar em contato com as experiências e conhecimentos dos homens que viveram antes de nós. Considera-se que essa é uma forma de nos tornar aptos para contribuir para o nosso presente e, ao mesmo tempo, deixar algo para as gerações futuras. Em suma, observamos que esse grupo permite dar legitimidade e representatividade aos campos da História da Educação e da História.

Olhamos para o passado para entender nossas raízes, nossos costumes, nossa cultura, ou seja, o sentido de homem e de sociedade em sua totalidade⁴. Nessa afirmação, ecoa a reflexão de Bloch (2001) sobre a relação entre o presente e o passado. Para ele, o presente e o passado completam-se reciprocamente, interpenetram-se, suas conexões de inteligibilidade têm sentido duplo: “[...] A incompreensão do presente nasce fatalmente da

⁴ Compactuamos com o conceito de totalidade de Oliveira (2008). Para a autora, o conhecimento de outros momentos históricos deve ser visto “[...] em sua totalidade, ou seja, ao longo de suas trajetórias e não apenas sob um de seus aspectos” (OLIVEIRA, 2008, p. 11). Portanto, ao estudarmos um fenômeno histórico precisamos olhar para as conexões entre o econômico, político, religioso.

ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65). O conhecimento do presente estrutura-se como importante para se conhecer o passado, já que existe “[...] na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer” (BLOCH, 2001, p. 65). Por meio do passado, da história e da memória, pode-se retomar a memória individual e coletiva desse fundo permanente que dá continuidade à civilização. Por isso, o autor propõe uma educação da sensibilidade histórica, uma educação para um conhecimento mais amplo do que o homem produziu e produz.

Entendemos, portanto, que, pelo conhecimento, podemos alcançar a emancipação intelectual. Esta não nos deixa na posição de servidão, conduz-nos para ações que primam pelo bem comum, para escolhas nessa direção e não somente para relações de pessoalidade, de interesses próprios. Essas proposições, pois, organizam-se como o cerne dos debates teóricos do GTSEAM.

Em segundo lugar, mencionamos o Estágio de Doutorado em Portugal, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). As bolsas de estudos desse programa visam a formação de docentes e pesquisadores de alto nível em universidades consagradas em âmbito internacional, como é o caso da Universidade de Évora. A bolsa foi conseguida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde realizo o doutorado. Em Évora, tivemos a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Santos, investigadora do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e membro do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS).

Entre 01 de outubro de 2013 e 31 de janeiro de 2014, frequentamos disciplinas ministradas pelas Professoras Fernanda Olival, Maria Teresa Santos e Maria de Deus Beites Manso; fizemos pesquisas na Biblioteca Nacional de Lisboa, bem como nas bibliotecas de Coimbra e de Évora. Coletamos códices, selecionamos material iconográfico, livros e artigos, entre outras fontes que contribuíram de forma considerável para nosso trabalho. Sem contar que a própria cidade de Évora constitui uma fonte material: nela o rei D. Sebastião viveu, despachou muitos documentos de seu governo, participou de touradas, etc. Realizamos também uma visita ao *Monasterio de las Descalzas*

*Reales*⁵, em Madrid, Espanha, onde está concentrado um rico material iconográfico da historiografia sebástica, cujas obras foram financiadas pela mãe do monarca, Joana de Áustria (1535-1573).

Enfim, esse estágio, além de ter sido fundamental para a realização do trabalho, favoreceu a articulação de um projeto de investigação em rede, de interesse para as duas instituições, principalmente, no que concerne à contribuição do intercâmbio internacional para a formação de estudantes.

Passamos agora a descrever as principais fontes utilizadas neste trabalho investigativo. Cotejaremos crônicas e outros textos literários e historiográficos produzidos em diferentes momentos com o material iconográfico a respeito do monarca no período. Ao estudar as múltiplas fontes sobre a história sebástica, deparamo-nos com um material essencialmente ufanista, cujo intuito foi forjar, de forma intencional, uma imagem idealizada de governante. No entanto, encontramos também o reverso desse posicionamento: alguns cronistas e historiadores revelaram a humanidade do jovem monarca, com suas virtudes e vícios. Como historiadora da área da Educação, nosso olhar se dirige para o momento histórico desse rei e procuraremos abordá-lo como homem de seu tempo. Evidentemente, nosso olhar se revela também carregado daquilo que pensamos e do local onde estamos. Desse modo, nosso posicionamento se dá no sentido de nos aproximarmos, por meio das autoridades às quais damos voz e relevância, das ações desse governante e daqueles que o rodeavam em resposta às necessidades de seu tempo, em concordância ou não com as responsabilidades que lhes eram atribuídas naquele momento, naquelas condições materiais e intelectuais.

Muitas obras a respeito desse Príncipe destacaram-se ao longo da história. Dentre as crônicas quinhentistas, mencionamos a *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, atribuída ao frei franciscano Bernardo da Cruz (1541-1579), cuja primeira edição foi publicada por Alexandre Herculano e António da Costa Paiva, em 1837. Do século XVII, temos a obra de D. João de Castro, intitulada de *Discvrso da vida do Rey Dom Sebastiam*. Essa obra pretendia ser uma biografia do rei D. Sebastião, abordando sua vida antes e depois de Alcácer Quibir, em uma linguagem de exaltação, de apologia da figura e da ação desse

⁵ O Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação, de monjas de clausura da Ordem de Santa Clara, foi fundado em 1559 por Joana de Áustria, viúva do príncipe João Manuel de Portugal, irmã de Filipe II da Espanha e mãe de D. Sebastião. Ele está localizado no centro de Madrid, na atual Plaza de las Descalzas, perto de Porto do Sol, Plaza Celenque. O prédio clássico do século XVI abriga importantes obras de arte, inclusive várias da Dinastia de Avis.

monarca. De 1730, temos a *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, decimo sexto rey de Portugal*. Nesse texto, cuja autoria foi atribuída a D. Manuel de Meneses⁶, está descrita a vida do monarca até 1568, quando ele realmente iniciou seu governo. No século XX, ocorreu um salto na historiografia sebástica com José Maria Queiróz Velloso, cuja obra *D. Sebastião, 1554-1578* tornou-se referência na pesquisa sebástica. Tais referências passarão nossa tese.

O texto está dividido em quatro seções e, em cada uma delas, dialogaremos também com fontes pontuais.

A primeira é esta introdução, na qual apresentamos a estrutura geral de nossa pesquisa: objeto, fontes, a trajetória, os pressupostos teóricos, resumo das seções, definição de conceitos, como representação, imagem, imaginário, mito, simbólico, etc.

Na segunda seção, lançaremos mão da proposta de Fernand Braudel, em *Escritos sobre a história*; de Michel Vovelle, em *Ideologia e Mentalidades*; Ernst Cassirer, em *A Filosofia das Formas Simbólicas*; Georges Duby, em *Para uma história das mentalidades*; Erwin Panofsky, em *Significado nas artes visuais*, entre outros.

Com base nesse material bibliográfico, como nosso objetivo é considerar a linguagem imagética como fenômeno educativo, analisaremos a relação dessa linguagem com a educação, além de refletirmos sobre a História das Mentalidades, as representações coletivas e o simbólico. A escolha desses conceitos justifica-se pela nossa intenção de, por meio da História das Mentalidades, captar modos coletivos⁷ de sentir, padrões de comportamento e atitudes recorrentes (os complexos mentais e emocionais que estariam por trás da crença em D. Sebastião como rei ideal, como uma figura mítica) em um período de longa duração. Procuraremos apreender como se consolidou o culto à imagem desse rei como governante ideal e como ela se constituiu como parte da mentalidade coletiva do homem ocidental português. Esse caminho oferece-nos a possibilidade de compreendermos certos aspectos da própria vida mental e material que fluía no reinado de D. Sebastião, em uma mútua interação do imaginário religioso medieval com a sociedade que o produziu.

⁶ Segundo Queiróz Velloso (1935), o autor verdadeiro dessa obra teria sido o padre José Pereira Baião.

⁷ Nosso entendimento de coletivo baseia-se em Durkheim (1983). Para o autor, o coletivo se forma por meio da soma de crenças e sentimentos comuns, pelo menos para a maioria dos membros da comunidade, organizando uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações. Nesse coletivo, “[...] há os laços de toda ordem, a ligar o indivíduo ao grupo do qual faz parte, e a tudo quanto interessa esse grupo; há todos esses sentimentos sociais, todas essas aspirações coletivas, essas tradições a que estamos apegados, e respeitamos, as quais dão sentido e vida à regra e acaloram a forma de aplicação da regra pelos indivíduos (DURKHEIM, 1983, p. 26). Essa coletividade envolve quase que completamente a mentalidade e a moralidade do indivíduo, levando o homem a pensar, sentir e agir conforme determina ou prescreve o grupo a que pertence.

Ainda nessa seção, discorreremos sobre a relevância da história de longa duração para o historiador cujo escopo também se direciona para o estudo das mentalidades. O surgimento e o desenvolvimento do Estado Moderno, da monarquia portuguesa e do caráter divino⁸ e mítico dos reis lusos não ocorreram de um dia para o outro. Os processos atravessaram séculos. Segundo Oliveira (1997), os acontecimentos históricos ocorrem gradativamente por meio das relações sociais, do compromisso dos homens com o seu tempo e com o enfrentamento das vicissitudes cotidianas, datadas historicamente. Na História, as transformações não ocorrem apenas pela vontade de uma pessoa: ligam-se às circunstâncias econômicas, sociais e culturais. Por isso, nossa perspectiva de análise da história e das ações humanas será a de longa duração.

Explicitaremos também nossa opção de interpretação imagética, da qual fazem parte os métodos iconográfico e iconológico. Em nossa apreciação imagética, para transcendermos o nível expressional, perpassaremos os valores simbólicos, as finalidades e a importância da imagem na sociedade. Entendemos que esse caminho nos dará condições de alcançar nosso objetivo, qual seja, verificar como as imagens expressam a construção mental e social de D. Sebastião, como rei laico e cristão.

A terceira seção será dedicada à análise das seguintes fontes: *Discvrso da vida do Rey Dom Sebastiam*, de D. João de Castro; *Sentenças para a ensinaça e doutrina de D. Sebastião*, de André Rodrigues de Évora; *História Sebástica*, de Frei Manuel dos Santos; *Crónica de El-rei Dom Sebastião: único deste nome e dos Reis de Portugal o 16.º*, do

⁸ Para a compreensão desse processo de sacralização das realezas, Kantorowicz (1998) elaborou a clássica tese dos dois corpos do rei: “[...] humano por natureza e divino pela graça” (KANTOROWICZ, 1998, p. 72). Esse autor identificou uma tipologia “cristológica”, abrangendo dois aspectos fundamentais: um ontológico, e o outro, funcional. O primeiro refere-se à identificação do Rei com Cristo, seja como “imagem”, seja como mediação entre Deus e os homens. O segundo aspecto liga-se às funções jurídicas e administrativas da realeza. Nessa etapa, portanto, a figura do Rei tinha associado a si os domínios sacro e jurídico. Conforme Bloch (1993), nos reinos surgidos das incursões nômades, no século IV, já se reconhecia o caráter sagrado da realeza. A partir da unção do rei carolíngio pelo óleo sagrado, os reis foram introduzidos em uma esfera mística e sacralizada e, no interior das hierarquias sobrenaturais, foram transformados em um misto de rei e de sacerdote. A continuidade dos rituais cria uma imagem para além das funções guerreiras de protetor do povo cristão. Sua unção transforma-o, também, em guardião nos tempos de paz e promotor da justiça, da cultura e da arte cristã. Em troca, a Igreja sacraliza o poder real, legando ao monarca a personificação de Deus na terra: o ungido do Senhor. O primeiro soberano a ser ungido imperador foi Luís, o Pio, em 816, em Reims, pelas mãos do papa Estevão IV, em uma única cerimônia de consagração pelos santos óleos e a coroa. Desde então, os dois gestos, unção e coroação, tornaram-se quase inseparáveis. A unção tornou-se um ato santificador por excelência. A partir desse evento, as cerimônias da sagração passaram a ocupar um lugar de destaque, visto que, no imaginário popular, eram delas que os reis recebiam a sua marca divina. Esse caráter sagrado dos reis permaneceu sobre os espíritos dos homens por longo tempo, dotada de uma força afetiva que agia incessantemente, modificando-se diante das novas condições políticas e religiosas.

Padre Amador Rebelo; *Na Corte dos Reis de Portugal - Saberes, Ritos e Memórias*, da historiadora Ana Isabel Buescu. Para essa análise, muitas outras fontes foram consultadas.

Com base em uma formulação conceitual e histórica, procuraremos entender como se deu a constituição do Estado Moderno luso nos fins da Idade Média, já que um novo sistema de poder estava sendo gestado na Europa desde o século XI. Reportando-nos às mudanças significativas que estavam ocorrendo nas instituições medievais e nas relações sociais como um todo, mostraremos as interligações dos acontecimentos de determinadas estruturas, para, assim, entender os problemas socioeconômicos e políticos pelos quais passava Portugal.

Fundamentados na historiografia sebástica, como Figueiredo (1925), Fonseca (1978), Velloso (1935), entre outros, realizaremos um estudo do quadro econômico e político que antecedeu ao governo de D. Sebastião, bem como do que marcou seu reinado e das possíveis causas que o levaram ao fatídico fim em Alcácer-Quibir. Nessa abordagem historiográfica do tempo de D. Sebastião, ampliaremos nossa análise com diferentes documentos desse período, relacionando a historiografia com a literatura, com as crônicas. Nosso intento é perceber a influência da conjuntura econômica, política, religiosa na formação intelectual de D. Sebastião, tanto civil quanto religiosa, conjuntura essa que marcou suas ações postumamente. As fontes utilizadas nessa seção poderão nortear a compreensão de como a sociedade criou condições para a formação desse ideal régio: seus posicionamentos ora correspondiam aos desígnios religiosos ora iam ao encontro dos ideais de justiça e de lei dos governantes laicos.

Na quarta seção, abordaremos a obra de Camões, *Os Lusíadas*; a *Carta a El-Rei D. Sebastião*, de Gonçalo Dias de Carvalho; de José-Augusto França, a obra *O retrato na arte portuguesa; Tirar polo natural*, de Francisco de Holanda; *El-Rei Dom Sebastião. Ensaio Biológico*, de Joaquim de Moura-Relvas.

Faremos também a análise específica da seleção de imagens de D. Sebastião, divulgadas no século XVI, entendendo-as como transposição das necessidades e das aspirações da época. Interessa-nos analisar a função educativa que perpassava a veiculação dessas imagens e a possibilidade de construção de um modelo ideal de rei. Entendemos que se buscava a formação do príncipe como representante e idealizador do bem comum, como o primeiro dos senhores (laico) e como o filho predileto da Igreja e defensor da fé, ungido pelo Senhor (cristão). De nosso ponto de vista, a educação promovida por essas imagens respondia às ansiedades daqueles homens, pois, naquele momento peculiar de

crise e de indefinição política, era necessário formar governantes capazes de solucionar os problemas.

Entendemos que a linguagem imagética promovia a formação de uma mentalidade coletiva baseada em novos conceitos e em valores morais, sociais e políticos necessários ao momento. Procuramos rastrear a formação da crença de que esse monarca seria um rei divino, mantenedor da independência lusa e combatente dos infiéis.

Observaremos também a educação que se revelava em seu comportamento, tendo em vista o entendimento coletivo, voltado para a defesa do Reino e da fé. O rei crescera em um ambiente em que o poder secular estava revestido de um poder divino. Assim, essa nova leitura de poder, de ser e de organizar a sociedade era transfigurada nas pinturas. Ao identificar e divulgar a figura do monarca como modelo ideal de rei e de homem, a imagem educava os súditos para aceitá-lo, induzindo, assim, à adoção de novos comportamentos e sentimentos em relação a essa força política que se firmava.

As imagens, os símbolos, os mitos certamente respondiam a essa necessidade e preenchiam uma função condizente com seu tempo. Percebemos que o pensamento simbólico não se organiza somente como domínio exclusivo da criança, do poeta, pois, pode se mostrar como inerente ao homem, que poderia anteceder à linguagem e à razão discursiva. Eliade (1979) observa que “[...] a função de um símbolo é justamente a de revelar uma realidade total, inacessível aos outros meios de conhecimento [...]” (ELIADE, 1979, p. 171).

No momento em questão, as distintas linguagens cumpriam o papel de educar o povo. Era fundamental crer e aceitar as representações de um rei secular que manteria a emancipação lusa em relação a Castela, possibilitando ao Reino uma posição de cabeça ultramarina, e que se constituiria também como um rei cristão, um cavaleiro medieval em nova cruzada contra os mouros. De tal modo, por meio das imagens, observando a coexistência entre antigas e novas formas de pensar, sentir e agir, acompanharemos a direção que a educação assumiu nessa época.

Analisaremos, desse modo, a imagem de D. Sebastião como representação do cristianismo e da constituição do Reino português e, portanto, como ideal de governante em consonância com a mentalidade do homem no período entre o medievo e a modernidade. Entendemos que, por meio das imagens, construíram-se discursos com a finalidade de difundir um ideal formativo e forjar a figura de um rei ideal. De nosso ponto de vista, um elemento importante para a realização desse intuito era a educação, que, no

caso, se fazia também pela imagem. Ou seja, as imagens e a literatura tinham fins pedagógicos e evidenciavam a indissolúvel relação entre os projetos de formação da pessoa e os do político. Os documentos escritos e não escritos constituíam-se como um recurso educativo destinado a reforçar a superioridade do monarca, bem como justificar sua qualidade de soberano, como incentivador e mantenedor da ordem social.

Consideramos, destarte, que a educação, em todos os períodos da história, procura abrir novos caminhos para a formação humana. Nesse sentido, fomos orientados pelo entendimento de que a educação perpassa as relações sociais como uma exigência de formação do ser humano para o viver social. Buscamos, dessa forma, captar como os sujeitos realizam ou realizaram suas ações, ou seja, como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída, quais e como seriam suas práticas educativas e quais seriam os objetivos para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Nossa expectativa é de que possamos retomar lições que nos ensinem a ser, antes de tudo, pessoas envolvidas com as questões do nosso presente, com o bem viver coletivo.

Como julgamos que a imagem contribuiu para a construção de um ideal de rei cristão e laico, consideramos necessário explicitar como, nesse momento, essa forma de compreensão seria cabível. O século XII caracterizou-se por um significativo desenvolvimento da vida tanto material quanto intelectual do homem e pelo surgimento da necessidade de uma nova explicação das questões humanas, das atividades, dos saberes. Os acontecimentos da ocasião colocavam em dúvida a própria forma de elucidar a realidade, ou seja, apresentava-se a necessidade cada vez maior de um novo conhecimento. Foi o ambiente citadino que, entre os séculos XII e XIII, favoreceu o surgimento de um intelectual diferente do religioso e, portanto, de uma nova mentalidade, uma nova forma de pensar o homem e as relações sociais. Nesse ambiente de disseminação do saber, surgiram as universidades (século XIII), nas quais se elaborava um novo saber, a escolástica⁹.

⁹ “[...] A escolástica foi um método de pensamento e de ensino que surgiu e se formou nas escolas medievais e se plasmou de modo inexcédível nas universidades do século XIII, máxime através do magistério e das obras de Santo Tomás de Aquino. O termo escolástico, porém, significa ainda o conjunto das doutrinas literárias, filosóficas, jurídicas, médicas e teológicas, e mais outras científicas, que se elaboraram e corporificaram no ensino das escolas universitárias do século XII ao século XV, pois não nos cabe considerar a Segunda Escolástica que floresceu na época do Renascimento. Por conseguinte, após a caracterização geral da escolástica, convém aplicar o termo, e analisá-lo, a realidades interdependentes, mas distintas, a saber, um método a múltiplas doutrinas pertencentes a várias áreas do conhecimento” (NUNES, Cap. IX, v. 3, 1979, p. 197).

A partir do século XIII, quando a realeza se tornou uma força mais expressiva, a luta pela supremacia desse setor em detrimento do papado intensificou-se. No século XIII e início do século XIV, o acirrado debate entre o papa e a realeza¹⁰ foi registrado nas obras de vários intelectuais escolásticos, como Egídio Romano (1243?-1315) e Guilherme de Ockham (~1285-1347/9). Os escritos de Ockham¹¹, *Brevilóquio sobre o principado Tirânico* (1340-41), contribuíram para a consolidação da fé e da razão. Notamos que esse teólogo uniu aos seus posicionamentos cristãos a valoração da ciência, do empírico, para buscar o conhecimento das coisas; tanto a fé cristã quanto a ciência poderiam ser forças diretivas da sociedade. Em sua obra *Brevilóquio*, declarou o fim da proeminência papal sobre as coisas laicas. Ao longo de suas proposições, encontramos argumentos explícitos, fundamentados nas Sagradas Escrituras, nos quais ele defendia a separação entre os poderes laico e eclesiástico. Deparamo-nos, assim, com o fim da unidade e da universalidade da Igreja (OLIVEIRA, 2005).

Nessa terceira seção, portanto, apresentamos a perspectiva de que, entre fins dos séculos XIII e princípios do XIV, o embate entre o papado e o Império tenderia a ser superado pela eclosão da força latente dos reis, o que se expressa no fato de que um modelo régio forte se personalizava na figura dos príncipes. Na época de D. Sebastião, século XVI, buscou-se a construção de sua imagem como representação de um ideal de príncipe, de governante.

Entendemos que a imagem, construída em meio às relações humanas, pode em muito beneficiar o historiador da educação e enriquecer o conhecimento que se pretende construir. Com base no conceito de imagem proposto por Schmitt (2007): “[...] Pelo termo ‘imagem’, designamos em todos os casos a representação visível de alguma coisa ou de um

¹⁰ A partir das incursões germânicas no Ocidente, em fins do século IV, ocorreram a desestruturação e a perda de poder do papado romano. As pilhagens e os saques de Roma que se sucederam no século seguinte, associados à fragmentação do mundo romano, enfraqueceram a corte papal, deslocando o eixo de sustentação da Igreja Cristã para Bizâncio. Em relação aos monarcas, os povos germânicos já concebiam os reis como “[...] seres divinos ou, pelo menos, originados dos deuses” (BLOCH, 1993, p. 68). No entanto, ao conquistarem os territórios romanos cristianizados, os reis germânicos perderam seu caráter de divindade, restando apenas o “paganismo nacional”. Assim, iniciou o conflito entre a fórmula histórica: “[...] do Sacerdócio e do Império, do poder espiritual e do poder temporal, do sacerdote e do guerreiro” (LE GOFF, 2005, p. 269).

¹¹ “Por mais de quatro séculos, entre o XI e o XV, manteve-se uma intensa polêmica no Ocidente entre os teólogos e pensadores que defendiam a proeminência do Papado e os que se posicionavam a favor do Império, resultando em um estimulante e rico debate teórico travado entre os poderes clerical e temporal. Em meio a ele, produziram-se as obras de grandes teóricos escolásticos, como Tomás de Aquino (1224-5-1274), Egídio Romano (1243?-1315), João Quidort (1270-1306), Guilherme de Ockham (1285-1350), os quais, posicionando-se a favor ou contra a separação dos gládios laico e religioso, tornavam a realeza uma força expressiva cada vez maior na sociedade medievá” (RUBIM, 2010, p. 81).

ser real ou imaginário” (SCHMITT, 2007, p. 12), inferimos que o termo imagem comporta tanto a dimensão material quanto a mental. Quanto à primeira, as representações visuais, como desenho, pintura, escultura, gravuras, fotografias, seriam objetos materiais, signos que representam nosso ambiente visual. Na segunda, a da dimensão imaterial das imagens, estas aparecem na nossa mente como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em síntese, representações mentais. Essas duas dimensões não existem separadas, pois se encontram inextricavelmente ligadas já em sua gênese. Observamos que a constituição de uma imagem mental e material é precedida por uma construção mental. A obra de arte faz-se no momento da sua concepção mental já como obra em imagem.

Acerca da representação do monarca português como um governante que corresponderia tanto aos interesses seculares quanto aos clericais, explicitaremos como certas ideias se difundiram no interior das relações sociais portuguesas nas diferentes linguagens, em especial, na imagética. Nesse momento de crise e indefinição política, que exigia que o Estado fosse centralizado em um ideário de rei, disseminou-se na sociedade portuguesa a crença mítica de que um rei iria governar como cavaleiro-cruzado, tornando possível a continuidade da Dinastia de Avis¹². Para explicar isso, necessitamos adentrar de forma mais cuidadosa no campo da História das Mentalidades¹³, perpassando as dimensões individual e coletiva. Isso se justifica pela necessidade de se perceber, em um período de longa duração¹⁴, como ocorreu a construção da imagem de D. Sebastião como mito¹⁵ mental¹⁶ e social¹⁷. Sua representação, na esfera mental e social, foi resultante de um

¹² Dinastia de reis que se mantiveram no trono português entre 1385 e 1580. Genealogia da Dinastia de Avis ou Joanina: D. João I, o Mestre de Avis (1385-1433); D. Duarte, o Eloquentes (1433-1438); D. Afonso V, o Africano (1438-1481); D. João II, o Príncipe Perfeito (1481-1495); D. Manuel, o Venturoso (1495-1521); D. João III, o Piedoso (1521-1557); D. Sebastião, O Desejado (1557-1578); D. Henrique, o Casto (1578-1580); D. António, Prior do Crato (1580-1580) (SERRÃO, 1978b).

¹³ A noção de mentalidades relaciona-se aos modos de pensar dos sujeitos em determinadas épocas e locais. O conceito da História das Mentalidades foi desenvolvido pelas duas primeiras gerações dos *Annales*, baseadas no princípio de que uma determinada sociedade teria formas comuns de pensamento. Os estudos de Émile Durkheim (1858-1917) possibilitaram aos psicólogos estudar atitudes mentais consideradas não apenas de um determinado indivíduo, mas de todo o grupo (DUBY, 1999).

¹⁴ Esse conceito será analisado na segunda seção. Apresentaremos alguns dos fundamentos da história de longa duração, propostos por Braudel (1978) em seu artigo *A Longa Duração*, publicado na revista *Annales*, em 1958. Para o autor, a história de longa duração seria a história em profundidade, uma história estrutural que poria em causa os séculos.

¹⁵ O mito se institui como uma linguagem simbólica firmada pelas práticas cotidianas que constituem o patrimônio cultural coletivo. Segundo Grimal (1965), seu papel social relaciona-se à necessidade de se explicar o mundo. Quando não existe uma resposta, o mito cumpre essa função: “[...] Mesmo os filósofos, quando o raciocínio atinge o seu limite, recorrem a ele como a um modo de conhecimento capaz de revelar o incognoscível” (GRIMAL, 1965, p.11).

¹⁶ Diz respeito às imagens que surgem em nossa mente por meio de visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos.

movimento aglutinador, agregador, cujo impulso era lutar pela continuidade da independência. D. Sebastião, como filho dileto de Deus, representava uma força capaz de manter diante de Castela a liberdade e a autonomia conquistadas no passado por D. Afonso Henriques (1109-1185).

Para analisar essa trajetória, precisamos explorar também a esfera do simbólico¹⁸. Começamos por destacar a reflexão de Cassirer (1994) sobre a linguagem simbólica. Para esse autor, o símbolo faz parte do mundo humano e se institui como via de acesso do mundo real para o mundo do pensamento. A linguagem simbólica abre a possibilidade de se estabelecer uma relação análoga com o ausente, de forma que o homem deixa de viver em um universo meramente físico, de fatos concretos, para se perceber no meio de suas emoções imaginárias, suas ilusões, fantasias e sonhos. Cercando-se de formas linguísticas e símbolos míticos, ele só poderá ver as coisas por meio do símbolo. O mundo simbólico envolve todo o processo da cultura humana: o mito, a religião, a linguagem, a arte e a história. É por meio dele que nos realizamos como seres humanos, pois somos nós, baseados em nossas experiências em uma dada estrutura social e cultural, que engendramos esses mundos e criamos significados para eles. Transmitidos pelas gerações, os esquemas convencionais mais visíveis e familiares podem ter sido primeiros a ser recebidos e aceitos pelo povo, que, de forma mais ou menos consciente, manteria enraizadas por um longo tempo as matrizes de uma determinada mentalidade.

O imaginário, no tempo sebástico ou em outro, também poderia se manifestar por meio de produções racionais (razão), míticas (linguagem simbólica) e científicas (empirismo). A criação discursiva e estética se fez rodeada pelo imaginário; a razão retomou o mito para se transformar em hipótese. Paralelamente às ideias, dava-se vazão a esse imaginário, que resultava de uma energia psíquica construída individual e coletivamente por meio de documentos iconográficos (em especial as pinturas sebásticas), de crenças e comportamentos induzidos pelas fontes. O imaginário simbólico adquiria um significado e uma linguagem distinta dos signos linguísticos, ou seja, imagens significantes que incitavam o estabelecimento de correspondências e atribuição de sentidos.

Consideramos necessário, pois, contextualizar as fontes iconográficas da figura do monarca, bem como analisar as transformações históricas verificadas no século em debate.

¹⁷ As estruturas do mundo social produzidas historicamente pelas práticas articuladas (políticas, econômicas, sociais, discursivas).

¹⁸ O simbólico é composto pelas diferentes formas de apreensão do real, seja por meio dos signos linguísticos ou das figuras mitológicas seja da religião ou de conceitos do conhecimento científico (CHARTIER, 2002).

Durante boa parte do reinado de D. João III (1502-1557), avô de D. Sebastião, além de problemas que diziam respeito à política externa e interna de Portugal, outro assunto afligia o Reino: a questão sucessória. A morte de todos os nove filhos do rei e, conseqüentemente, o quase rompimento do fio hereditário colocavam em pauta a independência de Portugal em relação a Castela. Segundo Figueiredo (1925), dos nove filhos de D. João III e de Catarina de Áustria (1507-1578), apenas dois atingiram a adolescência: a infanta D. Maria (1527-1545) e o príncipe D. João (1537-1554). Este faleceu dois anos após o casamento, 02 de janeiro de 1554, estando sua mulher em final de gestação. No dia 20 de janeiro desse ano, nascia o herdeiro, D. Sebastião. A ameaça de que o trono passaria para o outro neto de D. João III, o príncipe D. Carlos (1545-1568), filho de D. Maria e de Filipe de Castela (1527-1598), estava, pelo menos momentaneamente, afastada. O herdeiro, tão esperado para dar continuidade à Dinastia de Avis, ficou conhecido como *O Desejado*, ou seja, aquele que seria educado para se tornar um defensor do Reino e da fé cristã.

Podemos entender, em conformidade com Casquilho (2012), que era natural que o rei desejasse se tornar um guerreiro e lutar como um cavaleiro medieval contra os infiéis mouros na África. D. Sebastião foi criado como futuro rei de Portugal, com o encargo de salvar o Reino. Transportando o peso da história do santo (do qual recebeu o nome), ele se via na missão de herói do Reino, de uma figura mítica¹⁹.

Em face de uma possível crise sucessória, de probabilidade de sujeição de um povo ao domínio de outro, os indivíduos temiam a perda de sua identidade coletiva. Tudo isso favorecia a consolidação de mitos, que se organizavam como quadros operativos de significativa importância nas estruturas sociais, políticas e culturais do Reino. Instituindo-se como promotor de uma agregação identitária e como propulsor de um desígnio a realizar, “[...] O mito enraíza-se na psicologia de um povo, germina na sua alma, modela a sua mentalidade e determina a sua mundividência” (FRANCO, 2000, p. 40). Vemos, pois, a possibilidade de D. Sebastião se transformar em um mito cujo destino histórico seria assegurar a independência e o desenvolvimento de seu Reino. O mito, nesse caso, seria um instrumento para a construção social que se projetava.

¹⁹ De acordo com Carvalho (1990), “[...] heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outras, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói” (CARVALHO, 1990, p. 55). D. Sebastião, em seu tempo, foi divinizado, elevado à condição de semideus, comparado, por exemplo, aos imperadores romanos.

Dessa forma, algumas imagens de caráter enaltecedor foram divulgadas com o intento de firmar comportamentos necessários à crença de um ideal de rei que representasse os anseios da sociedade, já que se procurava ensinar uma nova maneira de olhar e ver a realidade e se desejava que esses olhares repercutissem no fazer dos homens. Nosso objetivo é analisar e interpretar imagens veiculadas desse rei do século XVI, tanto no aspecto laico quanto no cristão, considerando o momento de consolidação do poder real dos Estados nacionais.

Para Loureiro (1989), o período moderno foi o mais adverso enfrentado pelos lusitanos. Com a expectativa de manter seu crescimento em conquistas territoriais pela África, Ásia e na América, esse reino se deparou com infortúnios e decepções, já no início dos quinhentos. Do rei, pois, esperava-se que reabilitasse o Reino da crise socioeconômica. Nesse contexto, D. Sebastião cresceu assumindo a postura de cavaleiro medieval, cuja missão era de devolver a Portugal as glórias passadas, tornando-o novamente o mais importante reino da Península Ibérica.

Para captar a riqueza dos estudos que, há séculos, vêm sendo produzidos a respeito da figura desse rei-cavaleiro, da fonte de suas ideias, de suas inspirações, dos impulsos que recebeu da época e dos que a ela comunicou, o historiador precisa ter sensibilidade ao interpretar, receptividade emotiva (sensibilidade e refinamento dos sentidos), e desenvolvimento intelectual (conhecimento, autonomia)²⁰. Essas são as condições para que se constitua um diálogo entre o indivíduo-criador, em um tempo distante ou não, e o sujeito-leitor. Entendemos, nesses termos, que o conhecimento se faz indispensável para que escapemos de interpretações equivocadas.

Nosso objeto de pesquisa, nesse sentido, insere-se no domínio da História da Educação e, para abordá-lo, fundamentamo-nos metodologicamente na reflexão histórica e nas análises iconográfica e iconológica. Julgamos pertinente, desse modo, esclarecer os métodos de pesquisa histórica que vão nortear nosso trabalho, os esforços desenvolvidos no sentido de responder às diferentes questões sobre o passado e o presente. Assinalamos que as investigações nas áreas de Educação e Ciências Humanas, pelo caminho da História, geralmente apontam para uma compreensão da totalidade dos acontecimentos,

²⁰ Kant (2005), em sua obra *Resposta à pergunta o que é esclarecimento*, afirma que o posicionamento filosófico, que se materializa pela formação intelectual, oportuniza a apropriação da liberdade, resultante da natureza contemplativa ou teórica da filosofia. A formação, por meio do ensino, capacitaria o homem para lançar mão de sua própria razão. Essa formação acadêmica, que abarca diferentes áreas do conhecimento, desenvolveria nos indivíduos o potencial de percepção, de reflexão, de síntese das informações ofertadas pelo mundo, bem como de elaboração de novos conhecimentos sobre esse arcabouço.

transformando o passado em objeto de investigação. Isso contribui para que seja cumprida a função social da História da Educação: promover reflexões sobre as práticas do presente. Esse caminho oferece-nos a oportunidade da construção dos fundamentos do pensamento educacional.

Precisamos, então, esclarecer a concepção de História que norteará este trabalho. Tendo em vista a complexidade das relações sociais nos tempos atuais e a necessidade de se abordar o homem em sua totalidade (matéria e espírito), adotamos o método da História Social, de tradição francesa, que nos dá a oportunidade de olhar o homem em sua totalidade. O objeto próprio dos estudos históricos seria o homem em sociedade, o sujeito histórico, o autor do seu tempo e ambiência, portanto, datado historicamente. Essa escolha deve-se, entre outros aspectos, à possibilidade de nos abrirmos para vários campos de abordagem e para o diálogo entre a linguagem imagética e o contexto social em que esta foi concebida. Consideramos que esse é o caminho metodológico mais apropriado, pois, segundo nossa hipótese, essa linguagem nos oferece a oportunidade de, como fonte, revelar elementos que auxiliam na compreensão do comportamento social necessário àquele período histórico.

Apresentamos, por isso, alguns fundamentos da História Social, a qual se institui como um dos pressupostos teóricos de nossa pesquisa. A opção pelo fio da história, segundo Castro (1997), implica a impossibilidade de se entender o objeto de pesquisa sem uma referência ao movimento dos *Annales* (1929). Nas décadas de 1930 e 1940, a designação de História Social contemplava uma dimensão culturalista, com ênfase nos costumes e nas tradições nacionais. O movimento dos *Annales* expressou a ruptura com a historiografia tradicional fundada nas abordagens de Leopold Ranke (1979) ou na Escola Científica Alemã. Em oposição à observação objetiva dos fatos, característica dessas abordagens, Lucien Febvre (1970) e Marc Bloch (1969) propunham “[...] uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico” (CASTRO 1997, p. 76-77). A História deveria apresentar problemas, respondendo às inquietações do presente.

No manifesto dos *Annales*, Lucien Febvre (1970) preconizou uma “[...] história problemática [...] que permitiria ao historiador e a seus contemporâneos melhor compreenderem os dramas de que vão ser, de que já são, todos juntos, atores e

expectadores” (FEBVRE, 1970, p. 57). Ao justificar a escolha do vocábulo social para os *Annales*, destacava:

[...] estávamos de acordo em pensar que, precisamente, palavra tão vaga como “social” parecia ter sido criada e trazida ao mundo por um decreto nominal da Providência histórica para servir de bandeira a uma revista que não pretendia cercar-se de muralhas, mas irradiar para todos os jardins da vizinhança - amplamente, livremente, até indiscretamente - um espírito, o seu espírito. Quero dizer um espírito livre, de crítica e de iniciativa em todos os sentidos (FEBVRE, 1970, p. 39).

Dessa perspectiva, o historiador precisa observar as ações e reações dos distintos grupos sociais. Juntamente com a necessidade de se privilegiar o estudo dos dados econômicos, dos movimentos e dos ritmos sociais, dos métodos de tratamento quantitativo, dos elementos psicológicos, é preciso priorizar também os fenômenos coletivos.

Percebemos, assim, que, no século XX, afirmava-se a História como uma ciência social. Nas décadas de 1950 e 1960, uma História Social lançava suas bases peculiares, dando origem a uma abordagem que privilegiava a formulação de problemas históricos específicos, a exemplo dos comportamentos e das relações entre os diferentes grupos sociais. Sua preocupação era com a função da ação humana na história.

Nesta pesquisa, baseamo-nos no entendimento de História Social formulado por Castro (1997). Para a autora, a História Social seria uma “[...] forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica” (CASTRO, 1997, p. 54). Nosso olhar não se conduz para o homem isolado em um único espaço ou instante, mas, sim, para o homem e para as relações sociais, em um entrelaçamento entre o indivíduo e o coletivo, bem como entre seus modos de sentir e pensar. Partimos da compreensão do indivíduo em um todo, ou seja, no conjunto de suas ações.

Esse pensamento justifica, pois, nossa opção pela História Social, a qual tem como centro de atenção as repercussões sociais. Partimos da perspectiva de que, em História, as abordagens inscrevem-se no social e interligam-se. Consideramos relevante que o estudo se apoie em diferentes disciplinas, cujo horizonte seja o homem, analisado no seio dos grupos de que faz parte. Optamos, por conseguinte, por uma história que olhe para o homem da perspectiva da totalidade, buscando elementos da vida de D. Sebastião nos campos mental, social, cultural, econômico, político. Esses elementos são resultantes das articulações do social em um dado tempo histórico. Esclarecemos que não temos a

pretensão de esgotar o estudo sobre esse rei, pois seria impossível. Nosso intuito é perpassar as várias dimensões de sua vida; por isso, nossa opção pela História Social.

Essa postura implica também certos cuidados na utilização de fontes. Tendo em vista as considerações tecidas até então, reiteramos que, por fontes documentais, entendemos tudo o que se relaciona aos homens e mulheres como agentes da história em qualquer tempo e lugar (LE GOFF, 1990). Consideramos que o intercâmbio com a Antropologia, a Sociologia e a Sociologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. Nossa análise será construída por meio do diálogo entre essas ciências, ou outras, como o que têm o homem e as relações sociais como centro de investigação, entre um ir e vir entre as fontes escritas e as iconográficas. Assim, estabeleceremos uma relação entre determinadas atitudes e valores, suas expressões ou manifestações em textos, artefatos e imagens com a estrutura econômica, social e política, identificada como padrão das relações sociais características de um determinado lugar e momento.

Entendemos que a História da Educação oferece-nos a oportunidade de compreender as produções humanas, no caso, a linguagem imagética e a educação, como resultantes das distintas articulações construídas pelos homens e não da ação de indivíduos isolados, independentes do contexto que os cerca. Reconhecendo que a obra de arte expressa a percepção e a reflexão do artista a respeito de sua exterioridade, reafirmamos que, no século XVI, a imagem forjada de D. Sebastião, divulgada nas diferentes manifestações artísticas, além de dar certa visibilidade para as relações sociais, foi um veículo formador utilizado pelos poderes laico e clerical para a educação dos homens ao longo do governo desse monarca. Esse pensamento constitui, pois, o fundamento de nossa pesquisa, cujos resultados serão expostos nas seções deste trabalho.

Nessas condições, na próxima seção, abordaremos a relação da imagem com o processo educativo. Na sequência, identificaremos as possíveis diferenças e similaridades entre os campos historiográficos. Na última subseção, discorreremos sobre as interfaces dos métodos iconográfico e iconológico, os quais serão a base de nossa apreciação imagética.

2. IMAGEM E EDUCAÇÃO: O OLHAR DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E SEUS DESDOBRAMENTOS

Os debates historiográficos têm contribuído para inovar a forma de se aproximar do objeto de pesquisa, bem como de se construir cientificamente o documento. Ampliando seus interesses de estudo, os historiadores, além dos eventos políticos, das tendências econômicas e das estruturas sociais, têm abordado as mentalidades, a vida cotidiana, dentre outros aspectos da produção humana. Nesse contexto, as imagens ocupam lugar importante, ao lado de textos literários e testemunhos orais. Eles se voltaram também para o valor estético²¹ dessas fontes, preocupando-se com a abordagem das estruturas do mundo social produzidas historicamente pelas práticas política, econômica, social e discursiva.

²¹ Para Hegel (1996), estética é a filosofia, é a ciência do belo, do belo artístico, que exclui o belo natural. Para ele, o belo artístico é superior ao belo natural, pois o belo artístico é objeto do espírito (superior à natureza) que não se pode recusar dignidade. Pois “[...] a arte foi para o homem instrumento de consciencialização das ideias e dos interesses mais nobres do espírito. Foi nas obras artísticas que os povos depuseram concepções mais altas [...]” (HEGEL, 1996, p. 5). Para ele, a estética deve estudar não o belo propriamente dito, mas, sim, a função da arte, que é a seu ver, como a da religião e da filosofia, uma função de descoberta do espírito por si mesmo.

A escolha da linguagem imagética como objeto de pesquisa justifica-se por sua potencialidade para educar os homens e, em consequência, por contribuir para o processo de formação social. Observamos que cada momento histórico produz certa forma de pensar, correlacionada à maneira como se constrói a existência do ser humano. Com efeito, podemos afirmar que as imagens se constituem discursos, cujos sentidos difundem-se com uma intenção formativa de construção social (OLIVEIRA, 2008). Dessa perspectiva, as imagens por nós analisadas correspondiam à necessidade de se formar um governante que, por meio da fé e da razão, atendesse às aspirações da sociedade naquele momento. Desse modo, a imagem tornou-se uma forma intencional e diretiva de educar. Era necessário educar o povo no sentido de convencê-lo de que poderia existir um poder personificado na figura de um rei idealizado.

Entendemos que o desenvolvimento da sociedade pode ocorrer por meio do conhecimento e da civilização. Por conseguinte, a abordagem proposta decorre de nosso entendimento de que a educação se institui como base de formação da sociedade e, portanto, tem um papel fundamental na formação do indivíduo para a vida social, bem como no estabelecimento de limites e de ações necessárias para a convivência comum.

Cabe, neste ponto, expor nosso olhar para a educação como um processo civilizatório. Recorremos às formulações de Guizot (1907), para quem a civilização consistiria no desenvolvimento dos estados social e intelectual, ou seja, no aperfeiçoamento da sociedade e da humanidade, de forma simultânea e interligada. Destacamos seu conceito de civilização e de progresso.

Parece-me que o primeiro facto comprehendido na palavra civilisação, e assim o provam os exemplos que lhes apresentei, é o facto do progresso, do desenvolvimento: a idéa d'um povo caminhando não para mudar de lugar, mas para mudar de estado, d'um povo cujas condições se desenvolvem e melhoram. Parece-me que a idéa fundamental contida na palavra *civilisação* é a idéa de progresso, de desenvolvimento. Qual é este progresso? Qual este desenvolvimento? [...]. A etymologia de palavra parece responder de um modo claro e satisfatorio; diz que é o aperfeiçoamento da vida social, o desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si (GUIZOT, 1907, p. 18).

Para ele, portanto, o progresso seria o aprimoramento da vida civil, o desenvolvimento da sociedade, das relações entre os homens. Seria o desenvolvimento da

vida individual, ou seja, do próprio homem, das suas faculdades, dos seus sentimentos e ideias, como ser singular.

Nessas condições, percebemos a necessidade de esse homem ser educado, humanizado. Consideramos que o processo educativo se organiza na dimensão da formação, que, ao contemplar a cognição, a afetividade e a ética, corresponderia à totalidade do homem. Entendemos que o homem precisa se apropriar de saberes, hábitos e valores que o orientam a agir como cidadão, o que pressupõe conhecimento e sensibilidade. Na época de D. Sebastião, exigia-se que a formação do governante fosse alicerçada na ética, na moral e nas virtudes. Esses requisitos poderiam ser desenvolvidos pela inteligência, pela capacidade reflexiva dos homens, pelo conhecimento. Estava presente a ideia de que somente o governante, fazendo uso da razão e praticando as virtudes ético-políticas da justiça, da tolerância, da prudência e da firmeza, poderia assegurar um governo justo e harmonioso. Certamente, como rei cristão, teria auxílio também das virtudes teologais, fé, esperança e caridade.

A educação criaria condições para que o rei, por meio do conhecimento, da reflexão e da ação, tivesse condições para intervir na sociedade com sabedoria e consciência. Ademais, essa mudança social só seria possível com o seu envolvimento na sociedade.

Nosso trabalho pauta-se, pois, na compreensão de que o homem possui intelecto e precisa ser ensinado. Aquele que ensina pode infundir o conhecimento naquele que aprende, contribuindo para a passagem da potência a ato. Essa passagem seria realizada pelo educando por intermédio das intervenções daquele que ensina. Esse ato educativo, intencional e diretivo, poderia ocorrer por meio de diferentes linguagens.

Entendemos que a iconografia, assim como outras manifestações humanas, a exemplo das leis, convenções sociais, mitos, pode-se revelar de forma histórica e social, ou seja, nasce na e para a sociedade, datada historicamente. Tanto no processo criativo quanto no ato de fruição, ela se organiza como uma fonte de humanização e educação do homem e, por meio de seu universo simbólico, pode levá-lo a formas diferenciadas de sentir, perceber e expressar sensivelmente o mundo e as dimensões humanas.

Passemos, pois, a expor nossa concepção de que as imagens, como um dos meios de comunicação, podem ser utilizadas como instrumento para educar e instruir a sociedade.

Nosso pressuposto é de que de D. Sebastião, na qualidade de governante, exigia-se conhecimento para poder pensar e agir diante das situações novas de sua governança. Tais requisitos poderiam ser desenvolvidos por meio de sua formação, tornando-o apto para o

governo. Ao mesmo tempo, essa formação poderia se refletir em toda a sociedade, pois, dependendo da compreensão que ele tivesse de educação, os homens que ele dirigiria seriam formados e educados, ou não. Ao buscar uma relação do nosso objeto com o presente e passado, reafirmamos a possibilidade educativa da linguagem imagética em distintos tempos históricos. Consideremos, portanto, alguns pressupostos do entrelaçamento entre as expressões artísticas e a educação.

2.1. A RELAÇÃO DA LINGUAGEM IMAGÉTICA COM A EDUCAÇÃO

O homem, como um ser social e individual, vive em constante transformação: surge e se constitui em um mundo que também se modifica e se constrói continuamente. Nesse processo, podemos considerar a educação como uma arte que oportuniza a formação do indivíduo, abrindo possibilidades para que ele se torne um sujeito cognitivo, moral e sociável. Por meio de uma ação pedagógica, intencional, ele pode encontrar diferentes caminhos para o aprimoramento de sua humanização. Faz-se necessário, portanto, que conte com uma educação que privilegie o conhecimento, a sensibilidade e a reflexão.

Podemos afirmar que à educação cabe o cuidado com a formação humana, já que o acesso do homem aos conhecimentos produzidos historicamente se constitui como oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento de sua humanidade. Por meio desses conhecimentos, a educação oferece condições para a humanização da totalidade do homem, em seus aspectos sensível, ético e cognitivo. Nesse sentido, acentuamos que nossa abordagem decorre do entendimento de que a educação é parte das relações sociais e as perpassa como uma exigência de formação para a vida em sociedade. Nesses termos, queremos mostrar a relevância de uma educação que privilegie o desenvolvimento do homem, de uma educação que se funde com a vida, que oportunize ao homem a tomada de atitudes, a ação na coletividade e para o bem coletivo.

Concordando com Kant (2004), para quem o homem nasce inacabado e se faz homem pela educação, observamos que esta se organiza como um processo amplo que não ocorre apenas em instituições com essa finalidade específica, mas que se realiza pela ação dos segmentos sociais que, de uma forma ou outra, conduzem as relações humanas. Enfatizamos que, por educação, compreendemos todas as influências que convergem para a formação social e do caráter, o que implica visão de mundo, ideais, valores e, conseqüentemente, o modo de agir do indivíduo diante das questões práticas da vida.

Com base nas reflexões de Kant (2004), podemos inferir que a formação do homem tem como finalidade levá-lo a se guiar no mundo prático, fazer escolhas e se posicionar com responsabilidade. Essa postura se institui, pois, como um desafio histórico posto a cada dia para aqueles que trabalham e se preocupam com a educação, pois entendemos que a humanização se estabelece em uma gradativa construção do próprio homem.

Essa construção poderia se concretizar por meio da educação, da decisão e da ação do indivíduo, o que demandaria dele sentimentos, autonomia intelectual e sensibilidade; ela o auxiliaria a pensar e agir diante das situações novas. Em nossa pesquisa, percebemos que a literatura, a imagem, o mito foram meios de inculcar pensamentos nas pessoas, de levá-las a agir, ver e aceitar o governante como representante do cristianismo e do Estado moderno. As imagens que se veiculavam nas manifestações artísticas e literárias desse momento são a expressão desse intento.

Quando falamos em educação, deparamo-nos com a necessidade da definição de objetivos e estratégias. Certamente, os homens sempre buscaram caminhos que os levassem ao conhecimento e ao encontro de um sentido para sua vida no mundo. Um desses caminhos pode ser a linguagem imagética, pautada nos princípios da educação estética, ou seja, na humanização dos sentidos, por meios dos quais se considera que o homem pode chegar ao conhecimento. Os filósofos da Antiguidade, como Aristóteles (384-322 a. C) e Tomás de Aquino (1225-1274), dentre outros, entendiam que o homem se afirmaria no mundo por intermédio do pensamento e do exercício de todos os sentidos. Esses sentidos perceptivos (visão, olfato, audição, tato, paladar, ou seja, os da intuição) precisariam ser humanizados, o que implicaria um trabalho de formação, já que, não sendo puramente naturais, biológicos e instintivos, precisariam ser ativados pela educação.

Consideramos que a imagem, como fonte de educação, humanização e socialização, pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor, com homens mais humanizados. Essa linguagem abre possibilidades para que nossa sensibilidade, em relação às experiências vivenciadas, seja intensificada e refinada. No processo de humanização, o homem, como criador, visualiza maneiras distintas de se manifestar, vendo, sentindo, fazendo, percebendo, interagindo, e é, dessa forma, que interpreta o mundo e a si próprio. A imagem permite mobilizar a expressão e a comunicação pessoal e ampliar a formação humana, principalmente por ativar as relações das pessoas tanto com seu mundo interior quanto com o exterior.

Essa forma de linguagem advém de uma relação do homem com o mundo e com o conhecimento; por isso, entendemos que ela representa uma possibilidade de modificar esse mundo e essa relação. Ela se institui como conhecimento e envolve o pensamento, o sentimento estético e a formação intelectual do sujeito. Salientamos que a compreensão do desenvolvimento estético se refere também à conexão entre pensamento, sentimento e percepção, podendo, assim, suscitar sensibilidade em face da educação (PEIXOTO, 2001).

Como forma de conhecimento, a imagem poderia produzir distintas maneiras de o homem ver e sentir o mundo, os outros e a si mesmo. Por meio dela, ao mesmo tempo em que aprende, o homem se educa e adquire a capacidade para intervir no real. Desse modo, a imagem construída de D. Sebastião se inscreveria no campo do possível. Como um trabalho específico de abstração, a representação mental e social do El Rey corresponderia a uma aprendizagem. Desse modo, seus súditos poderiam ser educados para aceitar o ideal de governante que se divulgava nas pinturas régias, nas moedas, nas crônicas, etc.

Observamos, dessa maneira, a necessidade de se promover uma educação estética que, além da apreensão de conteúdos éticos importantes, vise desenvolver no homem o gosto por sua atividade mais nobre: a atividade contemplativa²². Isso demanda uma *práxis*, ou seja, o domínio do fazer. Em relação à dimensão do fazer social-histórico, o homem necessitaria conhecer a si mesmo e ao seu entorno. Por meio da ação social, individual e coletiva, o homem teria condições de promover a transformação social e, ao mesmo tempo, a de si mesmo. Assim, ocorreria uma mudança qualitativa nos homens e, por conseguinte, na sociedade, de forma que eles poderiam dirigir conscientemente suas vidas e tomar decisões com conhecimento e responsabilidade. Somos responsáveis pelo que dizemos (e pelo que calamos) e pelo que fazemos (e pelo que não fazemos) (OLIVEIRA, 1997).

Apreendemos, portanto, que, perpassando as relações sociais, a educação seria condição para se formar o ser humano para a vida em sociedade, levando-o a se envolver com as questões do seu presente, com o bem viver coletivo. Ao longo deste trabalho, pretendemos apresentar a linguagem imagética em correlação com as construções sociais e

²² Segundo Aristóteles (1984), a contemplação seria uma condição para que o homem, por meio do pensamento, aprendesse, pensasse e compreendesse o seu entorno. Ele aborda o conhecimento decorrente da contemplação das representações: “[...] Nós contemplamos com prazer as imagens mais exatas aquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, as representações de animais ferozes e de cadáveres. Causa é que o aprender não só muito apraz aos filósofos, mas também, igualmente, aos demais homens, se bem que menos participem dele. Efetivamente, tal é o motivo por que se deleitam perante as imagens: olhando-as, aprendem e discorrem sobre o que seja cada uma delas” (ARISTÓTELES, cap. IV, 1984, p. 243). O prazer despertado pela representação seria um prazer intelectual e de reconhecimento e, associando-se à forma imitada de um objeto natural conhecido, favoreceria uma aprendizagem. As coisas belas, para Aristóteles (1984), seriam os mais belos atos, em particular, os relacionados à ação contemplativa.

educacionais, de forma a evidenciar aos leitores e leitoras que, no tempo de D. Sebastião, era preciso imprimir valores sociais e políticos necessários para a convivência harmoniosa entre os homens, em um contexto de insegurança e medos.

Observamos que a linguagem imagética fornece elementos para o desenvolvimento do ato filosófico, do pensamento. Ela se apresenta, assim, como um saber que envolve o pensamento, as emoções, a sensibilidade e a formação intelectual. A imagem corresponde à necessidade de se perceber e compreender a representação da realidade humana, social, de se expressar e objetivar significados e valores coletivos. Entendemos a imagem como expressão dos indivíduos, uma vez que seu processo de criação dá origem a diversas experiências, nas quais, de modo único e pessoal, os homens comunicam suas preferências, já que sentem, percebem, conhecem, refletem e tomam posição diante da sociedade.

Pautados em Oliveira (1997), lembramos que, para conviver socialmente, o homem necessita de uma educação que o ensine como viver, como utilizar sua potência natural - a razão - a seu próprio favor e em benefício da coletividade. Compreendemos que o processo de humanização ocorre nas relações sociais: é uma resposta às necessidades vigentes, para que o homem viva ou se mantenha socialmente integrado.

Nesse sentido, buscamos identificar que alterações comportamentais as imagens expressavam; que conteúdos educativos eram perceptíveis. Percebe-se que o monarca, quando usava esses mecanismos para ser observados pelos homens, esperava de seus súditos ações de lealdade e de obediência. Estimular esses padrões de comportamento implicava que, na ordem do dia, existisse uma linguagem enaltecida das virtudes régias.

Percebemos que o enfrentamento entre as partes que compunham a sociedade, com seus diferentes interesses, interferia na sociedade e a modificava como um todo. As ações e os conhecimentos existentes passavam por alterações, em razão da capacidade dos homens de se influenciar mutuamente. O ato educativo decorria de sua capacidade de reagir e atuar junto a outros homens, aprendendo e ensinando. Isso, pois, tornava a educação possível.

Nesses termos, o acesso às imagens sebastianas favorecia a geração de uma nova sensibilidade, a difusão de novos valores, ideias e comportamentos, os quais se apresentavam como indispensáveis para o desenvolvimento e a conservação da sociedade. Ou seja, a imagem se tornava um instrumento de educação dos sujeitos dos diferentes grupos sociais, letrados e iletrados, naquele momento. Ela possibilitava que o indivíduo aprimorasse processos psíquicos necessários ao desenvolvimento da percepção, da imaginação, da observação, do raciocínio, da sensibilidade; essas capacidades, por sua vez,

influíam na aprendizagem. No momento da criação/leitura da imagem abria-se para o indivíduo a oportunidade de ele se deparar com sua própria emoção, libertar-se de tensões, de organizar seus pensamentos, sentimentos, sensações, enfim, de educar, ou seja, de aceitar a mensagem que a imagem intencionava imprimir nos indivíduos do século XVI.

Considerando o conhecimento e a contribuição que o historiador pode oferecer para a compreensão de seu objeto de pesquisa, fazemos nossa a indagação de Dosse (1994): seria possível o mental fora do social? Entendemos que não. Segundo esse autor, a maneira como o homem percebe sua época, pensa, sente e age encontra-se correlacionada às representações que formula e ao real que as suscita. Certamente ocorre uma movimentação entre o real e as visões de mundo. Portanto, as categorias da mentalidade e da longa duração são relevantes para a maior compreensão das relações sociais do momento em que se buscava a formação do modelo ideal de homem e de rei, lançando-se mão de distintas linguagens, inclusive da imagem.

2.2. HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E SUAS INTERFACES

Para entender como se consolidou uma forma coletiva de pensar e agir a respeito do poder régio mítico que se legitimava, optamos pelos campos da mentalidade (modos de pensar) e do simbólico (distintas formas de apreensão do real). É por esse caminho que iremos abordar nosso objeto de estudo, buscando compreender como o ideário de rei laico e cristão foi se firmando, se legitimando na mentalidade coletiva, nos diferentes gêneros textuais. É oportuno, portanto, iniciar nossa análise pela apresentação de alguns aspectos dessa que se mostrou polêmica desde os seus primórdios: a História das Mentalidades²³.

Segundo Le Goff (1976), essa nova vertente da história relacionava a dimensão da sociedade ao mundo mental e aos modos de pensar e sentir. A História das Mentalidades²⁴,

²³ A nomenclatura dessa área de estudos é diversificada. Segundo Certeau (1982): “[...] Não tem sequer um nome: na Alemanha, é Geistesgeschichte; nos Estados Unidos, Intellectual History; na França, Histoire des Mentalités; na U.R.S.S., História do Pensamento...” (CERTEAU, 1982, p. 38). Com o intuito de padronizar nossas referências, usaremos a nomenclatura adotada pelos franceses, isto é, História das Mentalidades.

²⁴ O impacto dos anos 60 contribuiu decisivamente para que a área de mentalidades ganhasse novos contornos. No contexto conturbado dessa década, ela foi influenciada pelos acontecimentos de maio de 1968 em Paris, pela Primavera de Praga, pelos movimentos feministas, pelas lutas contra as desigualdades raciais nos Estados Unidos da América. A publicação do artigo do historiador Jacques Le Goff, *As mentalidades – Uma História Ambígua*, publicado em 1974, tornou-se um marco no pensamento historiográfico da Nova História. Dois anos depois, esse artigo foi traduzido no Brasil, no livro denominado *História*, estruturado em três volumes. Desenvolveram-se três variantes da História das Mentalidades, ou seja, três maneiras de fazer a história das mentalidades: a primeira estava ligada à tradição dos *Annales*; a segunda, ao marxismo, como Michel Vovelle com a obra *Ideologias e mentalidades*; a terceira, à descrição e à narração de acontecimentos (VAINFAS, 1997).

em sua versão francesa, passou de uma abordagem de temas culturais para a do gestual, das atitudes e dos comportamentos coletivos e dos reflexos inconscientes das sensibilidades.

É válido ressaltar, nesses termos, a necessidade de situar certas ações humanas desse período no contexto amplo, que abrange o social, o simbólico e o cultural. Geertz (1989) instiga-nos a “[...] olhar as dimensões simbólicas da ação social - arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum” (GEERTZ, 1989, p. 40). Os comportamentos, datados historicamente, precisam de orientações fornecidas pelos sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual). Dessa maneira, aproximamo-nos do entendimento da experiência humana, ou seja, da vida cotidiana do homem, do mundo em que ele atua. Esses símbolos, para o autor, não são “[...] apenas simples expressões, instrumentalidade ou correlatos de nossa existência biológica e social: eles são seus pré-requisitos” (GEERTZ, 1989, p. 61).

Sem os homens, certamente não existiria cultura e, portanto, sem cultura, não haveria homens. Segundo Geertz (1989), o termo cultura abrange um padrão de significados corporizados em símbolos. Transmitido historicamente, esse padrão denota um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. O autor afirma que precisamos entender “[...] tanto a organização da atividade social, suas formas institucionais e os sistemas de idéias que as animam, como a natureza das relações existentes entre elas” (GEERTZ, 1989, p. 227). É justamente nesse sentido que buscaremos as possíveis respostas dadas pelos homens às inquietudes de seu tempo, que certamente apresenta similaridades com o nosso.

Com esse enfoque, inquirimos: Existirá uma mentalidade coletiva? Será possível identificar uma base comum nos modos de pensar e de sentir dos homens de determinada sociedade, de certo tempo histórico?

Como já esclarecemos, essa foi uma de nossas estratégias teóricas para compreender a imagem do rei D. Sebastião, a qual personifica tanto o poder laico quanto o cristão. Com efeito, a representação social desse rei mítico poderia ser pesquisada de outras perspectivas, como as da História Demográfica e da História Política, e não apenas a da História das Mentalidades. Elegemos o pressuposto teórico da História Social, que privilegia a totalidade do ser social, porque entendemos que tanto os domínios priorizados pelos historiadores das mentalidades quanto os da vida social para os quais seus olhares se

dirigem têm potencialidades para definir o estilo de história que fazem: o universo mental, os modos de sentir, o âmbito das representações coletivas e o inconsciente coletivo²⁵. Podemos observar que o estudo das mentalidades coletivas também se vincula com o social. Como afirma Marc Bloch (2001), reconhecemos que, “[...] numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade” (BLOCH, 2001, p. 96).

Adotando, pois, a perspectiva teórica de que existem de fato mentalidades coletivas, procuramos ampliar nossa concepção documental e lançamos mão de um universo de fontes heterogêneas, dentre as quais obras literárias, poemas, crônicas oficiais, correspondências oficiais e fontes iconográficas, em especial. O estudo das diversas maneiras de manifestação do homem leva-nos à compreensão das formas de estruturação da sociedade, inclusive da educação. Em nosso caso, em que a linguagem imagética se institui como fonte principal, salientamos a necessidade de adotarmos estratégias próprias, já que existem diferenças entre o discurso visual e o discurso escrito. A imagem visual tem sua especificidade, algo próprio a ser dito. Dessa forma, precisamos fazê-la falar, inquiri-las, para chegarmos àquilo que Vovelle (1991) nomeia de “[...] confissões involuntárias” (VOVELLE, 1971, p. 70).

Busquemos, pois, apresentar a trajetória da História das Mentalidades. A partir do século XVIII, segundo Duby (1999), delineou-se na consciência histórica o pensamento de que a atitude psicológica dos homens talvez não tenha sido igual em todas as épocas. Essa ideia abriu a possibilidade de se construir uma história do espírito humano. Certamente, o homem foi aperfeiçoando o seu grau de civilidade à medida que teve acesso aos conhecimentos filosóficos, científicos e artísticos. No final do século XIX, esboçaram-se gradativos aprimoramentos da história das artes e da literatura, a qual enveredou pelo caminho de uma história da sensibilidade. Diante dos entraves da visão oferecida pela história dos acontecimentos, que carregava em seu bojo a ideia de um progresso contínuo, linear, de fácil identificação, um novo olhar sobre a história foi se delineando lentamente.

²⁵ Ariès (1998) designa coletivo como aquilo que seja “[...] comum a toda uma sociedade em determinado momento” (ARIÉS, 1998, p. 174); como inconsciente e ou não-consciente seria “[...] idéias recebidas ou idéias no ar, lugares-comuns, códigos de conveniência e de moral, conformismos ou proibições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e dos fantasmas” (ARIÉS, 1998, p. 174). Na atualidade, os historiadores utilizam os conceitos de “estrutura mental” ou de “visão de mundo” para nomear os traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe aos indivíduos sem que eles saibam.

Em nosso caso, analisaremos as imagens relacionadas ao rei D. Sebastião, perpassando o conjunto de crenças que atribuíram a esse rei um caráter mítico. Poderemos, assim, perceber que a produção e a circulação de imagens visuais, mentais e verbais incorporavam sistemas simbólicos diversificados, atuando na construção da representação mental e social do rei.

Observamos, assim, uma interface possível da mentalidade coletiva não apenas com o campo das representações, mas também com o âmbito dos símbolos. Ou seja, a mentalidade coletiva se relacionaria com as formas simbólicas, entendidas por Chartier (2002) como

[...] todas as categorias e todos os processos que constroem “o mundo como representação”. [...] todas as formas ou todos os signos graças aos quais a consciência constitui a “realidade”. [...] informa as diferentes modalidades da apreensão do real, que opere por meio dos signos lingüísticos, das figuras mitológicas e da religião ou conceitos do conhecimento científico [...] (CHARTIER, 2002, p. 19-20).

Para o autor, as representações do mundo social seriam as formas e os motivos que traduziriam os interesses e as posições dos indivíduos que, como atores sociais, paralelamente, descreveriam a sociedade da forma como pensavam ser ou como desejavam que fossem. Por meio dessas representações simbólicas, os sujeitos históricos expressariam as distintas modalidades de percepção e de apreensão do real.

É possível que essas formas tenham alimentado sonhos e utopias, sejam os relacionados ao passado (divinização de D. Afonso Henriques) sejam os relacionados ao futuro (messianismo de D. Sebastião), isto é, a uma posteridade que se desejava e pela qual era necessário lutar. Nossa hipótese vai nessa direção.

Destacamos, entretanto, que não devemos confundir messianismo com sebastianismo²⁶. O sebastianismo refere-se à crença de que D. Sebastião, como *Príncipe Encoberto*, seria o fundador e o primeiro imperador da Quinta Monarquia. À frente de um exército contra os mouros, D. Sebastião foi derrotado em Alcácer Quibir, em 1578. De

²⁶ A obra *Tratado da Quinta Monarquia*, do frei Sebastião de Paiva, institui-se como um texto militante e apologético da crença sebástica. O autor apresenta *O Encoberto* como uma pessoa concreta, como uma figura-chave que iria propiciar a concretização do prometido paraíso terreal. Sobre sua originalidade, Franco e Reis (2006) destacam que esse texto se organiza como “[...] o primeiro grande esforço de elaboração teórica nascido da crença sebástica, assim como o primeiro texto em português de fundamentação apologética do Quinto Império” (FRANCO; REIS, 2006, p. 84). Para esses autores, o frei Sebastião de Paiva acreditava que o sebastianismo não seria apenas a esperança de uma “[...] restauração da monarquia sob um rei nacional residente em Lisboa, mas sim da Monarquia Universal prometida na Bíblia e na tradição clássica como prelúdio de felicidades sem fim” (FRANCO; REIS, 2006, p. 82).

acordo com Hermann (2000), o desaparecimento de um rei *Desejado*, sem herdeiro, deixou Portugal em uma situação preocupante. A derrota de Alcácer Quibir representou uma perda dupla: mouros e castelhanos colocavam em xeque-mate a soberania lusitana. A perda da autodeterminação do povo português como epílogo desastroso de uma época áurea da história do Reino, em que tantos sonhos e glórias haviam se condensado de forma tão intensa, deixou na consciência coletiva do reino luso uma sensação de que ele não cumprira sua missão histórica. Nesse cenário de incertezas quanto ao futuro e de melancolia em relação ao passado, consolidou-se um campo fértil para a disseminação do *sebastianismo*. Essa crença aportou na esperança do retorno de um rei messiânico, que salvaria Portugal da dominação dos castelhanos e da vergonha da derrota diante dos mouros. Por isso, o rei *O Desejado* passou a ser chamado de *O Encoberto*²⁷.

No que diz respeito ao messianismo português, Megiani (2003) afirma que essa crença foi construída, alimentada e ressignificada desde o nascimento do monarca, seguindo o exemplo de Afonso Henriques (1128-1185). Os reis da Dinastia de Avis contribuíram para o desenvolvimento da concepção mítica do rei Salvador, deixando para D. Sebastião a difícil responsabilidade de se tornar um herói bíblico ou um imperador como os da Antiguidade. O povo identificava os sucessos do reino com os sucessos do rei, relacionando-o com o transcendente. Podemos interpretar isso como uma construção de seu povo e de seu tempo.

²⁷ De acordo com Azevedo (1947), D. Sebastião foi derrotado em Alcácer Quibir na manhã de 4 de agosto de 1578. Desde então, seu destino se perdeu na incerteza e na lenda. O desaparecimento de um rei *Desejado*, sem herdeiro, deixou Portugal em uma situação preocupante: sentiu-se um golpe nas esperanças de volta de um caminho glorioso destinado a Portugal. Junto às notícias da derrota do exército português, circulava a informação de que o rei havia desaparecido. De 1578 a 1580, o cardeal Dom Henrique, tio-avô de D. Sebastião, ocupou a coroa, retardando o fim da independência de Portugal. Porém, em 1580, após sua morte, diversas batalhas no campo político e jurídico das cortes acabaram sendo vencidas pela corte de Castela, de forma que Felipe II, rei de Castela, assumiu também o trono português. Nesse ínterim, a crença de que D. Sebastião estava vivo tomou grande vulto, sendo legitimada pelo seu peso como governante para a história de Portugal. Enquanto estavam sob o jugo de Castela, os portugueses aguardavam a volta do rei português. Segundo Azevedo (1947), falava-se que, naquele momento, teriam ocorrido quatro tentativas de se forjar a identidade do rei desaparecido. Apesar de um a um dos reis forjados terem sido desmascarados por Castela, a imagem de D. Sebastião ganhava maior potência no imaginário português. Cada vez mais ele era tido como um rei desaparecido que a qualquer momento retornaria para trazer a salvação de Portugal, originando, assim, o mito do *O Encoberto*. A ideia de que o monarca precisaria peregrinar para se refazer de possíveis erros provindos de sua existência secular ganhava corpo na configuração de um soberano que voltaria purificado, santificado e, com efeito, apto a restabelecer a salvação de Portugal e, depois, a do mundo. Delineou-se um projeto de construção do caráter de D. Sebastião como herói messiânico, surgindo, por conseguinte, um sebastianismo que ressaltava contornos milenaristas, utópicos e escatológicos na figura do rei. *O Encoberto* teria um destino não menor do que o de seu predecessor, *O Desejado*: retornar heroicamente, destruir os inimigos dos portugueses e dos cristãos, restaurar o trono das mãos de Felipe II e inaugurar o reino da abundância na terra, o Quinto Império.

Podemos afirmar que o sistema de representações (mitos, imagens, ideias, conceitos) exerce papel histórico nas sociedades. Dessa forma, podemos nos reportar ao simbólico quando um objeto ou uma imagem contém referências a uma dada realidade, ideia ou conjunto de valores que queremos tornar presente (por exemplo, a espada como símbolo da justiça).

A História das Mentalidades, nesses termos, pode nos ajudar a apreender o homem como ser social e indivíduo. No caso desta pesquisa, percebemos que, em meio às inquietudes dinásticas que cercaram a história de D. Sebastião, consolidou-se um conjunto de elementos que nos revelam como a sociedade, por meio da literatura, da historiografia e da iconografia, construiu imagem de um rei ideal.

No repertório de símbolos e imagens, com sua correspondente interação à vida social e política, observamos também o papel de certas cerimônias ou eventos, nos quais era recorrente a teatralização do poder, como a da tauromaquia²⁸. Imagens, cosmovisões, rituais, símbolos poderiam ser produzidos por circunstâncias políticas, por necessidades sociais. O historiador da mentalidade relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo às questões sociais e políticas coletivas, buscando elementos que o ajudem a esclarecer certos aspectos da vida social, econômica, política, cultural e religiosa.

Ao olhar para a iconografia de D. Sebastião, deparamo-nos com roupas, objetos e insígnias que nos induzem a pensar na divinização e no poder do monarca, legitimando certas crenças inseridas na mentalidade coletiva. Não estamos nos propondo, porém, a simplesmente desvelar e rastrear um modo genérico de sentir, mas, sim, a captar a história de uma crença delineada e atrelada ao universo político e social da época. Ou seja, pretendemos analisar uma crença que tem uma história e que se foi entranhando na maneira medieval, e até moderna, de se conceber uma realeza que dialogava com a sacralidade e com a laicidade.

Na apreciação imagética, segundo Duby (1999), deveriam ser exploradas todas as formas de sentir do homem, a exemplo da visão impressa nas obras pintadas. Ele argumenta que, nos escritos literários, não existe precisão na tradução dos dados visuais, na

²⁸ Dentre os membros da realeza lusitana, destacamos alguns que foram toureiros: D. Sancho II (1209-1248), D. Sebastião (1554-1578), D. Afonso VI (1656-1683), D. Pedro II (1683-1706), D. Miguel I (1828-1834) e D. Carlos I (1889-1908). Em Portugal, alguns dos reis enfrentavam o touro em praça pública, a cavalo ou a pé. Em 1578, o rei D. Sebastião mandou construir uma praça de touros em Xabregas. Nesse ano, de acordo com Almeida (1951), antes de partir para a batalha de Alcácer-Quibir, o rei participou de uma corrida de touros em Xabregas e, pondo em prática sua destreza no manejo das armas, matou um touro. D. Sebastião pediu ao Papa Gregório XIII (1572-1585) que revogasse a Bula Pontifícia de Pio V (1566-1572), na qual se proibiam as touradas.

perspectiva do artista e no gosto dos sujeitos. Os temas presentes nas criações dos homens se instituem como rica fonte de leitura do social. Por meio desse instrumento, pode-se estabelecer uma troca de reações entre o sujeito criador e o leitor. O criador, possuidor de certa liberdade, traz em si as influências de sua educação, de suas tradições, de seu meio, da oficina onde trabalha, induzindo, de certa forma, modificações no gosto e na ação do leitor. Possivelmente, o comportamento dos homens, especialmente os que se referem às emoções e à sensibilidade, estejam ligados à forma de agir e pensar característica de determinado tempo histórico.

O historiador precisa unir os elementos do universo psicológico, artístico, intelectual e moral, para, assim, reconstruir as representações da vida, da religião, da política, de certa coletividade histórica. Em seu trabalho investigativo, ele pode dialogar com as imagens visuais e com as imagens produzidas no âmbito da escrita. No entanto, precisa ter cautela para converter uma informação visual em imagem mental, uma informação escrita em imagem visual ou fazer a passagem do discurso contido nas fontes de cultura material para o discurso verbal e vice-versa. Nesta pesquisa, considerando essas possibilidades e cuidados, fazemos da apreciação imagética uma fonte que nos permita descobrir em que medida as imagens imprimiram na mente e no coração dos homens quinhentistas um ideal de monarca.

Analisaremos agora as interconexões entre o individual e o coletivo. De acordo com Duby (1999), a partir da década de 1920, a Escola dos *Annales* e as concepções marxistas, pouco a pouco, incutiram no espírito dos historiadores a necessidade de deslocar a atenção do indivíduo para o grupo, de observar os movimentos coletivos. O autor afirma que Lucien Febvre (1878-1956), na *Revue de Synthèse Historique* (1928), teria percebido a necessidade da colaboração de diferentes especialidades para estudar os fenômenos humanos, dispensando uma atenção especial para a Psicologia.

Citamos aqui os aportes intelectuais advindos dos *Annales d'histoire économique et sociale*, fundados por Lucien Febvre e Marc Bloch (1886-1944) em 1929, em Estrasburgo. Esses aportes foram um marco na historiografia francesa. A História, para esses intelectuais, institui-se como explicação do homem e do social no tempo, compondo um ir e vir do coletivo para o individual. Perpassando as imobilidades e os movimentos da vida do homem, poder-se-ia compreender o conjunto e se aproximar da totalidade social.

Para Duby (1999), essa aproximação da História com a Psicologia sempre se fez presente. O autor destaca que:

Psicológica, a história quis ser assim desde os seus começos. Quer ela tenha sido relato de acontecimentos singulares e, ao tentar explicá-los de outro modo que não por intervenções mágicas, ela tenha tornado responsáveis por tais acidentes certos heróis, certos homens de exceção, a causa profunda dos seus actos será melhor procurá-la nos seus desígnios ou nas suas paixões. Quer ainda que ela tenha sido genealogia, crónica escrita para uma glória de uma linhagem ou de uma comunidade, a história teve preocupação de distinguir entre si os chefes de grupo através das respectivas virtudes ou de respectivos defeitos individuais. Naturalmente, portanto, ingenuamente, a história apresenta-se como um estudo dos comportamentos e das atitudes mentais: quando ela é drama, trama de intrigas ou então biografia, modelo que se impõe imitar ou exemplo a não seguir, enfim, quando ela se esforça por desenredar os fios das negociações entre as potências. Recreativo ou exemplar, diplomático ou moralizante, o relato histórico [...] dá assim lugar à análise mais ou menos subtil dos estados da alma (DUBY, 1999, p. 6).

Vemos que essa orientação da pesquisa para a história das ideias e das crenças ampliou o olhar do historiador. Assevera o autor que a Psicologia Social tornou-se aliada da *Escola de Annales*. Atraídos pela psicologia coletiva, Lucien Febvre e Marc Bloch abriram caminho para a História das Mentalidades. Esses historiadores dirigiram sua atenção para os mecanismos intelectuais, os sentimentos e os comportamentos dos homens que os precederam. Dedicaram-se a investigar as respostas que as sociedades deram às constantes interrogações dos homens em relação ao universo que os cercava.

A Psicologia Social ensinou aos historiadores que não seria possível separar os indivíduos dos seus grupos, pois estes são múltiplos e estão imbricados uns nos outros. Assim, tornou-se indispensável o diálogo entre o psiquismo individual (atividade mental, reações pessoais) e o ambiente social (relações entre as pessoas e os grupos). O estudo das atitudes mentais pressupõe interligações entre as representações coletivas e as condutas pessoais. Para ele, toda conduta individual responde a certa situação e, por conseguinte, não se poderia deixar de examinar o meio que circunda os fatos sociais. Não seria possível, segundo o autor, isolar uma individualidade do grupo do qual faz parte; o homem, por mais singular e criativo que seja em comparação a outros de sua época, dissolve-se no coletivo. Há limites que sua singularidade não pode transpor. Por exemplo, nos tempos de D. Sebastião, não seria possível ser descrente no mesmo sentido que hoje se dá a essa expressão. A imagem idealizada desse rei era aceita pelo coletivo lusitano. Como a atividade mental proposta pelo grupo intervinha na formação das personalidades individuais, suas respostas modificavam o meio cultural. Todavia, considerando um

universo de níveis culturais sobrepostos, não devemos nos esquecer de que um mesmo indivíduo poderia estar integrado em grupos múltiplos, sofrendo interferências e pressões distintas. A formação de D. Sebastião, nesse sentido, era influenciada tanto pelos religiosos quanto pelos laicos que o cercavam.

Com os pressupostos da História das Mentalidades podemos, portanto, observar em uma distância longa e em ritmos diversos, as situações e as relações entre as pessoas e os grupos e as modificações que se engendram. No caso de D. Sebastião, verificamos a consolidação de determinadas estruturas mentais coletivas que perpassavam o indivíduo e o grupo social. Ingressando nas esferas política, religiosa e social desse período, deparamo-nos com crenças, práticas cerimoniais, ritos e insígnias de poder, as quais apontam para a existência de uma mentalidade política alicerçada em uma mística monárquica. Esse entendimento, pois, de que existe um diálogo entre o social, o político e o místico fundamenta nossa tese, cujo fim é perceber que as diferentes linguagens colaboravam para a crença que se forjava a respeito do rei.

De nosso ponto de vista, a linguagem imagética é um elemento significativo na construção de justificativas, na projeção de interesses e objetivos coletivos, na criação de necessidades e na modelagem de valores e condutas. Por apresentar uma linguagem menos codificada, por conter sinais universais de rápida interpretação, a imagem configurou-se como um importante instrumento de educação dos homens no tempo vivido por D. Sebastião. Na quarta seção, iremos analisar algumas imagens como representação ideal desse monarca, entendendo-as como criação coletiva, mesmo que as pessoas daquele momento não tivessem plena consciência do que desejavam. Essa parcial inconsciência possibilitava a eficácia do uso das imagens como reforço do poder real, ou seja, como um recurso pedagógico.

As estruturas mentais individuais são importantes na formação das estruturas mentais coletivas. As percepções, crenças, concepções e conhecimentos são produtos sociais, assim como a linguagem, o pensamento abstrato e o raciocínio lógico: à medida que participa da sociedade, o homem se ultrapassa quando pensa e age nela. Ao olhar para o tempo de D. Sebastião, devemos transitar entre essas duas esferas, cujas relações são interdependentes.

É perceptível a relação entre o poder laico e religioso-cristão na figura do rei D. Sebastião, ou seja, as imagens eram utilizadas para veicular crenças e incutir valores sociais e políticos na mentalidade coletiva. Confirmamos, assim, o sentido amplo da

educação: o de uma ação humana que se transforma em meio à diversidade social. No século XVI, os homens já expressavam certos comportamentos relacionados à nova ordem social que se esboçava. Já havia um caminho a ser percorrido, mas as mudanças sociais na esfera das mentalidades são mais lentas. Somos um ser duplo, que se forma na relação entre o mundo mental e material. O pensar e o agir provêm das condições materiais e intelectuais. Nesse sentido, a linguagem imagética e a literatura, por meio da memorização e da construção de hábitos, cumpriram a função de ensinar, atuando na construção da identidade do indivíduo e da sociedade moderna.

No momento de crise, de inquietude e desequilíbrio pelo qual Portugal passava no século XVI, abria-se espaço para emotividade, para a legitimação de crenças e sentimentos coletivos, para que, na mentalidade social, a possibilidade de um ideal de monarca, com uma missão messiânica nascida com D. Afonso Henriques, alçasse voo. Percebemos que, em períodos de tensão, a memória coletiva²⁹ tem sua importância, propiciando a construção de mitos. Nesse sentido, justificamos nossa opção pela História Social como um estudo “[...] das respostas que as sociedades deram sucessivamente à permanente interrogação do homem a propósito do universo que o rodeia e do seu destino – respostas diversas, instáveis, tranquilizadoras ou prolongando a espera” (DUBY, 1999, p. 72). Entrelaçando história e memória, direcionamo-nos para a compreensão do material simbólico que oportunizou a construção da imagem de D. Sebastião como representante dos gládios laico e cristão.

²⁹ O conceito de memória, nessa pesquisa, tem uma valoração considerável. Entendemos que, por meio de um conjunto de crenças, de mitos de fundação, do legado régio, de cerimônias, preservados na memória coletiva e individual, foi possível retomar ideias e reconstruí-las com o intento de legitimar a criação da imagem idealizada do governante, de D. Sebastião. Lançando mão das proposições de Le Goff (2003), consideramos necessário apreciar as imagens do rei nas diferentes linguagens, como “lugares de memória”, e visualizá-las com “os olhos da memória”. O autor destaca a importância que Alberto Magno, na obra *De bono, no De anima*, deu à memória. No tempo sebastiano, a memória coletiva permitiu lançar mão de metáforas (a fábula, o maravilhoso, as emoções) e da razão (sabedoria) para reviver, ressignificar, no tempo presente, aquilo que poderia contribuir para a legitimação da imagem que se construía do monarca, ou seja, a memória preservada no imaginário coletivo. Desse modo, Alberto Magno formulou regras para a aprendizagem da memória e, assim, influenciou o pensamento de teóricos da memória, entre os séculos XIV e XVII, como Erasmo, na obra *De ratione studii* (1512). As quatro regras mnemônicas de Alberto Magno eram: “[...] 1) É necessário encontrar ‘simulacros adequados das coisas que se deseja recordar’ e ‘é necessário, segundo este método, inventar simulacro e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo, porque o conhecimento humano é mais forte em relação aos *sensibilia*; por esta razão, o poder mnemônico reside na parte sensível da alma’. A memória está ligada ao corpo. 2) É necessário, em seguida, dispor ‘uma ordem calculada as coisas que se deseja recordar de modo que, de um ponto recordado, se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede’. A memória é razão. 3) É necessário ‘meditar com frequência no que se deseja recordar’. É por isso que Aristóteles diz que ‘a meditação preserva a memória’ pois ‘o hábito é como natureza’” (LE GOFF, 2003, p. 449-450).

As reflexões e as preocupações assumidas pelas modalidades historiográficas que analisamos - mentalidade e psicologia social - bem como seus aportes teóricos estão ainda longe de se esgotar. O universo mental dos homens, considerados em sua vida social, ainda contém enigmas que sempre atrairão o interesse dos historiadores. Para interpretar, temos que nos estender às diligências do espírito, pois os sentimentos, os valores morais, o pensamento, também podem ter a sua história.

Na dimensão da História das Mentalidades, muitas vezes vinculada unicamente com a história dos tempos da inércia ou de latência, existe “[...] uma real possibilidade de mutações bruscas, de criatividade no calor dos acontecimentos e de momentos em que se cristaliza brutalmente uma sensibilidade nova” (VOVELLE, 1991, p. 330). Como mudam as mentalidades, de maneira autônoma ou sob a pressão de um fator comum? Como algumas ficam em estado de latência e depois retornam com grande força?

Essas indagações incitam-nos a refletir sobre certos entrelaçamentos da história e das relações políticas, econômicas e sociais do tempo sebastiano. Podemos pensar, por exemplo: de que forma a mitificação de D. Sebastião foi ressignificada a partir de D. Afonso Henriques? Procuramos, portanto, identificar certos elementos que resistiram ou foram revisitados na mentalidade coletiva do tempo histórico do monarca, especialmente no que concerne ao caráter mítico de seu nascimento, governo e morte.

Considerando a relação entre educação e linguagem imagética, buscaremos na mentalidade social indícios dos elementos que tornaram possível forjar a imagem de um rei desejado, cuja missão era manter a independência de Portugal, e de um cavaleiro em nova cruzada contra os mouros. Buscaremos também perceber como essa crença foi recuperada, alimentada e fixada no imaginário social coletivo. Entendemos que a mentalidade coletiva “[...] se apresenta como que constituída de estratificações inconscientes da memória: inconsciente, porém operatórias” (VOVELLE, 1991, p. 321). Almejamos recuperar, no material e no mental que se entrelaçam em torno das relações sociais hierarquizadas e ritualizadas, a construção da imagem do rei D. Sebastião, tal como está representada na iconografia. Dispomo-nos a entender como eles se formam, difundem-se e se perpetuam. Isso implica estudar a movimentação educativa desse período, buscar a compreensão dos intercâmbios entre o indivíduo e o grupo.

Optamos, então, por uma história que assuma os temas da reflexão filosófica, mas situando-os na duração e no recomeçar das atividades humanas. A definição braudeliana de tempo na segunda geração dos *Annales*, objetivo da próxima subseção, foi relevante para a

ampliação dos campos de pesquisa. A categoria da longa duração se faz importante para a compreensão da permanência, das mudanças e da ressignificação dos elementos contidos na representação de D. Sebastião, como monarca formado sob as influências de seus mestres jesuítas e laicos.

2.3. HISTÓRIA DA LONGA DURAÇÃO E A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E CADÊNCIA

Para Braudel (1978), acompanhar o fio da história é essencial para o entendimento da vida dos homens em sociedade. As inquietudes da história expressam as mesmas inquietudes que pesam sobre nossos corações e espíritos. O que nos encanta “[...] é o que ela explica da vida dos homens a tecer-se sob nossos olhos, com face à modificação ou à tradição, aquiescências e reticências, recusas, cumplicidades ou abandonos” (BRAUDEL, 1978, p. 9).

Partimos da premissa de que a História se firma como uma condição para pensarmos as instituições, o pensar e o agir humanos em dado tempo. As transformações das instituições e dos homens, bem como os modos como estes produzem suas vidas tanto no âmbito material quanto no mental conduzem as mudanças na construção da história. Especialmente quando utilizamos a categoria da longa duração e adotamos as perspectivas da História e da História Social, aumentamos a possibilidade de nos aproximar dos homens do passado. Reiteramos que, tanto na mentalidade individual quanto na coletiva, formou-se e consolidou-se a imagem do infante D. Sebastião como um rei que, alicerçado em princípios filosóficos e na fé, iria se dedicar à arte de governar. A compreensão de como isso ocorreu pressupõe a opção pela perspectiva da longa duração. O estudo das mentalidades, além da diversidade dos grupos, perpassa a diversidade das cadências. Para percorrer esse trajeto acompanharemos as transformações que a representação do monarca adquiriu no tempo, procurando apreender e explicar as permanências e as mudanças e achegando-nos às questões sociais que suscitaram a produção iconográfica desse rei.

Exporemos, por isso, alguns dos fundamentos da História da Longa Duração. Esse conceito, proposto por Braudel (1978), foi divulgado em seu artigo *A Longa Duração*, publicado na revista *Annales*, em 1958. Nesse artigo, o autor demonstrou que o tempo avança em diferentes velocidades e explicou que a história se situa em três ritmos de duração ou histórias: a micro-história, voltada para o tempo curto, o indivíduo, o

acontecimento; a história de média amplitude, que aborda decênios, ou seja, uma história conjuntural, que segue um ritmo lento; finalmente, a história em profundidade, uma história estrutural de longa duração que põe em causa os séculos.

Grandes espíritos, como Michelet (1798-1874), Burckhardt (1818-1897), Fustel (1830-1889), entre outros, perceberam a necessidade de uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor do tempo longo. Com esse olhar, podemos nos aproximar dos problemas relacionados às estruturas sociais, tanto os do presente quanto os do passado. Podemos assim indagar: há ou não coincidência entre os tempos variados da vida dos homens? A longa duração “[...] liga a história ao presente, convertendo-a em um todo indissolúvel”, afirma Braudel (1978, p. 8). Quanto ao conceito de estrutura na longa duração, o autor o define como “[...] uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais” (BRAUDEL, 1978, p. 48). Essa estrutura pode ser considerada tanto um obstáculo quanto um sustentáculo. Há certas organizações que permanecem por gerações, atravancando a história e, de certo modo, comandando seu escoamento. O homem vive nos limites de certos quadros geográficos, de determinados fatos biológicos ou coerções espirituais. Observamos que alguns quadros mentais atravessaram sociedades, séculos e que os psiquismos mais diversos mantêm atitudes de longa duração, as quais são repetidas incessantemente e só se alterando lentamente.

Para exemplificar, mencionamos a crença de que os reis lusos, com intenções religiosas e políticas, lutariam pela Reconquista. D. Sebastião foi herdeiro desse pensamento.

Embora salientemos a categoria de longa duração, não desprezaremos os movimentos curtos. Pierre Nora, em sua obra *O retorno do fato*, denuncia o apagamento do acontecimento, a negação de sua importância e sua dissolução. Para ele, eventos capitais podem ter lugar sem que se fale deles, enquanto alguns movimentos, causadores de mudanças nos comportamentos e nas atitudes mentais, podem ocorrer de forma rápida. O autor afirma que certos acontecimentos trazem em seu bojo “[...] todo um material de emoções, hábitos, rotinas, representações herdadas do passado que frequentemente afloram à superfície da sociedade” (NORA, 1976, p. 190). Assim, as solicitações individuais de um fato podem revelar uma mentalidade coletiva comum.

Essas considerações podem ser aplicadas ao nascimento de D. Sebastião. Ele veio ao mundo no dia do santo de quem recebeu o nome. Isso colaborou para que alguns indivíduos divulgassem e legitimassem a ideia de que sua chegada era divina: ele seria o

rei messiânico que iria manter a independência de Portugal em relação a Castela. Esse pensamento, realimentado e engendrado pelas estruturas e conjunturas do momento, desponta como um indicativo da mentalidade coletiva de um povo que se formou no passado e perdurou por muitos anos.

Para Nora (1976), os desdobramentos de um acontecimento não apresentam nada de arbitrário. Seu surgimento ou ressurgimento, seus ritmos, suas correlações e suas consequências obedecem a regularidades que dão aos fenômenos certa conexão e identidade. De tal modo, na produção dos artistas e dos literatos preocupados em responder às expectativas de seus leitores, podemos seguir as transformações que se consolidaram nos espíritos durante a formação do mito sebástico. Realimentado, esse quadro mental nos oferece indícios de uma mentalidade que, durante séculos, determinou certas condutas dos sujeitos. Com efeito, os acontecimentos se apresentam como rupturas ou como restabelecimentos do equilíbrio em relação a certas crenças e comportamentos, individuais ou coletivos, cuja divulgação era objetivo das imagens.

Braudel (1978) nos lembra de “[...] um aspecto da realidade social do qual a história é boa criada, senão hábil vendedora: essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofado da vida social atual” (BRAUDEL, 1978, p. 43). Devemos atentar para o sentido da palavra para não correr o risco de esvaziar seu sentido. Ademais, para o autor, um evento carrega muitas significações, expressa movimentos profundos, ligados ou não a uma corrente de ocorrências proveniente de realidades subjacentes. Desse modo, não seria plausível caminhar somente pelas estradas da longa duração, pois percebemos encontros entre o tempo curto e o longo. Quantas rupturas, reviravoltas, incidências, variações, quantos saltos podemos observar diante das intempéries múltiplas da história?

Podemos afirmar que a interpretação histórica, na dimensão da longa duração, pode se conduzir para a linguagem icônica. Os múltiplos meios de expressão que, advindos do grupo social, chegam ao indivíduo servem de moldura para sua vida mental. Dessa perspectiva, verificamos que as linguagens iconográfica e escrita aproximam-nos da leitura das atitudes mentais e materiais do quinhentismo.

Como chegar ao que não foi revelado intencionalmente pelo olhar do artista ou do escritor? Nosso desafio consiste, pois, em buscar o entendimento da teia de significações, da interação dialética de homens e signos na formulação da realidade. Como essa formulação resulta do trabalho de sujeitos produtores e consumidores de signos

compartilhados socialmente, podemos inferir que esses códigos possuem um caráter conotativo que nos remete às formas de ser e agir do contexto em que as linguagens estão inseridas. Para penetrar na consciência coletiva dos homens, para explicar certas atitudes e relações que se mantêm no tempo e no espaço, devemos atentar para o vocabulário que esses homens empregam. A recuperação de determinadas expressões-chave favorece a compreensão de algumas articulações relevantes da psicologia coletiva. Consideramos que a interpretação do vocabulário se institui como uma tarefa um tanto delicada, já que, anunciando-se nas fontes escritas ou imagéticas, ele se encontra preso às fórmulas repletas de artifícios que manifestam uma intencionalidade. As palavras e imagens que nos chegaram são de profissionais, redatores de cartas, cronistas, poetas, pintores, os quais conviveram em proximidade com D. Sebastião.

Faz-se necessário, desse modo, relacionar mitos, crenças, símbolos, rituais (cortesia, cerimonial, conveniências, gestos, fórmulas) na lenta passagem de uma época para outra, considerando influências culturais, políticas, sociais e materiais da existência humana. Dessa maneira, podemos vislumbrar a conexão entre o real e o ritual. No caso em questão, o conjunto era constituído de elementos fundamentais para a educação do homem, para a formação das estruturas mentais coletivas que perduraram por muito tempo na memória coletiva dos lusitanos. As imagens eram lentamente introduzidas na consciência coletiva por meio de instrumentos pedagógicos, como a escultura, a pintura, a literatura, as cerimônias, os rituais. Considerando que “[...] o contexto mágico-mítico das forças transformou-se em um contexto de significações” (CASSIRER, 2001, p. 83), buscaremos, nesse mundo simbólico de mitos e crenças, o sentido que permeava essas linguagens.

Entendemos que ler uma imagem significa partir de valores, inquietações e padrões do nosso presente, os quais podem nem ter existido na época de D. Sebastião ou são muito diferentes dos que observamos nela. Por isso, sabemos que são muitas as possibilidades de leitura e de interpretação das imagens, até porque o historiador precisa decifrar códigos de outro tempo que não o seu, os quais, por isso, podem ser até incompreensíveis. O tempo do observador não é o mesmo do autor e, evidentemente, do objeto de observação, de forma que as diferenças temporais e históricas implicam a possibilidade de distintos entendimentos, pois as leituras são realizadas com as lentes do presente.

Nesses termos, para a realização da leitura imagética, teremos cuidado para chegar o mais próximo possível da percepção de como as imagens educavam os súditos lusitanos do século XVI, no sentido de aceitação da representação institucional monárquica.

Destacamos, então, nossa opção pelos métodos iconográfico e iconológico para a análise de imagens sob os olhares da História da Educação e da História Social. Na próxima subseção, elucidaremos como faremos a análise imagética com base nessas teorias metodológicas.

2.4. OS MÉTODOS ICONOGRÁFICO E ICONOLÓGICO

Uma obra de arte suscita muitas emoções e sentimentos no observador. Ao apreciarmos um quadro, inúmeras lembranças pululam nossos pensamentos, definindo nosso agrado ou desagrado. Muitos tendem a ver na tela aquilo que lhes apraz no real: nela estariam representadas as coisas como eles as veem. Somos tentados a admirar o bonito e o atraente, o que harmoniza formas e cores. Essa postura pode nos levar a rejeitar obras ricas em detalhes e que representam um tema menos sedutor. Possivelmente, logo descobriremos que a beleza não reside no tema.

Algo semelhante ocorre com a expressão. Essa relevante categoria, segundo Gombrich (2012), define o gostar ou não gostar de uma obra. Os observadores menos atentos tendem a apreciar as que lhes parecem ser de fácil interpretação ou lhes instigam uma comoção mais rápida. O entendimento de uma obra requer a apreensão dos métodos de criação do artista e, dessa forma, o apreciador pode se aproximar da compreensão dos sentimentos ali expressos de forma implícita e muitas vezes sutil. Pinturas e esculturas que deixam algum elemento para conjeturar e meditar certamente provocam sedução.

Nessa linha de pensamento, podemos levantar alguns questionamentos. Seria possível ler uma pintura da mesma forma que lemos um texto? Podemos encontrar na pintura a mesma complexidade de sentidos que encontraríamos, por exemplo, em uma narrativa? Seria o material icônico, ao mesmo tempo, fonte e objeto de um trabalho investigativo? Entendemos que sim e, por conseguinte, argumentaremos nessa direção.

A recente transformação da História das Mentalidades, tanto em seus métodos quanto em suas perspectivas, conduz ao debate renovado a respeito da utilização das fontes. Em nosso caso, como historiadora com o olhar voltado para as mentalidades, temos a nosso dispor fontes literárias, artísticas, documentos políticos, etc., por meio dos quais procuramos conhecer a sensibilidade e a mentalidade coletiva da sociedade portuguesa do século XVI. Podemos, assim, observar aquelas fontes que têm potenciais condições de revelar a história da representação de fenômenos sociais. A expressão literária ou estética

pode ser enriquecedora, já que nos apresenta as atitudes que refletem um sistema inconsciente de representações coletivas.

Segundo Eco (1980), quando representamos iconicamente um objeto, transcrevemos, por meio de artifícios gráficos, as propriedades culturais que lhe são atribuídas. Um código de representação imagética permite estabelecer quais são os artifícios gráficos que correspondem aos traços do conteúdo e aos elementos selecionados pelos códigos de reconhecimento. Temos à disposição blocos expressivos de unidades que nos remetem não para o que se vê, mas, sim, para o que se sabe ou se aprendeu a ver. Ou seja, temos a nosso dispor um esquema gráfico que reproduz as propriedades relacionais de um esquema mental. A imagem, como mensagem pautada em códigos partilhados socialmente, possui um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto em que se insere. A História das Mentalidades e a História Social alimentam-se de documentos do imaginário pautados nos códigos de suas circunstâncias temporais e ligados a um determinado sistema de crenças, de mitos, de valores, de intelectualidade.

Vovelle (1991), por sua vez, salienta que, em momentos de tensão, de ruptura, de reviravolta nas sensibilidades coletivas, elaboram-se modelos, estruturas estáveis, que, em longo prazo, condicionam as representações coletivas e as atitudes de uma época. Torna-se preciso, portanto, decifrar as significações latentes de um discurso bem mais complexo, carregado de múltiplos pensamentos possivelmente encobertos. No texto literário ou iconográfico, precisamos ir além do que vemos, ou seja, na apreciação das imagens, como lembra o autor, não devemos abandonar a análise intuitiva.

Entendemos, nesses termos, que, nas representações coletivas, muitos elementos poderiam ser apreendidos em suas estruturas e em sua evolução inconsciente por meio da leitura imagética. Em um processo de investigação, quando a fonte escrita tem suas fragilidades e limitações, a iconografia, a pesquisa oral sobre a memória coletiva, o gestual dos ritos e das práticas ganham certa valoração. As imagens apresentam-se, portanto, como uma memória visual, pensada e sentida, coletiva ou individual, historicamente construída. Suas mensagens são compostas por sistemas de signos não-verbais, social e individualmente compreendidos por meio de códigos, cuja decifração possibilita a análise das ações humanas socialmente estabelecidas.

Consideramos que todo documento contém um discurso que não se mostra transparente. Conforme Cauquelin (2005), a imagem visual se institui como um todo de significação - um texto ou discurso - suscetível de análise, o que exige do contemplador

um refinamento dos órgãos perceptivos e um desenvolvimento intelectual. As diferentes produções humanas, materiais ou espirituais, têm valor para a pesquisa e, portanto, devem ser consideradas.

Temos presenciado um avanço nas pesquisas que aludem ao mundo sensível, ao mundo das imagens. Tanto historiadores quanto filósofos tendem a dar valor maior ao texto, ao monumento escrito, revelando uma fronteira entre a linguagem verbal, que parece ser de mais fácil entendimento, e as linguagens simbólicas. Vovelle (1997) indica a iconografia como uma linguagem inteligível às massas ágrafas. Dessa perspectiva, as imagens podem ser vistas como instrumento pedagógico para a aceitação de D. Sebastião por seus súditos. Possivelmente, os retratos do monarca apresentavam a imagem que a sociedade portuguesa queria perenizar de si mesma para o futuro. Dessa forma, as propostas de abordagem histórica voltadas para o imaginário, ou seja, para a forma de pensar, não de um indivíduo, mas de um grupo que pode ser traduzido como a alma coletiva de um povo, constituem uma possibilidade de fundamentação para a apreciação da linguagem imagética.

Analisaremos, assim, as pinturas, esculturas e moedas que parecem ter sido destinadas a fixar uma mentalidade que deveria ficar na memória e cuja intenção educativa era uma tomada de consciência política no momento. Como aponta Cassirer (2001), toda linguagem “[...] é ‘representação’; é exposição de uma determinada ‘significação’ através de um ‘signo’ sensível” (CASSIRER, 2001, p. 91). Podemos intuir que as imagens sebásticas do século XVI contidas na pintura e na escultura, e utilizadas também pelos poetas e escritores, imprimiam certos comportamentos, incutiam nos indivíduos certas características do pensamento e das emoções. Reiteramos, assim, que nossa pesquisa está voltada para os objetos figurativos, para a decoração e o material documental constituído pelas imagens esculpidas ou pintadas.

Quanto a esse conjunto de instrumentos educativos, observamos que, na eleição do discurso, os artistas obedeciam às hierarquias e às sensibilidades próprias da época. Eles seguiam o gosto pela Antiguidade, lançavam mão da história greco-romana, dos traços do heroísmo que estavam em voga. As imagens comunicavam uma leitura da alma coletiva, exaltavam a virtude, a glória dos heróis do passado que influenciaram a formação de D. Sebastião. Possivelmente, as percepções eram formadas não apenas pelo que as sensações lhes forneciam, mas também pelo que as representações coletivas lhes impunham.

Destacamos que, em todas as civilizações e na maior parte do tempo histórico, as representações figuradas denotam um sentido e um alcance mais imediato do que a escrita. Os emblemas, as imagens, os costumes, os adornos, as insígnias, os gestos, as cerimônias, as maneiras de se organizar o espaço social, traziam o testemunho de uma ordem imaginada no que se referia à legitimação do poder do monarca.

Engendraremos, desse modo, um olhar que considera a confluência entre as imagens e o referencial da história como conflito social, com a convicção de que esse trabalho representa uma contribuição para o historiador da educação, que adota a perspectiva das mentalidades coletivas. A pintura, a escultura e a literatura constituem-se como suportes profícuos para o ofício do historiador. Dessa forma, por meio da linguagem - oral, escrita, icônica -, adquirimos o conhecimento, já que a experiência coletiva fortifica nossa própria experiência. Assim, como a linguagem se faz social, o pensamento, do qual ela se constitui condição, também se torna social.

Em nossa primeira dimensão de leitura da imagem, apresentamo-la como testemunho, ou seja, como a imagem relata e contribui para construir o acontecimento nas dimensões política, social e cultural. Estas dimensões, por sua vez, devem ser cotejadas com o discurso escrito. As imagens expressam o olhar coletivo, revelando “[...] tanto do que se vê como do que não se vê: os ‘silêncios’ da iconografia são tão significativos quanto a ênfase posta em certas particularidades ou em certos temas privilegiados” (VOVELLE, 1997, p. 22). Para tanto, são requeridos sensibilidade e conhecimento, pois o discurso racional tende a enrijecer e generalizar as sutilezas da linguagem pictórica.

A imagem como testemunho tornou-se parte da elaboração de um discurso que não pode prescindir dela. Vovelle (1997) advoga que a imagem tem um poder que “[...] nos remete, sem complacência, ao reflexo não tanto da realidade, mas da maneira como ela foi representada: adornada, embelezada ou escamoteada” (VOVELLE, 1997, p. 134). Também devemos observar seus silêncios, suas sutilezas, suas nuances. Precisamos ter uma visão crítica da especificidade da imagem, observar seu caráter parcial, a expressão subjetiva das ilusões da época ou a imagem que ela pretende projetar de si mesma. As múltiplas imagens podem nos auxiliar a tomar consciência da maneira como se constrói, se mantém e se alimenta o imaginário coletivo.

Na segunda dimensão, tratamos as imagens como um mecanismo de poder político. A imagem, adotando a linguagem da alegoria e dos símbolos, expressava os contornos da sensibilidade e da mentalidade coletiva política, os quais constituíam a atmosfera da época.

A importância da alegoria para o ensino, na mundividência de D. Sebastião, foi bastante significativa, considerando que o simbolismo contido na alegoria se tornava ideia, conceito. Do mesmo modo, a alegoria exemplificava, traduzia os valores para o cotidiano dos homens, ou seja, legitimava o poder real português e a autonomia do Reino.

Como podemos, pois, compreender como um determinado conteúdo sensível se transforma em portador de uma significação individual e coletiva? Cassirer (2001) afirma que, em cada “[...] ‘signo’ linguístico, em cada ‘imagem’ mítica ou artística, comparece um conteúdo espiritual, que, em si, transcende o sensorial, convertido à forma do sensível, do audível ou tangível” (CASSIRER, 2001, p. 64). Entendemos que não é possível fixar ideias e percepções no intelecto sem que elas tenham passado antes pelo sensível, pelos sentidos. Para esse autor, essas formas de expressão não são simples cópias da realidade, mas, sim, criações que formam o ser, que atribuem sentidos para o leitor e para o criador. Desse modo, pelas mãos de artistas e intelectuais, difundiam-se palavras de ordem e diretrizes para o Reino de D. Sebastião.

Embora Botticelli (1445-1510), por exemplo, expressasse sua individualidade, ele não era inteiramente livre, sentencia Burke (1999). O artista, em geral, fazia mais ou menos o que lhe era ordenado. Ele e a pessoa que encomendava sua obra faziam parte de grupos sociais distintos. Devem, portanto, ser vistos na moldura social, para que, assim, possamos compreender seus ideais, suas ambições e exigências. No entanto, há de se considerar o pluralismo da sociedade, as experiências sociais e as tradições culturais, as quais nos ajudam a dar sentido às vivências dos homens, e, particularmente, à definição do papel do artista. A análise de mitos, rituais e símbolos deve ser assentada em seu cenário social, para, assim, distinguir quem fala, em qual língua, com quem e quando. Rituais e imagens podem ser considerados como forma de comunicação, evitando qualquer primazia da palavra. Até que ponto o patrono ou o cliente, em vez do artista ou do escritor, determinava a forma e o conteúdo do trabalho?

Observamos a introdução de imagens e textos no sentido de glorificação ou justificação de determinado regime ou até, no sentido mais preciso, de recomendação de uma política determinada. Para Burke (1999), a mobilização das artes na tentativa de persuasão por meio das imagens divulgadas era mais elaborada na corte e nos festivais civis, onde muitas vezes se transmitiam mensagens políticas bastante precisas, e se celebrava ou legitimava determinado governo em prol daqueles que estavam no poder. As artes, dentre as quais a literatura, resultantes de uma propaganda bem conduzida, faziam-se

generosas para com os homens de poder. Não tinha a elite governante se nutrido daquela rede de crenças coletivas que pretendia perenizar? A imagem, certamente, perpetuava e cristalizava as expressões de uma sensibilidade passada, resguardada na memória. Verificamos, aqui, as práticas educativas por meio das imagens com a finalidade de fortalecer o poder estabelecido.

As estruturas e os temas dos instrumentos iconográficos reforçam a impressão de que existe um sistema de convenções que responde a uma representação coletiva elaborada. Um quadro, possivelmente, seria, ao mesmo tempo, um objeto de mensagem (que nos dá informações) e um conjunto de estímulos (que desencadeia reações). Isso orienta nossa proposta de avaliar o que significou a representação de um ideal de governante laico e cristão na sensibilidade coletiva daquela época.

Julgamos pertinente também reafirmar nosso olhar sobre a Arte. Em concordância com o pensamento de Ginzburg (1989), discordamos da “[...] sobreposição à arte do passado de uma concepção, nascida na idade moderna, da arte como ruptura com a tradição, da arte como expressão *imediate* da individualidade (ou talvez do inconsciente) do artista” (GINZBURG, 1989, p. 76). É relevante, no estudo imagético, considerar seu contexto de construção, suas convenções estilísticas, bem como evitar estabelecer deduções imediatas sobre o estado de espírito, de sentimentos e condições dos criadores de arte. Devemos tomar cuidado com as conexões rápidas e imediatas entre a situação histórica - cultural, religiosa e política - e os fenômenos artísticos e vice-versa. Aos pintores e escultores, provavelmente, não seria possível copiar a realidade tal como ela se constituía ou como eles a viam, não simplesmente por sua subjetividade, mas também pela riqueza da realidade, pelas possíveis alternativas que se lhe ofereciam quando olhavam o ambiente que os circundava e pelas influências que sofriam no ato de criação. A forma de uma representação não se separava do seu fim e das exigências da sociedade na qual determinada linguagem visual se instituíria como válida.

Reiteramos que é necessário tomar cuidado ao trabalhar com as linguagens oral, escrita ou imagética, já que estas trazem em si uma variedade de leituras e interpretações. As diferentes mensagens visuais podem ter duas funções: a cognitiva e a emotiva. Estas duas funções da comunicação referem-se à denotação (conteúdo da mensagem) e à conotação (dependente da forma como a mensagem é organizada), sendo suas possíveis leituras e interpretações oriundas da experiência do receptor, a qual pode ser produtora dos mais diferentes sentidos. Não se apresenta como fácil o esboço de hipóteses sobre a

maneira como formam e evoluem as representações coletivas. Dependendo da maneira como se olha, uma mesma imagem, bem como qualquer outra forma de linguagem, pode adquirir significados distintos.

Marc Bloch (1969) sugere que dialoguemos com a imagem: “[...] os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los” (BLOCH, 1969, p. 60). Ao questionar uma fonte, para escapar de possíveis distorções no seu trabalho investigativo, o historiador social e o historiador da educação precisam manter uma postura de vigilância. Por isso, iteramos que desenvolver uma metodologia de análise implica definir fundamentos e procedimentos adotados no trabalho com nossas fontes.

Considerando que, no século XVI, as imagens expressavam os significados simbólicos e estéticos de relações educativas e de poder, nas quais a medievalidade e a modernidade misturavam-se e se opunham, adotamos a metodologia proposta por Erwin Panofsky (1979). Esse estudioso, segundo Ginzburg (2001), ficou conhecido por seu trabalho intelectual a respeito da Arte, bem como por sua participação em um grupo que muito colaborou para os avanços na pesquisa da iconografia do século XX. Esse grupo trouxe para o debate novas abordagens, novos objetos e novas metodologias e, assim, contribuiu para o campo imagético. Dentre eles, citamos Aby Warburg (1866-1929), Fritz Saxl (1890-1848) e Edgar Wind (1900-1971), além de Ernest Cassirer (1874-1945).

Panofsky (1979) contribuiu de forma relevante para as pesquisas iconográfica e iconológica. Seu projeto acerca das tendências essenciais do espírito chegou ao conhecimento do povo francês em 1967, com a tradução da obra *Estudos da Iconologia*, publicada em 1939. Seu espírito inquietante de historiador levou-o a dispensar um novo olhar para os conceitos e as representações coletivas expressas no sistema simbólico. Não seria essa uma história dos signos culturais? A iconografia passou a ser vista como um instrumento relevante de apoio para a pesquisa no campo da História Social.

Em *Significado nas Artes Visuais* (1932-1933), o autor expõe de forma sintética dois métodos de leitura imagética: o iconológico e o iconográfico. Muitas vezes, esses termos são usados como sinônimos, pois tratam da análise de imagens e podem orientar uma mesma pesquisa; entretanto, seus objetivos são distintos. A iconologia corresponde a um método de interpretação exaustivo do significado intrínseco de imagens, histórias, alegorias (o mundo dos valores simbólicos); um movimento de totalização de saberes possíveis referentes a uma composição pertencente a um período preciso da obra de arte. O

iconográfico³⁰, por sua vez, estuda o tema ou a mensagem das obras de arte. Por meio desse método, coletam-se e classificam-se evidências, mas não se faz um trabalho investigativo sobre a origem e a significação delas. Em outras palavras, por meio desse instrumento metodológico tenta-se ler as imagens como se fossem textos, ao passo que a iconologia se preocupa com níveis mais profundos de significado. Para o autor, o fenômeno social comporta vários níveis de sentido, possui várias significações, e, por conseguinte, deve ser lido em diversos patamares.

Esse caminho teórico auxilia-nos a refinar nosso olhar diante da diversidade iconográfica de D. Sebastião e, assim, a desenvolver a hipótese, já referida na introdução, de que as imagens nos oferecem a possibilidade de verificar o desejo de se construir um ideal de governante, laico e cristão. Por meio de uma análise iconográfica e iconológica, verificamos que as imagens selecionadas são produto de um processo discursivo, ou seja, de uma seleção de informações que revela um sistema de valores. Verificamos que se intencionava idealizar a figura do monarca por meio de elementos iconográficos, como a pintura a escultura e a ourivesaria. Nessa idealização, observamos resquícios da arte religiosa medieval de caráter didático e catequético. Entendemos, portanto, que esse método em muito nos ajudará no trabalho interpretativo.

Passemos a discorrer sobre os caminhos que, na quarta seção, adotaremos na leitura das representações imagéticas de D. Sebastião. Apresentando ao leitor essa estratégia de apreciação imagética, poderemos observar o poder que as imagens exerciam na divulgação da representação social do rei, como personificação seja do Estado laico seja do cristão.

No que tange ao procedimento de descrição e interpretação das obras de arte, Panofsky (2005) constata a impossibilidade de se realizar em artes plásticas uma descrição puramente formal. Para ele, essa postura não poderia “[...] sequer empregar expressões como “pedra”, “homem” ou “rochas”, mas deveria se limitar fundamentalmente a descrever as cores como elementos formadores completamente destituídos de sentido” (PANOFSKY, 2005, p. 88). De sua perspectiva, o objeto da descrição não é constituído apenas da forma, mas também do sentido da forma.

³⁰ Etimologicamente, o termo iconografia indica as duas palavras gregas que o compõem: o sufixo *grafia* vem do verbo *graphein*, que significa *escrever*, e, no caso, refere-se ao ato de descrever, e *eikon* refere-se à imagem. Portanto, a *iconografia* seria um método descritivo e classificatório das imagens e forneceria dados importantes para a interpretação póstuma de uma obra de arte, como datas, origens (PANOFSKY, 1979).

Panofsky (1979) elabora uma metodologia de leitura iconográfica. Ele divide seu método de análise das imagens em três passos: a descrição pré-iconográfica, a análise iconográfica e a interpretação iconológica.

O primeiro passo, nomeado *pré-iconográfico ou fenomênico*, compreende a identificação do tema natural ou primário, ou seja, o sentido denotativo, tal como se manifesta na percepção imediata. Essa fase é limitada aos motivos (linhas, cores e volumes) e requisita apenas as experiências práticas para que as pessoas reconheçam a forma e o comportamento dos seres humanos, animais e plantas. Nessa etapa, que se refere às experiências sensíveis, deve-se considerar a distribuição das luzes e sombras, a articulação das superfícies. A descrição implica uma contemplação cuidadosa da imagem e uma associação do seu conteúdo com ideias que normalmente fazem parte do conjunto de nossa experiência. Vejamos as palavras do autor:

Aprendido pela identificação das formas puras, ou seja, certas configurações de linha e cor, ou determinados pedaços de bronze ou pedra de forma peculiar, como representativos de objetos naturais tais que seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas e assim por diante; pela identificação de suas relações mútuas como acontecimentos, e pela percepção de algumas qualidades expressionais, como o caráter pesado de uma pose ou gesto, ou a atmosfera doméstica e pacífica de um interior. O mundo das formas puras assim reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais pode ser chamado de mundo dos motivos artísticos. Uma enumeração desses motivos constituiria uma descrição pré-iconográfica (PANOFSKY, 1979, p. 50).

A apreensão do significado dos objetos deve ser feita por meio de uma análise cautelosa, ou seja, a descrição e a identificação dos elementos da imagem pressupõem critérios e rigor. No entanto, o autor ressalta que, quando as conclusões fogem do alcance das nossas experiências práticas, torna-se necessário ampliá-las por meio de pesquisas em livros ou outro veículo de informação. Esse historiador adverte, também, para a relevância da identificação e da reconstrução do tempo histórico em que a imagem foi concebida e materializada. Caso isso não assegure a exatidão da análise, é necessário considerar o *locus* histórico. O conhecimento que garante o reconhecimento do local histórico seria o da história do estilo, que propicia a “[...] compreensão da maneira pela qual, sob diferentes histórias, objetos e eventos foram expressos pelas formas” (PANOFSKY, 1979, p. 65).

Para descrever um material icônico, inclusive de forma fenomênica, o observador já deveria tê-lo classificado estilisticamente, afirma Panofsky (2005). Esse autor salienta que uma obra ainda desconhecida em termos de época e de espécie já deve ser caracterizada

quanto à sua história e ao seu gênero artístico, antes mesmo que a descrição nela contida se tornasse uma possibilidade. Entendemos, assim, o valor da contextualização, pois esta se apresenta como condição necessária para a orientação da pesquisa com base em imagens.

Após a observação da imagem, faz-se um relatório de tudo o que se percebe nela. O objetivo é identificar e descrever o significado factual e expressional da obra. Para interpretá-la, pode-se questionar o que se vê na imagem, o que ela reflete, qual é seu sentido semântico. Esse segundo passo corresponde à *análise iconográfica ou do significado*, cujo foco é o que ele chama de conteúdo secundário ou convencional, isto é, a relação entre o que foi identificado na imagem e o tema que ela representa.

A identificação de tais imagens históricas e alegóricas é o domínio daquilo que é normalmente conhecido por “iconografia”. De fato, ao falarmos do “tema em oposição à forma”, referimo-nos, principalmente, à esfera dos temas secundários ou convencionais, ou seja, ao mundo dos assuntos específicos ou conceitos manifestados em imagens, estórias e alegorias, em oposição ao campo dos temas primários ou naturais manifestados nos motivos artísticos (PANOFSKY, 1979, p. 51).

A iconografia, para esse intelectual, centra-se no tema da obra de arte, em contraposição à sua forma. Esse nível implica certos conhecimentos literários. Os objetivos, nessa fase, são identificar os significados convencionais expressos pelos elementos da imagem e relacionar os motivos artísticos (factual/expressional) com os acontecimentos construídos por meio da cultura no momento. Dessa forma, pode-se perceber que um grupo de homens à mesa, dispostos de determinada maneira e com certas atitudes, representa a Ceia; ver essa imagem apenas como a representação de um banquete seria desprovê-la de significação. Não basta apenas relacionar as fontes textuais adequadas com o tema do quadro. Por isso, nesse estágio, importa conhecer os códigos tradicionais.

Panofsky (1979) afirma que a utilização de fontes literárias, enciclopédias e dicionários é indispensável para a identificação e a familiarização com os temas e conceitos retratados na imagem. Todavia, ele nos alerta para o fato de que essas fontes podem não garantir a precisão da análise. Ao buscar a colaboração de fontes escritas, devemos ficar atentos à probabilidade de forçarmos involuntariamente os textos e, por exemplo, arriscarmos conjeturas psicanalíticas sobre a personalidade de determinadas figuras observadas na imagem. O autor postula certo controle dos apelos intuitivos e sugere que se investiguem outras imagens como possibilidade de elucidação das lacunas que, porventura, se mantenham após a leitura. Essa investigação, conceituada por ele como

história dos tipos, deveria levar à “[...] compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, temas ou conceitos foram expressos por objetos e eventos” (PANOFSKY, 1979, p. 65).

Essas duas abordagens de leitura, *pré-iconográfica e análise iconográfica*, auxiliam-nos a ir além da visibilidade durante o ato apreciativo das imagens sebásticas.

O terceiro passo seria o da *interpretação iconológica*. Por meio dela, chega-se ao significado intrínseco ou conteúdo propriamente dito da imagem. Percebemos nessa etapa toda a ambição do projeto teórico, que é totalizar o conjunto das relações possíveis compreendidas no ato da interpretação e em seu objeto. Esse nível pressupõe os outros dois e, de certa forma, seria o seu coroamento, a camada ulterior, a mais alta, definida por ele como a região do sentido essencial da obra de arte. Esse procedimento exige do leitor sensibilidade, intuição, cautela. Para o autor, a descrição não poderia ser puramente formal, pois temos diante dos olhos a ambiguidade que permeia qualquer figuração. Nessa fase, temos a possibilidade de descobrir os valores simbólicos, as finalidades e a importância da imagem na sociedade. As obras podem nos revelar algo mais, de forma involuntária e inconsciente, ou seja, o seu conteúdo. Mesmo na descrição mais elementar de uma pintura unem-se os dados de conteúdo e os dados formais. Passamos de uma percepção essencialmente sensível para uma atitude reflexiva. O autor ressalva:

[...] a interpretação realmente exaustiva do significado intrínseco ou conteúdo poderia até nos mostrar técnicas características de um certo país, período ou artista [...] são sintomáticos de uma mesma atitude básica, que é discernível em todas as outras qualidades específicas de seu estilo. Ao concebermos assim as formas puras, os motivos, imagens e alegorias, como manifestações de princípios básicos e gerais, interpretamos todos estes elementos como sendo o que Ernest Cassirer chamou de valores “simbólicos” (PANOFSKY, 1979, p. 52).

A descoberta e a interpretação desses valores simbólicos, muitas vezes desconhecidos pelo próprio artista ou diferentes do que ele conscientemente se propôs expressar, são a finalidade do que poderia ser designado por iconologia em oposição à iconografia. Após a descrição da imagem e de sua correlação com outros elementos formadores da sociedade em pauta, verifica-se a possibilidade de descobrir seu significado intrínseco e seu papel naquela temporalidade. Ao término dessas etapas, percebe-se que a imagem analisada explica, em conjunto com outras fontes, o momento histórico em que foi concebida, suas finalidades, seus objetivos, ou seja, sua significação cultural e social para o

referido momento. Reiteramos a necessidade de se atentar para os enunciados das imagens, para suas trajetórias, bem como para a mentalidade e o imaginário com que elas foram concebidas, evitando, assim, uma interpretação mecânica da imagem.

Panofsky (1979) afirma que, ao observar uma pintura, podemos ter um entendimento mais próximo ou mais distante do sentido concebido pelo artista. Isso depende da quantidade de elementos que dispomos sobre ele, sua produção artística, sua época e sua sociedade. Cada nível de apreciação imagética exige a capacidade interpretativa e o conhecimento de determinadas coordenadas estilísticas. Esse teórico introduz, pois, duas novas referências: a do expectador (o historiador), que possui categorias próprias de percepção que remetem a certa visão de mundo, e a de uma história geral das ideias, que condiciona o sentido último da obra pictórica, como estrutura simbólica. Por isso, olhar para os séculos XV e XVI, nos termos em que advoga o autor, implica ter uma consciência da distância cultural entre presente e passado. De uma perspectiva linear, precisamos considerar o problema da distância entre o olho e o objeto.

Quando se fala de imagens, são muitas as possibilidades de abordagem. As pesquisas iconográficas e iconológicas são importantes e úteis, mas não se apresentam como autossuficientes ou suficientes para dar conta dos sentidos da imagem expressa na obra de arte. Destarte, reconhecendo as lacunas da proposta de Panofsky (1979), bem como os possíveis equívocos a que o apreciador imagético está sujeito, consideramos pertinente buscar uma formação que nos ofereça melhores condições para compreender as imagens.

Com base em Ginzburg (1989), entendemos que, como cada imagem “[...] é inevitavelmente mais ambígua, aberta a diferentes interpretações – e suas nuances, como observa o próprio Saxl, não são transponíveis para um plano articulado, racional” (GINZBURG, 1989, p. 59), sua leitura pode nos levar a várias significações. Por conseguinte, cada intérprete poderá montar seus quebra-cabeças da forma que lhe convier.

Entendemos que a linguagem imagética, dentre outras, estrutura-se como uma testemunha do imaginário e das representações das diferentes sociedades. A exploração de semelhante documentação nos leva ao problema da relação entre a realidade social e o sistema de representações, sobre o qual se torna preciso construir a história do imaginário. Certamente, a imagem se institui como um estudo das relações que se estabelecem entre fatos e ideias. Formas e imagens, juntas, constituem um discurso visual de certo tempo e espaço. A constatação da dificuldade para trabalhar no campo visual, com os códigos e símbolos de comportamentos e justificações, leva-nos a considerar nossos próprios limites.

Precisamos, pois, romper com a leitura mais descritiva e menos interpretativa para não correremos o risco de simplificações. Segundo Ginzburg (1989), os danos de uma “[...] leitura ‘fisiognômica’ dos documentos figurados são bastante claros. O historiador lê neles o que *já sabe*, ou crê saber” (GINZBURG, 1989, p. 63). De um lado, defendemos o exame específico de cada imagem selecionada, sem que nos contentemos com elucidações fáceis e genéricas. Por outro, consideramos necessário o vínculo entre os fenômenos artísticos e a história.

Tendo em vista os diferentes momentos históricos, devemos considerar os elementos importantes das sociedades nas quais e para as quais os discursos são construídos, bem como suas diferentes linguagens. Nesses termos, o pensamento de Schmitt (2007) nos é elucidativo:

Todas as imagens, em todo o caso, têm sua razão de ser, exprimem e comunicam sentidos, estão carregadas de valores simbólicos, cumprem funções religiosas, políticas ou ideológicas, prestam-se a usos pedagógicos e mesmo mágicos. Isso quer dizer que participam plenamente do funcionamento e da reprodução das sociedades presentes e passadas. Em todos os aspectos, elas pertencem ao território de ‘caça’ do historiador (SCHMITT, 2007, p. 11).

Nas mãos dos artistas e intelectuais portugueses financiados pelos monarcas, a imagem se tornou um instrumento efetivo de divulgação da imagem ideal régia. O aparato usado para a mitificação régia tocava todos os sentidos, despertando vocações e preparando os leitores para compreender suas significações.

Conduzindo nossa atenção para as distintas formas pelas quais os homens foram educados nos diferentes tempos históricos, procuramos fazer nossa leitura do discurso implícito nas imagens no campo da História da Educação. Nossa intenção refere-se à explicitação da maneira como determinadas práticas educativas obtiveram sentido e se difundiram no interior das relações sociais do século XVI e à identificação de indícios da necessidade de construção, em Portugal, de um ideário de rei.

Esse intuito exige que discorramos sobre a constituição do Estado português e sobre a consolidação da monarquia portuguesa no século XIV, bem como sobre o contexto simbólico do Portugal moderno. Foi nesse momento e espaço que, impulsionadas pela Igreja e pelo governo monárquico, surgiram algumas imagens de representação social do rei D. Sebastião. Essas imagens firmaram raízes no imaginário coletivo. Temos, por exemplo, as imagens destinadas à divulgação do pensamento de que o monarca deveria ser destemido e heroico para defender os interesses de Portugal e do cristianismo.

Nesta seção, conduzidos pelo objeto de nossa tese, explicitamos os conceitos historiográficos e metodológicos que fundamentam nosso olhar para as imagens eleitas. Na próxima seção, buscando sinais desse imaginário que colaborou para a efetivação da crença de D. Sebastião como representante da igreja e da sociedade, abordaremos a construção e a consolidação do Estado moderno em Portugal, tal como este se encontra idealizado na imagem desse rei. Dessa forma, ressaltando que a prática social pode ser vista como o ponto de partida para as realizações humanas, procuraremos suas possíveis raízes no mundo medievo.

3. RAÍZES MEDIEVAIS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO SEBÁSTICO

Nesta seção, com base na historiografia, abordaremos acontecimentos históricos que legaram à época do rei D. Sebastião o arcabouço teórico para a construção de um pensamento político caracterizado pela fusão entre realidade e imaginação e fé (tradição cristã) e razão. Com esse arcabouço, criaram-se condições para a aceitação coletiva de um ser fabuloso que conferiria à ordem socialmente construída uma aparência natural, universal, sagrada. D. Sebastião passaria a ser visto como um rei mítico com duas funções: como representante laico, seria o rei cavaleiro, o rei cruzado; pela ótica cristã, seria o capitão de Cristo. Lembramos aqui que nosso objeto é o rei *O Desejado* e não *O Encoberto*³¹, já que, ao seu redor, desde seu nascimento, herdada de seus antepassados, se criara a atmosfera mítica de rei messiânico.

Os portugueses do século XVI, em face do desassossego e das incertezas quanto à sucessão dinástica, lançaram mão de sua capacidade de esperança e, de forma coletiva, buscaram em *O Desejado*, a garantia de um futuro melhor. Nesse momento, a imaginação mítica deslocou o homem para fora da história de sua própria hominização e deu lugar à ação de um ser sobrenatural, de forças transcendentais. Percebemos que, ao mitificar a figura de D. Sebastião como um rei divinizado, que reverteria a perda de independência do reino, os portugueses expressavam o desejo de assegurar a coesão social, regulando os vínculos que uniam os indivíduos às normas e aos papéis que lhes eram atribuídos.

³¹ Na subseção, *História das mentalidades e suas interfaces*, apresentamos o significado do cognome *O Encoberto* atribuído a D. Sebastião.

Considerando essas informações, nossa hipótese é de que a mensagem contida nas representações imagéticas do monarca era a da necessidade de unir a sociedade para a partilha de sentimentos, emoções, crenças, práticas. Por conseguinte, as imagens eram educativas. De nosso ponto de vista, a educação promovida por essas imagens correspondia às reais ansiedades daqueles homens, pois, naquele momento de crise, a legitimação do poder na figura do rei apresentava-se como uma possibilidade de paz e de ordem. Ademais, o mito poderia, de forma implícita, trazer sentido às existências individual e coletiva no que tange à aceitação do rei como um homem que personificava tanto o governo da vida laica quanto o da vida cristã. Por meio dele, justificava-se a existência do mundo, do homem e da sociedade, dando fundamento e significado às ações e, assim, essa mesma ordem se conservaria sem que fosse posta em questão pela população. Percebemos uma entrega de homens e mulheres, tanto de intelectuais quanto de povos iletrados, a crenças e práticas compartilhadas, a representações simbólicas que serviam de explicação para o que faziam na sociedade.

Analisaremos esse contexto social com a intenção de mostrar as ações e atuações, seculares e cristãs que constituíram o legado para a futura formação desse rei. De uma perspectiva educativa, buscaremos perceber nas fontes como as autoridades clássicas e também os antecessores de D. Sebastião se transformariam em exemplos a ser seguidos por ele. Era aceitável a ideia de que todo príncipe deveria ter como modelo um personagem histórico que tivesse sido alvo de glória e honra. Pelo poder que o cetro laico e cristão lhe atribuía, esperava-se dele a responsabilização pela potencial retomada da força e da grandeza de outrora, a efetivação da guerra justa para reaver os territórios dominados pelos infiéis mouros, bem como a ampliação do mundo cristão. Nesse sentido, com a premissa de que o homem necessita ser educado, a linguagem imagética, tal como outras linguagens, poderia cumprir um papel na instrução da sociedade levando-a a aceitar o poder do Estado na figura do rei, que era considerada como modelo de comportamento.

Nessas condições, consideraremos o tempo e a ambiência do governo de D. Sebastião nas esferas da longa duração e da mentalidade.

Conforme nos adverte Loureiro (1989), procuraremos ir além “[...] das mazelas psicossomáticas que alguns atribuem ao nosso rei como procedentes de uma hereditariedade, obtida pela linha de consanguinidade, aos erros educativos provenientes de uma pedagogia, para tantos deficientes, [...]” (LOUREIRO, 1989, p. 8). Precisamos evitar o risco de ver à luz do presente o que foi concebido em um quadro temporal distinto.

No que tange à formação e à divulgação dessa figura mítica e idealizada, precisamos compreender a ação dos homens lusitanos em seu momento histórico, tomando cuidado para não julgar o passado pelos seus aspectos negativos à luz da atualidade. Como nos lembra Serrão (1978a), “[...] nem o passado deixa de ser motivo de reflexão, nem o presente consegue esconder a força histórica que agigantou um povo” (SERRÃO, 1978a, p. 16). Com esse olhar para a consolidação do Estado português e da Monarquia nacional, observaremos alguns elementos que contribuíram para a construção da representação social e mental desse monarca no século XVI. Esse procedimento foi adotado em razão de nossos objetivos, pois, para analisar o material icônico sebástico, precisamos encontrar os indícios das condições materiais e intelectuais que certamente colaboraram para que a intencionalidade dessa linguagem fosse cumprida.

3.1. FORMAÇÃO DO ESTADO MONÁRQUICO EM PORTUGAL

Entendemos que a análise de uma obra histórica pressupõe a opção por cortes lógicos, cronológicos e espaciais, bem como o procedimento por aproximações, mesmo quando priorizamos um determinado campo de estudo - social, econômico, político ou mental. Com efeito, privilegiando uma interpretação que valoriza o conjunto, que vislumbre vários encadeamentos plausíveis, buscaremos, na consolidação do Reino português, abordar fatos econômicos, políticos, educativos que tornaram possível a construção da representação social de D. Sebastião.

A seguir, demonstraremos que os fatos que levaram à formação de Portugal atribuíram a esse monarca um caráter belicoso, relacionado à sua responsabilidade pela manutenção e continuação da expansão de Portugal no norte da África, bem como pela propagação do cristianismo e pelo combate aos infiéis.

Para o historiador Alexandre Herculano (1980), a origem de Portugal, com fronteiras próprias e um povo integrado por um ideal coletivo, relacionava-se à Reconquista cristã (séculos XI-XV). O objetivo desse processo na Península Ibérica era expulsar os mouros (árabes) que haviam se fixado na região a partir do século VIII, em razão da dilatação muçulmana ocorrida no final da Alta Idade Média. No século X, porém, ataques sistemáticos dos muçulmanos provocaram destruições e uma nova desorganização. Os cristãos das Astúrias e da Galiza conseguiram resistir, intensificando a reconquista da Península no governo de Afonso V, o *Nobre* (994-1027). Nesse território, formou-se um

pequeno reino cristão das Astúrias, mais tarde denominado Leão. Na parte ocidental desse reino, havia um território chamado de Portucale, um burgo localizado na foz do rio Douro. Como herança de seus antepassados, os que ali viviam sentiam o desejo de se tornar independentes de Leão. No século XI, já se percebia a existência de um sentimento de portugalidade, um sentimento coletivo de pertença ao território, de vontade de independência, incentivado pelo idioma e pelas tradições locais. No século XI, por meio das Cruzadas, os reinos cristãos que dominavam a região norte formaram exércitos com a finalidade de reconquistar as terras dos infiéis.

Herculano (1980) afirma que foram as condições políticas e religiosas dos séculos X e XI que possibilitaram a gênese de Portugal como Reino independente. A luta travada pelos reis leoneses para o alargamento de suas fronteiras da Galiza ao Tejo, em detrimento da ocupação muçulmana, teve relevância nesse empreendimento. A monarquia leonesa dispunha do apoio militar de nobres para a contenção da ofensiva árabe nos pontos estratégicos das fronteiras, bem como para a consolidação do povoamento nas regiões dominadas. Em contrapartida, esses nobres recebiam o governo de grandes regiões, devendo prover sua segurança³². Os próprios habitantes do Condado precisaram assegurar a vigilância marítima, o que fortaleceu o sentimento de autonomia que se delineava. Nessa peleja militar, predominava também o caráter religioso, pois o intuito de eliminar os mafoma (fiéis de Maomé) resultou em uma cruzada.

Podemos, assim, inferir que esse passado de glória dos antecessores de D. Sebastião contribuiu para sua disposição em dar prosseguimento à ampliação do território e das transações comerciais do Reino durante a expansão ultramarina, assim como para sua decisão de combater os mouros na África. As figuras do passado instituíram-se como modelos para o rei, marcando seu caráter e entusiasmando-o em suas ações secular e cristã.

Notamos especialmente a influência de D. Afonso Henriques (1139-1185). D. Sebastião, na voz dos cronistas, desejava ser continuador de seus feitos militares, de seu

³² Marques (1980) pontua que os suevos cumpriram um relevante papel entre os povos que invadiram a Península Ibérica no início do século V. Em 411, atingiram o distante Noroeste, estabelecendo-se em Galiza. Em meados do século V, época de apogeu, eles já possuíam soberania sobre esse território e parte da Lusitania. Futuramente foram dominados pelos visigodos, coexistindo como tributários deles. No entanto, esse domínio não perdurou muito e, minados pelas lutas internas, pela desordem política e social, os visigodos vieram a sucumbir. No início do século VIII, em meio a essa fragilidade, os muçulmanos chegaram e, em cinco anos, dominaram todo o território. Durante cinco séculos, o espaço que hoje forma Portugal, com avanços e recuos, foi controlado pelos exércitos invasores, ficando dividido entre cristãos e muçulmanos. Os cristãos opuseram-se aos invasores e promoveram a reconquista de sucessivos espaços de fronteira. Em meados do século IX, sob o comando de Afonso III (852-910), um grande esforço para a libertação do Ocidente Peninsular proporcionou condições de reorganização e repovoamento generalizados.

zelo pelos súditos e pela Igreja. Assegura Amaral (2000) que D. Afonso Henriques foi uma das figuras mais importantes no panorama de formação de Portugal e de sua posterior autonomia política administrativa. Com suas estratégias militares e diplomáticas, ele promoveu a ruptura política entre o Condado Portucalense e o reinado de Afonso VI (1047-1109), de Leão (1065-1109) e Castela (1072-1109), e, assim, deu início à realeza portuguesa. Os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão juntaram forças para uma longa guerra, que findou somente no século XV.

Nesse território, Condado Portucalense, é que se daria a origem de Portugal. Das terras do Minho até as do Mondego, delineou-se um conjunto homogêneo, com um corpo político e fronteiras geográficas definidas. Em meio século, conduzido por D. Henrique de Borgonha (1066-1112) e D. Teresa (1080-1130), bem como pela ação guerreira de seu filho D. Afonso Henriques e seus quatro sucessores – D. Sancho I (1154-1212), D. Afonso II (1185-1223), D. Sancho II (1209-1248)³³ e D. Afonso III (1210-1279), Portugal se transformou em um Reino independente.

Dentre outros historiadores, Serrão (1978a) nos informa que, no ano de 1139, após a morte do avô, Afonso VI, Afonso Henriques, consolidou a emancipação do Reino em relação a Leão, encabeçando o descontentamento dos barões portugueses. Esse monarca, considerado o propulsor da monarquia portuguesa, travou muitas batalhas para conquistar a independência e para alargar o território. Em seu intento de conquistas, pelejou contra a própria mãe e contra o rei de Leão e Castela. Para expandir as terras lusitanas, lutou contra os mouros e, ao longo das batalhas que foi vencendo, transformou-as em um reino independente, tornando-se o primeiro rei de Portugal.

A postura desse rei, divulgada e admirada pelos cronistas, tornou-se exemplo para o jovem D. Sebastião. Conhecendo seus predecessores, podemos perceber como as distintas linguagens contribuíram para a legitimação de seu poder e para sua mitificação. Assim, ele se tornou um líder, escolhido e diferenciado dos demais de seu tempo e vivência. A concepção de um povo eleito por Deus na Terra tomou conta da mentalidade portuguesa dos séculos XV e XVI. A imagem mítica desse rei, com uma missão tanto espiritual quanto laica, era naturalmente fantástica, no sentido de que não tinha relação alguma com a natureza e a capacidade real de qualquer ser humano que já existia ou viria existir. Era uma

³³ Confere Azevedo (1978) que no reinado de Sancho II (1223-1248) havia se organizado uma marinha real, embora de caráter provisório. Esta se formava segundo as necessidades da guerra, do policiamento da costa ou da luta contra a pirataria dos mouros. Foi, porém, no governo de D. Dinis (1279-1325) que se instituiu a marinha do Estado.

imagem que podia ser projetada sobre um homem vivo. D. Sebastião, com efeito, herdeiro dessa mentalidade, passou a crer nessa eleição.

Outro legado relevante de D. Afonso Henriques foi sua relação com a Igreja. Na conferência de Zamora (1143), na presença do enviado do Papa - o Cardeal Guido de Vico - Afonso VII reconhecia a existência de Portucale que se desmembrava do domínio leonês, bem como legitimava o título de Rei de D. Afonso Henriques. Em troca, exigiu a entrega do senhorio de Astorga e de sua vassalagem. Consumada estava a separação de Portugal, conclui Herculano (1980). Posteriormente, D. Afonso Henriques, que certamente conhecia a influência da Igreja e da autoridade do Papa na condução da política da época e também sabia que a esse poder deveriam se submeter todos os príncipes da cristandade, não hesitou em recorrer a Roma para que Portugal fosse reconhecido como reino independente. Dessa maneira, descomprometia-se da vassalagem a Afonso VII para tornar-se vassalo da Santa Sé, com o compromisso de pagamento de um tributo em ouro. Segundo a carta régia de 13 de dezembro de 1143, Portugal ficava sob a proteção de S. Pedro e da Santa Sé, o que implicava que seu poder político se subordinaria à autoridade pontifícia. Ao mesmo tempo, segundo os termos do documento, podia solicitar a criação de bispados sem a interferência do Imperador, e Roma reconhecia o caráter de cruzada da luta contra os mouros.

À medida que o poder de D. Afonso Henriques se fortalecia, Roma percebia a necessidade de legitimar essa realeza. Em 1179, o papa Alexandre III (1100/1105-1181), por meio da Bula *Manifestis Probatum*³⁴, reconheceu a existência de Portugal como um território independente e como vassalo da Igreja Católica Apostólica Romana.

O posicionamento desse rei cruzado, que deveria combater os mouros, era enaltecido nas crônicas e na literatura lusitana, o que provavelmente impressionou D. Sebastião. A iconografia sinaliza essa possibilidade, já que, de forma pedagógica, expandia essa ideia, alcançando tanto letrados quanto iletrados.

Continuemos, pois, nossa análise sobre a figura de D. Afonso Henriques. De acordo com Serrão (1978a), a carta régia de 1143 e a carta de abril de 1147 expressavam o sentimento de cruzada desse monarca. Na segunda carta, ele doou o domínio eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo, cumprindo o voto feito antes da conquista dessa vila. Na luta contra os mouros, havia uma intenção religiosa; a própria Santa Sé aprovava as conquistas lusas. A ideia nova era de que a Reconquista não se fazia para o benefício direto da Igreja, mas, sim, para o alargamento de uma região por ela validada. Entendemos que o

³⁴ O texto integral da bula encontra-se transcrito em A. H. de Oliveira Marques (1980).

objetivo da formação do reino português era análogo ao da cruzada contra os infiéis. A Igreja Romana parecia ter entendido a especificidade da ‘guerra santa’ na Península Ibérica. O autor afirma que, no século XII, em vários diplomas, ela isentou os povos hispânicos de participar belicamente nas cruzadas do Oriente.

Surgia, nesse momento, a união estreita entre os monarcas portugueses e a Igreja, ligação essa herdada por D. Sebastião. Em suas futuras ações como governante laico e cristão, notamos o espírito de cruzado no embate contra a expansão daqueles que eram vistos como inimigos da cristandade.

Ainda quanto a esse pensamento de rei-cruzado, percebemos as prerrogativas de um governante que deveria cuidar dos gládios laico e religioso. Consideramos que o processo de formação e autonomia do reino português foi marcado por muitas dificuldades e batalhas. O Condado fazia parte do conjunto da Espanha, com a qual contava militarmente para conter as investidas sarracenas, embora, naquele momento, tivesse se tornado inimigo dos espanhóis. Foram necessárias diversas estratégias políticas, de caráter militar e religioso, inclusive para promover a unidade da Igreja portuguesa. Destacamos as batalhas de São Mamede (1128)³⁵ - entre cristãos - e Ourique (1139)³⁶ - cristãos contra os infiéis (mouras) -, nas quais, com a vitória, os interesses de D. Afonso Henriques e dos portugueses foram contemplados. Mais do que isso, essas duas vitórias demarcaram o processo de autonomia política de Portugal. No segundo embate, o monarca desbaratou os mouros, enfrentando um exército formado por cinco reinos muçulmanos, vindos de Sevilha, Badajoz, Elvas, Beja e Évora. Nesse episódio, lançava-se a pedra angular da fundação de Portugal como reino independente.

Esse lendário combate se revela, pois, rodeado de caráter simbólico: o rei foi ligado à miraculosa aparição de Cristo crucificado e essa fama poderia garantir a vitória em batalha tão desigual. Eis aí, ressignificado, o elo divino de D. Sebastião com D. Afonso

³⁵ A Batalha de São Mamede travou-se em 24 de junho de 1128 entre D. Afonso Henriques e as tropas de sua mãe, D. Teresa, e do conde galego Fernão Peres de Trava, que tentava se apoderar do governo do Condado Portucalense. As duas facções confrontaram-se no campo de São Mamede, perto de Guimarães. A data era simbólica, pois era dia de S. João Batista. “[...] O santo que nesse dia se venerava anunciara a vinda de Cristo. Parecia agora proclamar o aparecimento de um novo reino, destinado a tomar a cristandade um lugar de relevo” (MATTOSO; SOUSA, 1993, p. 57). A vitória de Afonso Henriques estendia-se principalmente aos barões, que tinham rejeitado a autoridade dos Trava no condado, elegendo o Infante para seu chefe. Eles eram contrários a um reino que englobasse Galiza e Portugal.

³⁶ Megiani (2003) afirma que a referência a esse episódio surgiu na historiografia medieval portuguesa em 1419, sendo atribuída à autoria de Fernão Lopes. O autor teria usado como fonte as *Crônicas Breves de Santa Cruz*, nas quais o milagre não é mencionado. Estas foram inspiradas na *Crônica Geral de Espanha* de 1344, na qual também não se relata o aparecimento de Jesus Cristo e a sua intervenção na Batalha de Ourique, abençoando os portugueses com a vitória.

Henriques. Esse episódio foi relatado pela primeira vez na Crónica de 1419 de Fernão Lopes³⁷, que afirma tê-lo achado escrito em um texto mais antigo. Em consonância com esse mito, fora revelado a D. Afonso Henriques que Portugal era um reino de origem divina e, tendo sido fundado por Deus, sua independência assentava em um direito superior ao humano. Desde então, emergira a concepção de que Portugal era predestinado a uma missão providencial: a consumação do mito do futuro império universal ou quinto império, de cunho espiritual. Segundo Ameal (1942), na bandeira de Portugal nesse momento, teria sido inserido um símbolo que remetia às cinco chagas de Cristo (feridas nos pés, mãos e peito). Entendemos que o caráter divino, mítico e messiânico foi legado a D. Sebastião por esse episódio.

A batalha de Ourique, tenha ou não ocorrido conforme as lendas e as tradições, tem importância histórica. Ela marca o surgimento da lenda que sustentou e legitimou o direito de D. Afonso Henriques ao trono, garantindo, assim, a separação entre o reino de Portugal e o de Leão, e, mais tarde, validou o poder dos reis lusos que o sucederam, inclusive D. Sebastião. Com essa vitória, foi possível estabelecer uma imagem mítico-heroica, imprimir um caráter milagroso ao poder régio, criar uma aura sobrenatural e divina. D. Sebastião herdou um trono com problemas graves e, desde seu nascimento, foi considerado um segundo D. Henriques, que reconstituiria a estabilidade do Reino e acabaria com a ameaça do Islão. Assim, por meio de linguagens verbais e não verbais, que desempenhavam um papel educativo, construiu-se uma memória de exaltação e mitificação do rei.

Segundo Mattoso e Sousa (1993), existem menções a uma batalha ao Sul durante o verão de 1139. Todavia, Herculano (1980) não considera esse embate como um choque de exércitos e sim como um ataque surpresa que deu a D. Afonso um novo alento para a Reconquista cristã. Embora a crítica do autor tenha posto fim à fantasia, não impediu o surgimento de controvérsias a respeito da participação divina ou não no sucesso afonsino. De qualquer forma, a batalha resultou em uma projeção política em relação à efetivação da realeza do Príncipe. Posteriormente, a dimensão divina atribuída a esse fato foi uma herança que fez de D. Sebastião a figura mítica que, reunindo os poderes espiritual e secular, fundaria o quinto império português.

³⁷ A obra atualmente conhecida pela designação de Crónica de Portugal de 1419 (ou, mais simplificada, Crónica de 1419-C1419) chegou até nós em cinco manuscritos, dois dos quais contêm cópias relativamente íntegras da crônica, ao passo que os restantes incluem apenas um dos reinados por ela abrangidos. O mais antigo e também o mais extenso dos cinco é o códice atualmente à guarda da Biblioteca particular da Casa Cadaval (Muge, Santarém) com a cota M – VIII – 1516 (C), o qual consta de 217 fólios de papel. A Crônica pode ser encontrada na obra de Adelino de Almeida Calado, de 1998.

Tornando-se um pensamento de longa duração, essa expectativa ampliou-se consideravelmente entre os séculos XIV e XVI, principalmente após a Revolução de Avis e, sobretudo, no governo de D. Manuel I (1469-1521) e D. Sebastião. Este último buscou reviver o dito milagre com a espada e o escudo do cavaleiro Afonso Henriques em Alcácer Quibir. Imbuído da missão de mito salvador, de símbolo do poder temporal e espiritual que herdara antes mesmo de nascer, ele arriscou o próprio trono liderando a reocupação de Marrocos. Sua educação e suas relações com os súditos fornecem-nos elementos do comportamento que adotou ao assumir a incumbência de mantenedor da política de seus antecessores.

Pesquisando diferentes gêneros textuais sebastianos, podemos observar que tanto os líderes se percebiam como escolhidos e diferenciados dos súditos quanto a população se via como povo escolhido, como reino eleito. Megiani (2003) salienta que, ao longo do século XV, as conquistas materiais e culturais permitiram atribuir ao rei português a missão de se tornar um imperador universal, comparável aos grandes soberanos da Antiguidade, como o persa e o romano.

Para erigir uma interpretação dos acontecimentos e, concomitantemente, projetar a intencionalidade daquele que fazia o discurso, ou seja, que buscava legitimar o poder do governante, voltemos nossa atenção para a construção da mentalidade coletiva de pertencimento. A finalidade dessa construção era tornar os homens convictos de que a autoridade estatal era indispensável para garantir a segurança individual e coletiva. Da perspectiva da análise histórica, podemos verificar que essa ideia perdurou até o tempo de D. Sebastião.

É relevante mencionar que, em razão da conjuntura política e religiosa da época, os sucessos nas conquistas não foram suficientes para concretizar a separação de Portugal em relação a Leão. A autonomia foi conseguida por meio da prestação de vassalagem à Santa Sé. Quando esta aceitou a vassalagem, também aceitou os seus deveres, dando, assim, início ao reino de Portugal independente.

Serrão (1978a) afirma que a conquista definitiva do Algarve em 1249-1250 completou a primeira fase da história lusa. Após a morte de seu irmão, D. Sancho II, Afonso III tomou numerosas providências para dar continuidade à política de ocupação dos territórios algarvios. Em 1249, conquistou Faro. Os sitiados negociaram e renderam-se. As tentativas expansionistas atingiram Guadiana. Portugal, conquistando o Algarve, estaria

completo. Considerando essas circunstâncias, o autor afirma que a unidade lusa se concretizou em três momentos:

[...] a formação do *Estado* na primeira metade do século XII; a consolidação da fronteira estável que já define a *Pátria* no tempo de D. Dinis; e o alcance dos foros de *Nação*, no termo do século XIV, quando a crise de 1383-1385 robusteceu a consciência da comunidade. Mas não parou, entretanto, o rumo da sua história, que veio a tomar nos primórdios de Quatrocentos uma nova dimensão: a do *País*, europeu pelas origens, que revelou então a sua profunda marca marítima (SERRÃO, 1978a, p. 14).

Constituído o organismo pátrio, seguiu-se o fortalecimento da consciência nacional. Essa estrutura contribuiu para a ideia de pertencimento social, de aglutinação, de partilha de crenças, sentimentos, pensamentos. Postumamente, D. Sebastião tomaria posse de um Reino cujo poder se expandia para a África, Índia, Brasil, etc. A expansão promovida por D. Duarte (1391-1438), D. Pedro (1392-1449), D. Henrique (1394-1460) e D. João II (1481-1495), especialmente a partir da tomada de Ceuta (1415), correspondeu à abertura dos tempos modernos para Portugal. Ou seja, deu início à idade oceânica, que culminou com a chegada de Vasco da Gama no Oriente em 1498, com a descoberta do Brasil em 1500 e com a política afro-oriental. Esse foi o contexto herdado pelo infante D. Sebastião.

Fundamentados em Serrão (1978a), dentre outros, podemos afirmar que Portugal foi um produto da Reconquista cristã. Tanto a autonomia política quanto o alargamento territorial do reino de Portugal até as terras do Alentejo foram resultantes da luta contra os muçulmanos que dominavam a Península. Ao mesmo tempo em que se expandia o território para o Sul, D. Afonso Henriques e os seus sucessores direcionavam os esforços para o povoamento e a organização administrativa, econômica e social das áreas conquistadas. Essa trajetória, segundo Serrão (1978a), criou condições para que a figura desse monarca se tornasse “[...] uma estatura colossal perante a História, como edificador de um Estado que fez da Reconquista Cristã a sua primeira vocação em busca da mais ampla autonomia política” (SERRÃO, 1978a, p. 107). D. Sebastião, com efeito, deveria ser mantenedor dessa autonomia.

Durante a dinastia de Borgonha³⁸ (séculos XII-XIV), Portugal deu continuidade às guerras de Reconquista e ampliou seu território. A definição do espaço territorial português

³⁸ Genealogia da Dinastia de Borgonha ou Afonsina: D. Afonso Henriques, O Conquistador (1139-1185); D. Sancho I, O Povoador (1185-1211); D. Afonso II, O Legislador (1211-1233); D. Sancho II, O Capelo (1223-1248); D. Afonso III, O Bolonhês (1248-1279); D. Dinis, O Lavrador (1279-1325); D. Afonso IV, O Bravo (1325-1357); D. Pedro I, O Justiceiro (1357-1367) e D. Fernando, O Formoso (1367-1383) (SERRÃO, 1978a).

ficou concluída em 1297, com a celebração do *Tratado de Alcanices*, assinado no mesmo ano pelo rei D. Dinis (1261-1325). De forma praticamente definitiva, foi fixada a fronteira leste lusa. Ainda no século XIII, foram estabelecidos os limites territoriais em Portugal, os quais, com pequenas alterações, permaneceram até nossos dias. Legitimar o governo real, assentado no princípio da soberania, era condição para a ação política, o que implicava adotar estratégias políticas, internas e externas. Os esforços de alguns príncipes portugueses certamente favoreceram a edificação das bases da formação do Reino português. D. Sebastião possivelmente tomou o exemplo desses homens como modelo de conduta e de responsabilidade.

Passemos, agora, à análise do contexto em que se deu a consolidação do poder real. Esse caminho para nós se faz relevante porque, dessa forma, teremos condições de nos aproximar do processo de fortalecimento do poder dos reis lusitanos que antecederam D. Sebastião e que tanto assinalaram sua formação. No início do século XII, abriram-se condições para a formação gradativa dos Estados nacionais ibéricos. A apropriação dos poderes de natureza pública e seu uso na administração e na organização dos domínios e senhorios por parte da aristocracia nobre ocorreram nos centros políticos ligados ao rei de Leão. Esse poder, de origem essencialmente militar, foi primeiramente exercido pelos condes e outros delegados régios, sendo transferidos posteriormente para categorias inferiores da aristocracia ligada à terra. A partir da primeira metade do século XI, o rei procurava cada vez mais ter seu poder ligado às estruturas produtivas de base fundiária e às realidades regionais. Diversificava-se, assim, a postura da autoridade régia.

Conforme Amaral (2000), em relação à proeminência régia, o processo de consolidação do poder político pelo rei ancorou-se em valores e práticas feudais. Observamos que o monarca se fortalecia à medida que se tornava um senhor com mais poder senhorial do que os outros. O poder político deixou de depender unicamente da fidelidade dos condes. Surgiu a coligação senhorial, cujo poder advinha de seus recursos materiais e de homens que podiam armar. Havia, também, nas fronteiras, os concelhos, de caráter militar, nos quais os cavaleiros exerciam um poder coletivo comparável ao dos senhorios da nobreza³⁹. Esses concelhos⁴⁰ eram circunscrições territoriais e administrativas

³⁹ Serrão (1978a) destaca alguns estratos da nobreza portuguesa medieval. O primeiro escalão era constituído pela fidalguia. Quem se originasse nessa camada social seria fidalgo por quatro gerações, recebendo o nome de *rico-homem*. Por delegação do monarca, cabia-lhe a defesa e a administração de certas terras. Durante a Reconquista, com o título de Dom, recebendo privilégios e a chefia de unidades armadas, esses homens passaram a gozar de forte autoridade senhorial. No segundo patamar, estavam os infanções, ou seja, vassallos desprovidos de cargos militares, administrativos e judiciais que não recebiam mercês régias. O título, que

com um variável grau de autonomia; cada um deles possuía uma assembleia de notáveis ou *homens-bons*⁴¹ que elegia diversos magistrados, estando também o rei aí representado por meio de magistrados por si nomeados, como no caso do alcaide e do juiz-de-fora.

Martins (1908) revela que, nessas circunstâncias, nos séculos XIII e XIV, pouco a pouco o rei assumia as funções públicas, em detrimento dos senhores; ou seja, retomava um poder já existente, atribuições que ele não inventara. Fazia-o amparado em uma estratégia política que ao mesmo tempo erigia a singularidade do poder régio e reservava aos nobres um espaço de prestígio e de atuação junto à Coroa por concessões de privilégios e de prerrogativas, como a tarefa de arrecadar certos tributos, por exemplo. Podemos afirmar que a Reconquista possibilitou a expansão desse grupo social, cujos feitos de armas eram galardoados com a doação de terras e a nomeação para cargos de administração.

O rei, nesse contexto, fortaleceu-se também como legislador. Como era seu dever velar para que a justiça fosse feita por todo o Reino, como representante da lei e da justiça, ele precisaria manter a paz, proteger os pobres, mediar disputas entre as forças sociais, entre reis, reinos, senhores feudais, cidades, gerando, assim, a harmonia e a concórdia, as quais são indispensáveis para o desenvolvimento humano. Era, portanto, necessário formar esse ideal de monarca, o que parece ter sido a preocupação das pessoas incumbidas de assegurar a formação de D. Sebastião, como observamos nos documentos escritos e imagéticos. Havia, portanto, no discurso educacional régio um projeto social de construção de relações sociais pautadas no ideal salvacionista de um rei secular e cristão.

correspondia mais ao uso da linhagem do que ao aumento de patrimônio, caiu em desuso no século XV. Na sequência, encontravam-se os cavaleiros ou membros da Ordem de Cavalaria. De origem feudal, sua missão era lutar pela fé e proteger as populações. Com a monarquia, estabeleceram-se novas categorias: o escudeiro (era quase um cavaleiro, acompanhava o cavaleiro antes e depois dos combates, vestia-lhe as armas) e o donzel (filho do nobre que ocupava a função de pajem até ser um escudeiro).

⁴⁰ De acordo com Serrão (1978a) havia três formas de concelhos: rudimentares, imperfeitos e completos: “[...] Os primeiros surgiram, não apenas em domínios da coroa, mas também do clero e da nobreza. Tinham como magistrado principal um habitante isento, o mordomo ou o vigário, que recebia os tributos senhoriais e deles fazia entrega aos oficiais régios. Nos concelhos imperfeitos havia um juiz particular, nomeado pelo senhor da terra ou eleito pelos órgãos municipais, para o exercício da magistratura, sendo de considerar uma variante para os concelhos urbanos cuja população vivia mais do artesanato e do comércio que da agricultura. Quanto aos da última forma, possuíam uma organização de vários magistrados, com atribuições políticas, militares e judiciais” (SERRÃO, 1978a, p. 186). De forma geral, os concelhos dividiam-se em rurais e urbanos. Esses últimos colaboraram para o surto regional do Reino.

⁴¹ Os *homens bons* eram membros das comunidades, rurais e urbanas, que tinham certa relevância social, quer por possuírem propriedades ou outros bens, quer por exercerem ofícios não manuais, como procuradores, juízes, oficiais ligados ao fisco ou outros administrativos. Podiam às vezes escolher alcaides ou pretores, que eram os cargos mais importantes das organizações municipais. A partir do século XIII, com Afonso III (1210-1279), houve um aumento dos funcionários incumbidos da cobrança dos impostos, os quais passaram a formar uma comunidade na dependência direta do rei, isenta da administração municipal (SERRÃO, 1978a).

Segundo Strayer (197?), os reinos europeus erigidos depois de 1100, com base no envolvimento de considerável parte do povo no processo político, conseguiram “[...] criar nas comunidades locais um certo sentimento de identidade comum. Conseguiram mais dos seus povos, quer no que diz respeito à actividade política e social, quer no tocante à lealdade” (STRAYER, 197?, p.17-8). Em diversos principados feudais, consolidou-se um sentimento de lealdade em relação ao senhor, o que contribuiu para o desenvolvimento do Estado e para o fortalecimento do poder real. Esse sentimento de lealdade, com efeito, fincou raízes na mentalidade portuguesa, tanto individual quanto coletiva, favorecendo, assim, a aceitação de D. Sebastião como um governante militar e legislador.

Na história portuguesa, a figura de D. Afonso II foi um marco na legitimação da autoridade régia, tornando-se modelo para D. Afonso III, para D. Dinis e certamente para D. Sebastião. Serrão (1978a) afirma que D. Afonso II (1211-1223) desempenhou lugar relevante na história do direito e das instituições. Cognominado de o *Rei Legislador*, ele teria sido responsável pela elaboração das primeiras leis gerais de Portugal, nomeadas de Leis de 1211. Nelas se evidencia a necessidade de se construir um Estado laico, de se estabelecer códigos de leis e aprimorar as instituições judiciais para, por conseguinte, fazer respeitar a justiça. Cabia, portanto, ao Príncipe criar leis e velar pelo seu cumprimento. Era seu dever cuidar do bem comum, garantir a segurança e a paz de seus súditos. Os soberanos laicos possivelmente viram nisso a possibilidade de conquistar a lealdade e ter o apoio dos súditos. Nessas medidas da governança de D. Afonso II⁴², percebemos a tentativa de consolidar o poder monárquico. Seu cuidado com a administração pública demonstrava seu caráter de legislador da *res publica* (coisa pública), legitimando, assim, a ideia de bem comum e do dever do governante em zelar por esse bem.

Verificamos, portanto, que tanto a noção de lei quanto a de justiça, como responsabilidade do governante virtuoso, serviam para organizar a sociedade para o bem viver, legitimando o poder do governo laico personificado na figura do Príncipe. Essa máxima certamente estendia-se, pois, a D. Sebastião. Como rei secular, ele também necessitava legislar para assegurar o bem comum de seus súditos. Era necessário, portanto,

⁴² Podemos citar algumas dessas disposições. Foi proibido aos alcaides (governadores das cidades, vilas, terras) cobrar tributos sobre os gêneros vendidos; estabeleceu-se que os bens dos delituosos, mesmo que estes fossem condenados, deveriam voltar aos herdeiros, não podendo, portanto, a Fazenda Real apossar-se deles (exceto por traição ao monarca, aos seus filhos e sucessores, bem como por falta de herdeiros); coibiram-se os mosteiros de adquirir bens de mão morta; protegeram-se as ordens menores, autorizando que religiosos de S. Francisco e S. Domingos edificassem os primeiros conventos em Portugal; quanto aos matrimônios, estabeleceu-se que ninguém deveria ser constringido a se unir a outra pessoa, ou seja, as pessoas deveriam ser livres para escolher (SERRÃO, 1978a).

cuidar da educação régia. Em um cenário marcado pelo projeto político de manutenção da autonomia do Reino, a elite intelectual acreditava que um dos aspectos importantes para a realização desse intento era a educação do rei.

Com o intuito de obter um entendimento mais aproximado da formação de D. Sebastião e de seus modelos na arte de governar, retornamos às proposições de Amaral (2000). Segundo ele, as funções estatais em Portugal desenvolveram-se, de fato, com Afonso III (1248-1279), em cujo reinado ocorreu o primeiro esboço de um território orgânico. Sua finalidade seria promover a vitalidade e o desenvolvimento do Reino. Seu governo foi marcado pela reestruturação da moeda, pela defesa do patrimônio da coroa e pela tentativa de conter os abusos senhoriais e do alto clero⁴³.

Em termos de organização estatal, ao longo dos séculos XIII e XIV, despenderam-se esforços para organizar as finanças régias, fortalecer o tribunal e a lei régia em detrimento das justiças locais, criar um corpo de funcionários burocráticos e, ainda, sistematizar um complexo de regras de cortesia, uma maneira de organizar a vida em torno da Coroa, de se prestar vassalagem ao rei. O principal instrumento adotado pelos reis da dinastia de Borgonha para superar os senhores foi a guerra externa, por meio de lideranças que garantiam a conquista de novas terras para o Reino. Posteriormente, essa estratégia foi utilizada por D. Sebastião, como rei laico, o que o levou à morte em Alcácer Quibir.

Para construir o Estado, era relevante que D. Afonso III consolidasse a justiça régia. Se a Coroa não dispunha de aparelho administrativo e de funcionários para cada setor da administração pública, deveria, em contrapartida, possuir juízes que trabalhassem por ela em todo o reino, fazendo valer a lei régia sobre os ditames locais nas distintas partes do território. Nesse período, quando tinham cessado as flutuações territoriais e políticas, tornou-se possível organizar o Estado, no que os concelhos desempenharam papel

⁴³ Desde a origem da monarquia, o grupo sacerdotal instituiu-se como o mais poderoso, seja para receber benefícios ou para obter graduação social seja para ter acesso à cultura. A força do cristianismo tornou-se motor espiritual nas lutas da Reconquista e de expulsão dos mouros. Além de detentor da palavra sagrada de salvação, dispunha de riqueza para impor a autoridade, que era aceita por todos. Sua riqueza provinha das doações que recebia por mercês e testamentos. Para a defesa de seus bens senhoriais, os eclesiásticos não podiam aceitar as imposições régias em matéria de fiscalização da justiça e dos impostos. Se ameaçadas pela intervenção do Estado, recorriam a Roma, ocasionando várias querelas com os primeiros monarcas. Havia três categorias na unidade clerical: “[...] a do clero secular, que abrangia o corpo hierárquico na sua organização em dioceses, igrejas e capelas; as ordens militares, que obedeciam a regras próprias e actuaram na reconquista e no povoamento do Reino; e o clero regular, que desde o século XII exerceu uma acção notável e compreendia as ordens monásticas, sujeitas a regras especiais quanto à observância e à doutrina” (SERRÃO, 1978a, p. 162). Assinala Azevedo (1978) que o termo clérigo foi por muito tempo sinônimo de douto. O clero, na Idade Média, “[...] era o nervo da sociedade portuguesa. Na época brutal, em que nas relações humanas a primazia tocava à força, ele representava a inteligência” (AZEVEDO, 1978, p. 45). Ao clero nacional, destaca o autor, devemos a instituição da Universidade no reinado de D. Dinis (1279-1325).

relevante. Em 1254, foram convocadas as Cortes de Leiria, nas quais os procuradores dos concelhos participaram pela primeira vez.

Segundo Herculano (1980), esses concelhos se transformaram em pequenos territórios unidos pelos laços da monarquia. Eram providos de magistraturas e constituições político-jurídico-administrativas (forais⁴⁴), tinham consciência de seus direitos e deveres e desempenhavam uma função na estrutura geral do Estado. A autonomia local, que se manifestava pelas cartas de forais e pela voz de seus procuradores, fortalecia a visão municipalista, tornando-a aliada da Coroa. Esse terceiro braço do rei nos negócios políticos e econômicos era chamado a se fazer ouvir nas Cortes. A realeza encontrava nesses grupos, desejosos de proteção contra aqueles que os oprimiam e exploravam, a lealdade e a dedicação necessárias para assegurar o cumprimento de sua missão como organizadora e mantenedora da justiça. Além disso, até o século XIII, existia uma nobreza de sangue⁴⁵ que desfrutava de supremacia regional e exercia certa coação sobre a coroa. Vivendo longe dos centros de gravitação política e prestando apoio militar à realeza, essa nobreza julgava poder escapar do poder que se afirmava. No entanto, por meio das inquirições, o monarca D. Afonso III manifestava uma autoridade que a nobreza não podia mais ignorar. Adotando uma política de controle da administração do reino, esse monarca realimentava e reforçava a aliança entre os reis e os conselhos.

Percebemos, assim, que, em meados do século XIII, já se vislumbrava uma nova configuração social. Esse momento exigia a gradual construção de uma organização social e econômica, na qual os interesses particulares deveriam ser defendidos e harmonizados com o bem comum, com o coletivo. Seja pelo fim da guerra contra os muçulmanos seja pelo estreitamento dos laços entre realeza e povo, firmou-se a união do poder régio com os concelhos⁴⁶. O povo confia naquele que o defende e o protege. Para coadjuvar a ação do

⁴⁴ A instituição do concelho assentava-se em um foral. A Carta de Foral ou Foral era um diploma jurídico concedido em regra pelo rei com a finalidade de criar e regulamentar as atividades nos concelhos, particularmente o sistema de impostos e a administração da justiça. Tratava-se de uma lei orgânica local, que fixava também os limites de território, garantia o direito de propriedade, defendia os foros municipais contra as opressões e abusos do grupo senhorial e dos oficiais régios, entre outros. O Foral pressupunha a existência de uma terra ou a sua possível fundação, definindo o nascimento de um concelho (SERRÃO, 1978a).

⁴⁵ De acordo com Norbert Elias (1995), a nobreza de sangue, ou de espada, correspondia à tradicional linhagem da monarquia visigótica, a qual, sendo destinada à carreira militar, conforme condição adquirida por nascimento, formava a aristocracia ligada à terra.

⁴⁶ Nesse governo, os mercadores tiveram significativa participação. Quando, na lei de 26 de dezembro de 1253, diante da iminência de quebra da moeda, foi definido o tabelamento dos artigos de maior procura (gado, especiarias, tecidos), o monarca teve o apoio dos homens do comércio e dos procuradores dos concelhos. Observamos aqui a força dos concelhos na administração do Reino (AMAEL, 1942).

governo, além dos concelhos, existia a chancelaria régia⁴⁷. Esta se constituiu como uma aliada considerável de D. Sebastião. A força política dos concelhos, que ganhavam consciência da autonomia municipal em face dos privilégios do clero e da nobreza, criava condições para o fortalecimento da proeminência da autoridade régia.

Nessa época, segundo Strayer (197?), reafirmava-se a tendência de se perceber o governante laico como aquele que poderia garantir e distribuir a justiça com equidade. Além disso, a elaboração de códigos de leis e o aprimoramento das instituições judiciais apresentavam-se como condição para a constituição do Estado. Considerava-se também que, velando pelo cumprimento da lei, o governante conseguiria a lealdade e o apoio de seus súditos. Assim, a lei tornou-se a força motriz do Estado, que nela se fundamentava e a fazia cumprir. A unidade e a ligação entre as regiões e sua integração ao corpo nacional por meio de uma força aglutinadora que respeitasse os concelhos implicavam a direção do governante. Isso indica a necessidade de se consolidar e personificar o poder na figura de monarca. Desde o início da monarquia portuguesa, como herança da tradição visigótica, a figura régia ocupou o lugar de pedra angular na administração do Reino. Exercendo o poder em nome de Deus, a realeza agregava tanto o caráter religioso e jurídico quanto o militar, já que armas, muitas vezes, definiam sua jurisdição.

Notamos, assim, que as condições de luta em que surgiu o Estado português propiciaram o fortalecimento do poder real, pois implicavam que o rei tomasse atitudes de cunho tanto político quanto militar e religioso. Desse modo, justificamos nossa intenção de analisar os dois momentos da formação de D. Sebastião.

No que diz respeito à afirmação da força do Estado, julgamos pertinente mencionar um fato importante, relacionado à afirmação do poder da realeza diante da Igreja Romana. D. Sebastião manteve uma ligação estreita com a Igreja, tanto nas questões de ordem secular, como os contratos matrimoniais, quanto nas religiosas, como a guerra santa contra os infiéis. Serrão (1978a) assinala que o governo de D. Pedro (1357-1367) se destacou pela disposição do *beneplácito régio*. Por meio dessa medida, ficava proibida a divulgação no Reino de quaisquer documentos pontifícios, sem que estes tivessem passado antes pelo aval do monarca. Para o Príncipe, não convinha o elo direto entre o papado e o clero do

⁴⁷ Segundo Serrão (1978a), a chancelaria régia era constituída pelos seguintes funcionários: “[...] o chanceler (*cancellarius*), que detinha o mais alto cargo da administração; o notário (*notator*), a quem competia submeter os documentos para efeitos de validação; e o escriba (*scriba*), encarregado da redação dos diplomas” (SERRÃO, 1978a, p. 153). Alguns chanceleres alcançaram certa envergadura na política que direcionou a autonomia do Condado, como foi o caso de Pedro Roxo (1128-1140), mentor de D. Afonso Henriques.

Reino. Vários documentos chegavam às mãos do clero sem o prévio conhecimento oficial, como a chancelaria régia. Esse fato deveria, pois, ser impedido; era necessário evitar que escritos falsos ou contrários às leis reais circulassem pelo Reino. O alto clero reagiu solicitando revogação da norma nas Cortes de Elvas de maio de 1361, mas não foi atendido. Esse acontecimento reafirmou o beneplácito régio, legitimando a soberania da realeza. No século XIV, embora a coroa dispusesse de um poder efetivo diante do poder eclesiástico, muitas vezes o rei se via forçado a reconhecer a autoridade da Igreja. Apesar disso, o poder régio gradativamente se fortalecia e se firmava.

Ainda falta analisarmos o início da Dinastia de Avis à qual pertencia D. Sebastião, assim como sua contribuição para o fortalecimento do poder régio. No ano de 1383, com a morte do rei Fernando I (1345-1383), o trono português ficou sem herdeiros masculinos diretos, de forma que a Dinastia de Borgonha chegaria ao fim. Mattoso e Sousa (1993) afirma que, nesse momento conhecido como *Interregno*, pois não existia rei no poder, deu-se a crise de 1383-1385⁴⁸, marcada pela guerra civil e pela anarquia. O rei de Castela reivindicou o domínio das terras lusitanas, pois D. Beatriz, filha de D. Fernando, era esposa de D. João I (1385-1433). Sentindo-se ameaçada, a burguesia⁴⁹ empreendeu uma resistência contra o processo de anexação de Portugal, formando um exército próprio.

No dia 14 de agosto de 1385, como parte dos confrontos entre os dois exércitos pela sucessão ao trono, ocorreu a Batalha de Aljubarrota⁵⁰. Os burgueses, com a ajuda dos ingleses, venceram os castelhanos e asseguraram a independência de Portugal. Nesse ano, D. João I (1349-1387), irmão bastardo de D. Fernando, foi conduzido ao trono, tornando-se

⁴⁸ Para António Sérgio (1923), essa crise estava relacionada ao abalo econômico oriundo da peste de 1348, ao êxodo rural e ao desemprego no mundo agrícola. Essas circunstâncias geraram os vários conflitos que vieram a eclodir com a morte de D. Fernando. Destacamos também os resultados negativos das guerras com Castela para a população. Outro fato importante foi o cerco sofrido por Lisboa em 1373, sendo que a ocupação castelhana durou três meses. Nove anos depois, a ocupação inglesa também causou danos materiais e morais para a cidade. Segundo esse autor, portanto, a crise adveio de causas políticas, econômicas e sociais.

⁴⁹ De acordo com Serrão (1978a), a origem da burguesia lusitana deve-se à atividade pesqueira e à produção agrícola destinada ao abastecimento de tropas reais. Posteriormente, com a transferência da rota comercial italiana para o Oceano Atlântico, no século XIV, beneficiou sobremaneira a economia mercantil, bem como a burguesia lusitana. D. João I adotou uma série de medidas que beneficiariam a burguesia, ampliando mercados e facilitando o comércio.

⁵⁰ O conflito em Aljubarrota teve origem nas questões dinásticas entre as coroas de Portugal e Castela. A vitória na Batalha de Aljubarrota deu início ao processo de consolidação da ideia de independência de Portugal: não expressou apenas a vitória na luta pela independência política do reino, mas também a percepção de participação política da população. Desde então, os reis de Portugal se consideraram tão fortes ou mais que os de Castela, pois, “[...] O desfecho da batalha garantiu a independência portuguesa face a Castela, ao consagrar a vitória do partido do mestre de Avis, e com ele, a chegada ao poder de uma nova geração de gentes, aquilo que o magistral Fernão Lopes consideraria o início de uma ‘ sétima idade do ouro ’. A consolidação da independência do pequeno reino português face a Castela é incontestável, mas parece-me, assim, mais uma resultante da batalha do que propriamente uma causa direta de sua realização” (MONTEIRO, 2003, p. 6-7).

o primeiro rei da Dinastia de Avis⁵¹. A chamada Revolução de Avis estava comprometida com os interesses da burguesia lusitana. O poder régio português, em seu processo de fortalecimento, contou, a partir de então, com o desenvolvimento das atividades mercantis e com a cobrança de impostos. Tal associação promoveu o pioneirismo luso na expansão marítima deflagrada ao longo do século XV.

Para a maioria dos historiadores, como Saraiva (1993), o coroamento de D. João I, em 06 de abril de 1385, marcou o início da formação do Estado lusitano. Quanto aos resquícios medievais, o incentivo ao comércio nessa ocasião aparecia como uma recompensa pelo apoio da burguesia no coroamento do Mestre de Avis. Assim, o fortalecimento do poder em torno do rei caracterizou-se pela formação de uma nova nobreza: os burgueses recebiam títulos e eram nomeados cavaleiros. Resolvida a questão da independência, ao menos até o episódio da União Ibérica em 1640, Portugal tornou-se o primeiro Estado moderno europeu.

No processo de consolidação das monarquias, a justificativa religiosa foi importante para a unificação dos territórios. Apoiados pela Igreja, os reis que surgiram na Europa entre o Medievo e o Renascimento eram considerados representantes e defensores dos desígnios da fé cristã. No entanto, ao longo de sua trajetória, o regime monárquico buscou meios para minimizar os limites que distinguiam a vontade divina das ações dos reis. Na Península Ibérica, de tradição católica, essa cultura parece ter granjeado forças, tendo em vista as miraculosas teorias em torno do rei D. Sebastião. Ainda muito pequeno, já o indicavam o sucessor do trono e mantenedor da Dinastia de Avis, bem como herdeiro da crença no caráter divino dos reis lusos, os quais eram rodeados de fatos miraculosos.

Consideramos que esse diálogo com a historiografia portuguesa nos ajuda a apreender de onde vem, a nosso ver, a necessidade de se forjar um duplo ideal de rei. Por meio de sua educação, fundada nos preceitos cristãos e seculares, ele seria levado a se responsabilizar pela consolidação do Estado moderno em Portugal. Observamos, também, a força simbólica da submissão dos mouros, cujo resultado foi a retomada de regiões que outrora tinham sido cristãs, bem como a retomada da honra lusa. Assim, percebemos

⁵¹ A Dinastia de Avis começou depois da derrota de Castela na Batalha de Aljubarrota. No fim da crise de 1383-1385, o Mestre da Ordem de Avis, D. João I, filho de D. Pedro I (1320-1367), foi aclamado rei nas Cortes de Coimbra. Vale lembrar que combates esporádicos entre portugueses e castelhanos foram registrados até 1411. A Dinastia de Avis terminou com a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir (24 de agosto de 1578). Como ele não tinha descendentes, o sucessor foi seu tio, D. Henrique (SARAIVA, 1993).

resquícios medievais da guerra justa, herdeira das cruzadas e, por consequência, a necessidade de se firmar um poder régio nas esferas cristã e laica.

3.2. QUADRO ECONÔMICO E POLÍTICO DA DINASTIA DE AVIS

Neste item, a intenção é analisar os aspectos do quadro social, político, econômico, afetivo e intelectual que influenciaram a formação de D. Sebastião naquele momento histórico. Procuramos, assim, aproximarmo-nos de nosso objeto e perceber na iconografia a intenção educativa de divulgar a representação de um ideal de rei laico e cristão.

Mauro (1969) destaca que os séculos XV e XVI foram marcados pela audácia dos descobrimentos marítimos, pelo valor dos soldados, pelo ideal do herói do Renascimento e da *virtú*⁵² dos homens, como também pelo sentimento de medo (da insegurança financeira, das epidemias, da fome, das catástrofes, etc.). Em contraste com esse medo, apresentava-se no espírito dos homens um desejo de reconstrução, de continuidade na luta da vida, da existência, levando-os ao culto da força e da coragem, ao gosto pelos espetáculos de morte (como os autos-de-fé). D. Sebastião, homem desse período, certamente também comungava dessa mentalidade. Para Mauro (1969), esses homens do século XVI “[...] tenían suficientes rasgos comunes como para que pueda hablarse de comportamientos colectivos que expresan psicologías colectivas” (MAURO, 1969, p. 220).

Trataremos inicialmente das condições políticas e sociais que antecederam ao governo de D. Sebastião. Segundo Loureiro (1989),

[...] a problemática sebástica deverá antes do mais ser entendida no seu verdadeiro significado historiográfico – estrutural e conjuntural – e nunca numa interpretação subjectivista que, apostando-se na conveniência, no preconceito ou na opção ideológica, não só distorce a verdade dos factos, como nega toda a processologia científica da História (LOUREIRO, 1989, p. 8).

⁵² Entendemos que a *virtú* proposta por Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, tenha influenciado o pensamento de D. Sebastião e os intelectuais que o rodeavam. Para Maquiavel (1998), assim como para os teóricos dos *espelhos dos príncipes* anteriores, a ação política seria um confronto entre a *virtú* e a *fortuna*. A deusa romana *Fortuna* seria responsável pela ruína dos mais bem elaborados de planos, porém, como ele ressalta, era possível cotejá-la. Dessa forma, o homem de legítima *virtus* poderia até subjugar-la e dela atrair favores. Embora reconhecesse que a *fortuna*, o acaso, proporcionava chaves para o sucesso da ação política e constituísse a metade da vida que não poderia ser guiada pelo indivíduo, ele não compactuava com a atitude passiva de fatalismo, mas sim enaltecia a posição ativa. Ele propunha uma vida ativa em detrimento de uma vida contemplativa e do ócio. Em outros termos, o homem de *virtú* seria aquele que estaria atento aos sinais da fortuna, percebendo o momento certo para agir sábia e prudentemente, colhendo dela êxito. Para ser eficaz, a ação política deveria se concentrar em investigar a peculiaridade das circunstâncias a ser modificadas.

Assim, inserimos no debate a respeito da temática sebástica a expansão ultramarina, a questão do ouro e da prata, as estruturas econômicas e sociais no século XV e XVI e também a própria mentalidade da época.

Mauro (1969) salienta que após a Guerra dos Cem Anos⁵³ o Ocidente passou por um período de reconstrução da vida econômica e política, a qual provocou transformações consideráveis na Europa. O avanço do capitalismo comercial foi acompanhado pelo desenvolvimento de técnicas comerciais e manufatureiras, como “[...] la letra de cambio, la contabilidad por partida doble, la brújula, el cálculo de la latitud, la carabela y la pólvora negra” (MAURO, 1969, p. 3). Essas inovações levaram a novas formas de poder, bem como ocasionaram a conquista de territórios para além da Europa, fomentando o comércio. Desde o século XII, pululava na mentalidade coletiva a existência de um povo cristão no Extremo Oriente, bem como inúmeras lendas acerca do Atlântico, chamado *Mar Tenebroso*. A aventura pelos mares desconhecidos, ao mesmo tempo em que trazia medo, incitava os povos a desbravá-los. No passado, os cartagineses haviam costeado a África atlântica; no presente, os homens do Norte, vencendo as águas geladas, avançavam para o Sul. No século XV, estes tinham chegado às Ilhas Canárias, comercializando ao longo da costa africana, e, por terra, chegaram aos berberes de Marrocos.

Não podemos nos esquecer também de que, em 1492, ocorreu a tomada de Constantinopla pelos turcos, firmando nos cristãos uma crença de povo destinado a lutar contra os infiéis. O panorama dos grandes descobrimentos e do acirramento da luta contra os inimigos da cristandade fervilhava o coração e a mente de D. Sebastião.

A expansão marítima poderia, naquele momento, ser a saída para direcionar a belicosidade da nobreza de sangue, para buscar recursos e riquezas que o solo português não podia proporcionar, bem como para impedir o avanço de mouros e turcos.

⁵³ De acordo com Piazzo (2002), em 1337, em um contexto de dificuldades materiais e de mortalidade, inicia-se a Guerra dos Cem Anos, travada entre a França e a Inglaterra. Na prática, a guerra foi mais curta que um século, chegando ao fim no ano de 1453, entre tréguas e longas interrupções. Vários motivos contribuíram para o advento desse conflito. Primeiramente, temos os conflitos entre a Inglaterra e a França pelo Feudo de Gasconha, que, a partir do *Tratado de Paris* de 1259, ficara em posse da Inglaterra. Outro fator era a pirataria, que provocava atritos entre os dois países. Acrescentamos, também, o conflito por causa do condado de Flandres. Essa região era politicamente ligada à França, mas, economicamente, à Inglaterra. Em meio a esses conflitos, a guerra era latente. O estopim da Guerra dos Cem anos foi o problema da sucessão ao trono francês. Em 1328, Carlos IV (1294-1328) tinha morrido sem deixar um sucessor do sexo masculino, pondo fim à dinastia dos Capetíngios (987-1328). A coroa foi repassada para Filipe VI (1293-1350), primo de Carlos IV, dando início à dinastia dos Valois. O rei da Inglaterra Eduardo III (1312-1377) sentiu-se preterido, pois era sobrinho do monarca falecido, filho de sua irmã Isabel. A última batalha, *Formigny*, ocorreu em 1450, na Normandia. Em 1452, A França recuperou a Gasconha, e em 1453, a guerra terminou.

Dessa maneira, alguns homens se dedicavam aos empreendimentos além-mar, substituindo as doações de terras por parte do rei pela nomeação em possíveis postos nessas regiões e pela participação nos proventos das captações. À frente do movimento, no começo do século XV, estavam os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I. D. Henrique dera o primeiro impulso para a conquista de Ceuta, em 1415, ponto estratégico para a navegação no norte da África. Para os historiadores, como Azevedo (1978) e Loureiro (1989), com o domínio desse território, principiou-se a expansão portuguesa. Destaca Martins (1908) que esse Infante possuía dois objetivos nessa aventura:

[...] conquistar o imperio marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o monopolio do commercio do Sudão; e ao mesmo tempo conquistar ás trevas as ilhas d'esse mar desconhecido, seguindo tambem o longo das costas occidentaes para as visitar e explorar (MARTINS, 1908, p. 167).

No passado, D. Afonso Henriques fundara o Reino; agora, D. Henrique iniciava o Império no Oriente, contando com o apoio do pai, rei D. João I. No mesmo ano da tomada de Ceuta, tropas foram enviadas para sondar e reconhecer a costa africana. D. Henrique estabeleceu-se em Sagres, reunindo todos os recursos da arte de navegar; contando até com manuscritos de Marco Polo trazidos por D. Pedro em suas viagens. O autor salienta que esses livros, mapas, cartas marítimas, narrativas e roteiros de pilotos “[...] faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmographo, Jayme de Mayorca, então celebre, rodeado de discipulos, passava os dias a discorrer, as noutes a interrogar, silenciosamente, os enygmata propostos nos textos e desenhos” (MARTINS, 1908, p. 170).

Toda essa epopeia certamente alimentava a mente e o coração de D. Sebastião. Nesse sentido, o projeto educativo do monarca passava, certamente, pela aprendizagem dos feitos marítimos, relacionados à conquista de territórios e ao avanço da fé cristã.

Iniciada a passagem à África, urgia o alargamento da empresa. A bússola, o astrolábio e o quadrante já guiavam as expedições marítimas enviadas anualmente de Sagres para sondar o Oceano ou para descer a costa para o sul. Após a Conquista de Ceuta, seguiram-se, em 1437, o desastre de Tânger e a derrota portuguesa. Depois disso, várias praças foram conquistadas: Alcácer Ceguer (1458); Arzila Larache e Tânger (1471); Santa Cruz (1505); Castelo Real (1506); Safim (1508); Azamor e Mazagão (1514). A manutenção dessas praças iria ser um dos pontos nevrálgicos do governo de D. Sebastião. Até 1460, ano da morte do Infante D. Henrique, chegava-se da costa de África às proximidades da Serra Leoa; no Atlântico, tinha sido redescoberta a Ilha de Madeira

(1419), já conhecida desde o século XIV; chegava-se aos arquipélagos dos Açores (1427) e Cabo Verde (1456); em 1434, Gil Eanes (1395-14??) dobrara o Cabo Bojador. Dentre seus sucessores, Bartolomeu Dias (1450-1500) contornou o Cabo das Tormentas (1487-1488) e Vasco da Gama (1469-1524) chegou à Índia (1498); pelo outro lado, Cristóvão Colombo (1451-1506) alcançava a América (1492), Pedro Álvares Cabral (1467-1520) chegava ao Brasil (1500) e Fernão de Magalhães (1480-1521), às ilhas do Pacífico (1519-1521).

A navegação acenava a cada dia com os novos atrativos vindos do comércio com o Oriente. Desse modo, convinha que Portugal adotasse uma política de fortalecimento desse comércio. Nesse intento, destacou-se a figura de Afonso de Albuquerque (1453-1515), que erigiu a fortaleza de Cochim, estreitando as relações de Portugal com esse importante ponto do comércio das especiarias. Esse navegador dominou também a cidade de Ormuz, obrigando-a ao pagamento de tributos, bem como tomou posse de Malaca, considerável centro de distribuição de especiarias. Enfim, ocupou diversas áreas decisivas do Índico. De 1509 a 1514, governou a Índia, recebendo o “[...] justo galardão de fundador do Império português [...], soube visionar ‘os pontos cardiais do domínio português do Oriente’” (SERRÃO, 1978b, p. 116).

D. Manuel pôde, em seu reinado (1495-1521), divulgar os feitos da jornada do descobrimento aos reis católicos. Enumerava as especiarias trazidas, acessíveis e abundantes, como pimenta, canela, cravo, gengibre, noz-moscada, as finas pedrarias diversas e, em perspectiva favorável, o ouro. A pimenta, chegada em 1502, nos mercados do Norte, logo despertou o interesse de mercadores e de capitais estrangeiros. Conservar a hegemonia desse comércio, alargá-lo e extrair lucros tornaram-se a preocupação dominante da Coroa, agora e postumamente.

Observamos que as demandas sociais desse tempo histórico, assim como hoje, exigiam do Príncipe atos virtuosos que permitissem mudanças nos hábitos e costumes, tendo como fim o bem viver social. Abria-se ao homem a oportunidade de aprender e de ensinar. Nesse sentido, entendemos que seria relevante desenvolver uma postura educacional de valorização do ensino da ética e da moral, a qual conduzisse a posicionamentos corajosos na sociedade. A conquista além-mar exigia do governante conhecimentos, atitudes audaciosas; por isso, a educação que valorizasse um modelo régio, nessa formatação, seria pertinente.

Para Azevedo (1978), o Mediterrâneo, até então dominado pelos turcos e pelos venezianos, cedeu espaço para o Atlântico; as rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico

abriram-se para o tráfego das especiarias. Nesses locais, organizou-se um circuito inter-regional, do qual participavam muitas empresas mercantis. O autor nos lembra de que efeitos não favoráveis dessa política vieram à tona: em 1441, pagavam-se dívidas provenientes das expedições; além disso, as necessidades da manutenção de Ceuta ocasionavam protestos. Nas Cortes de 1444, em Évora, e nas de 1456, em Lisboa, os gastos excessivos com caravelas, encargos, aposentadorias e envio de trigo para Ceuta eram pautas. Para fortificar e defender as praças africanas, Portugal precisava de grandes somas. O Infante navegador consumira rendas da Ordem de Cristo e riqueza própria e, ao final, morreu com dívidas, que ainda estavam pendentes quando D. Manuel faleceu, recomendando o pagamento ao sucessor, D. João III (1502-1557). O empreendimento que poderia fazer do rei o soberano mais rico da cristandade acabou resultando no contrário. A cada necessidade de defesa militar do extenso império, recorria-se a empréstimos.

No governo de D. Sebastião (1557-1578), vemos as mesmas dificuldades. Manter os domínios na Índia, na África e no Brasil era muito dispendioso para o erário régio. Todavia, para o monarca era crucial divulgar e assegurar a expansão lusitana.

Serrão (1978b) assinala que, desde o início do século XVI, a fama e o prestígio dos portugueses eram conhecidos em toda a Europa. O nome português florescia no mundo, em razão dos atos de seus nautas, capitães, mercadores e religiosos. Com o intento de firmar os direitos políticos conseguidos pelo Tratado de Tordesilhas⁵⁴, o *Venturoso* relatava aos demais monarcas os resultados da marcha da expansão e dos descobrimentos, bem como as vitórias alcançadas na esfera marítima. Mercadores e viajantes tornavam-se, por seu turno, arautos da ação portuguesa nos mares.

D. Sebastião, como outros monarcas portugueses, incumbia-se da missão de conduzir a expansão do cristianismo sob a égide de Roma. Cuidou também dos casamentos para manter a aliança ibérica, a qual era necessária para dar continuidade à política ultramarina adotada por Castela e Portugal nas Américas e no Oriente. Dessa forma, também, legitimava seu poder, pois os feitos ligavam-se à Coroa de que o monarca era símbolo. Nessa época, iniciava-se a política de governo e a colonização que levou ao

⁵⁴ Em 07 de junho de 1494, confirmou-se o “[...] Tratado de Tordesillas, por el cual, de común acuerdo, se recorria la línea imaginaria a 370 leguas al Occidente de las islas de Cabo Verde, quedando así el actual territorio de Brasil bajo jurisdicción lusitana – originalmente la bula sólo le reconocia a Portugal cien léguas al occidente de las Azores. Este nuevo tratado entre Castilla y Portugal fue ratificado por Julio II a través de la bula *Ea Quae*, fechada em 24 de enero de 1506” (DIEGO FERNÁNDEZ, 1990, p. 88-89). O Tratado de Tordesilhas vigorou até 13 de janeiro de 1750, quando foi revogado pelo Tratado de Madri, assinado por Portugal e Espanha, e posteriormente pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 01 de outubro de 1777.

surgimento do Brasil português. Durante todo o período colonial, inclusive no governo de D. Sebastião, o Brasil se apresentava como promissor para a economia lusitana.

O domínio de toda essa área geográfica - praças em Marrocos, ilhas no Atlântico, feitorias na África, territórios no Oriente - implicava problemas de administração e de defesa militar. Até a conquista de Marrocos em 1524, as praças do Sul (Safim, Azamor, Mazagão e Santa Cruz) abasteciam-se por si. Com o avanço dos mouros, as praças do Norte (Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger) precisaram ser mantidas pelo Reino. O trigo era adquirido em Flandres, na Inglaterra e na Andaluzia, aumentando os encargos da coroa. Diante da iminência de ataque inimigo, D. João III via-se em situação difícil para manter as praças, sendo também obrigado a enviar reforços e armas, o que era dispendioso para as finanças e se fazia à custa do Império do Oriente. A política oriental não poderia ser posta em risco por causa das dificuldades das praças marroquinas. Teve início, assim, um debate sobre a intenção de abandonar os lugares do Magrebe. Tornava-se inviável dirigir um corpo tão vasto e territorialmente descontínuo.

Velloso (1935) revela que foi somente em 1541 que a Corte se dobrou à força das circunstâncias. Em março de 1541, após um cerco de seis meses, perdeu-se a fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Aguer ou de Gué. Em dezembro, desse mesmo ano, foram deixadas as praças de Safim e Azamor, permanecendo apenas Mazagão. Em agosto de 1549, foi a vez de Arzila e, no ano seguinte, de Alcácer Ceguer, estreitamente ligadas à história do reinado de D. Afonso V (1438-1481). O domínio português reduziu-se a Ceuta, Tânger e Mazagão. Segundo o autor, o abandono dessas regiões foi uma política prudente e sensata, pois a situação da Fazenda o impunha, tendo em vista sua dispendiosa conservação. No entanto, a opinião pública era condenatória, inclusive as Cortes eram contrárias ao abandono desses lugares na África. Os procuradores dos concelhos defendiam que era mais conveniente manter a Conquista da África do que a da Índia.

Esse embate manteve-se no reinado de D. Sebastião. Por certo, este percebeu que era de sua responsabilidade o resgate dessas praças do norte da África das mãos dos mouros. Segundo os cronistas, como o Padre José Pereira Baião (1730), o monarca desaprovava a perda dessas regiões. Desse modo, em sua educação guerreira, observa-se certa inclinação pela conquista marroquina.

Em pouco mais de um século desfazia-se o projeto de um Portugal marroquino. A Coroa não teve condições econômicas de mantê-lo e defendê-lo, pois isso absorvia grande parte de seus rendimentos, levando a déficits financeiros e a crescentes dívidas externas, o

que empobrecia cada vez mais o Reino. Percebemos que a Índia já não valia o que se gastava; em meio à aparente prosperidade, Portugal empobrecia. Essa fase de retraimento da política ultramarina e colonial no Extremo Oriente, assinala Holanda (2000), coincidiu com uma extensão maior do poder da Coroa sobre a possessão americana. Paralelamente, avivava-se na Corte de Lisboa o interesse pelos destinos da Terra de Santa Cruz, ameaçada de cair em mãos de inimigos. Era premente uma mudança nas coordenadas da política do Reino sob o cetro de D. Sebastião.

Passemos, agora, para outros assuntos ligados ao governo de D. João III (1502-1557). Acreditamos que o avô de D. Sebastião, apesar do pouco tempo de convivência entre os dois, deixou algumas marcas na personalidade do Infante. De acordo com Serrão (1978b), a atividade diplomática joanina foi intensa: alianças de casamento⁵⁵, tratados de comércio, acordos marítimos, nomeações, etc. Tudo isso certamente marcou a governança de D. Sebastião. Na obra *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, publicadas por Ernesto de Campos de Andrada (1937), foram compiladas inúmeras cartas régias datadas de 1515 a 1578, época em que Pero de Alcáçova Carneiro e seu pai, António Carneiro, serviram como secretários de D. João III, mantendo os mesmos cargos no governo de D. Sebastião. Nessa correspondência, encontramos muitos dados sobre as relações diplomáticas de D. João III, os quais são importantes para nossa análise, especialmente os posicionamentos políticos, de cunho laico e religioso, que marcaram a formação do Infante. Além disso, as cartas revelam as relações políticas mantidas pelo rei com outras nações do período, como Castela, França, Itália, Alemanha, Hungria, Inglaterra, e também as condições políticas e econômicas que D. Sebastião deveria manter.

Por meio dessa documentação, podemos nos aproximar da mentalidade coletiva de sua época, principalmente a que se relaciona à política contra os infiéis mouros, estimulada pela formação jesuítica do Rei.

⁵⁵ No reinado de D. João III (1502-1557), efetuaram-se várias alianças matrimoniais: o próprio casamento do rei com D. Catarina, irmã do imperador e de D. Leonor (1525); o casamento de Carlos V (I de Espanha) com D. Isabel (1526), irmã do rei de Portugal e filha de D. Manuel I, do qual nasceria Filipe II de Espanha, rei de Portugal após a morte do Cardeal D. Henrique (rei de 1578 a 1580) e a derrota de D. António Prior do Crato (aclamado em 1580) na batalha de Alcântara (1580); o casamento do filho e herdeiro do imperador, Filipe (herdeiro de Espanha), com D. Maria, filha de D. João III (1543); por último, o casamento do infante D. João, herdeiro da Coroa portuguesa, com D. Joana de Áustria, filha de Carlos V (1552), do qual nasceria (em 1554) D. Sebastião, *O Desejado*.

Uma das cartas contém instruções dadas por ele ao embaixador em Roma, Cristóvam de Sousa. Esse homem de confiança de seu Conselho⁵⁶ deveria, em audiência com o Papa Paulo III (1534-1549), intermediar a negociação sobre a trégua dos príncipes cristãos com os turcos. Por meio de uma carta de D. Rodrigo Mascarenhas, D. João III soubera das intenções do Imperador Carlos V e do monarca francês Francisco I de estabelecer uma relação de paz com os turcos. O monarca luso considerava que isso seria prejudicial para a política lusitana nas Índias e, por isso, os reis cristãos deveriam ser solidários uns com os outros. Essa atitude traria divisão para a cristandade, pois os turcos teriam contendas com uns e paz com outros. Observemos, pois, alguns excertos do longo despacho *Ida de Cristóvam de Sousa por Embaixador ao Papa*, em 27 de abril de 1540, compiladas por Andrada (1937):

[...] O negócio desta trégua com o Turco é de tanta qualidade, que tôdas as outras coisas são poucas a respeito disto, e já vêdes que quero que sôbre isso digais ao Papa, por esse papel que disse levais, [...] bem vereis que quanto cumpre que não possa o Imperador presumir que eu tenho dêle desconfiança, como, de feito, a não tenho, mas creio que Êle se lembrará, nesta contratança do Turco, [...] Nem convém que pareça que Eu desconfio de El-Rei de França, nem vós direis que sabeis que me tem feito algum cumprimento, se por isso fôsseis preguntado, dizendo, como de vosso, que vos parece que seja claro, quando tais pazes se fizessem, sem Eu ser metido nelas, [...] por isso, deve Sua Santidade de lhe não deixar passar, pois tão justa causa tem para os obrigar, com justa razão, que o façam, porque, certo sendo tão grande perda a da índia, se vós vísseis que a queriam entregar ao Turco e me não ajudarem [...] segundo o que Eu entendo, é de mui grande louvor ser o que Sua Santidade se entende neste negócio de trégua e o que quer fazer e tem posto em obra, [...] pelas premissas gerais, se pode colher do que cumpre para o bem de tôda a Cristandade, pelo que o Turco ganharia, perdendo Eu a Índia, [...] e entendo que poderia ser pior negócio, sendo êles tão poucos, que, levando na Cristandade tantas divisões, a se de ordenar que o Turco contendesse com um e com os outros pusessem trégua, enquanto aquele só padecia, o que seria preparam-lhe as vias para boa negociação, [...] que obrigassem a se dever fazer essa trégua, só devia de valer contra tôdas, que se não perdesse nenhum príncipe Cristão, [...] (ANDRADA, 1937, p. 16, 17, 19).

Acreditava-se, pois, na ideia medieval de *República Christiana*. Para ele, os territórios cristãos, sob o escudo de Roma, deveriam se unir contra os infiéis,

⁵⁶ Segundo Cruz (2006), o conselho de Estado se instituía como um órgão de assistência governativa para o monarca. Seu funcionamento dependia da vontade do rei. No final do governo de D. Manuel, esse órgão era composto por quatrocentos conselheiros. Durante o reinado de D. João III, foi reduzido para sessenta e seis. Todavia, na prática, poucos participavam em continuidade no governo.

especialmente os árabes e os turcos. As lutas entre as nações católicas ocasionariam o enfraquecimento da unidade da Igreja e de seu corpo político. Nesse sentido, a reforma religiosa aumentaria o fosso entre os reinos cristãos. Como os monarcas cristãos tinham um inimigo comum, uma trégua não era cabível; seus prejuízos não atingiriam apenas as possessões portuguesas no continente africano, mas toda a cristandade. Cristóvam de Sousa residiria na Corte romana para argumentar em relação aos prejuízos que a possível trégua dos príncipes cristãos com os turcos traria para todos. A Corte lusa mantinha relacionamento de paz com o Santo Padre. Ao fundamentar a expansão, visando o alargamento da cristandade, sendo Roma um considerável centro de comunicação entre a Europa e o mundo afro-oriental, D. João III contribuiu para o revigoramento da relação entre os gládios laico e clerical⁵⁷.

A política contra os infiéis incutiu-se no espírito de guerreiro-cruzado de D. Sebastião, que foi criado ouvindo os debates a esse respeito. Vemos, assim, a coexistência entre antigas e novas formas de pensar, sentir e agir e isso nos auxilia a acompanhar a direção que a educação também foi assumindo nessa época. O estudo das diferentes maneiras de manifestação do homem como expressão do seu tempo constitui um meio importante para a compreensão da estruturação da sociedade, particularmente da educação. As atitudes de seu avô, D. João III, serviam-lhe de modelo de educação pelo exemplo.

Continuemos, pois, a olhar para esse governo para captar as influências recebidas por D. Sebastião e delinear seu caráter e formação. As ligações lusas firmadas com a França, a Inglaterra e a Espanha exigiriam do Infante firmeza e sabedoria na governança.

A neutralidade do monarca português na guerra da França com o Imperador não foi suficiente para a manutenção de relações pacíficas entre os dois reinos. As áreas comerciais das ilhas, como o Arquipélago de Açores, e do Brasil foram alvos da pirataria. Os mouros, com bases no norte da África e no Atlântico, atacavam também a costa do Algarve. Em 1479, os espanhóis, inicialmente concorrentes dos lusitanos, assinaram um tratado reconhecendo o monopólio do comércio português na costa africana. Em 1500, começaram os ataques dos corsários franceses; na sequência, vieram os britânicos, os escoceses e os holandeses. Serrão (1978b) afirma que a guerra de corso intensificou-se a

⁵⁷ O ápice da relação entre D. João III e a Cúria romana ocorreu com a participação de bispos e teólogos portugueses nas duas primeiras fases do Concílio de Trento (1545-1549/1551-1552). Entre eles, estavam os dominicanos Frei Jorge de Santiago, Frei Jerónimo de Oleastro, Frei Gaspar dos Reis e Frei Baltasar Limpo, além de Diogo de Gouveia, mestre em Teologia e João Pais, doutor em Direito Canônico e Românico. Essa reunião procurou impedir a expansão das heresias luterana e calvinista (SERRÃO, 1978b).

partir de 1529, trazendo prejuízos ao comércio português, bem como um clima de animosidade entre as coroas lusa e francesa. Os interesses marítimos do monarca francês levaram-no a conceder cartas de marca, ou seja, um documento por ele assinado, que autorizava a guerra de corso dos navios da Bretanha e da Normandia contra a navegação mercante de Portugal, fragilizando a relação entre os dois. Esse estreitamento das relações entre portugueses e franceses teve um reflexo negativo na tentativa de consórcio matrimonial do Infante com a princesa Margarida de Valois (1553-1615).

Mesmo diante dos despachos realizados entre as duas cortes, o assunto corso continuou delicado. O rei francês ainda liberava as marcas, dando legalidade à atividade corsária. No dia 24 de novembro de 1540, D. Francisco de Noronha, novo embaixador enviado à Corte francesa, levou novas instruções de D. João III ao rei Francisco I, contendo reclamações contra os abusos praticados pelos franceses no Brasil e em Malagueta. Consideramos relevante reproduzir um trecho de *Ida de D. Francisco de Noronha por Embaixador a El-Rei de França* do compilador Andrada (1937):

D. Francisco, sobrinho amigo: O que vós direis a El-Rei de França, sôbre esta licença, que agora deu a seus vassallos, para poderem ir a Malagueta e ao Brasil, é o seguinte: >>

<< Que, pelo meu embaixador, fui avisado de como Êle, por uma sua carta, feita no 2.º de Agôsto, este passado, revogou o mandamento, que tinha passado, que os seus não fossem a Malagueta nem ao Brasil, o qual mandamento foi feito a 22 de Dezembro de 1539, e que êle, por ser doente, não lhe pudera ir lhe falar nisto e lhe dizer as grandes razões que havia para a tal licença não dever de passar, e o mandou requerer por um seu criado, que o sabia mal apresentar, e que desta nova eu fiquei tão espantado, como era razão que o fosse, [se] me não parecesse isto passar, por algumas pessoas o não informarem bem, pouco desejadores de seu serviço, nem dêle cumprir com a obrigação de minha amizade e dos mesmos seus mandados, que dantes tinha passados, porque, se fôra advertido nisto, não se deve cuidar que assim se fizera, olhando o grande amor e boa vontade que lhe tenho, [...] deve olhar o principal fundamento que se aponta para a tal licença e que seus vassallos receberão perda e assim mesmo seu serviço, e a terra de Normandia se iria a perder, se estas licenças se lhe não dessem, e o contrário disto é visto e sabido de todos, pois se não pode negar que Normandia e seus vassallos sempre viveram e vivem sem haver no mundo notícia de Malagueta nem do Brasil, nem o serviço dos Reis de França por isso se diminuia, nem os vi de maneira que se possa dizer que a terra se perderia por se não aproveitarem do que se nunca aproveitaram, antes é de presumir que, por permissão divina, os vassallos empobrecessem e a terra se diminuísse, querendo, por suas cobiças, intentar de se aproveitar do alheio, e que, de pois que estas terras fôram descobertas pelos vassallos dos Reis, meus antepassados, nunca aos Reis de França, seus antepassados, pareceu que tinham os seus tal necessidade, nem que sentiam que tal proveito entendessem. ¿Pois como

pode ser que Êle o permita, tendo o exemplo dos passados, para o não fazer, e a obrigação de suas palavras por que o defendeu, e de minha amizade, a que o deu para si mesmo, e usam que, por seu mandado, se não faça aquilo que por ladrões se começou, porque esta cobiça do meu, que em alguns de seus vassallos entrou, se começou por ladrões franceses que andavam a tôda roupa? [...] muito affectuosamente lhe peço que mande revogar a tal licença [...] » (ANDRADA, 1937, p. 31-33).

Esse excerto mostra uma fissura na relação entre os monarcas, apesar da polidez e da diplomacia de D. João para com um líder de peso na conjuntura política europeia. Também observamos seu posicionamento firme na defesa dos interesses do Reino que representava. Para os soberanos de Portugal e da Espanha, pirataria correspondia a qualquer expedição comercial e qualquer tentativa de colonização estrangeira. Uma vez que a expansão portuguesa abria áreas de influência no Atlântico passou a ser objeto de cobiça de outros soberanos⁵⁸, pois os interesses de Francisco I, no que tange à dimensão marítima, colidiam com os de Portugal e Espanha.

Outro ponto delicado da relação entre esses dois monarcas derivava da primazia portuguesa na navegação. O monarca francês não validava o princípio luso do *mare clausum*⁵⁹ contido no Tratado de Tordesilhas; em contraposição, defendia o princípio de liberdade dos mares e de sua posse efetiva. Declarava que era a ocupação que criava o direito: ver e atravessar novas terras não garantiam a detenção da posse; somente os lugares habitados e defendidos seriam entendidos como posse estrangeira. A posse de zonas por Portugal e Espanha só se efetivaria se estes reinos exercessem esse direito e, explorando, ocupando e colonizando, excluíssem do domínio outras regiões da Europa⁶⁰.

⁵⁸ A descoberta do Brasil logo ficou conhecida em toda a Europa e, provocando o interesse de muitos, favoreceu o início da atividade corsária. A Corte joanina instruíra seus capitães para aprisionar as naus e os produtos e até as afundar, em caso de resistência. No entanto, os corsários franceses persistiam, mantendo-se como uma ameaça militar e como um perigo à soberania de D. João. Este percebeu que, nessas novas terras, era necessário assentar um sistema de unidade política e administrativa. Assim, para sua defesa e seu fomento, criou as capitânias, distribuindo-as, entre 1532 e 1535, aos capitães donatários, que, em troca, tinham a obrigação de povoá-las. O território foi dividido em zonas horizontais, devendo os capitães providenciar moradores, animais, sementes, etc. Para incentivar os colonos, o governo luso transformou-as em capitânias hereditárias. Foram também organizados os governos-gerais com representantes da Coroa com poderes para dominar a vasta região. Esse procedimento foi um passo importante no crescimento do Brasil, dando início à sua unidade política e geográfica (LOUREIRO, 1989).

⁵⁹ Com base nesse princípio jurídico, segundo Wehling e Wehling (1994), “[...] a prioridade da descoberta dos mares determinava sua posse, com a exclusão das demais nações cristãs” (WEHLING; WEHLING, 1994, p. 39). Esse princípio declarava que o mar se restringia à navegação de portugueses e espanhóis, o que era legitimado pela bula *Inter coetera* de 04 de maio de 1493 e pelo Tratado de Tordesilhas. Ingleses, holandeses e franceses, ao contrário, defendiam o princípio do *mare liberum* (liberdade dos mares).

⁶⁰ Nesse período, conforme Mousnier (1960), Espanha e Portugal já dominavam vários territórios na Europa, África, Ásia e até na América. O imperialismo Habsburgo tomava forma de um imperialismo espanhol. Carlos V (reinado: 1519-1556) levava a Espanha a dominar a Itália, trazendo-lhe o crédito dos genoveses e

Portanto, não bastavam o título, as bulas ou os decretos que conferiam privilégios e direitos sobre as coisas, como o domínio das terras e águas. Esta estrutura seria a base da colonização moderna, afirma Mousnier (1960).

Na correspondência *Ida de D. Francisco de Noronha por Embaixador a El-Rei de França*, lemos que, além das instruções, o embaixador levava consigo uma carta de D. João III escrita diretamente para Francisco I. Vejamos um trecho dessa carta contida na obra de Andrada (1937), na qual onde o rei luso apresentava argumentos sobre o seu direito de posse nas terras ultramar:

[...] algumas justificações, que os franceses mostram que fazem de si, são muito desjustificadas e contra razão e verdade e o que cumpre a meu serviço, porque, se vos dissessem que os mares são comuns e que eles podem ir a descobrir por eles e a comerciar no descoberto e querem pôr em justiça se podem fazer isto, parecera coisa igual, sendo tão fora de razão, como seria dizer-lhe Eu que me pertencia Paris, ou Êle, a mim Lisboa, e dizer cada um de nós que o puséssemos em justiça, porque as coisas, que se possuem e adquirem pelos Reis, não se põem em justiça com os outros Reis, quando se não diz: Isto foi meu. E, ainda então, da posse se trata primeiro, e serem mares comuns a todos, mas os outros que nunca foram sabidos, que com tão grossas despesas e mortes de gentes se abriu o caminho para eles, se não entenderem como os outros, não é razão nem justiça que por aquele caminho vá fazer quem quiser seus proveitos, e tão razoável é isto, que de cento e tantos anos que há que a costa de Malaca é descoberta e tantos o Brasil, nunca nenhuma nação de homens a nenhuma destas terras foi senão corsários franceses que, assim como roubariam o de França, se pudessem, começaram de tentar este proveito de irem lá, e está visto, se se entendesse que os mais eram comuns, que era aquilo que [a] um Rei se descobrem, os outros podem comerciar, logo, em se as coisas descobrindo, todos lá mandariam e, como estas se descobriram, logo se começaram de fazer que a cobiça dos tais proveitos assim fôra como agora, mas, por não ser razão nem justiça, se não entrometeram em fazer todos os passados nem os presentes, senão os ladrões que trouxeram isto em costume, por não serem castigados como mereciam, e dêstes ladrões virem a querelar-se a El-Rei todos, que lhes

florentinos. Em seguida, as guarnições espanholas dominaram a Alemanha. Seu desejo era coroar seu filho Filipe II (1527-1598), como rei dos romanos e imperador designado. Os alemães, no entanto, apoiaram o irmão de Carlos V, Fernando (1503-1564) e seu filho Maximiliano (1527-1576). Em 1558, Carlos V abdicou do título imperial e Felipe II conservou as possessões no Ocidente e acordos matrimoniais. Os portugueses já dominavam regiões no Norte da África, no Oriente, na América. Os ibéricos já garantiam possessões no Atlântico. No entanto, diante da ameaça francesa e inglesa, era necessário proteger os territórios conquistados. Francisco I (reinado: 1515-1547) utilizava a teoria do livre consentimento dos súditos, efetuando contratos que implicavam o direito dos povos de dispor de si próprios. Mousnier (1960) exemplifica a validade dessa teoria: “[...] O Tratado de Madri (1526), pelo qual Francisco I, vencido em Pavia, cedía a Borgonha a Carlos Quinto, não foi executado porque violava tal direito. Em 1526, os borguinhões do Ducado declararam que pretendiam ‘continuar devendo obediência a coroa da França e não ao dito Imperador’, invocando para tal o princípio de que não se pode transferir qualquer povo de um domínio para o outro sem o seu consentimento” (MOUSNIER, 1960, p. 153). No entanto, os Ibéricos fundaram grandes domínios, no século XVI, com o advento das navegações.

tiram seus proveitos, e parecer-lhes que são comuns a todos e que é razão que todos usem dêles, de maneira que ser seu nome de justificação não é outra [coisa] senão a que nasceu dos roubos que, como não deviam, me têm feitos, e desta substância podereis responder onde e quando cumprir, e, [se] vos falassem em justiça, nem fostes lá a isso, mas que entendeis que El-Rei deve a minha amizade e sempre fiz pela sua, e assim mesmo entendeis o que estava assentado por El-Rei de França se não devia de mudar comigo, antes cada vez crescer mais, e, já quando com isso quisera bolir [...] (ANDRADA, 1937, p. 35-36).

Nesse excerto, observamos que o rei D. João reafirmava a legalidade da posse de terras por Portugal. Ele argumentava que as terras tinham sido conquistadas com labor e despesas de seu reinado e de seus antecessores, que a pirataria era roubo e, portanto, que os corsários eram ladrões. O rei francês não aceitava o monopólio ibérico na rota do Atlântico, o qual alargava, gradativamente, as zonas de poderio ultramarino de Portugal e Espanha. Por causa de seu avô, bem como pelas determinações de sua educação, era provável que D. Sebastião comungasse desse pensamento.

Os portugueses e espanhóis, segundo Mousnier (1960), além de fundar impérios ultramarinos, consideravam que todas as terras novas, descobertas e por descobrir, tinham-lhes sido reservadas por Deus. Eles estavam convencidos do caráter sagrado de seu monopólio. Por meio de diversas bulas, os papas impulsionavam a expansão marítima; aprovavam acordos dos reis, delimitavam as respectivas zonas de ação, como as do Tratado de Tordesilhas, que já mencionamos. Nos oceanos, todavia, não foi possível o equilíbrio. O autor assegura que o pensamento medieval de uma hierarquia ordenada de reinos, pouco a pouco, daria lugar à ideia de uma comunidade igualitária de Estados livres.

O soberano português, porém, defendia seus direitos em várias tentativas diplomáticas. Essa ousadia manifestava-se também nas atitudes do Infante. O rei tinha a necessidade de reafirmar a legitimidade de suas possessões, inclusive a validação papal. Acreditava-se que os reis cristãos deviam acatar esse direito conquistado pela posse pacífica. Não era correto, portanto, que os franceses reivindicassem vantagens do que não tinham lutado para adquirir. Observamos que o Reino português pretendia conseguir e manter a hegemonia marítima. O governante, desse modo, deveria lutar a favor de seus direitos de domínio. O Infante, portanto, deveria ser educado para ser diplomático, para possuir um espírito conciliador. Assim, foi herdeiro de uma posição de defensor da unidade entre os reis cristãos.

Ressaltamos que as modificações nos procedimentos e na conduta dos homens naquele momento eram incentivadas pelas imagens. O poder estabelecido teria a função de ensinar o indivíduo a atuar adequadamente, a identificar seu bem particular com o da comunidade e adotar a perspectiva da cooperação em vez da oposição. Dessa forma, com seu conteúdo educativo, a iconografia possibilitava a formação dos comportamentos necessários à aceitação do poder régio. Ao governante incumbia ordenar a sociedade, realizando um governo justo que buscasse o bem comum do povo e não o seu próprio. Ou seja, ele precisaria abdicar de seus interesses pessoais para cuidar dos interesses de todos, do bem coletivo. Em um momento conturbado, era necessário que os homens se esclarecessem a respeito dos princípios que regiam a arte de governar.

Nesse contexto, a exploração de riquezas minerais e vegetais também mostrava suas fragilidades. O ouro e as especiarias, o desejo do enriquecimento fácil e rápido independentemente dos meios, somado aos erros, à vida ociosa e parasitária, à dissolução moral, tudo isso levava a um desequilíbrio na organização da expansão. Os hábitos adquiridos na Índia repercutiram de forma nociva nos homens. Embora o intelecto humano possa levar as pessoas a agir conforme a razão, levando em consideração suas experiências, emoções e sentimentos, cada uma pode ser capaz de se moldar ao ambiente em que está inserida. Sua formação de caráter é construída por sua subjetividade e por influência de sua respectiva cultura: os vícios são provenientes tanto do convívio social quanto da conduta interior. Nesse período, era necessário ter clareza quanto à forma que os males assumiam, levando os homens a comportamentos inadequados, a excessos comportamentais. Cabia, portanto, ao sujeito adquirir o discernimento para perceber até que ponto ele incorria nos vícios, tornando-se capaz de se sobrepôr a eles durante a sua caminhada. Com efeito, o governante poderia ser exemplo a ser seguido.

Segundo Loureiro (1989), a perda de independência do Reino não se deu apenas com a derrota de Alcácer Quibir. Nesse momento, a sociedade se tornava

[...] venal, corrupta, indolente, com o que se gerou uma baixa moral colectiva, que foi o terreno lodoso em que assentou a perda da independência nacional. [...] aquela que se tornou num sonho de riquezas fáceis – como o ouro da África – e foi o enlevo do País, tornou-se igualmente ela própria causa de pranto, luto e desespero (LOUREIRO, 1989, p. 42).

Negligência administrativa, corrupção pública, pirataria e contrabando tornaram-se evidentes na vasta área da expansão. Ao final do governo de D. João III, o Império, desmedido em território, mostrava sinais nítidos de grave crise. A deficiente estrutura econômica e financeira não conseguia manter os rumos da expansão. O peso militar da Índia, a manutenção das praças de Marrocos, a baixa do comércio do Atlântico e a carência de recursos internos e de mão-de-obra agrícola agravavam a situação.

Não nos esqueçamos, também, das diversas epidemias que assolaram o Reino, ocasionando crises de fome e levando a Corte a uma vida itinerante. A introdução do Santo Ofício⁶¹, por sua vez, acabou por acirrar a intolerância religiosa perturbando a paz social e levando milhares de cristãos-novos ao êxodo para a França, Itália, Países Baixos.

Essas circunstâncias seriam herdadas por D. Sebastião, que, após a morte do último filho de *O Piedoso*, tornou-se esteio dinástico de uma coroa ameaçada e de um Reino em crise tanto econômica quanto social. Era indispensável educar o rei para o enfrentamento dessas situações delicadas e para corresponder aos anseios da sociedade, tornando possível um novo arranjo político e configuração de novas alianças. No ato de entronização de D. Sebastião, percebemos “[...] cada um dos grupos rivais procurando meter no naipe governativo pessoas de sua confiança, ou manobrando no sentido de ganhar a simpatia e proteção do jovem monarca” (LOUREIRO, 1989, p. 17).

Analisaremos, portanto, a conjuntura em que esse governo se realizou com a intenção de mostrar como se deu a construção da imagem de governante ideal que a sociedade carecia. Também consideraremos os rumos que tomaram sua educação, no sentido de formar o monarca para se guiar no mundo prático e tomar as posições exigidas pelo momento. É o que apontavam os cronistas, como o Padre Amador Rebelo (1925).

Pautados em Oliveira (1997), entendemos que a coragem se adquire por meio da educação e dos costumes, pela crença de que se está fazendo algo necessário para o bem comum, na vida em sociedade. Nesse momento, na mentalidade coletiva, considerava-se como bem comum manter a soberania portuguesa.

Quando escolhemos a iconografia como objeto de estudo em detrimento de outros, quando construímos um dado projeto social como determinado discurso, definimos os caminhos para nos pensar como sujeitos históricos. Esse procedimento espelha as nossas escolhas de linguagem. Nessas condições, entendemos que o diálogo com as crônicas e com a literatura

⁶¹ Durante o papado de Paulo III (1534-1549), a 23 de maio de 1536, foi concedida a Bula para a instauração do Santo Ofício em Portugal. Desde 1525, D. João III (reinado: 1521-1557) fazia diligências para estabelecer a Inquisição no Reino, com o fim de anteparar o avanço das heresias (SERRÃO, 1978b).

poderá nos ajudar a realizar a apreciação imagética e averiguar como a pintura propiciou a divulgação de D. Sebastião como modelo ideal de rei.

3.3. *O DESEJADO: DO NASCIMENTO À MORTE EM ALCÁCER QUIBIR*

Segundo Figueiredo (1925), o reinado de D. João III (1521-1557) foi marcado pela adversidade familiar. Sete dos seus dez irmãos, nascidos da união matrimonial de D. Manuel I com as infantas D. Maria e D. Leonor (irmã do imperador Carlos V), faleceram antes dos 40 anos: D. Isabel (esposa de Carlos V), D. Beatriz (casada com o duque Carlos de Sabóia), D. Fernando, o Cardeal D. Afonso (que teve por mestre o helenista Aires Barbosa), D. Duarte (discípulo de André Resende), D. Carlos que morreu com pouco mais de um ano e D. António que viveu poucos dias. D. Luís morreu com menos de cinquenta anos e somente o Cardeal-infante D. Henrique e a infanta D. Maria passaram dos cinquenta. D. João III⁶² também sofreu com a morte de seus filhos: de nove, restou apenas um, de delicada saúde. Tudo isso denotava a fragilidade do Reino na questão sucessória. Em D. João Manuel (1537-1554), único sobrevivente, depositavam-se os anseios do Reino.

Nessas condições, desde cedo, foi pensada uma negociação matrimonial que tanto poderia selar um tratado de paz ou aliança quanto criar, diversificar ou expandir determinado leque de relações diplomáticas. Em última instância, o casamento poderia ser utilizado como forma de domínio político não armado em outras zonas. Dessa forma, as duas casas, a de Avis e a de Habsburgo, ativaram uma sequência de casamentos consanguíneos⁶³ que, segundo Cruz (2006), “[...] se revestiram de um caráter quase incestuoso” (CRUZ, 2006, p. 30). Em 14 de dezembro de 1543, foram assinadas as capitulações matrimoniais entre o príncipe D. João Manuel, com catorze anos, e D. Joana de Áustria (1536-1573), com 16 anos. O noivo era filho de D. João III e de D. Catarina (1507-1578), uma Habsburgo (irmã de Carlos V, rei da Espanha, chefe da família dos

⁶² Do matrimônio com Catarina da Áustria (1507-1578) nasceu nove filhos. Teve a infelicidade de os ver morrer todos, muitos por epilepsia: D. Afonso (nascido a 24 de fevereiro de 1526 e falecido em junho do mesmo ano), D. Maria Manuela (1527-1545), D. Isabel (nascida em 29 de abril de 1529 e morta em 23 de julho do mesmo ano), D. Beatriz (1530-1531), D. Manuel (1531-1537), D. Filipe (1533-1539), D. Dinis (1535-1537), D. João Manuel (1537-1554) e D. António (1539-1540) (FIGUEIREDO, 1925).

⁶³ Serrão (1978b) nos informa que a consanguinidade se fez presente em vários consórcios da história portuguesa: “[...] D. Manuel casou em 1518 com D. Leonor da Áustria, irmã do imperador, e este tomou por esposa em 1526 a infanta portuguesa D. Isabel, filha de seu cunhado; D. João III uniu-se a uma irmã de Carlos V, a princesa D. Catarina, e entregou sua filha D. Maria a D. Filipe, seu sobrinho, que, assim, tornou-se seu genro; por seu turno, D. João, herdeiro da coroa, casou com uma irmã de Filipe II, D. Joana, que era também sua cunhada. [...] As duas linhas genealógicas vieram a conduzir, respectivamente, ao drama do príncipe D. Carlos (1568) e, no lado português, ao de D. Sebastião (1578)” (SERRÃO, 1978b, p. 55).

Habsburgos e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico). A noiva era a filha mais nova do Imperador e de D. Isabel (1503-1539), filha do falecido D. Manuel e irmã de João III, o pai do noivo. Portanto, os jovens nubentes eram primos tanto do lado paterno quanto do lado materno. Em 6 de abril de 1543, o papa Paulo IV (1555-1559), em Parma, escreveu uma bula concedendo dispensa de consanguinidade ao casal⁶⁴.

Com as estratégias de casamentos políticos de interesse de ambas as partes, seria possível a união das duas coroas ibéricas. No princípio, os enlaces matrimoniais eram de interesse dessas coroas e, após 1540, eram mais desejadas por Castela, pois, com a morte sucessiva dos filhos de D. João III, delineava-se um possível problema dinástico. Certamente, as vicissitudes da Coroa portuguesa não passavam despercebidas a Carlos V. A morte da maioria da prole e de irmãos de D. João III, bem como a saúde debilitada do infante D. João despertavam, pois, em Carlos V, o interesse por efetivar essa união, que era considerada “[...] uma porta entreaberta por onde poderia vir a passar, mais cedo ou mais tarde, a integração de Portugal na vasta panóplia de estados e regiões que compunham o seu império” (CRUZ, 2006, p.16). Analisando essa eventual união das coroas ibéricas, podemos desvendar as clivagens políticas que se delinearam nos primeiros anos de

⁶⁴ Vejamos um trecho da Bula Papal: “[...] O fastígio da autoridade de pontífice romano, a ele concedida não pelo homem mas por Deus, atendendo diligentemente às qualidades de cada uma das pessoas particularmente das ilustres e excelsas, temperando o rigor do direito com mansidão, concede-lhes algo por graça especial que a severidade do próprio direito não permite. [...] mas porque estão impedidos por duplo grau de consanguinidade já que o rei João e Isabel, de ilustre memória enquanto viveu entre os homens e foi imperatriz dos Romanos, e bem assim Carlos, imperador e a preclaríssima, em Cristo nossa filha nossa em Cristo, Joana, rainha de Castela e Leão, e Maria, de ilustre memória enquanto viveu entre os homens, rainha de Portugal e dos Algarves, eram filhas de irmãs consanguíneas. Há ainda impedimento por duplo terceiro grau de consanguinidade, já que os ditos João e Catarina, reis de Portugal, e bem assim o imperador Carlos e a imperatriz Isabel são filhos das ditas irmãs Maria e rainha Joana, como se refere. E, por outra parte, há impedimento de quarto grau de consanguinidade, pelo facto de o dito Manuel, de ilustre memória, rei de Portugal, pai do dito rei D. João, avô do príncipe João, e de Isabel, de gloriosa memória, avô do imperador Carlos e da rainha Catarina e bisavô de Joana de Áustria, serem filhos e irmão e irmã. Existe ainda por outra parte um novo impedimento de quarto grau de consanguinidade, pois que o dito Manuel, rei de Portugal, avô do príncipe João e Maximiliano, de ilustre memória, rei dos romanos, e imperador eleito, era de igual modo bisavô de Joana da Áustria, sendo filhos de irmão e irmã, e sendo de supor eventualmente outras causas das quais os ditos príncipe João e Joana da Áustria não têm notícia de parte alguma, mas estando ligados abaixo do segundo grau de consanguinidade e não mais próximo em grau, não podem por essa razão satisfazer o que é seu desejo, sem obterem para o sobredito a dispensa apostólica. Nós que fazemos na terra as vezes d’Aquele que nas coisas do alto sustenta a paz e a concórdia, [...] por consideração do dito rei João, pai do dito príncipe João, que a nós, humildemente dirige súplica juntamente com os ditos príncipes João e Joana de Áustria [...] possam entre si e um com o outro contrair matrimónio, viver livre e licitamente e, qualquer deles o possa fazer, dispensado por autoridade apostólica e pelo teor das presentes, por dom de graça especial. [...] e legitimar os filhos nascidos do matrimónio que vai ser contraído, [...]. Queremos, porém, que, [...] o príncipe João e Joana de Áustria constituam um dote a duas meninas pobres da nobreza, a seu arbítrio e segundo a sua consciência. A ninguém, pois, seja lícito infringir estas letras do nosso decreto de decisão da nossa dispensa, suprimimento e vontade ou contrariá-la por ousadia e temeridade. Se alguém, contudo, isto atentar, saiba que incorrerá na indignação de Deus omnipotente e dos santos apóstolos, Pedro e Paulo. [...]” (NASCIMENTO, 1992, p. 101-105).

governo de D. Sebastião, bem como a adoção de certos comportamentos por parte desse monarca e sua atuação como governante.

Nove anos antes, em 1543, tinha sido celebrado o casamento do príncipe Filipe (1527-1598), irmão da noiva, o futuro Filipe II, com a Infanta D. Maria Manuela (1527-1545), irmã do príncipe D. João Manuel. D. Catarina, possivelmente, alimentava o desejo de ver a filha sentar no trono espanhol. Desse casamento, que durou menos de dois anos, resultou um herdeiro tanto para o trono da Espanha quanto para o de Portugal: D. Carlos nascera quatro dias antes da morte de sua mãe, em 1545. Velloso (1935) assinala que, nas capitulações matrimoniais desses infantes, não constava uma cláusula indicando que, com a morte do rei, caso não houvesse herdeiro legítimo masculino, a sucessão cairia sobre a Infanta D. Maria e seus herdeiros. Felipe II, durante essas negociações, tentou que a infanta fosse jurada herdeira do trono. No entanto, os protestos do Conde Vimioso levaram D. Francisco de Portugal, procurador de D. João III, a não aceitar.

A situação era delicada. Com o falecimento da princesa D. Maria, seu filho D. Carlos poderia assumir seus bens patrimoniais e também o trono, caso não houvesse sucessor português. Para Cruz (2006), os contornos dessas negociações políticas foram mais bem definidos durante o período regencial e nos primeiros anos do governo de D. Sebastião. Esse processo torna mais claro o desenrolar de sua governança. Acompanhá-lo ajuda-nos a entender que o contexto de ansiedade levava à afirmação de que ele seria o rei escolhido para mudar esse quadro.

Nesses termos, sua educação deveria ser pensada, planejada, cuidada. O acúmulo de funções seculares e religiosas implicava uma educação voltada para a arte de bem governar, ou seja, com base nas virtudes, como defendiam os cronistas João de Castro (1994) e Gonçalo Dias de Carvalho (1986). D. Sebastião deveria receber uma educação que correspondesse às necessidades sociais. Um programa de ensino deveria ser direcionado ao rei. Ao educar o rei ou o príncipe, educava-se também o povo que estava sob o comando desse governante. Essa formação exigida e aplicada contribuiria para a construção da representação simbólica do monarca.

3.3.1. Formação laica e cristã de D. Sebastião para a governança do Reino

Em 05 de dezembro de 1552, em Barreiro, D. João III recebeu sua jovem nora, D. Joana, com 17 anos. Segundo Velloso (1935), as descrições da época a idealizavam como

uma princesa perfeita. No entanto, revela o autor, seu semblante altivo e sério impunha certa distância àqueles que a cercavam. Seu principal amigo era Lourenço Pires de Távora, com quem, depois da morte do esposo e de seu regresso a Castela, manteve correspondência para ficar informada dos assuntos portugueses durante a menoridade do filho. Tendo uma saúde frágil, D. João Manuel, seu esposo, morreu de diabetes em 02 de janeiro de 1554, deixando-a grávida. Os escritores portugueses de então, como o Padre José de Castro (1942), mencionavam em suas obras o sentimento geral de dor e de angústia, agravado com o receio da perda da independência nacional. O povo esperava um milagre. Dois anos após o casamento do príncipe D. João, o Reino acolheu um herdeiro, D. Sebastião. Somente a vinda de um príncipe poderia afastar o perigo de Portugal ser herdado pelo Infante D. Carlos, de Espanha.

A chegada dessa criança foi um acontecimento efervescente para a vida do Reino. A Corte, de um lado, concretizava sua vontade de perpetuação e conservação do poder institucional, político, social e territorial por meio da figura do neto recém-nascido de D. João III. Novamente, via-se garantida a independência portuguesa diante das ameaças externas e internas. De outro lado, o nascimento do rei desejado simbolizava certo alívio para Portugal. Representava uma trégua à ameaça que pairava sobre o Reino de se ver sob a dependência de Castela. Esse nascimento seria uma possibilidade de se retomar a política de conquista de territórios iniciada pela Dinastia de Avis. Podemos entender, desse modo, o caráter mítico atribuído ao príncipe-rei (PIRES, 1969).

D. Sebastião, o décimo sexto rei de Portugal, nasceu de 19 para 20 de janeiro de 1554, dia do Mártir S. Sebastião. O pequeno recebeu esse nome em homenagem a esse santo católico, um dos mais populares e respeitados pelo Reino. Segundo a devoção popular, o santo fora mutilado pelos muçulmanos na Cruzada. Aqui entendemos a carga divinizada e de mártir que o rei recebera ao nascer. Segundo Loureiro (1989), em 27 desse mês, após a cerimônia de batismo do filho, D. Joana recebeu a notícia da morte do esposo. No dia 23 de maio, de acordo com o contrato nupcial, ela regressou a Castela para assumir o governo dos reinos da Espanha. O príncipe D. Filipe se ausentaria, pois iria se casar com Maria Tudor (1516-1558), rainha da Inglaterra. Vale lembrar, pois, que D. Joana, no período de menoridade do filho, mesmo de longe, desempenhou tanto o papel de cooperadora da política espanhola em Portugal quanto de interlocutora da política portuguesa na Espanha. O pequeno D. Sebastião encontrou-se, então, sem pai e sem mãe.

Com a morte de D. João III em 1557, salienta Loureiro (1989), era fundamental tratar da regência. D. Catarina reuniu o Conselho para resolver essa situação. Pero de Alcáçova Carneiro, secretário do rei, afirmou que, embora o soberano não tivesse deixado testamento, fizera alguns apontamentos, redigidos pelo chanceler mor Dr. Gaspar de Carvalho, confiando à rainha a tutoria do neto e a regência do Reino. Na sequência, realizaram-se os outros trâmites para a ratificação e a aprovação da vontade do rei.

D. Sebastião, assim, foi aclamado rei em 1557, com três anos de idade. Consideremos o registro de Pero de Alcáçova na obra de Andrada (1937), intitulado de *Aclamação de El Rei D. Sebastião*:

À quarta, logo seguinte, 16 dias do dito mês de Junho, véspera do Corpo de Deus, às quatro horas da tarde, na sala dos Paços da Ribeira, foi alevantado por Rei dêstes Reinos e Senhorios de Portugal o Príncipe D. Sebastião, nosso Senhor, que Deus guarde, em idade de três anos, cinco meses e quatro dias. Prazerá a Nosso Senhor guardá-lo, como a todos estes Reinos e Senhorios é necessário; na qual se guardou a ordem que adiante vai escrita, e, logo tanto que Sua Alteza foi levantado por rei e sucessor de seus Reinos, escreveu aos Grandes e pessoas de Conselho, que se não achavam presentes na Côrte, e assim às cidades e vilas notáveis dêste Reino as cartas, [...] (ANDRADA, 1937, p. 428).

Nesse cerimonial, transferia-se ao Infante a responsabilidade pelo Reino. Ao peso do cetro juntava-se o do título, advindo do avô, de “[...] Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e d’Além Mar em África. Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia” (CRUZ, 2006, p. 44). Os direitos marítimos tinham sido consagrados pela autoridade pontifícia e pela doutrina lusa do *mare clausum*. Dessa forma, seu governo seria legitimado tanto pelo poder secular quanto pelo eclesiástico. O pequeno rei, porém, só viria a governar a partir dos 14 anos de idade.

Caso D. Sebastião viesse a falecer, abrir-se-ia a possibilidade de a Espanha ser sucessora do trono português. Observamos, pois, os trâmites políticos que ele enfrentaria como herdeiro. Durante a menoridade de D. Sebastião, nas palavras ufanistas de Figueiredo (1925), D. Catarina governou Portugal com braço forte. Segundo o autor, ela era merecedora de elogios, pois teria sido uma “[...] grande política. Tinha nas veias o sangue austríaco e borgonhês de seus avós Maximiliano e Maria de Borgonha, sangue político poderosamente assinalado em seu irmão Carlos V e em seu sobrinho Filipe II” (FIGUEIREDO, 1925, p. 40). A rainha procurou encaminhar a administração pública,

apoiando-se em um restrito grupo de conselheiros, como D. Julião de Alva, Jorge da Silva, bem como em seu secretário de Estado Pero de Alcáçova Carneiro.

Em relação aos assuntos ultramarinos, mencionamos um episódio do governo da Rainha sobre as possessões lusas na África, o qual nos auxilia a identificar a obsessão de D. Sebastião pela política de cunho laico e religioso nesse continente. Ceuta e Tânger, ao Norte, e Mazagão, ao Sul, eram as atalaias contra o inimigo secular. Em 1562, quando o Infante estava com oito anos de idade, um forte exército comandado por Mulei Mohâmede, filho primogênito do Xerife Mulei Abadalah⁶⁵, atacou o presídio português em Mazagão.

A rainha enviou Álvaro de Carvalho com um exército para socorrer aquela região, bem como para proteger Ceuta e Tânger. Velloso (1935) assinala que essa batalha impulsionou o patriotismo lusitano. Reforços voluntários acudiram Mazagão, antes mesmo dos socorros oficiais. Nobres, mercadores e artífices partiam ou pagavam soldados para a luta. Jovens e velhos queriam embarcar para Mazagão, mas foram impedidos pela rainha. Havia um desejo de luta contra os mouros e um sentimento de repúdio e condenação à política de abandono de João III, mesmo que essa luta fosse dispendiosa e Portugal possuísse recursos, armas e homens escassos. O povo, o clero e a nobreza admitiam a incapacidade de manter suas possessões no Oriente e o comércio das especiarias, de colonizar o Brasil e conservar a autoridade em Marrocos. O cerco durou sessenta e cinco dias. Em maio de 1562, os mouros se retiraram. Portugal saiu vitorioso, mas as perdas foram relevantes para ambos os lados.

Esse movimento certamente afetaria o espírito do jovem príncipe, influenciando suas ações no futuro régio. O desejo de assegurar o domínio lusitano na África unia o povo; não de forma unânime, mas considerável. O desenrolar político, nesse momento, nos auxilia na percepção de como se deu a formação do caráter do rei, direcionando suas ações.

No governo de D. Catarina, lembra Velloso (1935), formaram-se duas facções: de um lado, a castelhana, da qual ela era mentora, apoiando uma política austríaca e conciliando, sempre que possível, as medidas governamentais lusas com as de Filipe II; do outro lado, a lusitana, liderada pelo Cardeal D. Henrique (1512-1580), auxiliado pelos padres jesuítas, membros da antiga nobreza e algumas figuras destacadas, como Lourenço

⁶⁵ Mulei Abdalah reinava em todo o Marrocos. A partir de 1510, consolidou-se o poder da Dinastia dos Xerifes. Essa dinastia surgiu mediante um movimento religioso contra os cristãos e as tribos que deles eram aliadas. Fazendo rápidas conquistas, os mouros dominaram Suz, Marrocos e Fez. Hostilizar os portugueses tornou-se uma causa essencial para eles, com raros intervalos de descanso. Foram esses os motivos dos dispendiosos gastos com defesa e manutenção das praças africanas, o que acentuou as dívidas do erário régio (VELLOSO, 1935).

Pires de Távora, D. Álvaro de Castro, João Pereira Dantas. Isso acabou por gerar conflitos entre os dois partidos. A relação entre ela e o Cardeal não devia ser fácil. Em 1559, com a ajuda de D. Henrique, ela fundou em Évora a Universidade do Colégio do Espírito Santo, sob a direção da Companhia de Jesus. Com o tempo, a Companhia obteve o monopólio do ensino preparatório. Ocorreram, assim, a consolidação e o alargamento das áreas de influência da Companhia de Jesus⁶⁶ em Portugal, bem como o endurecimento da política de uniformização religiosa, já no contexto da Contra Reforma. A Companhia não tardou a adquirir na Europa a imagem e o papel de principal milícia de combate ao luteranismo e ao calvinismo, exercendo uma considerável autoridade na arte de governar do infante.

Loureiro (1989) acentua que a Regente seguiu a política castelhana, vista com maus olhos pela maioria dos portugueses, e foi continuadora da política de abandono do Norte da África que seu esposo D. João III havia adotado. Mantinha, em uso constante, a língua materna, salvo nos diplomas oficiais. Sempre que possível, ela apresentava a Filipe II assuntos que somente diziam respeito aos portugueses, em especial, as desavenças na Família Real. Por várias vezes, rogou a intromissão de Felipe II, como no momento em que pediu ajuda para afastar o Cardeal Henrique e os irmãos Gonçalves da Câmara de D. Sebastião. Na obra *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro*, de Andrada (1937), encontramos uma das cartas que escreveu quando desistiu do Governo em 1562, na qual ela assegurava a disponibilidade e o prazer em servi-lo:

« Senhor: Porque de todas as minhas obras devo a Vossa Alteza dar-lhe conta delas, então tenho maior contentamento de o fazer quando elas mais me tocam. [...] Receberei de Vossa Alteza mui grande mercê parecer-lhe esta minha determinação como lhe Eu mereço e havê-la por bem; e, juntamente com isso, ter por mui certo que, enquanto me a vida durar, não desejarei nem procurarei alguma coisa mais que seu serviço e cumprir mui inteiramente com o mui grande amor que lhe tenho » (ANDRADA, 1937, p. 352).

O autor menciona que os portugueses não escondiam seu repúdio pela intervenção de Filipe II nos negócios internos do Reino. Todavia, no epicentro da controvérsia,

⁶⁶ “[...] Apareceu, então, o pensamento dos clérigos sábios e energéticos que se organizaram em ‘companhias’, isto é, em disciplinados regimentos de soldados da fé. Sim, uma aguerrida hoste para percorrer o mundo em missões de ensino, construindo, desde a escola, a consciência católica, para edificar o futuro. Para corrigir o presente, outros organizaram corpos de polícia aos costumes e instituíram tribunais julgadores dos delitos das ideias religiosas, científicas, filosóficas, ou literárias dos que tocassem nos dogmas, ou livremente, se referissem às doutrinas ortodoxas. E assim apareceram êstes novos instrumentos sociais defensores do catolicismo: a ‘Companhia de Jesus’, o ‘Santo Ofício’ e a ‘Inquisição’” (FIGUEIREDO, 1925, p. 66).

estavam as diferenças relacionadas com a criação e a educação do futuro rei e com a afirmação da soberania lusa diante de uma orientação política que muitos consideravam alinhada com Castela. Na educação do Infante, depositava-se a esperança de que Portugal se desvencilharia da influência de Castela.

As resoluções das Cortes também evidenciam que a fidalguia lusitana partilhava a ideia de não desistir dos territórios lusos na África. Nas Cortes de Lisboa, no dia 12 de dezembro de 1562, no Palácio da Ribeira, houve uma mobilização para defender Mazagão. Dos 167 capítulos aprovados pelas Cortes, vários demonstravam que a política para abandonar Mazagão e Tânger era condenada, ao mesmo tempo em que se defendia sua manutenção e proteção. Essa posição indubitavelmente fora incutida em D. Sebastião pela fidalguia militar. Encontramos em Velloso (1935) algumas das resoluções dos estados:

[...] Cap. 18.º - Que se não larguem os lugares da Africa, nem Mazagão [...]; Cap. 19.º - Que no Algarve se fação fortalezas, [...]; Cap. 80.º - Que todos os bispos e Beneficiados dem ajuda, e pensão para a Africa; [...] Cap. 88.º - Que mande (Sua Alteza) pôr em Tânger mil lanças de cavalo, e com ellas pessoa de Estado, [...]; Cap. 91.º - Que os Duques, e Senhores ajudem para a guerra de Africa, conforme a seus estados, e rendas (VELLOSO, 1935, p. 62).

As Cortes determinavam que não se deixassem as praças da África. A empresa guerreira para defender Mazagão incitou o patriotismo, que se revelou no estado de espírito coletivo do povo. D. Sebastião vivenciou esses debates, os quais desempenhavam uma função educativa. Na mentalidade coletiva, revelava-se o anseio e o consentimento para que as possessões africanas fossem asseguradas.

Essas Cortes, ressalta Serrão (1978b), foram relevantes porque trouxeram à tona a crise em que se debatia o erário. Durante os cinco anos de governo do Cardeal D. Henrique, os compromissos e as dificuldades externas exigiram gastos dispendiosos, como por exemplo, o cerco de Mazagão, que levou a despesas imprevistas. Era necessário administrar os gastos com cautela, bem como procurar aumentar os rendimentos, sem elevar tributos. No entanto, o Reino suportava com muitas dificuldades os custos exigidos para a manutenção, bem como para aumentar e melhorar as fortificações das praças. Toda essa política para a África fez parte do governo de D. Sebastião. Nele estava consolidada a incumbência divina e terrena de conservar os territórios marroquinos, a qual era compartilhada por intelectuais e pelo povo.

Outra medida importante do Cardeal foi a implantação da Companhia de Jesus. Os padres de Santo Inácio formaram um corpo político forte que se opunha aos interesses

filipinos. A facção de Pero de Alcáçova não via com bons olhos a influência que eles exerciam sobre D. Sebastião, principalmente, o padre Luís Gonçalves da Câmara e, por isso, tentou levá-los ao descrédito.

A análise das atuações políticas daqueles que conduziam o Reino até então é importante para verificarmos que as ações e os posicionamentos do futuro rei apresentavam a mesma lógica governamental. Sua formação condizia com a experiência daqueles que, de uma forma ou outra, participaram de sua educação. Tantos os encaminhamentos do grupo de D. Catarina quanto os de D. Henrique influenciavam sua educação. No entanto, para seguir esse ou aquele caminho que se mostrava à frente era necessário ter conhecimento, sensibilidade, bom senso para fazer escolhas equilibradas, esperadas de um governante.

D. Sebastião herdou um território de maior amplitude, mas também de maior dispersão. Assim, estavam desenhados os desafios que enfrentaria. A movimentação e a sobrevivência desse Reino assentavam-se em três vetores: “[...] a dinâmica da produção açucareira brasileira e conector tráfico de escravos africanos, a dinâmica das iniciativas privadas e a dinâmica do surto missionário” (CRUZ, 2006, p. 45). De um lado, a estabilidade, a segurança e a manutenção do império estavam fragilizadas pela ameaça dos turcos. De outro, ocorriam constantes investidas de suas armadas ou das corsárias no litoral magrebino, como Argel e Tunes. Havia também a atividade corsária dos franceses e dos ingleses em pontos da costa africana e das Américas. Rondava, assim, a possibilidade de desvanecimento das glórias lusas. As responsabilidades eram, portanto, consideráveis em um Reino extenso e com inúmeros conflitos. Manter a paz seria fundamental para um governo que objetivava o bem comum, o bem coletivo. Da mesma forma, era urgente uma reforma administrativa e dos costumes. Tornava-se imprescindível que a educação para a arte de governar fosse ministrada por diferentes intelectuais, laicos e clericais.

A arte do comando implicava que o governante tivesse clareza de que não poderia fazer algo porque julgava ser certo, justo e racional, mas porque se pautava na concepção de unidade estatal e de consentimento dos governados. Ao exercer uma função de equilíbrio e de arbitragem, ele precisaria demonstrar a necessidade e a racionalidade de seus atos.

Cruz (2006) destaca que D. Sebastião, desde seus primeiros anos de vida, tinha sido cercado pelos membros da casa real portuguesa. Pouco contato teve com sua família castelhana. Conheceu seu avô, Carlos V, por intermédio de outros e por livros a seu

respeito e considerava-o uma pessoa admirável, um modelo de rei que gostaria de ser. Assim, a figura de Carlos V marcou de forma significativa o caráter e o ânimo guerreiro do jovem monarca. O contato com sua mãe fazia-se por meio de inúmeras correspondências. Filipe II de Espanha, o único que conheceu pessoalmente, também exerceu forte influência em seu governo. Passou sua infância nos aposentos da Rainha, ou seja, em um espaço feminino. O Cardeal D. Henrique e D. Maria, irmãos de seu avô, acompanharam-no em seu reinado. A segunda vivenciou quase todo o seu governo, pois morreu em 1577. Ou seja, em sua infância, presenciou o envelhecimento e o esvaziamento da família real.

As inúmeras regras do protocolo, bem como as demais exigências que pesavam sobre um governante, não pouparam o Infante, que seria servido com todas as cerimônias devidas a um soberano. Com efeito, ele teve uma educação cuidada e rígida, pensada e planejada pelos seus preceptores. A primeira fase de sua formação, a da criação, ocorreria até os sete anos; a segunda, a da educação, seria até os doze. Os mestres responsáveis por sua formação literária, moral e política foram escolhidos com cautela, considerando-se que ele deveria ser educado exclusivamente com base nos costumes portugueses. Nesses termos, apresentava-se a necessidade de se executar um programa de educação que lhe ensinasse a postura ideal de um governante, fundamentada na tradição do reino. A formação do governante deveria ser alicerçada na ética, na moral e nas virtudes. Esses requisitos seriam desenvolvidos pela inteligência, pela capacidade reflexiva dos homens, pelo conhecimento.

Logo após seu nascimento, os avós escolheram como aia D. Joana de Meneses e, como aio, o irmão desta, D. Aleixo de Meneses. De caráter duro, forjado nas batalhas e no conhecimento dos meandros da vida política, o aio tornou-se uma presença constante na vida do rei. Era ele que cuidava de seu desenvolvimento físico, vigiava seu caráter e comportamento, instruía-o na disciplina cavaleiresca e na arte de governar e conduzia sua pessoa e sua casa. O aio insistia “[...] nas ‘virtudes de fidalguias, letras, madureza e conhecimentos das cousas do mundo’ – e tudo o mais de que havia mister um rei para ser rei. D. Aleixo, cavaleiro, queria formar um rei cavaleiro” (FIGUEIREDO, 1925, p. 62). Percebemos aqui que, em sua proposta educativa, o aio visava a formação da totalidade do monarca, ou seja, na arte da guerra e nas virtudes. Ele tomava para si a responsabilidade de cultivar as forças morais e éticas do discípulo e, assim, elevá-lo ao mais alto e digno modelo de governante. Lembremos que D. Aleixo de Meneses tivera uma carreira militar em Marrocos e no Oriente e, certamente, relatara suas façanhas e aventuras militares ao

pequeno monarca. Em 1568, quando passou a reger Portugal, D. Sebastião tratou de reorganizar o exército, preparando-se para a guerra.

Ao aio cabia também ensinar à criança um conjunto de saberes e comportamentos sociais: higiene pessoal, moderação e polidez em diferentes circunstâncias, prática do exercício, destreza física, montaria, manuseio de armas, caçadas. Quanto à sociabilidade aristocrática, esta deveria ser adequada à condição social do infante, em termos de boas maneiras, gestos, arte da conversação e dança. Também era recomendado que ele tocasse instrumentos de corda, praticasse o canto, a pesca, a natação, a dança. Os jogos de xadrez e de cartas eram muito apreciados por D. Sebastião, mas eram suplantados pelas corridas de touros. A expectativa é que isso ajudasse na formação de seu caráter, inculcando-lhe saberes, normas, regras e comportamentos próprios da corte e de sua posição, tanto laicos quanto religiosos. Desse modo, era necessária a introdução de conhecimentos da doutrina cristã e da Bíblia, da gramática latina, privilegiando autores da Antiguidade greco-romana, como Cícero (106-46 a.C.), Salústio (86 a.C.-34 a.C.), Virgílio (70-19 a.C.), Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.), Séneca (4 a.C.-65 d.C.), bem como rudimentos matemáticos, aritmética e astrologia (BUESCU, 2011).

O príncipe seria o principal modelo de seus súditos. Assim, por meio da literatura política, visava-se educá-lo e formá-lo como governante, estabelecendo para ele um quadro de funções e deveres laicos e clericais, próprios do ofício régio. De nosso ponto de vista, a iconografia expressava as mudanças nos comportamentos sociais requeridos e construídos pelos homens de acordo com as necessidades de seu momento histórico. O código de conduta na imagem espelhava a personalidade em formação, uma direção bem definida, qual seja, a formação do homem. Os espelhos dos príncipes⁶⁷ medievais condicionavam de forma direta o conjunto de uma literatura que objetivava essa formação. Conforme fontes

⁶⁷ *Espelhos dos príncipes* eram livros de aconselhamento destinados aos príncipes e outros magistrados para que bem governassem. Essas obras enfatizavam as virtudes que deveria possuir um bom governante e indicavam que todas as suas ações deveriam estar em conformidade com as quatro virtudes cardeais: a prudência, a magnanimidade, a temperança e a justiça. A temática dessas virtudes tornou-se característica principal dos moralistas renascentistas. Praticamente não analisam a estrutura administrativa, mas compartilham da importância da análise das atitudes que os revestidos de poder devem tomar, a fim de ter sempre o bem comum da cidade. Tendiam a minimizar a relevância do cidadão individualmente considerado, centrando sua atenção no personagem bem mais imponente e influente, o príncipe. Entre muitos outros escritores desse gênero textual, citamos Francesco Patrizi (1412-94), que endereçou sua obra *Do reino e da educação do rei*, escrita na década de 1470, ao papa Sisto (1414-1484); a mais célebre no gênero é a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), redigida em 1513, destinada ao príncipe Lourenço de Medici IV (1449-1492). No final do século XV, os escritos de aconselhamento e elogios ao monarca alcançaram o apogeu (SKINNER, 1996).

quincentistas⁶⁸, a produção de discursos normativos, socialmente definidos, nos séculos XVI e XVII foi de grande vitalidade. Muitos desses discursos remontavam à época medieval, outros prologaram-se até ou além do século XVIII. Assim, na Corte portuguesa, o tema da educação do Infante ocupava uma posição de centralidade na mente dos responsáveis.

Quanto à escolha do mestre, D. Catarina e D. Henrique concordaram que fosse o jesuíta Padre Luís Gonçalves da Câmara, que cursara Filosofia, Teologia, e Línguas - latim, grego e hebraico - na Universidade de Paris, sendo, portanto, detentor de uma sólida cultura humanista e conhecedor das línguas espanhola, francesa e italiana. Esse padre, depois de ter adquirido grau de mestre em Artes, foi nomeado confessor de D. João, pai de D. Sebastião. Como adjunto, para o ensino da leitura e da escrita, foi nomeado o Padre Amador Rebelo.

De acordo com Rodrigues (1931), tanto D. Aleixo de Meneses quanto o padre Luís Gonçalves da Câmara foram escolhidos pelo próprio D. João III. Esse último, assegura o autor, foi um dos jesuítas com maior intervenção na corte desse rei, afirmando a ação da Companhia de Jesus em Portugal. Observamos que o fato de D. Catarina e D. Henrique se constituírem como esteio da Companhia oportunizou educar D. Sebastião à luz dos padrões jesuíticos. Em 17 de abril de 1559, D. Catarina escreveu uma carta para o superior-geral da Companhia de Jesus, Diogo Laynez, solicitando sua permissão para que o Padre⁶⁹ assumisse a função de mestre do Infante. Era necessário, pois, que o Padre aceitasse a incumbência de mestre “[...] pela obrigação em que estava toda a companhia para com suas Altezas, mas também pelo grande serviço que se faria a Nosso Senhor, criando o rei com o leite da Companhia” (RODRIGUES, 1931, p. 508-509).

No currículo do padre Câmara, à experiência pedagógica adquirida nos colégios da Companhia de Jesus juntava-se a vivência na França, na Espanha e na Itália, bem como a formação obtida nos cargos de responsabilidades religiosas dentro e fora de Portugal. Cursara Filosofia, Teologia e Línguas (latim, grego e o hebraico), na Universidade de Paris, adquirindo aqui também o grau de mestre em Artes. Desse modo, certamente estaria apto para a função de mestre de D. Sebastião e, provavelmente, para defender os princípios

⁶⁸ Citamos como exemplos: *Il Libro del Cortegiano* (1528) de Castiglione, *De Civilitate Morum Puerilium* (1530) de Erasmo, *Il Galateo* (c. 1555) de Giovanni della Casa.

⁶⁹ Nesse momento, o padre Luís Gonçalves da Câmara, eleito pelo Conselho Supremo da Companhia de Jesus, ocupava o cargo de assistente da província jesuítica de Portugal, em Roma (RODRIGUES, 1931).

doutrinários da Companhia⁷⁰, bem como para imprimir no caráter do Infante o zelo pela fé e pelo conhecimento. Na Carta de 26 de outubro de 1560, dirigida pelo Padre Câmara a Diogo Laynez, compilada por Rodrigues (1931), percebemos sua intenção particular com o programa educativo destinado ao futuro rei:

Este reino está totalmente estragado de costumes e, a juízo dos que entendem, disposto a se arruinar por muitas vias. Não tem nenhum outro remédio senão com um rei que possua muito valor e santidade. [...] do valor aparecerem já muitos sinais no menino; a santidade esperamos que lhe pegue Deus por meio da Companhia (RODRIGUES, 1931, p. 260-261).

Nesse fragmento, observamos as expectativas que a própria Companhia de Jesus depositava nos resultados da formação do Infante. Certamente, buscando lições nas Escrituras e nos exemplos heroicos de reis e imperadores, os conteúdos adotados pelos educadores também se uniam aos objetivos dos fidalgos. Era perceptível, portanto, a influência religiosa e guerreira na educação do rei. Além de uma formação que privilegiava os exemplos da guerra e da arte de governar tirados de crônicas e textos históricos e filosóficos, ocorria outra, paralela, baseada nos preceitos religiosos contidos na Sagrada Escritura. Pautando-se nessas esferas, divina e secular, o monarca deveria ser dotado de virtudes, zelar pelos seus súditos e pelo Reino de Cristo.

Verificamos em tudo isso uma intenção educativa, tanto laica quanto religiosa, já que era necessário um governo secular e divino. Assim, divulgava-se um sentimento de orgulho do povo lusitano, de pertencimento, o que poderia levar cada indivíduo a identificar seu bem com o bem da sociedade. As linguagens, nesse sentido, favoreciam a legitimação desse poder que se evidenciava e que se buscava legitimar.

Velloso (1935) assevera que o monarca passou a ter lições somente por volta de seis anos. Para professor de Latim do Infante e de outros jovens fidalgos que o rodeavam, foi provido o Padre Gaspar Maurício ou Maurício de Serpe. Ambos pertenciam à Companhia de Jesus. Para confessor do neto, a Rainha elegeu o Frei Luiz de Montoya, da Ordem de São Domingos. Maurício de Serpe foi visto como um fervoroso divulgador dos feitos guerreiros, incentivando seus pupilos a almejar conquistas e valentias. Aos oito anos,

⁷⁰ Em 22 de outubro de 1555, Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, escreveu uma carta a D. João III, recomendando o padre Câmara. Aos superiores de Espanha escrevia a seu respeito, exaltando as suas qualidades: “[...] pela confiança que temos na caridade e discrição que lhe concedeu o Autor de todo o bem, e pela Inteligência que tem nas coisas da Companhia, lhe encarreguei algumas coisas que ele dirá, e dar-se-lhe-á crédito, como a mim mesmo, de quanto ele da minha parte disser ou escrever” (RODRIGUES, 1931, p. 81).

o Infante passou a ser servido por nobres, em um ambiente de regras de etiqueta e de severidade. Observamos que D. Sebastião era exaltado tanto pelos escritores que o conheceram quanto pelos que nestes se pautavam.

Para nos aproximar de sua realidade histórica, precisamos buscar diferentes elementos da educação do monarca. Os documentos escritos revelam os variados conhecimentos que ele possuía. No ambiente em que ele foi educado, as empresas de D. João I e D. Afonso V eram exaltadas como bons exemplos a ser seguidos, o que era propício às suas inclinações guerreiras. O ambiente também era de exaltação dos deveres religiosos. Assim, o monarca deveria assegurar o bem de seus súditos e do Reino de Cristo. Implicitamente, de forma velada, condenava-se a política de João III de renúncia às conquistas no norte da África.

Em relação ao seu espírito belicoso, vemos, na obra do Padre Rebelo, editada por Serpa (1925), que o Infante recebeu um programa educativo propenso a valorizar os feitos guerreiros e a reforçar seu gosto de menino pelas façanhas de ação e valentia. Sua sabedoria política também deveria ser assentada no entendimento adequado do passado, sendo os fundadores de reinos dignos de admiração. Sua preferência era por lutas travadas contra os mouros e luteranos.

Seu avô, Carlos V, mesmo sendo uma figura distante, marcou a personalidade do jovem rei. A leitura sobre o governo e as aventuras militares de seu avô muito o impressionaram. Conforme as palavras do Padre Rebelo, na edição de Serpa (1925), a admiração pelo avô o levava a declarar que, quando fosse maior, tomaria a África.

Sendo El-rei menino, não sómente o exortavam com palavras e exemplos de grandes Reis e de grandes vitórias que houveram, mas em matéria de escrever e nos livros por onde lhe dávam lição, o persuadiram a tais emprêsas e exercício militar. [...] O menino, de sua real condição, éra esforçado e de coração altívo, de tal maneira bebía estas doutrinas que logo começou a dar móstras de ânimo invencível: mas como a conquista dêste Reino seja África, visínha e inimiga, a principal guerra que os Mestres de El-rei mostrávam era ésta, contra o qual já o môço, com capital ódio, desejava mostrar seu esforçado caráter, e assim, não falava em outra cousa senão na Arte Militar [...] (SERPA, 1925, p. 13).

Percebemos, pois, a relevância de modelos, de exemplos a ser seguidos. A figura de seu avô, segundo cronistas, foi muito marcante em diferentes momentos de sua formação. Para adquirir uma postura militar e política, o pupilo começou a ser exercitado no manejo

das armas e nas recreações, como a caça e os jogos, dentre outras atividades que pudessem contribuir para fazer dele um cavaleiro.

Preparando-se para a arte de governar, ele teve uma educação que incluía o conhecimento físico e intelectual. Cruz (2006) menciona outro recurso pedagógico utilizado na educação do Infante: as representações teatrais, a exemplo das tragicomédias latinas. Esse instrumento fazia parte do programa de ensino da Companhia de Jesus, da mesma forma que a Cosmografia, que despertou o interesse do monarca. Na arte de argumentar, estudou a dialética pelo livro *Instituições Dialécticas* de Pedro da Fonseca. A autora destaca que D. Sebastião frequentava as disputas e os debates nos colégios ou nas universidades. Ele apreciava os debates de Teologia, a exemplo dos que se referiam às proposições de Tomás de Aquino. No entanto, alguns autores mencionam o descuido com uma formação adequada para a governança e o excesso de zelo religioso e de heroísmo. Ele é caracterizado, assim, pela descomedida pudicícia, pela exagerada devoção religiosa e pela piedade. Citemos, pois, as palavras da autora:

Todos os dias ouvia uma missa, com exceção do sábado, em que ouvia duas, sendo que, numa delas, fazia o ofício de sacristão, ajudando a dar as galhetas ao sacerdote e a mudar o missal; confessava-se de oito em oito dias; reverenciava crucifixos e imagens de santos e tinha especial prazer em acompanhar o viático, não perdendo ocasião de se integrar no séquito sempre que ouvia tocar as companhias; com apenas 7 anos, tirava o barrete sempre que ouvia o nome de Cristo, porque soubera que o papa assim procedia, e aos 9 anos já queria jejuar, sendo dissuadido de tal pretensão com muita dificuldade (CRUZ, 2006, p. 86).

Com base nesse excerto, destacamos a inclinação de D. Sebastião para se tornar um capitão de Deus, um rei casto e diligente da fé cristã. O rei apresentava dificuldade para se relacionar com mulheres. Era muito tímido e vergonhoso. Desde os sete anos, recusava-se a calçar luvas perfumadas e também a se vestir diante das pessoas: fazia isso sozinho. Afirmar que os traços comportamentais do Infante resultaram simplesmente de sua educação jesuítica significa simplificar a análise. Precisamos olhar para seu contexto político, social e familiar, bem como considerar a influência do padre Câmara, sem contar com o enlevado testemunho do padre Rebelo em caracterizar D. Sebastião como um modelo de virtudes, de honestidade, de pureza de alma e destrezas físicas. Como humano, era dotado, pois, de virtudes e vícios, com uma tendência para os excessos citados pelos mestres. Seu caráter religioso exagerado convivia com seu gosto por jogos de azar e touradas, os quais eram censurados por seus preceptores.

Precisamos atentar para o fato de que as diretrizes fundamentais incutidas na educação de fidalgos e príncipes eram de cunho religioso, de base jesuítica, e estavam concentradas nas mãos de religiosos, regulares ou seculares, bem como nas de laicos que tinham sido instruídos em escolas e universidades controladas pela hierarquia da Igreja. Exercendo, pois, o poder em nome de Deus, a realeza agregava tanto o caráter religioso quanto o jurídico e o militar, já que as armas, muitas vezes, definiam sua jurisdição. As condições de luta que permearam o desenvolvimento do Reino português propiciaram o fortalecimento do poder real, exigindo do rei atitudes de cunho político, militar e religioso.

Velloso (1935) aponta que, em relação à busca de uma explicação para a disposição guerreira do rei, a qual o teria levado à catástrofe de Alcácer Quibir, há uma tendência entre os historiadores de atribuí-la à educação ministrada por seu mestre e seu aio. Concordamos com o autor, para quem isso é compreensível: o governante era educado de forma intencional, diretiva, além de, naquele momento, haver um entendimento coletivo voltado para a defesa do Reino e da fé. Além da educação recebida, devemos procurar as razões no próprio Rei. A influência do Padre Câmara foi forte, como questiona o autor: “[...] Que dotes de sedução teria êle para se impor a uma criança tão impulsiva, tão voluntariosa, tão compenetrada do seu poder absoluto, tão orgulhosa de si mesmo?” (VELLOSO, 1935, p. 99). Porém, seu poder de persuasão foi decaindo gradativamente.

Algum tempo depois de ter assumido o governo do Estado português, o discípulo mostrou-se irredutível e deixou de seguir os conselhos de seu aio sobre a empresa em Marrocos. O Infante voltava-se para o exemplo de glória e honra de seus antecessores, como D. Afonso Henriques (1139-1185), D. Afonso V (1438-1481), D. Manuel (1495-1521), D. João III (1521-1557)⁷¹. Essa admiração é mencionada por Velloso (1935) ao relatar um ousado ato do monarca, em fins do ano de 1569, em Alcobaça: desenterrar as ossadas de reis, seus predecessores. Os primeiros túmulos violados foram os D. Afonso II e D. Afonso III; na sequência, os de suas respectivas esposas, as rainhas D. Urraca e D. Beatriz. O túmulo de D. Pedro não pôde ser aberto porque isso estragaria seu revestimento, o que enfureceu o monarca. Esse ritual de celebração da memória de reis que foram importantes para a glória de Portugal instituía-se, pois, como um exercício recorrente de

⁷¹ Em 1570, em Batalha, ele ordenou a abertura da sepultura de João II, seu bisavô. Tomou a espada do morto, indicando-o como o maior oficial que o Reino tivera. Em Coimbra, visitou a Universidade e os túmulos de D. Afonso Henriques e Sancho I, mas não os abriu. Beijou a espada do rei, dizendo que um dia a usaria em batalha contra os mouros. Oito anos depois, ele levou a espada para a sua fatídica guerra. Ela não se perdeu em Alcácer Quibir porque o rei a deixou no navio, não se sabe por qual motivo (VELLOSO, 1935).

afirmação da monarquia⁷². Essa atitude revela seu desejo de seguir os atos heroicos daqueles, de tomá-los como modelos de conduta, já que eles tinham trazido honra e poder para os portugueses e ele tinha a honra de descender desse tronco magnífico.

Verificamos, portanto, que os comportamentos de seus antecessores eram considerados modelos a ser seguidos pelo governante, eles os instruíam na arte de governar, tornando-se instrumentos educativos relevantes para a formação do monarca. Nesse aspecto, notamos que a sabedoria política assentava-se em um entendimento do passado. Por isso, seus educadores recorriam a conhecimentos da história antiga e os adotavam como temáticas centrais da educação política e religiosa do Infante. Podemos inferir, alicerçados em clássicos, como Maquiavel (1998), que escreveu *O Príncipe*, que o passado continha exemplos com base nos quais era possível prever o futuro, fazer uso das soluções aplicadas na Antiguidade ou, na ausência delas, criar novos procedimentos em consonância com a similaridade de circunstâncias entre o passado e o presente. À medida que foi adquirindo conhecimentos sobre a arte de governar, o rei pôde fazer escolhas que julgasse adequadas para o seu governo. Segundo Cruz (2006), pouco a pouco, D. Sebastião foi se apercebendo de sua posição como rei, distinguindo-se das outras pessoas que o cercavam. Não temia modificar algumas determinações de sua avó ou de seu tio, D. Henrique.

Para abordar essa desvinculação com as facções de sua avó e de seu tio e a afirmação de sua autonomia como monarca, apoiamo-nos em Serrão (1978b). O autor afirma que D. Sebastião, no início de seu governo, recebeu a ajuda do secretário Pero de Alcáçova Carneiro, figura da confiança de sua avó. Mais tarde, porém, substituiu-o pelo irmão de seu confessor e pessoa do círculo de amigos de seu tio, D. Henrique: o doutor Martim Gonçalves da Câmara. Esse fato, pois, estremeceu a relação entre as duas facções já mencionadas e gerou certo descontentamento na Corte. A troca acabou por fortalecer o grupo nacional, de forma que a política do monarca teve um direcionamento considerável dos irmãos Câmara. Tanto o Cardeal quanto D. Sebastião não cumpriram a vontade popular, contrária aos inúmeros privilégios concedidos aos Jesuítas. A atividade do monarca desenrolou-se entre dois polos: patriótico e o religioso.

⁷² Os restos mortais de D. João II foram expostos e venerados por três vezes: em 1499, por ordem de D. Manuel, quando ocorreu sua transladação de Silves para Batalha; em 1565, ordenado por D. Henrique (nesse momento D. Sebastião estava com 11 anos) e em 1570, em Batalha, a pedido de D. Sebastião. D. Manuel, em Santa Cruz de Coimbra, em 1520, abriu o túmulo de D. Afonso Henriques em uma cerimônia de veneração (BUESCU, 2000).

Com a morte de Luís da Câmara em 1575, seu irmão acabou sendo afastado do cargo. Alcáçova Carneiro retomou seu lugar, indicando que a influência filipina renascera em Portugal. Como vimos, as dissensões na Corte não eram pequenas. Além dos grupos de D. Catarina e de D. Henrique, surgiu o do jovem monarca, contrário a ambos. Esse segmento intermediário exerceu influência significativa no governo. Dele faziam parte, dentre outros, D. Jorge de Lencastre, o Duque de Aveiro; Cristóvão de Távora; Miguel de Moura, secretário privado do monarca. Esse novo grupo incitava o Rei para a política marroquina, afastando-o da orientação de sua avó e de seu tio, contrários a ela. Um grupo restrito de cortesãos instigava-o a dar continuidade à política de Marrocos, inflamando, assim, seu lado de cruzado, tanto no sentido de combater os infiéis quanto no de preservar e expandir as conquistas no Norte da África.

Na obra, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião - (1568-1578)*, compilada por Joaquim Veríssimo Serrão (1987), constam os atos régios de D. Sebastião de janeiro de 1573 a agosto de 1578, os quais se referem tanto às questões seculares quanto às eclesiásticas. Esse documento ajuda-nos a entender a importância que ele dava aos planos para a África, como conquistador e defensor da fé, em detrimento de outras incumbências régias. Ajuda-nos a entender que sua educação obedeceu a uma estratégia de preparação para a arte de governar como representante civil e religioso. Correspondeu ao seu desejo de imitar os grandes homens, como seus antecessores e imperadores da Antiguidade. Por meio dessa obra, pudemos alargar nosso campo de estudo da história sebastica. Com base na chancelaria régia, o compilador buscou assentar os dados cronológicos das correspondências redigidas ou assinadas por D. Sebastião, bem como de sua peregrinação pelo Reino. Essa obra se organizou como um calendário dos contínuos movimentos do Monarca, com apontamentos a respeito dos locais certos ou prováveis de sua estadia.

Os registros desses deslocamentos mostram que D. Sebastião pode ter sido o monarca do século XVI que mais viajou no Reino e o que menos povoados conheceu. Pelos relatórios do autor, podemos perceber que ele não passou da orla ocidental e não transpôs a parte alentejana. Suas viagens destinavam-se principalmente a Évora, Almeirim, Sintra, Salvaterra e Cabo de São Vicente. Disso parece ter resultado a prosperidade de Évora, uma das cidades preferidas de D. Sebastião. A obra fornece-nos também a possibilidade de consultar registros, mercês, privilégios, alvarás, cartas patentes, bem como observar suas relações internas e externas.

Serrão (1978b) confirma que, em sua administração, o jovem monarca deixou algumas lacunas. Os itinerários revelam-nos que ele foi um viajante em extensão, porém repetindo trajetos e deixando metade do reino desconhecido. Seu governo, destaca o autor, teve um caráter legislativo. Inúmeros textos sobre leis saíram de sua chancelaria, denominadas de *Leys e Provisões, que el rey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois que começou a governar*⁷³. O acréscimo da legislação, cuja maior parte era fruto do labor do Desembargo do Paço, passara a ser a marca de seu poder régio.

Segundo Cruz (2006), assumindo a postura de *filho obedientíssimo da Igreja* resultante provavelmente de sua educação jesuítica, o rei inclinava-se para a moralização da vida pública, tendo em vista a perversão nos costumes que minavam a convivência social. Abandonava-se a etiqueta e o protocolo; invadiam-se os direitos alheios, buscava-se nos outros a responsabilidade pelas faltas próprias. Também era preciso inibir os abusos no comer e no vestir, para tanto, pregava-se a sobriedade no vestuário e a moderação no comer⁷⁴. No intento de moralização das tradições e da sociedade e enfrentar sua desorganização e corrupção, lembra a autora, lançavam-se várias reformas para afastar de Portugal as eventuais contaminações heréticas e a devassidão moral, bem como para restituir a frugalidade e o esforço militar do Portugal antigo⁷⁵.

Com base nas considerações tecidas, podemos afirmar que as ações governamentais de D. Sebastião expressavam aquilo para o qual ele fora formado e educado. A história lusa nos leva a afirmar que o monarca foi aureolado com um valor simbólico de mártir. A imagem que dele se divulgava correspondia à representação ideal de um rei cavaleiro cristão. Muitos se referiam ao seu feitio devoto e místico. Na *História Sebástica* de Frei Manuel dos Santos (1735), encontramos algumas normas de conduta privilegiadas por ele,

⁷³ Essas leis foram elaboradas na Chancelaria entre o período de 1557 a 1578. Podemos citar algumas das que evidenciam suas ações sobre as diferentes necessidades do Reino: *Leis sobre os novos cristãos*, nas quais ele determinava que a venda de bens dos judeus não poderia ser feita fora do Reino; *Leis sobre moedas de prata*, definindo o modo de se fazer as moedas; *Leis eclesiásticas*, alusivas às dúvidas entre os prelados e justiças eclesiásticas e seculares; *Lei sobre o Morgado*, referente à concessão de bens vinculados dos morgados dos filhos; *Leis sobre as mercadorias*, referentes aos impostos a ser pagos pelos produtos vendidos fora do Reino, às atividades de corso e ao ataque dos mouros e turcos; *Leis das caçadas de lebres*, que prescrevia como deveriam ser a caça e a pesca, bem como sobre o tempo que não se podiam praticá-las; *Lei das espadas*, determinando o tamanho e o material na produção das espadas.

⁷⁴ Em 22 de maio de 1570, ele criou a lei *Sobre os gastos demasiados, sedas e outros cousas, que pertencam à reforma dos costumes*, que continha imposições de contenção nos gastos com jantares, dotes, decoração das casas e vestuário.

⁷⁵ A título de exemplificação a respeito de abusos, mencionamos a lei de 1570, *Liberdade dos gentios das terras do Brasil e mais conquistas*, na qual se proibia a escravização de índios, salvo em situações justificadas como de guerra justa. Essa lei tencionava solucionar as querelas entre os colonos, ávidos por mão de obra escrava, e os jesuítas, preocupados com a conversão ao cristianismo.

nas quais jurava ser um monarca zeloso⁷⁶ para com seus súditos e para com a Igreja, bem como ser continuador do espírito conquistador e da defesa do Reino contra os infiéis.

Terey a Deos por fim de todas as minhas obras, e em todas ellas me lembrarey delle. [...] Trabalharey muito por dilatar a Fé de Chrifto, & que fe convertão todos os Infiéis. [...] Conquistar, & povoar a India, Brafil, Angola, e Mina. [...] Fazer merces aos bons, & caftigar aos maos. [...] Tirar os peccados, mandando ajuntar para iffo homens Letrados, & que temão a Deos. [...] Os meus Embaixadores andem fempre veftidos à Portugueza. [...] Serey pay dos pobres, & do que não tem faça por elles. [...] (SANTOS, Liv. I, cap. XVI, 1735, p. 105-106).

Aprendemos, assim, que o rei assumia as responsabilidades condizentes com sua posição de governante. As palavras de Frei Manuel dos Santos (1735) apontam para o entendimento de que ele se convencera de seu caráter divino, de que era um soldado de Cristo, mantenedor e divulgador do cristianismo, e deveria, portanto, garantir a paz e a justiça em seu Reino e zelar pelo bem comum. Ao mesmo tempo, assumia também seu caráter belicoso, de conquistador.

Nesses termos, podemos afirmar que sua educação foi pensada e cuidada com o intuito de formar um rei à altura de seus encargos. No comportamento do jovem soberano apareciam os frutos de sua formação religiosa e secular. Não é difícil entender que, em meio ao contexto de incertezas e de atribuições que marcaram a sucessão real, ele foi predestinado a ser o penhor da liberdade lusa.

⁷⁶ Seguindo o exemplo de seus antecessores, ele deveria zelar especialmente pela religião cristã e pela justiça. Consideremos a carta régia de 04 de fevereiro de 1569, encontrada em uma publicação em XVII volumes, realizada pela Câmara Municipal de Lisboa para comemorar o centenário do Marquez de Pombal em 08 de maio de 1882. Endereçada aos Vereadores, Procuradores da Cidade e Mesteres de Lisboa, a carta contém o seguinte: “«Vereadores e procuradores da cidade de Lisboa, e procuradores dos mesteres della, eu elRey vos enuio muito saudar. Quanto mais conhecimento vou tendo das cousas do guouerno de meus Reinos, tanto me parece mays neçessario pera elles, alem da ajuda e fauor que pera isso deua pedir a nosso Sñor, fazer muita conta das lembranças e auisos de meus povos e vassallos; pello que vos encomendo muito me auiseis particulamente de tudo o que vos parecer neçessario pera bem de meus Reinos, asy pera conseruação e aumento do culto Diuino, q̃ he a primeira e principal obrigação dos Reis catholicos, e de que os Reis passados meus avos tiverão tanto cuidado, os quais eu mto. Desejo imittar e seguir, como tambem pera que seja guardada inteiramente a justiça às partes, e se lhe não faça per meus offiçiais, nem per outra pessoa de qualquer calidade que seja, agravo nem vexação algũa, principalmente ao pouo miúdo e gente pobre, de que eu determino ter especial cuidado. E por que alem da obrigaçam que tenho de prouer, como deuo, nas cousas da Religião Christã e da Justiça, desejo tambem muito de por em ordem a Reformação dos costumes, e de Restituir os antigos a que sou muito afeiçoado, vos encomendo muito me escreuais os meos que vos parecerem neçessarios pera isto auer affecto, ainda que em algũa maneira pareçam contrarios ao tratamento acostumado de minha pessoa e casa, e a meu particular guosto; porque o mor que eu tenho he de prouer nas neçessidades de meus Reinos e vassallos, e de os ter tais quais são e forão sempre portuguezes ... E a Resposta desta carta emuiareis a martin Glz da camara, fidalguo da minha casa pera ma elle mostrar»” (OLIVEIRA, 1882, p. 573-574).

Salientamos que D. Sebastião foi uma figura construída pela sociedade de seu tempo; correspondia, portanto, aos desígnios da mentalidade coletiva, voltada para a conservação e o desenvolvimento do Reino e da cristandade. Nas imagens selecionadas observaremos elementos que nos aproximam de sua atuação régia e também da formação que ele recebeu. O debate abordado até aqui leva-nos a entender como a linguagem imagética colaborou para que a ideia de um governante idealizado se instalasse nas mentes e nas ações dos homens. Como se apresentava a necessidade de uma nova forma de educação em correlação com as relações sociais, o monarca financiou artistas que, juntamente com outros intelectuais, tornaram-se os principais responsáveis pela divulgação da imagem ideal do rei, influenciando nas atitudes dos homens.

Na próxima subseção, buscaremos mostrar que suas atitudes condiziam com os compromissos que ele firmara com os súditos, com a formação que recebeu de seus mestres laicos e clericais, bem como com as políticas do Ocidente às quais Portugal estava atrelado. Consideramos relevante analisar as circunstâncias de sua sucessão, já que temos indícios de sua preocupação com o matrimônio. Precisamos entender as ações do monarca em relação à questão sucessória, pois nosso objetivo na tese é perceber nas imagens a divulgação idealizada de um governante, a forma como foi construída sua representação como rei laico e como rei cristão. Nesse sentido, providenciar um herdeiro deveria fazer parte de suas preocupações de governante, já que disso dependia a continuidade da Dinastia de Avis e do próprio Estado português. Foi nesse sentido que sua educação foi planejada.

3.3.2. A questão sucessória no governo de D. Sebastião

Tanto na historiografia, quanto nas crônicas, na literatura, o casamento de D. Sebastião é apresentado como um tema delicado. Não podemos nos esquecer de que, como governante, era oportuno atentar para a questão da sucessão, pois lhe cabia a obrigação de não deixar o trono sem herdeiros. As negociações matrimoniais demonstram que D. Sebastião também se preocupava com a continuidade de seu Estado. Assim, a escolha da noiva converteu-se em ato político, sujeito às estratégias nacional e internacional, tidas como mais adequadas à conjuntura do momento.

Em meio ao assunto da doença do rei⁷⁷, ocorriam diligências para seu casamento. Intrigas, negociações, correspondências diplomáticas, cartas particulares ocupavam a mente e as ações dos principais personagens da política nacional ou internacional. Estas diligências surgiram quando o monarca tinha apenas cinco anos de idade e prolongaram-se até o momento de sua ida para Marrocos. Era relevante assegurar a continuidade do Reino, personificado na figura régia.

Depois de quase quatro séculos, a questão do casamento de D. Sebastião continua sendo apresentada como uma das causas principais da perda da independência lusitana em 1580. A não consumação do casamento do monarca tem sido um relevante ponto nos debates sebásticos. As responsabilidades pelo insucesso do consórcio são atribuídas a inúmeros personagens da teia social política do século XVI, dentre os quais os jesuítas, Filipe II, D. Catarina, o próprio D. Sebastião, e também à sua enfermidade.

A partir de sua coroação, em 1568, segundo Castro (1942), diferentes forças digladiavam-se: ele deveria se casar na França, na Alemanha, na Espanha? Filipe II insistia pela união com a França, sugerindo que o sobrinho se casasse com Margarida de Valois. Como Catarina de Médicis (1519-1589) queria casar sua filha com D. Carlos, filho de Filipe II, este não desejava nem um nem outro acordo matrimonial. Carlos V propunha que D. Catarina, sua avó, renunciasse à proposta francesa e optasse pelo enlace com uma das filhas do rei da Boémia. Havia, enfim, uma infinidade de possibilidades.

Na carta de D. Sebastião para D. Catarina escrita em 20 de dezembro de 1572 (A. G. Simancas, *Estado*, legajo 390, f.º 137, p. 262), percebemos a preocupação do Infante com a concretização de um matrimônio. Isso mostra que ele certamente tinha noção de suas atribuições como rei. Leiamos, pois, a carta compilada por Joaquim Veríssimo Serrão (1987), na obra *Itinerários de El-Rei D. Sebastião - (1568-1578)*:

Sõra. Por me Vossa Alteza encomendar muitas vezes que trate logo com effeito meu casamento e mo todos lembrarem por quam importante he o

⁷⁷ Lourenço Pires de Távora mantinha constante contato com D. Joana, relatando os pormenores da vida do pequeno. Aos nove anos de idade, no ano de 1563, escrevia ele para D. Joana, informando-lhe que o Infante apresentava alguns problemas nos rins, mas sem graves consequências. A partir dos 11 anos de idade diziam que ele padecia de uma enfermidade de perdas seminais que, com intermitências, melhorava ou se agravava. A partir, de então, a doença nunca mais o abandonou. Alguns escritores procuraram investigar qual seria a doença ou doenças do Rei. Segundo Fonseca (1978), alguns intencionaram esclarecer e outros, diminuir a pessoa do Rei. No entanto, não havia provas contundentes da impotência do jovem rei. O médico Gregório Marañón (2002) relaciona a causa do corrimento uretral com disfunções biológicas de origem genética, decorrentes dos laços consanguinidade que marcavam os casamentos naquela época. Ele explica também que a causa mais frequente da uretrite era a fimose congênita. A preocupação com a doença do rei prendia-se ao fato de ela afetar toda a sua vida e, por conseguinte, torná-lo um rei sem descendência.

faço. Farnea V.A. muy grande mercê escreverme o que lhe parece das pessoas que há na cristandade. e assi o escrevo a princesa minha Sñora. Tem me gabado muito o Campo dourique, e por ter ido la elRey meu Sõr que Deos tem de Lisboa, E ter ouvido que folgara la. me pareceo fazer esta jornada passado o Natal com ajuda de Deos, porque também me he bom pera a minha saúde de que me acho cada vez millor, E pera folgar la he necessario saber que folga V.A. com isto. Noso Snor guarde a muy real pessoa de V.A. como desejo. De Evora XX de Dezembro (SERRÃO, 1987, p. 262).

D. Sebastião parecia procurar, pois, a melhor maneira de consolidar sua união e assegurar um sucessor ao trono, conforme sua responsabilidade como governante. Ele assumia que, como legislador supremo, deveria se dedicar à manutenção do poder de sua dinastia e à conservação do Reino e, por conseguinte, da sociedade portuguesa.

Em 1559, iniciaram-se as primeiras diligências para o casamento do monarca em França. A união de D. Sebastião com Margarida de Valois era a mais desejada pela Coroa portuguesa. Em 1562, Filipe II, seu tio, sem se importar com a vontade do sobrinho e com a corte portuguesa, descartava a Infanta francesa, negociando o matrimônio com Isabel de Áustria (1554-1592), filha segunda do Rei da Boémia, Maximiliano II (1527-1576). Em 1566, o embaixador Francisco Pereira expôs, em Lisboa, os males que a união com Isabel de Áustria traria a Portugal e à cristandade.

Nessa questão, percebemos que o tratado matrimonial representava a estabilidade política tanto de Portugal quanto da fé cristã. Era dever do Príncipe fazer as melhores escolhas para o bem de seu Reino. Como governante, ele deveria almejar uma política que conduzisse efetivamente para o bem comum. Por conseguinte, a decisão exigia o envolvimento de toda a cristandade.

A pressão de Filipe II uniu-se ao interesse do papa Pio IV (1559-1565), que também era contrário à união com a França. Roma era favorável à negociação com a Áustria. O Sumo Pontífice Pio IV estava insatisfeito com o edito de 17 de janeiro de 1562, no qual Catarina de Médicis concedia direito de culto aos protestantes. Assim, as relações com o Vaticano ficaram truncadas. Certamente, para o Papa e para Filipe II, o enlace entre D. Sebastião e D. Isabel perpetuaria a aliança dos reis de Castela e da Áustria e seria mais adequado para o bem da fé cristã. Vários Breves foram enviados a D. Sebastião, considerando as vantagens do matrimônio com uma das filhas do rei cristão Maximiliano II. No final de 1567, o monarca espanhol anunciou que Maximiliano II concordara com o

compromisso matrimonial entre sua filha Isabel de Áustria e D. Sebastião. O jovem rei, como espelho da religião cristã, não deveria se juntar aos hereges.

Vemos que essas negociações ora tendiam para aos motivos laicos, ora para as questões eclesiásticas. O Rei, como representante de ambos os lados, pendia para um ou para o outro, influenciado certamente pelas forças que o circundavam, bem como pelo ensino que recebera.

Em 1567, a negociação ainda estava indefinida. O assalto dos corsários franceses à Ilha da Madeira tornava mais difícil a relação entre Portugal e França. O Bispo de Algarve, D. Jerónimo Osório, que presenciou as Cortes de 1568, em uma carta endereçada a D. Sebastião, sublinhou algumas vantagens que o matrimônio com a França traria a Portugal, bem como para toda a cristandade, promovendo o bem comum. Vejamos um trecho da carta, que se encontra na Biblioteca Pública de Évora - Cód. CIII/2-13, a fl. 96v-101:

[...] pelo que não são obrigados somente os Principes a enfrear suas affeições, mas também após a vida pela dos seus. Tudo o que digo he para se ver mais claramente quam digno de Louvor foi o effeito de Vossa Alteza; porque quanto mais fora está de cazar, tanto mais Real animo mostrou em resistir à sua própria vontade, e obedecer à Razão, ou para melhor dizer à Ley de Deus em se negar a si mesmo, por acodir às necessidades dos Seus: E para que veja quanto Contentamento deve ter desta Victoria, ainda que parece pouco necessario, direi em suma alguma parte dos fructos que deste casamento podem rezultar. França tem força, sitio, e dispozição para muyto mal: O mal sentimos assas nos muytos roubos e grandes damnos, que a este Reyno tem feito; e isto não havendo guerra apregoada; pois que fora e a houvera: ao Grande Imperador Carlos quinto atava França pés e mãos de tal maneira que se não sabia dar a concelho, nem podia levar suas empresas àvante, como dezejava: E bem parece que tem Deus posto nas mãos de Vossa Alteza: Tendo isto assim, que mayor gloria pode ser de Vossa Alteza que mudar com este seu cazamento e estado das cousas de tal sorte que a fonte dol males sem remedio se converta em fonte de muytos, e muy grandes bens: O que Portugal tem não está no Cofre, tudo anda de fora: O Comercio de Flandes, de Alemanha, e Italia não teremos se Francezes não quizerem: O Senhorio da Ilhas de Guiné e da India custará muyto trabalho em /80 se defender, perigo, e despeza intolerável: Nas Cousas da Religião, em que tanto vai, não poderemos consultar a Seè Appostollica sem grande Risco; se França nos Cerrar os portos; o trigo nos pode muytas vezes faltar em nossas necessidades. Todos estes males se evitão por meyo deste Cazamento; e delle se seguem todos os bens Contrarios aos males, que tenho dito, e o melhor de tudo he a Reformação da Religião de França, que por este Cazamento com a conformidade dos Principes Cattolicos, que com elle se segura, pode haver effeito: Não sem causa he desejado tantos annos ha destes Reynos este matrimonio; não sem misterio a procura El-Rey de Castella Vosso tio: Não sem conselho insiste tano nelle o Padre Sancto: Huma das mais alegres mercês, que Portugal

recebeo da mão de Vossa Alteza; não será menos alegre merce deste Cazamento; porque não sómente dos homens, mas dos montes, e vales será festejado: e Alem de tudo isto cumprirá Vossa Alteza com o que deve a seus Vassalos; porque lhe deve Príncipes, que se pareçam com os Reys de Glorioza memoria vossos Avós (Fols 98-101).

Jerónimo de Osório atribuía ao governante a tarefa de ordenar a sociedade, promovendo o bem comum do povo. Alegava que o monarca deveria abdicar de seus interesses pessoais para cuidar dos interesses de todos. Julgava que as circunstâncias políticas exigiam do rei a concretização desse matrimônio. Essa união traria benefícios comerciais e favoreceria a reforma da religião francesa, que tendia para o protestantismo⁷⁸. A união era do agrado do povo e das Cortes e ele, como cabeça do Reino, deveria acatá-la, pois isso seria benéfico para os lusitanos e para a cristandade.

O Príncipe precisaria ter sentimentos, conhecimento e sensibilidade que o auxiliassem a pensar e agir nessa situação. Esses requisitos certamente poderiam ser desenvolvidos pela capacidade reflexiva dos homens, ou seja, pela autonomia intelectual. Com esta autonomia, o Príncipe estaria apto para o governo. A formação do Rei refletia-se em toda a sociedade, pois, dependendo da compreensão que ele tivesse de educação, os homens que dirigia seriam formados e educados, ou não. No contexto, o povo deveria ser educado para aceitar que ele promoveria o bem comum dos lusitanos e, principalmente, manteria a independência de Portugal.

Nessas condições, dar um fim adequado para a questão matrimonial significava atuar em favor do bem coletivo, já que essa era uma condição para a continuidade de

⁷⁸ Julgamos ser relevante transcrevermos o documento XXIV contido na obra de Serrão (1958), pois ele nos revela uma carta de D. Sebastião a Carlos IX, rei da França, datada de 30 de dezembro de 1569, demonstrando seu contentamento com a vitória dos católicos sobre os luteranos, na batalha de Jarnac, em 13 de março desse ano. Essa vitória também era dos portugueses, pois era um bem para toda a cristandade. Esse documento também revela a redação confusa e ambígua característica dos escritos do monarca: “[...] E muy^o me alegreis cõ tam boas novas E com as que me tambem deraõ do que naquela Batalha fez o duque don jũ vosso Irmaõ meu muito amado E prezado primo, E de como se ouve nella como quem elle he, E loguo dey graças a nosso Sõr por esta milagrosa victoria que vos deu e mandey pera ysso fazer procissam ã minha Corte (na qual eu fuy) E assy escrevy a todos os prelados de meus Reinos que por todos que por todos os luguares delles fizessem tambem fazer proçissois E tornassem a encomendar a Dõ vossas cousas persseverando cõ muita devoçaõ nas orações E preces que ha muitos dias que nestes Reynos se fazem por meu mandado por este mesmo caso, E asy se vaõ continuando ate vos nosso Sõr dar ynteira victoria de seus ymiguos E vossos como ca nelle espero por que estas saõ as verdadeiras armas dos principes cristaõs E em que mais confiança devemos ter E ysto vimos aguora claramente nesta vossa victoria de que sancta gloria resultou naõ somente a Vos e a vossos Reinos E aos principes cristaõs, mas Inda á Igreja catholica e a toda a cristandade, prazerã a nosso Sõr que muito depressa se concluyrá tudo de maneira que seja seu sancto nome louvado ã todos os luguares de vossos reinos E os guoverneis E Rejais cõ toda a paz E quietaçãõ” (SERRÃO, 1958, p. 75). Essa carta foi levada pelo embaixador D. João de Mascarenhas com instrução de cumprimentar Carlos IX e seus irmãos e, em especial, a rainha-mãe, bem como pedir ao El Rey francês não ter nenhum concerto com os luteranos.

Portugal como Reino. Nessas negociações de cunho político, novas situações se delinearam, mudando o rumo dos acordos. Segundo Castro (1942), o filho de Filipe II morreu em 24 de julho; a esposa do monarca faleceu na sequência, em 03 de outubro de 1568: o viúvo se casou com a prometida do filho, Ana (1549-1580), filha primeira do Imperador Maximiliano II, e D. Sebastião se casaria com sua segunda filha, a arquiduquesa Isabel. Portanto, o Imperador não teria filha para se casar com o rei de França. O embaixador francês, por seu tempo, afirmava que seu Reino se sentiria afrontado com a negação da união. Poderia Filipe II ficar com a filha mais velha, a França com a segunda e D. Sebastião com Margarida de Valois⁷⁹. Esse arranjo matrimonial entre França, Espanha e Portugal selaria a paz entre as nações. Assegurar a paz e a concórdia era, pois, uma importante atribuição régia.

Por fim, Filipe II, em razão das circunstâncias políticas, cedeu ao desejo de França. A união dessas três famílias seria relevante para a cristandade, pois, assim, a França também entraria na liga contra os turcos, além de o dote da irmã do rei da França ser muito vantajoso. D. Sebastião acabou por aceitar as deliberações tomadas pelo tio. Em 1569, no entanto, o monarca se negou a assumir o consórcio, com os argumentos de que até aquele momento o rei da França não havia dado nenhuma resposta em relação ao casamento e também não resolvera a questão dos prejuízos decorrentes dos ataques dos corsários franceses às praças portuguesas. Podemos destacar aqui o caráter firme do monarca quanto aos compromissos com o Estado e com a cristandade.

As tramitações do casamento se arrastaram até o ano de 1570, sem que se chegasse a uma solução. Filipe II considerava-se afrontado pelo fato de o sobrinho não ter cumprido o acordo. Segundo as notícias do embaixador D. João Zúñiga a Filipe II, observamos que já se cogitava em casar D. Sebastião com Maximiliana (1552-1614), uma das filhas do Duque de Baviera (1528-1579). Porém, o próprio D. Sebastião, em meio a tantas trocas de

⁷⁹ Consideremos as qualidades de Margarida de Valois nas palavras do Conde de Sabugosa (1912): “[...] licenciada Margot, de libertina e romanesca memoria. [...] elle, o abstemio cavalleiro monge que, de uma vez, quasi pronunciára os votos de castidade, - ella, a graciosa irmã dos ultimos Valois que, porventura, a este tempo já pertencera a Henrique de Guise; a heroína dos tragicos amores com de Môle, e das aventuras com Bussy d’Amboise, um dos mimos de Henrique III; a infiel e complacente conjuge do Bearnez, mais volúvel que elle nas ligações, e de tão condescendente moral que se prestava a dissimular o parto da Fosseuse, a amante do marido; essa Margarida, a erudita, a engenhosa e graciosamente depravada [...] ainda aos sessenta annos, rodeada de philosophos, de poetas e de sabios, inspirou paixões aos seus escudeiros, que se apunhalavam para lhe disputar uma preferencia [...]” (CONDE DE SABUGOSA, 1912, p. 213-214).

noivas, rompeu o compromisso com a prometida francesa⁸⁰. Vemos aqui, mais uma vez, sinais da autonomia do rei na arte de governar.

Em 1572, começaram novas negociações para unir as cortes portuguesa e espanhola. D. Sebastião contava com 18 anos. Por meio de um novo arranjo político, prometia-se a mão da infanta D. Isabel Clara Eugénia (1566-1633) de apenas oito anos de idade, também filha de Filipe II. Este se opôs, alegando a pouca idade da filha, e apresentou outra opção: Isabel de Áustria, viúva de Carlos IX (1550-1574) da França. A Corte portuguesa recusou, com o argumento de que este morreria de tuberculose, doença contagiosa. Filipe II indicou então a princesa Maximiliana, filha do duque da Baviera⁸¹, o que não agradou ao monarca português. Em 1576, na conferência de Guadalupe, seu tio espanhol aceitou o compromisso matrimonial de D. Sebastião com sua filha Isabel Clara Eugénia, agora com 10 anos. No entanto, já era véspera de Alcácer-Quibir.

Não se sabe com certeza qual foi a causa da falência contínua dos projetos matrimoniais do rei⁸². Castro (1942) afirma que ele “[...] foi um grande infeliz, um grande

⁸⁰ Ato régio em relação ao consórcio matrimonial com França: 21 de março de 1570 – Évora – Carta de D. Sebastião a Filipe II, enviando D. Álvaro de Castro para comunicar sua decisão na matéria do casamento. A. G. Simancas, *Estado*, legajo 387, f.º 45. “<Sôr. Polas boas novas que tenho das cousas de Granada E Vêdo quão neçesaria foi a mudança de V.A. a Cordova com ela plazera a Noso Sôr que muito cedo se cõcluira tudo como V.A. deseia. envio a V.A. dô alvaro de Crasto do meu conselho pesoa de muita cõnfiança e de muitas caledades para saber particularmente como V.A. esta e como se acha de trabalho do caminho para que tambẽ dele saiba V.A. a minha determinação sobre a pratica do casamêto ã França, e os Respeitos que me obrigo a não proceder ã proceder nẽ ir avante nesta materia que são os mesmos cõ que V.a. se moveo a tratar ate gora dela. Polo grande amor e cuidado cõ que trata todas minhas cousas. e por isso tenho por muito certa que assi lhe parecera esta, de mais que a este negocio toqua e a reposta da derradeira carta de V.A. que me deu dô João de Borja seu ãbaixador e ao que da sua parte me dise, dará mais larga conta a V.A. dom alvaro de Crasto, peço muito ãcarecidamente a V.A. lhe crea como a mim mesmo. Noso Sôr guarde a muito real pesoa de V.A. como desejo. de Evora a 21 de março de 1570. Bõ sobrinho de V.A. REY> (SERRÃO, 1987, p. 144).

⁸¹ Carta de D. Sebastião contendo mais uma resolução sobre o possível casamento com a família Baviera: 11 de maio de 1574 – Almeirim – Carta de D. Sebastião a Filipe II. A. G. Simancas, *Estado*, legajo 392, f.º 118 e 160. “< Sôr. Posto que ia tendo comunicado a V.A. os dias atras a materia do meu casamento, E os respeito porque me movi a tratar da filha do duque de Baviera (sic), agora que mando a isso don francisco de portugal meu estribeiro mor pesoa de grande confiança e en a que concorrem muitas calidades polas quales me he muito aceito seu servicio me pareceo o devia mandar por esa corte para mais particularmente tornar a comunicar a V. Al. esta materia, E o modo em que tenho ordenado a concrusão E dependencia dela. Deilhe V. Al. inteiro credito em tudo por me fazer merce. Noso sor guarde a mui real pesoa de V. Al. como deseia. De Almeirin a 12 de maio. Bom sobrinho de V. A. Rey >” (SERRÃO, 1987, p. 320-321).

⁸² Julgamos ser pertinente transcrever as possíveis causas do insucesso matrimonial do monarca propostas pelo conde Sabugosa (1912): “[...] Seria a castidade aconselhada por Dom Aleixo de Menezes já velho, e a abstenção imposta pela disciplina da Igreja personalizada pelos dois Camaras fanaticos, que o levaram a *aborrecer as bodas*? Seria a conservação da virgindade, preconizada pelas regras da Cavallaria aos seus paladinos para melhor desempenharem as empezas sublimes, ideia que tanto influi na alma do Infante D. Henrique? Seria o horror á mulher, ente que, segundo muitos dos que elle admirava, foi sempre causa e motivo de afrouxamento de caracter, e tibieza nas resoluções? Seria a repulsão pela femea – *aborrendo le donne, mai non volle moglie* – de que falta o historiador italiano? Seria a timidez exaggerada da puberdade perante os mysterios da iniciação amorosa? Seria o sentimento da fidelidade absoluta para com essa entidade abstracta de irresistivel atração – a gloria militar – que o fantasma das caricias femininas, como se vestisse a

desgraçado. E tão grande que trouxe consigo a inferioridade e a desgraça de Portugal” (CASTRO, 1942, p. 50. Será que essa constatação procede? Certamente os regentes portugueses, o rei da França, o imperador da Alemanha, os papas e o rei da Espanha davam as cartas nesse jogo matrimonial, distribuindo ou retirando propostas conforme seus interesses nas negociações. Em Portugal, observamos as hostilidades entre a facção castelhana, encabeçada pela rainha D. Catarina, e a do Cardeal D. Henrique. Os interesses desse ou daquele grupo circundavam o monarca. No entanto, ao analisar esse emaranhado de acordos nupciais, percebemos atitudes que eram tomadas pelo próprio rei. Nesse sentido, vislumbramos os frutos da educação que recebera, em especial no que diz respeito a ideia que se firmou ao longo de sua formação: era um rei destinado a enaltecer seu Reino.

Consideramos um equívoco afirmar que D. Sebastião não se empenhava nesse assunto ou que era impotente ou inapto para o casamento⁸³. O interesse era obter um sucessor para o trono; assim, a avó e o Cardeal, provavelmente, não se arriscariam a sujeitar D. Sebastião à vergonha de uma união não consumada e o Reino a um escândalo, com possível anulação do casamento. O douto Padre Luís Gonçalves também compreendia que era relevante para o Reino que o monarca assegurasse sua descendência. Os votos de castidade, porventura feitos, não equivaleriam aos votos de virgindade. O soberano, certamente, tinha noção de sua obrigação de prover um herdeiro para o Reino. No entanto, sua obsessão pela luta na África movia seu espírito e suas ações, o que nos leva a supor que o casamento por ora fora esquecido.

As influências dos procuradores do povo em Cortes, dos nobres ansiosos por feitos guerreiros, dos religiosos na defesa da fé cristã, dos soberanos (nacional e estrangeiro) na

túnica tecida com as folhas de *agnus castas*, em que as matronas Gregas se envolviam durante as festas de Ceres? Seria a incapacidade física, a que se referia o Embaixador Espanhol, nas suas comunicações? Seria um amor único, e cuidadosamente escondido (como aquele que lhe atribuíram pela Princesa Moura), que o isolou da influência das formosas que o rodeavam, [...]? (CONDE DE SABUGOSA, 1912, p. 206-207).

⁸³ Conde de Sabugosa (1912) assegura que o jovem monarca não era indiferente à graça feminina; algumas, porém, o impressionaram. Segundo o Conde de Sabugosa, os projetos para a expedição africana lhe absorviam o tempo e desviavam-lhe a atenção. Um primeiro exemplo seria a formosa D. Joana de Castro, dama da Rainha Catharina, filha do Conde da Feira, que, segundo Frei Luiz de Sousa, fora alvo de certa afeição do Rei. Outro exemplo, seria a misteriosa paixão pela Princesa moura, filha de Xerife, despertada em sua primeira expedição a Tanger. Outra ligação amorosa seria com D. Juliana de Lencastre, filha do Duque de Aveiro, criada no Paço da Rainha Catarina. Esta e o Cardeal D. Henrique não se agradaram do romance, fazendo de tudo para impedir seu avanço. D. Sebastião preparou vários festejos na Corte, como caçadas e bailes, quase sempre com a presença do Duque e da filha. Os registros que incidem na personalidade e na vida íntima do Rei vão desde sua relação com a princesa moura até suas orientações homossexuais, decorrentes de abusos que conhecera em menino. De acordo com Velloso (1935), o primeiro abuso nasceu de mexericos da Corte, avolumadas talvez pela própria D. Joana de Castro, mas que, possivelmente, poderia ter algum fundo de verdade. Os outros dois exemplos, segundo o autor, não passam de invenções, sem possibilidade de veracidade.

defesa das conquistas territoriais, dos escritores e artistas impulsionavam a guerra na África. A manutenção e o alargamento das possessões marroquinas eram necessários porque, além de se constituir em um importante ponto estratégico, as praças eram um local fornecedor de cereais.

A partir de 1573, depois de sua primeira visita ao Algarve, o Rei se concentrou novamente no empreendimento na África; sua política tomou novo rumo. Desde meados do século XVI, os mouros tinham redobrado os ataques à costa do Algarve, levando a Coroa a tomar atitudes de defesa. Nas visitas do monarca, ocorridas em 1573, 1574 e 1576, os algarvios lhe apresentaram seus receios e protestos. Solicitado, pois, a pôr um fim às ameaças às costas portuguesas e motivado a reviver as glórias do passado, decidiu montar um reforço militar em Marrocos. O afastamento do perigo somou-se aos motivos da expedição de Alcácer Quibir. O rei passou a frequentar mais vezes o sul de Portugal, especialmente o Cabo de São Vicente e a região de Sagres, com o intuito de promover a intervenção em Marrocos. Para tanto, ele não descuroou da organização de seu exército: reformou as ordens militares e criou milícias.

Em 1574, D. Sebastião esteve por um mês em Ceuta e Tânger⁸⁴, pensando, talvez, no seu desígnio para a defesa do Reino contra os infiéis, indagando as possibilidades da expedição. Cruz (2006) lembra-nos que D. Jerónimo de Osório declarou que se alguma culpa caísse sobre o monarca nessa visita, ela ficaria atenuada pelos exemplos de muitos outros príncipes valorosos como “[...] como o rei São Luís de França, os imperadores Maximiliano I e Carlos V, que com experiência e idade superiores às de D. Sebastião também tinham protagonizado empresas sem fruto e coisas dignas de repreensão” (CRUZ, 2006, p. 236). A contenção do avanço dos turcos na África implicava novos investimentos

⁸⁴ Transcrevemos aqui a carta de D. Sebastião à Rainha D. Catarina, informando sobre a campanha que tencionava levar à África. Publicada na obra *Itinerários*, a carta data a 20 de agosto de 1574 (A. G. Simancas, *Estado*, legajo 392, f.º 82). “< Sñora. Chegando ao Algarve e de mais perto E mais particularmente vendo o que Importara passar a Ceita e a Tangere pera favorecer ordenar e assentar as cousas que tanto cõvem, me pareço com ajuda de Ds e com a benção de V.A. partir. De que me pareço escrever e dar cõta a V.A. como de tam grande E importante cousa e em que querendo Ds ade ver V.A. que ei de proceder em tudo com tanta segurãça resguardo cõsideração e conselho como he rezão E que nesta parte me affirmo fique a rezão de V.A. satisfeita porque a Vontade e grande amor que me tem me não atrevo a poder com nhũma cousa de todo satisfazer. mas espero monte tanto em V.A. a rezão disto quanto nenhũa outra bastara. farme há V.A. muy grande mercee verem os que não veem em V.A. quam bem lhe pareçe E quando approba o feito por mj feito e com tanta consideraçãõ feito. E por quam certo estou nisto me não alargo mais por não cansar V.A. como que quam craramẽte Vee, e naõ enfraquecer em me alargar o que toda maneira há de ser de V.A. tam approbato nas demonstraçoẽs E em tudo. E no mais me remeto de Paulo Affonso. Noso Sõr guarde a muy real pesoa de V.A. como desejo Beijo as mãos de V.a. Rey >” (SERRÃO, 1987, p. 333-334).

e novos posicionamentos do monarca. Assim, a partir de 1574, a política mauritana, então em estado de latência, afluía novamente.

A empreitada era para o bem do Reino e também para a cristandade. Por isso, os reis cristãos deveriam combater os mouros. Desde 1562-1563, vinham sendo realizados preparativos para a guerra. Pelo regimento de dezembro de 1570, foi instituído o serviço militar obrigatório e promovida a reorganização do exército. Em dezembro de 1573, foi reformada a Ordem de Cristo⁸⁵. Em 21 de setembro desse ano, o Rei armou a si próprio como cavaleiro da Ordem de Cristo. Nesse ato simbólico, ele acrescentava à majestade real (rei laico) a obrigação de cavaleiro (rei cristão) professo da referida Ordem. A atenção régia para a guerra, cada vez mais intensa, ainda que arriscada, era para ele a melhor escolha diante de uma causa justa. A reforma das ordens militares atestava sua obstinação. Apesar de todos os preparativos a ruína se deu.

Realmente, foi apenas a derrota de Marrocos que provocou a perda da independência de Portugal? Pelas leis de sucessão, o direito ao trono caberia primeiro ao duque de Parma e à duquesa de Bragança, por descenderem de D. Manuel I, sendo ela filha e ele neto de D. Duarte; em seguida, caberia ao duque de Saboya e, só então, a Filipe II.

Vemos que D. Sebastião, mesmo diante do perigo iminente da falta de um sucessor, deu continuidade aos seus planos marroquinos. A crise financeira inquietava a todos e requeria dele, como monarca, posicionamentos que possibilitassem melhoria na conjuntura social do momento. No entanto, nenhum dos dirigentes responsáveis por Portugal contrariou o desígnio do monarca. Percebemos, pela historiografia, como Figueiredo (1925), que Filipe II foi o único que contrariou os intentos de D. Sebastião, porque estes não convinham às suas intenções. Caso D. Sebastião saísse vitorioso de Alcácer Quibir, vencendo Mulei-Moluco (sultão de Marrocos de 1576-1578), teria não só direito ao domínio de Marrocos, mas também angariaria prestígio em todo o Islã. Como seguidor de

⁸⁵ Serrão (1958) transcreve a cerimônia da abertura solene do Capítulo da Ordem de Cristo, no dia 08 de dezembro de 1573: “No fim do anno de 73 se foi elRey de Lx^a p^a Almeirĩ e logo em dez.^{bro} fez cap^o da hordem de Christo em Sanctarem na Igreja de N. S. de marvilla que se armou com muito rica tapiçaria e alcatifou-se toda com ricas alcatifas que elRey de Ormuz, tinha mandado a S. A. assentou-se elRey como mestre da hordem na cabaçeira [...] A causa de se fazer este Cap^o dizem que foi por querer elRey prover nas Igrejas da hordem que por culpados Comendadores padeciaõ muido danno no serviço ou o que outros deziaõ querer elRey dar hordem com q̃ no cabo de s. Vicente se fezesse hũ convento de Cavalleiros desta hordem, ao qual se pasasse o de Tomar, para que dalli defendendo todo o Algarve dos Mouros e Turcos que todos os mais dos annos, o roubavaõ, saqueavaõ e cativavaõ Christaõs, ganhos em suas comendas de man.^{ra} q̃ os ganhaõ os Comendadores de Malta e que a insignia destes Cavalleiros e Comendadores havia de ser a mesma q̃ a de Christo mas havia de ter de mais hũa setta ao pee da Cruz, à honra de S. Sebastião advogado delRey, mas não se poz por obra (SERRÃO, 1958, p. 91).

seu pai, D. Felipe II buscou concretizar o sonho de reunir em uma só as duas Coroas, a de Castela e a de Portugal, valendo-se dos laços familiares para interferir na política lusitana.

Por seu heroísmo, sua bravura e seu patriotismo, o cavaleiro mítico, defensor da fé e do Reino, foi exaltado por Carlos Malheiros Dias (1925); António Sérgio (1923), ao contrário, foi um crítico severo de suas atitudes errôneas na condução do Reino. Observamos que ambas as posições dão margem para equívocos. É relevante considerar o homem em seu agir temporal, nas circunstâncias de seu tempo histórico. Parece-nos que essas visões têm levado à tomada de posições que perpassam mais a dimensão da emoção do que a da razão. Consideramos que o monarca não ficou alheio à realidade social de seu tempo, mas foi produto de seu meio político, social e religioso.

De nossa perspectiva, apesar de seu temperamento impulsivo e de todos os mimos e lisonjas que recebera, a expedição que ele promoveu estava, desde há muito tempo, no ânimo da maioria dos portugueses, estava enraizada no imaginário do Reino. Havia um ambiente favorável, que o impulsionava. Vimos que, nos cercos em praças africanas, Portugal demonstrava o espírito de patriotismo e de unidade; obrigando também a vigilância constante da Armada e do Exército, o que implicava altas despesas para a defesa e a manutenção desses territórios. Isso, sem mencionar os exemplos de heroísmo de seus reis antecessores, como D. Afonso Henriques, e de seu avô, Carlos V, os quais lhe causavam admiração e orgulho. Também consideramos a influência de seus educadores. Seu aio, D. Aleixo Meneses, foi um experiente soldado em solo africano, bem como seu mestre, Padre Luís Gonçalves da Câmara, que viajou muito pelas terras mouras.

Estaria ele predestinado a alçar Portugal às glórias passadas, como rei-cavaleiro e defensor da cristandade? D. Sebastião, para Leite (1948), certamente, considerava-se predestinado pela Providência Divina “[...] para ser o redentor deste povo abatido, que era preciso retemperar no antigo heroísmo por meio de um grande feito militar. Este Príncipe que tinha na exacerbação do delírio o sentimento de cavalaria, da honra, da religião e da pátria” (LEITE, 1948, p. 9), não fugiu de sua responsabilidade quanto a ser um continuador de tão altos exemplos e quanto a recuperar as praças abandonadas e proteger a costa meridional da Península das ameaças dos ismaelitas (mouros descendentes de Ismael, filho de Abraão com Hagar).

Na historiografia, nas crônicas, nos poemas, nas pinturas, vemos o incentivo para as conquistas seculares e para a fé cristã. O rei deveria seguir os passos de atrevimento, de

prodígio, de piedade, de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Sancho II, D. Afonso III, D. João I, Nuno Álvares - grande capitão -, bem como de D. Afonso V, seu modelo.

[...] As suas insistentes surtidas africanas, em porfia do triunfo, eram a mais perseverante e firme escola de tenacidade. [...] Nêle as virtudes guerreiras alimentavam-se de dificuldades, como as virtudes dos santos se sustentam de contrariedades. A luta – que beleza! D. Sebastião sentia que sua alma era filha directa da de D. Afonso V. [...] E como D. Afonso V conquistou Alcácer-Ceguer, tomou Tânger, escalou Arzila, filhou aduares, e se apossou de mantados e veigas mouras, também de novo êle queria retomar, escalar, cercar filhar essas praças de Azamor e Çafim [...] (FIGUEIREDO, 1925, p. 81,82).

Esse rei sustentava, pois, qualidades piedosas e militares. O Infante encarnou esse sentimento, não só porque seu temperamento era propenso a ousados cometimentos, mas certamente também porque a isso o incentivavam sua educação e o meio em que viveu. Deve ter tentado, assim, cumprir seu juramento de que haveria de engrandecer o Reino.

Enfim, frisamos que o aporte teórico exposto nesta seção para fundamentar a análise do conteúdo expresso na linguagem imagética torna-se indispensável para orientar o estudioso da área de educação, especialmente para abordar a formação do homem moderno e a nova organização social que se configurava no século XVI.

Na sequência, passaremos à análise das imagens, cujo foco é a sensibilidade coletiva que nelas se expressava. Desenvolveremos também nossa ideia acerca do papel educativo desempenhado pela linguagem imagética. Mostraremos que ela cumpriu o serviço político de celebrar a glória do poder régio, religioso e secular, e divulgar a ideia de casamento místico entre o monarca e o Reino português. D. Sebastião cercou-se de uma corte que, por meio da oralidade, da escrita, do desenho pintado ou esculpido, cuidava de sua imagem e a divulgava ao povo de uma perspectiva favorável. Nessas imagens, ele é apresentado como um rei justo, como modelo das virtudes militares. Nossa análise inclui abordar a simbologia política de fins da Idade Média.

José Murilo de Carvalho (1990) afirma que o conteúdo veiculado pelas linguagens, oral e escrita, não poderia ser inacessível aos sujeitos ágrafos, que predominavam no século XVI. Este discurso deveria ser menos formal e, mediante sinais mais universais, como imagens, alegorias, símbolos e mitos, tornar possível a construção mental e social naquele momento de redefinição de identidades coletivas.

A linguagem figurativa permitia, também, atingir o coração e a emoção dos homens, seus sentimentos e esperanças. Nesse sentido, reportamo-nos às palavras de Francastel (1993): “[...] A linguagem figurativa tem um papel incalculável na manifestação das mentalidades coletivas. É pelos olhos que se prendem os homens” (FRANCASTEL, 1993, p. 29). A linguagem imagética, por apresentar um discurso menos formal, por ser menos codificada e compor-se de sinais universais de rápida interpretação, contém a possibilidade de se falar aos homens na linguagem que eles compreendam.

A população quinhentista certamente estava familiarizada com as figurações de seu rei. Esse, pois, será nosso intuito no trabalho de apreciação das imagens escolhidas, nas quais D. Sebastião aparece como cavaleiro mítico que governaria Portugal sob a luz da Providência Divina e do conhecimento secular.

4. ANÁLISE DA IMAGEM DE D. SEBASTIÃO: A CONSTRUÇÃO DE SUA REPRESENTAÇÃO COMO REI LAICO E COMO REI CRISTÃO

Evidenciamos até aqui que, na Corte de Avis, houve preocupação com a construção da imagem de D. Sebastião em seu ofício régio. Fazia parte do serviço da fidalguia letrada, especialmente de D. Aleixo de Meneses, que superintendia a formação e a educação do rei, celebrar a imagem do soberano. Essa incumbência deu origem a um conjunto de normas, escritas e não escritas, a um projeto pedagógico, cuja finalidade era forjar a ideia de um Príncipe virtuoso e um modelo de soberano, correspondente às diferentes atribuições laica e clerical. Essa documentação revela que, no entorno do rei, gravitou uma ansiedade na escolha de sua ama de leite, de seu aio, seu mestre, seus conselheiros, sua corte e seus

cortesãos. Revela também que sua instrução intelectual e moral teve considerável influência dos jesuítas, especialmente do padre Luís Gonçalves da Câmara.

Ao longo deste trabalho, buscamos fundamentos que nos auxiliassem a compreender a formação de D. Sebastião. Essa investigação foi necessária, já que nosso intento é mostrar como as imagens, que também se entrelaçavam com a documentação escrita, contribuíram para a que divulgação da representação do poder desse rei correspondesse aos interesses da Coroa e da Santa Sé.

Reiteramos que propor uma pesquisa na área de História da Educação implica entrar em um campo que, indiferentemente do objeto ou do recorte histórico, destina-se a investigar a natureza humana: as dúvidas, as angústias, as alegrias, os anseios, os constantes embates internos das emoções. No caso específico de D. Sebastião, era necessário lapidar, pela educação intencional, sua natureza humana. As imagens e a literatura - nas esferas política, moral e pedagógica - certamente colaboraram para o estabelecimento de um conjunto de virtudes necessárias ao papel de rei. Com efeito, formou-se um discurso de fixação da imagem do perfeito governante, de um modelo ideal régio, de exemplo de virtudes morais, cujo resultado seria um bom governo.

Nossa análise será, portanto, direcionada pelo olhar da História da Educação. Pensando a educação como um elemento de formação do homem em sociedade, iremos verificar na imagem forjada desse rei o intento de regulação social, a condução das instâncias laica e cristã. No projeto de formação do príncipe, instituíam-se um modelo educativo para o rei e também para a sociedade. Em sua educação, de base jesuítica e filosófica, eram contemplados formas e meios de ordenar a sociedade, pois considerava-se que um rei virtuoso tornaria possível a educação dos homens que, em consequência, os levaria ao entendimento e ao aprimoramento de si e da sociedade, bem como ao reconhecimento da importância da figura régia em suas vidas.

Oferecendo ao poder político o discurso educativo de formação de um soberano ideal, legitimado pela sociedade, as imagens o apresentam como a cabeça e, portanto, o primeiro protagonista desse poder. Com o pressuposto de um passado conservado pela memória individual e coletiva, fundou-se, portanto, a representação de um rei mítico. Le Goff (2003) afirma que a memória nos remete a um “[...] conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Para ele, a memória se conecta ao social por meio da aquisição de normas de retórica, de imagens e textos que falam do

passado, ligando-se ao presente. Por isso, em geral, ela se institui como foco da atenção dos dirigentes, que tentam manter as ideias do passado. Assim, estas são memorizadas, realimentadas e ressignificadas no presente com o fim de assegurar a coesão social.

As figuras, as imagens, permitem imortalizar proezas e vitórias. No caso da Corte portuguesa, o exemplo de homens do passado, buscados na memória escrita, imagética ou oral, eram utilizados para firmar em D. Sebastião sua vontade de ser um governante virtuoso e necessário. Desse modo, deveria ser amado pelo povo. A aceitação de seu poder precisava ser comungada pelo vulgo e pela fidalguia, de cujo interesse dependiam as soluções para questões políticas e econômicas do Reino.

Observamos que o homem quinhentista, assim como o de qualquer momento histórico, presenciava constantemente assassinatos, violações, raptos, alterações meteorológicas, cataclismos, endemias, epidemias - agentes de fome e miséria -, dentre outros acontecimentos que demonstravam o surgimento de tensões sociais. Tais fatos, certamente, impactavam significativamente o espírito das pessoas, levando os grupos sociais a estados de egoísmo, sadismo, delírio, medo, frustração. A multiplicidade de conflitos e as paixões individuais pressionavam e sobrecarregavam o homem, resultando em atos de paixões coletivas, como as danças macabras, os motins, as chacinas, os autos-de-fé. Em face do espetáculo da morte, a imagem próxima do além causava-lhes receios, o que permitia a formação de homens de espíritos crentes e supersticiosos. Podemos observar que a iminência da morte os levava a se doar como holocausto de uma causa nobre, individual ou coletiva, para saldarem uma dívida com Deus, com os homens ou com o Reino.

O homem do século XVI, desse modo, encontrava-se “[...] frente a um cruzadismo que procura com militância activar. Deus e o diabo, por sua vez, fazem parte do dia a dia do homem: estão presentes nos acontecimentos dos povos como nos actos dos indivíduos” (LOUREIRO, 1978, p. 70). Vimos, na seção anterior, que D. Sebastião trazia em si as marcas de seu tempo, de sua ambiência e de sua educação, as quais o direcionavam para uma missão régia de caráter divino e secular. Ele tomou do passado modelos de atos heroicos de homens que ocupavam a mesma posição, ou seja, de governante de um Reino que se diferenciava dos demais desde seu nascimento.

Intrincados, pois, entre Deus e o diabo, suas existências se voltavam sempre para a intercessão do maravilhoso e do milagre, fazendo aflorar, assim, a sensibilidade, a afetividade ou o preconceito. Como afirma Loureiro (1978):

O Turco, o judeu, o terror e o rancor, a expectativa dos exércitos otomanos que avançavam na Europa, o dilúvio dos judeus que de Hespânia e de Portugal, inunda a Itália, a Alemanha e o Norte, é a primeira preocupação do século XVI, aquele que de golpe absorve os espíritos e domina todo o interesse moral e político (LOUREIRO, 1978, p. 71-72).

A esses fatos somamos o receio de que o Reino passasse para as mãos da Espanha. As Cortes de 1562-1563 expressavam o fervor de um povo patriótico. Possivelmente essa euforia coletiva entusiasmava o espírito do jovem Monarca, que, tendo crescido em um ambiente de lisonja, de adulação, incutira em si a ideia de predestinação para os mais altos feitos. Seu caráter natural e sua educação eram impulsionados para a glória de alargar tanto o Reino quanto a fé. *O Desejado*, na voz de seus poetas, era o penhor da salvaguarda de um Império e da dilatação da fé, sendo impulsionado para a empresa marroquina, que deveria ser a pedra angular da edificação do Quinto Império.

Apreamos que a voz dos poetas e dos cronistas não eram vozes isoladas no contexto social. Essa missão de cruzadismo contra os hereges e infiéis era debatida nos colégios da Companhia, pregada nos púlpitos sagrados, proclamada pelo povo. O Soberano estava envolto na atmosfera bélica, o que legitimava a prioridade que dava à incumbência laica e religiosa.

Abordar a polêmica tecida sobre D. Sebastião, desse modo, perpassa o estudo de sua personalidade complexa, da conjuntura histórica de seu tempo e ambiência, os fatores educacionais, econômicos e políticos desse momento, das motivações que o levaram a Alcácer-Quibir. Entendemos que a explicação histórica abarca esses elementos que formam a tessitura social.

Observamos, neste estudo, que a coexistência de antigas e novas formas de pensar, sentir e agir caracterizou a passagem do medievo para a modernidade, permeando o processo social de formação do Estado Moderno português e a constituição da representação do poder régio como personificação do gládio tanto secular quanto clerical. Percebemos que o ideal renascentista não encontrou apenas expressão literária e artística, mas também o gosto pelos valores que faziam ressurgir o mundo greco-latino e, com ele, o culto do homem feito herói como expressão simbólica da existência, como uma figura mítica que deu vida à representação social e mental de D. Sebastião. Por outro lado, Portugal estendia os braços para outras realidades oportunizadas pelas descobertas

ultramarinas, graças à ação e ao esforço da comunidade lusa no projeto, inclusive D. Sebastião. Ocorria uma simbiose entre os valores antigos da ousada nobreza cavaleiresca e os do homem moderno, aventureiro, que aderiu a um novo espírito; uma simbiose entre a erudição clássica e a experiência marítima.

Não podemos omitir os arquitetos, os pintores e escultores que abriram novos caminhos à arte portuguesa, como, por exemplo, Francisco de Holanda, personalidade que atuou como arquiteto militar, pintor, medalhista e decorador. Destacamos, também, Luís de Camões, que, em *Os Lusíadas*, segundo Serrão (1978b), expressou o caráter nacional, real e ideal, dos valores históricos de Portugal:

uma epopeia «real» por descrever feitos humanos sem marca de fantasia e que excedem as ações vulgares; mas também epopeia «ideal», na medida em que os deuses do Olimpo baixam à terra para apoiar ou comprometer a empresa dos novos argonautas em que viam uma temível réplica dos heróis antigos (SERRÃO, 1978b, p. 389).

Camões narrava feitos heroicos que moviam reis e súditos para a empresa marítima; instigava o povo lusitano a lutar pela missão para a qual o destino o marcara: ser divulgador da fé, em sentido cristão, e conquistador, em sentido secular. D. Sebastião poderia, assim, realizar o ideal de dirigente laico e de cristão: homem natural com a ajuda transcendental.

Cronistas, como o Padre José Pereira Baião (1730), poetas, como Gil Vicente (2006), historiadores, como Antero de Figueiredo (1925), compactuavam o pensamento de que o Monarca seria a personificação do ideal de rei-capitão de Deus, defensor da cristandade e inimigo dos mouros. O rei certamente era produto do meio histórico em que viveu: partilhava a ideia que era a de toda a gente popular, nacional e patriótica.

Com base nesses fundamentos teóricos, olharemos as imagens que os artistas idealizaram ao observar a sociedade do seu tempo e ambiência, século XVI. Nosso pressuposto é o de que eles expunham, nessas imagens, a compreensão que tinham do seu tempo e espaço e das relações sociais que caracterizavam suas vidas. Por isso, entendemos que a representação simbólica da imagem de D. Sebastião fazia parte das práticas educativas do seu momento: a intenção era ensinar a sociedade a aceitar seu governo. A própria instituição monárquica lançava mão de uma pluralidade de instâncias educativas, para afirmar e legitimar a figura do Príncipe e de um poder em construção.

Elegendo as imagens sebásticas e considerando-as como uma proposta educativa, como um projeto social, mostraremos que elas codificavam e sistematizavam essa representação; evidenciaremos as linhas que organizam essa representação; mostraremos que os poderes, a cultura áulica e a política consideravam que o retrato deveria corresponder à imagem do perfeito soberano. Observamos que tal imagem aparecia em outros gêneros textuais que serviam à divulgação do Príncipe e da monarquia portuguesa.

Notamos no pensamento político do século XVI uma recorrente vinculação entre realidade e imaginação, resultando na defesa de uma crença que se delineou rapidamente em mito. Se nos ativéssemos à definição proposta pelo senso comum, iríamos nos referir a esse mito como fábula, ficção, invenção ou ilusão, ignorando, por conseguinte, o significado essencial que o fenômeno sebástico encerra. Nosso conceito, pois, pauta-se nas formulações de Eliade (2006), para quem o mito “[...] é uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades” (ELIADE, 2006, p. 12). História verdadeira porque, para o grupo que nela acreditava, tratava-se de um fato e não de uma narrativa ficcional. A representação simbólica de D. Sebastião mostrava-se como uma realidade: os que nela criam, aguardavam do Rei uma intervenção sobrenatural em seu tempo histórico, o que resultaria em mudanças reais que corresponderiam ao cumprimento da promessa, ou seja, a da continuidade do Reino. Essa esperança não era, pois, fruto de uma crença ingênua, da ignorância ou da loucura coletiva, mas, sim, da aceitação de uma verdade para as pessoas que partilhavam da mesma expectativa.

O Conde de Sabugosa (1912) destaca que, na história portuguesa, a imaginação predominou, remontando a cenas de tempos heroicos e medievais, a tradições lendárias e fantasias populares. A representação de D. Sebastião seguiu esse caminho, ligando fantasia e realidade. A imagem de *O Desejado*, detentor da antiga virilidade, foi revestida de teor mítico. Como destaca o autor,

[...] a figura prestigiosa do *Desejado*, aumenta o poder de interesse e de atracção, que inspira o vulto enigmatico do ultimo *Rei Cavalleiro*. Rei Cavalleiro, sim. Porque, embora a critica moderna, servindo-se de argumentos colhidos nas sciencias positivas – a biologia, a anthropologia, a medicina mesmo, com os seus diagnosticos retrospectivos, procure nas leis naturaes a explicação dos actos de personagens historicos, e transforme os santos, os heroes e os visionários em epilépticos, em doudos, em degenerados, elles hão de sempre ficar na historia illuminados pelo clarão opalino, que na sua memoria projecta o instincto poético das multidões anonymas. É o que succede com D. Sebastião (CONDE DE SABUGOSA, 1912, p. 202).

Observamos que o sobrenatural surge para explicar os fenômenos sociais ou para ativar o sentir coletivo. Naquele momento, tratava-se de divulgar o caráter divino do rei, já que ele era entendido como o escolhido por Deus. Tanto na educação que obteve de padres jesuítas quanto no exercício das armas, as mensagens recebidas por D. Sebastião para formar sua personalidade correspondiam às expectativas acumuladas e condensadas em *O Desejado*. Os ensinamentos direcionavam a atenção do futuro monarca para que ele se tornasse um rei pronto a lutar contra os mouros, expandindo a religião cristã pelo mundo e, ao mesmo tempo, conquistando novas terras, bem como assegurando as já conquistadas.

O jovem rei encarnou essa imagem simbólica. Como cavaleiro cristão, a “[...] fé agitava a alma fremente e arrepiada com as arremetidas atrevidas dos infieis, ou fossem as do ardente fanatismo musulmano aqui ao pé da porta, ou as geladas e agrestes rajadas calvinistas e luteranas que sopravam dos lados do norte” (CONDE DE SABUGOSA, 1912, p. 203). Essa iniciativa, embora fosse alvo de exortação por parte de alguns, tornou-se um impulso coletivo.

Pautados em Cassirer (1972), entendemos que o espaço social se forma por atitudes humanas, que são carregadas de emoções, expressam ideias e sentimentos individuais e coletivos. Podemos exemplificar: as emoções de alegria, de esperança, de perseverança, de coragem eram compartilhadas por todos os que as viam na figura de D. Sebastião. No espaço vivido, encontramos sentimentos e atitudes, que, em alguns momentos, são embalados pela palavra sagrada, por signos transmitidos a quem lhes concede veracidade ou que faz parte da sociedade na qual o signo pode ser ensinado. O pensamento científico, a linguística, as funções mítico-religiosa e artística instituem-se como atividades do espírito por meio das quais edificamos o mundo. Essa espacialização social só é possível por meio dos posicionamentos dos homens, que são moldados ou condicionados pela memória. Algumas das atitudes humanas levam a uma modificação, outras à permanência dos símbolos de determinada cultura ou religião.

Tudo aquilo que nos rodeia, que se nos apresenta no mundo social-histórico, está entrelaçado com o simbólico; é o caso dos signos linguísticos, das imagens artísticas, das figuras mitológicas, tanto as religiosas quanto as científicas. A linguagem simbólica permite, então, uma relação análoga com o ausente, ou seja, com o não-ser. O homem não poderia, assim, viver em um universo somente físico, de fatos concretos, mas precisaria se perceber no meio de suas emoções imaginárias, suas ilusões, fantasias e sonhos. O homem

se cercou dessas formas de linguagem, que aludiam a uma intervenção do meio artificial, do símbolo. Em relação às formas simbólicas, Cassirer (1972) esclarece:

Em lugar de medir o conteúdo, o sentido e a verdade das formas intelectuais por algo alheio, que deva refletir-se nelas imediatamente, cumpre descobrir, nestas próprias formas, a medida e o critério de sua verdade e significação intrínseca. Em lugar de toma-las como meras reproduções, devemos reconhecer, em cada uma, uma regra espontânea de geração, um modo e tendência originais de expressão, que é algo mais que a mera estampa de algo de antemão dado em rígidas configurações do ser. Dêste ponto de vista, o mito, a arte, a linguagem e a ciência aparecem como símbolos: não no sentido de que designam na forma da imagem, na alegoria indicadora e explicadora, um real existente, mas sim, no sentido de que cada uma delas gera e parteja seu próprio mundo significativo (CASSIRER, 1972, p. 22).

Apreendemos desse excerto que essas formas simbólicas se organizam como órgãos da realidade. Todas cooperam para a formação da realidade, no entanto, cada uma delas representa um modo de ver, uma direção, um enfoque mental, que cumpre uma função peculiar. Por meio delas, o real pode se converter em objeto de captação intelectual e, por conseguinte, tornar-se visível para nós. A investigação das formas linguísticas que sedimentam as diversas representações sociais revela-se como “[...] o fio de Ariadne por cuja virtude exclusivamente podemos alimentar a esperança de encontrar orientação segura no labirinto do pensamento mítico” (CASSIRER, 1972, p. 37).

O imaginário utiliza-se do simbólico para se exprimir, bem como para existir, por meio da evocação de uma imagem. A compreensão do simbolismo de uma sociedade exige do leitor a captação dos sentidos que carrega em si. Essas significações podem corresponder ao percebido, ao racional ou ao imaginário; a significação imaginária pressupõe encontrar pontos de apoio no consciente dos indivíduos. Os elementos simbólicos constituem-se como formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos ou crenças, que induzem as disposições nos seres humanos. Esse uso imediato do simbólico, que pode fazer com que o indivíduo se deixe dominar por ele, não seria uma forma única na sociedade, pois há espaços para uma utilização lúcida ou refletida.

A crença em um rei salvador, cavaleiro-cruzado, tão comum em várias culturas, encontrou campo propício de disseminação em Portugal. Desse modo, em um momento que precedia grandes infortúnios, essa crença se desenvolveu largamente após o nascimento do *O Desejado*. O povo lusitano, afirma Megiani (2003), depositava esperança

nesse rebento e buscava significados dos acontecimentos em suas crenças religiosas. Nesse sentido, o mito que se fundou ao redor do monarca nos auxilia a compreender algumas de suas atitudes. Esse pensamento mítico em relação a D. Sebastião, como fato em si, deve ser entendido como manifestação de uma diversidade de crenças de procedências culturais múltiplas que compuseram o imaginário religioso ocidental durante a Idade Média. Percebemos que os mitos passam por reelaborações, tomando as cores e nuances de um tempo determinado, assentando-se às complicações políticas, econômicas e sociais.

Vimos que o Reino português recebeu um legado emaranhado de tradições culturais de cunho cristão, judaico e muçulmano. De seus confrontos e aproximações, formou-se o conjunto desse imaginário e das representações mítico-religiosas. Ao longo da história, essas manifestações ora se tornaram menos nítidas e recursivas, mais veladas, ora mais óbvias e fortes, em concordância com a necessidade do movimento coletivo. Nesse período de incertezas, medos e dificuldades, essas tradições, em estado de latência, encontraram um terreno fértil para emergir, personificando-se na figura do monarca. Por isso, para além de sua objetividade, torna-se cabível compreender e historicizar esses elementos culturais.

As análises de textos, crônicas ou poemas sobre o jovem monarca fazem-nos perceber que seus atores se encontram profundamente comprometidos com um sentimento de pertencimento a um povo. As crônicas da vida dos reis, por exemplo, foram escritas de forma a forjar e enaltecer a memória coletiva, atribuindo os êxitos do Reino a quem o regia, o monarca. A ideia de combate ao infiel se fazia recorrente, era parte da essência do ser português até o século XVI; o mouro e o turco, símbolos do mal e da negação da fé, precisavam ser derrotados. Essa peleja se tornou uma das causas da obstinação de D. Sebastião. Megiani (2003) assegura que as três mais importantes marcas do orgulho vivido pelos portugueses no início do século XVI foram “[...] as vitórias contra os mouros, a expansão marítima e a lei de conversão dos judeus” (MEGIANI, 2003, p. 75).

Para compreender certas características dessa dimensão simbólica, cotejaremos documentos verbais e não-verbais, investigando como a linguagem e o mito prepararam o terreno para a textura do pensamento mítico a respeito da figura régia.

Sérgio Buarque de Holanda (2000), em sua obra *Visão do Paraíso*, analisa os mitos edênicos⁸⁶ que acompanharam as narrativas dos descobrimentos e da colonização da

⁸⁶ Conforme Sérgio Buarque de Holanda (2000), entre os povoadores ibéricos era perceptível a presença de uma visão de mundo para além dos sentidos físicos, em que o mundo natural era interpretado segundo lugares relativos ao Jardim do Éden. A crença destes na existência física do Éden, lugar onde haveria riquezas e maravilhas sem fim, fazia-se análoga à história judaico-cristã, o Jardim do Éden, descrita no livro

América, referindo-se até mesmo à África e à Ásia. Mitos que se apresentaram há séculos na tradição literária e no imaginário do ‘Velho Mundo’ (Eurásia e África) tornaram-se realidades no continente americano, bem como na África, lugar fértil de alimentos e de riquezas naturais. Para o autor, a imagem do Éden povoou a mentalidade coletiva lusitana na era dos descobrimentos, quando se organizou um fecundo sistema em torno da ocupação do ‘Novo Mundo’ (América). O gosto da maravilha e do mistério sobre o ‘Novo Mundo’ presidiu as viagens dos grandes descobrimentos marítimos. Observamos, nesse fato, a continuidade de quadros mentais que, nos termos de Braudel (1978, p. 50), configuravam-se como “[...] prisões de longa duração”.

A possibilidade sempre iminente de algum prodígio ainda perseguia o homem daquele tempo, revela Holanda (2000). Ele observa que, com relativa frequência, as convicções ligadas ao imaginário paradisíaco do ‘Velho Mundo’ encontravam confirmação nas informações dos nativos. No capítulo IV, “O outro Peru”, o autor comenta, entre outros aspectos, o deslumbramento exercido sobre os colonizadores ibéricos pela suposta presença de esmeraldas no interior do continente americano. Esse fascínio derivava, segundo Holanda (2000), de tradições antigas e medievais, que relacionavam a presença das pedras verdes ao Éden.

Holanda (2000) afirma que, durante o Renascimento, quando surgiram estudos de Retórica da Magia, da Astrologia, da Alquimia, a tradição do mundo clássico uniu-se à medieval, árabe e cristã. Nesse momento, ganharam novas forças as crenças mitológicas da Antiguidade, como o mito do paraíso terreal. A associação de prodígios, mitos e de riquezas infinitas nas Américas não era, pois, uma novidade do pensamento da época. Antes, prolongava uma tradição milenar de projeções deslumbrantes do depósito de tesouros inconcebíveis em lugares inexplorados. Antes das Américas, porém, fora a África o palco do paraíso terreal. Acreditava-se que as terras do Senegal, assim como as do Nilo, provinham desse paraíso; essa crença fez com que se pensasse que o Senegal, que desemboca no Atlântico, fosse um braço do Nilo. Esse último seria um dos rios que saíam do paraíso, o Gion; o Fison seria o Ganges, e o Tigre, o Heidequel, sobrando o Eufrates sem correspondência terrestre. Nos escritos dos primeiros anos do século XVI encontramos certa alusão a um território abençoado, de majestosa natureza. É notório, porém, nesse

de Gênesis, em seu capítulo 2. Além das Sagradas Escrituras, notamos sua presença também nas obras da Antiguidade Clássica, como mitos da Idade do Ouro, do Jardim das Hespérides.

período, que o fascínio da África e do Oriente ainda absorviam os cuidados na expansão lusitana.

Percebemos, então, que os mitos edênicos constituíam as ferramentas mentais que os conquistadores europeus utilizaram para interpretar a experiência inusitada das terras então descobertas. Percebe-se uma íntima relação entre as operações mágicas e a própria ciência experimental dos séculos XVI e XVII. Holanda (2000) assinala que “[...] as mesmas correntes espirituais que irão desembocar a seu tempo na negação do sobrenatural [...] parecem ocupadas, num primeiro momento, em retardar o mais possível, e por estranho que pareça, em contrariar a marcha no sentido da secularização crescente da vida” (HOLANDA, 2000, p. 4-5).

Reconhece Holanda (2000) que o processo de secularização em marcha na sociedade ocidental foi, aos poucos, dissolvendo os elementos maravilhosos que povoavam a paisagem do ‘Novo Mundo’. Ademais, na medida em que a experiência foi ganhando campo, o sobrenatural foi sendo transformado e deixando de existir, dando lugar ao real, fruto dessa experiência. Afirma o autor, por exemplo que, depois da viagem de Vasco da Gama, as Índias deixaram gradativamente de ser um Reino de lenda, de mistério, de fábula, de infinitos tesouros. Consideremos suas palavras:

Mesmo se sucedia capitularem momentaneamente ao pendor para o fabuloso, é quase sempre na experiência “madre das coisas” que vemos fiarem-se os marinheiros e exploradores portugueses da época: os olhos enxergam, as mãos que tateiam, hão de mostrar-lhes constantemente a primeira e a última palavra do saber (HOLANDA, 2000, p. 11).

Nesse pensamento, para além do maravilhoso, percebemos a relevância do espírito aventureiro, da ousadia, bem como a necessidade da busca do conhecimento. É o que podemos observar nas páginas de *Os Lusíadas* dedicadas a D. Sebastião, nas quais Camões, a propósito da disciplina militar, exclamava que esta não se aprendia “[...] na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, se não vendo, tratando e pelejando” (CAMÕES, *Canto X*, est. 153). A reformulação da Ordem de Cristo, realizada pelo Monarca, pode ser entendida como símbolo do poder de uma realeza absorvente e disciplinadora das vontades individuais. A historiografia portuguesa nos dá indícios de que era preciso fazer ascender novos homens com virtudes ancestrais, ousadia e intrepidez, fazer aflorar energias criadoras do povo para reproduzir a passada grandeza do Reino, o

que significava conquistar e manter o domínio lusitano na costa ocidental africana, depois, nos distantes mares e terras do Oriente e também no Brasil.

Observamos, assim, que, a serviço do poder real, colocava-se um entrelaçamento de elementos tradicionais e expressões novas. Nesse cenário, o mito, o fabuloso e o extraordinário ainda tocavam os corações dos sujeitos. Esse sentimento de coletividade, esse modo de pensar o Reino, transformava o mito, os eventos e os momentos do passado em marcos fundadores nacionais. Com base nisso, podemos analisar certos aspectos do aparato místico que circuncidava D. Sebastião como dirigente.

Embora de um tempo histórico distinto, a obra *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson (2009), oferece-nos elementos para afirmar que a noção de Reino, para os lusitanos, seria a de uma comunidade política imaginada, com ligações entre o parentesco e a religião. Essa ideia não se legitimava pela dicotomia entre falsidade e autenticidade, mas, sim, pela forma como eles a imaginavam, bem como pelos mecanismos de que lançavam mão aos mitos de fundação, por exemplo. Modelando-a, adaptando-a, transformando-a, eles retomavam o passado, ressignificavam-no e, assim, sonhavam com presente, futuro e destino comuns. Para esse autor, as nações são imaginadas, no sentido de comunidades, já que, mesmo com diferenças entre os grupos sociais, elas sempre se firmam como estruturas de solidariedade, com base na ideia de um nós, de um coletivo.

Podemos, assim, inferir que essa lógica coletiva de sentidos fincava raízes na sociedade lusa por meio das linguagens orais, escritas e imagéticas, tanto oficiais quanto populares. As crônicas, a literatura, a poesia, as pinturas consolidavam um sentimento de pertença, que se sobrepunha à individualidade. A representação da realidade imaginada era visual e auditiva, transmitindo às massas iletradas a estruturação do imaginário cristão luso. Com base nas palavras desse historiador, podemos intuir que o sentimento nacional, de Reino escolhido, e de D. Sebastião como idealizador alcançava uma legitimidade emocional profunda, sobre a qual incidiam poucas dúvidas e questionamentos. Podemos afirmar ainda que esse pensamento comum era transportado para o campo mítico, criando distintas forças simbólicas que se tornavam “[...] ‘modulares’, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente de constelações políticas” (ANDERSON, 2009, p. 30).

Entendemos que a essência de uma Pátria implica que os indivíduos tenham ideias comuns, adotadas de forma consciente ou não. A Portugal, que se posicionava como

representante da cristandade europeia, caberia combater os infiéis mouros e turcos. D. Sebastião, pois, o separado de Deus, assumiria essa grandeza moral, adquirindo uma aura de pureza e desprendimento. Em *O Desejado* projetava-se, assim, a sustentação da independência do Reino, sacrificada pelas vicissitudes dinásticas e pelo receio da materialização do projeto de unificação política Ibérica, sob o cetro de Filipe II.

Não é difícil entender, desse modo, que, em meio a um contexto de incertezas, de atribuições referentes à sucessão real, a representação social de D. Sebastião revestira-se de uma aura miraculosa. Para cumprir essa missão, acreditava-se que ele deveria se esforçar, ter muita disciplina e rotina militar, para se tornar um guerreiro cuja destreza humana seria amparada pela divina. É, pois, dessa perspectiva que pretendemos apreciar as imagens de D. Sebastião: as expressões escritas e não escritas, com seus discursos exaltadores, contribuíram para a construção de uma representação idealizada, mítica do rei.

Abordar, pois, certos aspectos de como se fundou o mito em relação à imagem de D. Sebastião torna-se relevante, já que, assim, poderemos decodificar melhor a mensagem educativa da iconografia desse rei. De acordo com Buescu (2011), o estudo dos mitos é essencial para nossa cultura, pois a força deles parece ser inesgotável. A figura ideal de rei, mitificada pela voz do povo, nas cortes, nas canções e orações, bem como pelo uso que dela faziam os dirigentes na literatura e nas imagens plásticas, enraizava-se na memória coletiva. Observamos, dessa forma, a proximidade do mito com a representação coletiva, a sua relação com o sagrado, seu vínculo entre o poder e o sagrado.

A conjuntura mítica do século XVI, se caracteriza pela afirmação das nacionalidades e da construção de identidades políticas e, certamente, tem uma longa história atrás de si. Progressivamente configurou-se a ideia de Estado, a afirmação das monarquias, acompanhadas de um discurso político. Esses elementos constituíram-se como traços recorrentes na construção de identidades coletivas, no estabelecimento das origens identificadoras de singularidades.

A imagem mítica desse monarca insere-se na longa tradição do messianismo no Ocidente, especialmente no que se refere à ideia de um rei salvador, cristalizando-se em Portugal como *sebastianismo*, expressão que reúne o profetismo lusitano. Múltiplos fios convergem para a tradição messiânica judaico-cristã. Esse movimento nasceu, cresceu e amadureceu no universo bíblico, fundamentado na mentalidade religiosa cristã-judaica. Gomes (1987), na esfera da História das Religiões, define messianismo como:

Teoria da esperança ou da expectativa de um Messias salvador e redentor de uma humanidade considerada em estado degradado, quedado, ou por ter caído da sua condição original, ou por ter cometido um pecado, após cuja vinda a mesma humanidade recupera, regenera, restaura e redescobre o primitivo estado de felicidade, e nele se consagra para sempre (GOMES, 1987, p. 147).

Podemos afirmar que o messianismo sebástico se interliga com a fenomenologia da esperança, ou seja, a espera de algo melhor a ser trazido pelo futuro⁸⁷. Os judeus aguardavam um messias, um salvador, o Cristo, que seria o arauto e fundador da paz, da justiça e da felicidade, um líder forte e pretensamente iluminado. Nesse quadro mental nasceu D. Sebastião.

No caso português, a consolidação dessa identidade coletiva relaciona-se a dois fatos principais, legitimadores das origens⁸⁸, os quais foram incorporados no discurso político e na história nacional, sendo divulgados pelos diferentes gêneros textuais, como as pinturas régias. De um lado, temos o delineamento da Luzitânia, cuja relevância histórica já foi analisada na terceira seção. De outro lado, mencionamos o fato lendário de Ourique, no interior do qual surgiu a figura heróica do fundador Afonso Henriques, sacralizando as origens do Reino independente. Sua eleição tanto guerreira quanto divina apontava-o como um novo Constantino (272-337 d. C.)⁸⁹. Provavelmente, o milagre de Ourique tenha se estabelecido como a primeira referência ao messianismo português. Na interpretação de

⁸⁷ De acordo com Jean Delumeau (1997), as teorias do milenarismo e do messianismo se interligam. Os séculos XV, XVI e XVII foram marcados pelas distintas manifestações dessas crenças, que, mesmo sendo ressignificadas, conservaram um caráter utópico e irracional. Segundo o autor, ambas dizem respeito a uma espera, ou seja, a espera de uma mudança radical, uma salvação coletiva, iminente e total. Profetizam um tempo de felicidade. Apesar dessas semelhanças e aproximações, o milenarismo e o messianismo não são intercambiáveis, pois “[...] é possível esperar um messias sem determinar a duração dessa espera e a de seu reino, e sobretudo sem acreditar que ele já se manifestou” (DELUMEAU, 1997, p. 18).

⁸⁸ Franco (2000) destaca a figura de D. Manuel I como outro marco fundamental no processo de análise da gênese do messianismo e do milenarismo português. O referido rei consolidou uma política expansionista e cruzadística, em um período que antecedeu a formação de D. Sebastião e a emergência do culto em torno do *O Desejado*. As ações externas de D. Manuel I, nos campos da conquista e da exploração em Marrocos e na Índia, instituem-se como elementos essenciais para perceber tanto a posterior emergência dos projetos africanos de D. Sebastião quanto o culto sebástico. Afigurava-se normal, nos reinados de ambos, considerar como mártires os cavaleiros mortos nas guerras contra os infiéis, especialmente de Marrocos. Ambos criam ser os porta-estandartes da fé.

⁸⁹ Em 313, Constantino assinou um decreto, conhecido como *Edito de Milão* ou *Edito da Tolerância*; em 333, converteu-se ao cristianismo. Pelo *Edito de Tessalônica* de 380, de Teodósio (347-395 d.C.), o cristianismo passou a ser a religião oficial do Império romano. O historiador Pedro Paulo Funari (2002) define essa suposta conversão de Constantino como um jogo político. Para ele, “[...] o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado *Edito de Milão*, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembleia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois, Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas ideias” (FUNARI, 2002, p. 143).

Franco (2000), um Reino com essa origem não poderia perecer e estaria destinado a muitos feitos a serviço de Deus, que o tinha querido e desde o início favorecido. Um rei vencedor de cinco reis mouros, de certa forma, instituiu-se como um rei dos reis. Essa mística de cruzada, possivelmente, exerceu poder sobre D. Sebastião.

Na virada do século XV para o XVI, esses discursos tomaram relevância na política e na construção da memória nacional, prefigurando-se como a gênese da nacionalidade e da identidade portuguesa. Nos círculos humanistas, por meio de alguns autores, como André de Resende (1500-1573) e Camões, divulgou-se a retomada do legado clássico na Península Ibérica, articulando-se a memória fundadora com o passado romano⁹⁰. Essa literatura enaltecida das origens teve na realeza uma grande promotora. Assumindo um caráter messiânico, como herdeiro de uma monarquia legitimada pelo sagrado desde a fundação do Reino e de uma missão de combate aos infiéis, D. Sebastião integrou-se a esse contexto como uma figura relevante na fixação do mito das origens.

Analisando esse fato com base na categoria da longa duração, observamos que ele foi eternizado pelo Frei Manuel dos Reis, em 1665 (Figura 1). O episódio, reelaborado com base no mito fundador, manteve relevância no imaginário social da posteridade. Originalmente, essa pintura, em óleo sobre tela, de 173x152 cm, fazia parte do retábulo-mor da Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, tomada sob proteção de D. João IV (reinado: 1640-1656). O conjunto era um painel maior que, segundo Vítor Serrão (1991), era um ex-voto político pelas batalhas ganhas contra a Espanha na Restauração, resultando na reconquista da independência portuguesa em 1640. Composto em pares analógicos, de um lado, o painel retratava a vitória de Aljubarrota e a

⁹⁰ De acordo com Pereira (2002), Otaviano Augusto (63 a. C.-14 d. C.) firmou na estrutura institucional republicana a figura do *princeps*, estabelecendo o primado – *principatus*, que significa o primeiro no poder imperial. Também concentrou nele e nos seus sucessores o *imperium* proconsular, ou seja, poder de governo em Roma e nas províncias. Esse imperador romano, em uma estratégia de heroização e divinização dos imperadores, lançou mão da concepção greco-latina da natureza da relação entre homens e deuses. Agregou para si, além do poder divinizado, os qualificativos reservados até então aos deuses, como o de *Augustus*, o consagrado, o sublime, chegando até a fixação do culto aos imperadores mortos. Todos esses dispositivos sacralizadores foram realçados pelo discurso oficial e pelos artistas. A divinização heroica associada ao pensamento de salvador do Reino e mantenedor da paz e da justiça, nos permite entender no Ocidente a ideia de monarca salvador. Nesse contexto da mística imperial romana com uma missão civilizadora e pacificadora universal, nasceu o cristianismo, que pregava a pacificação terrestre com a vinda de Cristo, revelado pelo profeta Isaias. Observamos o encontro de dois messianismos universalistas: o imperial e romano e o cristão, de raiz judaica. Os judeus eram o povo escolhido por Deus, eleitos para preparar e receber a ordem de salvação, de caráter universal. Em momentos de crise, esse fenômeno mítico encontra solo fértil, explicando o aparecimento do soberano capaz de devolver as glórias passadas. Assim, a figura mítica de D. Sebastião ganha nova face e novo viço.

aparição da Virgem das Oliveiras, de Guimarães; de outro, está representado Ourique e a aparição da Virgem a Afonso Henriques, antes da tomada de Lisboa.



Figura 1: **Visão de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique (1139)**. Retábulo-mor da Igreja Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira, 1665. Museu Alberto Sampaio Guimarães. Fonte: <
[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/Vis%C3%A3o de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique.png?uselang=pt-br](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/Vis%C3%A3o_de_D._Afonso_Henriques_na_batalha_de_Ourique.png?uselang=pt-br)>.

Nessa imagem, transcendendo o tempo de D. Sebastião, observamos D. Afonso Henriques em uma atitude piedosa, invocando Cristo crucificado durante a batalha de Ourique. O herói humano está em contato com seu protetor divino, estabelecendo um elo entre a terra e o céu. À esquerda de Afonso Henriques, Cristo Crucificado está envolvido em uma nuvem e circundado por serafins. No canto direito, a batalha, da qual se destaca o aspecto militar, em um painel que exaltava vitórias militares e estabelecia comparação

entre Aljubarrota e Ourique. No centro da imagem, temos o rei ajoelhado, possivelmente em vigilância, mesmo na escuridão da noite. A cena anuncia a visão da vitória contra os mouros. Temos aqui um momento singular, divinizado, no qual o fiel mortal entra em contato com o transcendente. As novelas expressavam de forma explícita a influência do maravilhoso cristão. Esse episódio demonstra a fidelidade cristã do Príncipe, a qual certamente foi herdada por D. Sebastião. Percebemos também que o mito continuou presente no imaginário da posteridade.

A aparição de Cristo a Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique (1139) é considerada um marco fundamental para o estabelecimento da memória das origens de Portugal. O juramento do monarca representa a garantia da continuidade das glórias do Reino português, fazendo avultar uma esfera promissória e imperial. Transcrevemos, pois, o relato desse juramento por Frei António Brandão (1632):

A que fim me apareceis Senhor? Quereis por ventura acrescentar fe a quem tem tanta? Melhor é por certo que vos vejão os inimigos, & creão em vos, que eu; que desde a fonte do Baptismo vos conheci por Deos verdadeiro, filho da Virgem, & do Padre Eterno, & assi vos conheço agora [...] O Senhor com hum tom de voz suaue, que minhas orelhas indignas ouuirão, me disse. Não te apareci deste modo para acrescentar tua fé, mas para fortalecer teu coração neste conflito, & fundar os principios do teu Reyno sobre pedra firme. Eu sou o fundador, & destruidor dos Reynos, & Imperios, & quero em ti, & teus descendentes fundar para mim hum Imperio, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas [...]. Não se appartara delles, nẽ de ti nunca minha misericórdia porque por sua via tenho aparelhadas grandes searas, & a elles escolhidos por meus segadores em terras muy remotas (BRANDÃO, Liv. X, Cap. V. fols. 128-129, 1632).

Tanto o milagre dessa batalha⁹¹ quanto o juramento de Afonso Henriques estruturaram-se como elementos legitimadores do poder real. D. Sebastião⁹² concedeu uma

⁹¹ Camões (1980), ao declamar seus versos a D. Sebastião, imortalizou também o evento: “A matutina luz serena e fria, As estrelas do Pólo já apartavam, Quando na Cruz o Filho de Maria, Amostrando-se a Afonso, o animava. Ele, adorando quem lhe aparecia, Na Fé todo inflamado assim gritava: — ‘Aos infieis, Senhor, aos infieis, E não a mim, que creio o que podeis!’ Com tal milagre os ânimos da gente Portuguesa inflamados, levantavam Por seu Rei natural este excelente Príncipe, que do peito tanto amavam; E diante do exército potente Dos inimigos, gritando o céu tocavam, Dizendo em alta voz: — ‘Real, real, por Afonso alto Rei de Portugal’” (CAMÕES, *Canto III*, est. 45-46).

⁹² No século XVI, percebemos a importância que a monarquia dava para rememoração das origens. Em 1556, o avô de D. Sebastião, o rei D. João III, deu início ao processo de canonização de D. Afonso Henriques. O rei voltava às origens, procurava sacralizar o rei fundador. Em 1573, na jornada pelo Alentejo e Algarve, D. Sebastião mandou erigir um arco de triunfo, com uma inscrição latina enaltecendo o valor militar da batalha e a aparição de Cristo ao primeiro monarca, mas o arco não chegou ser erguido. Em 1578, por carta régia de 14 de março, o soberano solicitou ao Padre Geral do Convento de Santa Cruz de Coimbra o empréstimo da espada e do escudo de Afonso Henriques com a intenção de levá-los em expedição de Alcácer-Quibir, e

atenção especial à memória desse seu predecessor, considerando-o como legítimo herdeiro tanto da coroa quanto da proteção divina. No século XVI, o episódio de Ourique foi recorrente, incorporando-se à memória do Reino.

D. Sebastião acreditava ser o continuador de Afonso Henriques na missão de derrotar os inimigos da cristandade. Em seu juramento, o próprio Deus reafirmaria essa ideia: “[...] Eu sou o fundador, & destruidor dos Reynos, & Imperios, & quero em ti, & teus descendentes fundar para mim hum Imperio” (BRANDÃO, Liv. X, Cap. V. fols. 128, 1632). D. Sebastião era, pois, descendente dessa incumbência e dessa proteção.

A hiperbolização (o exagero) das virtudes militares e guerreiras e a piedade cristã evidenciada em sua luta contra o Islão, herdadas de D. Afonso Henriques, foram ressignificadas e utilizadas na construção da figura régia de D. Sebastião, com uma auréola de santidade que ampliava o significado de Ourique. Para o jovem rei, esse ancestral era a personificação do herói cristão, investira-se da missão de que fora incumbido pelo próprio Cristo. D. Sebastião, o penúltimo monarca de Avis, fez uso da memória de Ourique.

A título de exemplificação, exporemos um acontecimento que julgamos pertinente a respeito da consideração que D. Sebastião nutria pela pessoa de D. Afonso Henriques como modelo de conduta régia. Em 1570, o Infante, com 16 anos, hospedou-se no Mosteiro de Santa Cruz⁹³ em Coimbra. Nessa visita, conheceu as prováveis armas, espada e escudo, de D. Afonso Henriques, líder da separação definitiva entre o Condado Portucalense e os reinos de Castela e Leão (1239) e continuador do processo de reconquista das terras lusas. Esse retorno ao passado, com distância de quinhentos anos entre ambos, certamente mexeu com os ânimos do Monarca em relação à jornada na África. Nesse momento, rodeado de pomposa solenidade e intensidade simbólica, a figura régia de D. Sebastião se aproximou da figura do rei fundador. Observamos o desígnio que tomava forma na mente do rei, educado como um rei cavaleiro, sonhando tomar África e consumir a conquista de toda a Índia (BUESCU, 2011).

Entendemos, pois, que a imagem implica um estilo, da época e do artista. Seu fim é criar um horizonte de expectativa, um conjunto de contextos mentais, que registram desvios e alterações na esfera artística. Podemos inferir que as representações podem ser

nessa ocasião, manifestou a intenção, que já tinha seu avô, de canonizar seu predecessor. Foi por meio da *Crônica* de Duarte Galvão, escrita no reinado de D. Manuel, que D. Sebastião veio a conhecer os atos milagrosos de seu grande inspirador, D. Afonso Henriques, em Ourique (BUESCU, 2011).

⁹³ Construído em 1131, por D. Afonso Henriques, o Mosteiro tornou-se o mais importante centro de construção da cultura eclesiástica e da memória nacional de Portugal (BUESCU, 1993).

reconhecíveis pelo estilo; a forma de uma representação não pode se dissociar de sua finalidade e das exigências da sociedade em que determinada linguagem visual se situa. Por meio dessas convenções, podemos nos aproximar do significado que o patrocinador deseja insinuar na imagem; o conjunto delas possibilita o entendimento do estilo da pintura. Nesse momento de decifração, utilizamo-nos de nossas memórias e de nossa experiência com a observação das pinturas. Consideramos necessário apurar nosso sentido de “[...] maravilhamento diante da capacidade do homem para conjurar, graças a formas, linhas nuanças ou cores, aqueles misteriosos fantasmas da realidade visual a que chamamos ‘pinturas’ (GOMBRICH, 1986, p. 7).

Destacamos, porém, que as ilusões da linguagem imagética pressupõem identificações, pois toda a “[...] comunicação humana se faz através de símbolos, através do veículo de uma linguagem, e quanto mais articulada for a linguagem, maior a chance de que a mensagem seja transmitida” (GOMBRICH, 1986, p. 337). Muitos, atribuem à pintura vida própria. Assim, aqueles que eram incumbidos de aclamar e divulgar o poder real exploravam essa reação, reforçando a tendência natural das pessoas de dotar a imagem de uma presença. Fundamentada em uma teoria intelectual articulada a uma crença, estreitamente ligada a sentimentos e desejos, essa tendência subsistiu e perdurou por longo tempo. O que fica registrado, portanto, não é apenas uma realidade passada, mas uma presença potente, que obedece a fórmulas tradicionais em constante interação entre intenção narrativa e o realismo pictórico.

Nesses termos, nossa análise icônica se fará por meio de um ir e vir das fontes verbais e não verbais, das leituras iconográficas e iconológicas. Entendemos que, de forma concomitante, o discurso de um ideal de soberano estava posto em diferentes formas de linguagem. Na próxima seção, utilizaremos a metodologia de análise imagética de Panofsky (1979) para uma reflexão do estilo artístico que marcou a representação da imagem de D. Sebastião. Na sequência, passaremos à leitura das expressões imagéticas desse rei.

4.1. A INFLUÊNCIA DO RENASCIMENTO E DO ESTILO MANEIRISTA NA ICONOGRAFIA QUINHENTISTA

Antes de nos dedicarmos à apreciação das imagens, abordaremos o advento do Renascimento e do estilo maneirista, característico dos retratos da realeza portuguesa no século XVI. Como destaca Ginzburg (1989), ao interpretar um material figurativo faz-se

necessário “[...] sair dos limites estreitos de uma “leitura” puramente formalista e considerar a obra de arte singular com uma reação complexa e ativa (*sui generis*, bem entendido) aos acontecimentos da história circundante” (GINZBURG, 1989, p. 62).

Na Europa do quatrocentos, segundo Serrão (1983), teve início um novo movimento estético que, ao explorar os valores plásticos e expressivos do corpo humano, privilegiava e buscava o ideal clássico da beleza, da harmonia, do equilíbrio: trata-se do Renascimento. Esse movimento cultural floresceu durante os pontificados de Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521), após um considerável labor nos séculos anteriores. O autor afirma que o espírito humano se inquietou, se revigorou, e que os gêneros literários, com base em modelos clássicos, renovavam-se em beleza, clareza e elegância. Isso ocorria ao mesmo tempo em que se delineava uma crise geral: na esfera religiosa, presenciava-se a Reforma; no campo político, delineava-se a primazia da realeza e consolidavam-se as nações modernas. O espírito humano, então, colocava-se novas necessidades. Educadas na escola da Antiguidade, as distintas literaturas nacionais alcançavam grandeza em arte, em sentimentos, contribuindo, assim, para a propagação da representação social e mental do rei D. Sebastião.

Não é possível conceber o Renascimento desvinculado de suas raízes medievais ou considerá-lo um momento de ruptura, estático. A Idade Média sobrevivia, inclusive, no culto ao homem e à beleza, certamente experienciados de forma peculiar. Para Cerejeira (1975), na “[...] história não há, assim, como na natureza, efeito sem causa. Há sempre passado no presente. O presente é uma resultante” CEREJEIRA, 1975, p. 28). Faz-se recorrente a ideia de que as humanidades clássicas greco-romanas, esquecidas no medievo, foram o elemento formal da educação do homem moderno⁹⁴. Não podemos negar, pois, que latinos e gregos tenham se conservado na alma medievá: “[...] Aristóteles reinou [...] no terreno da filosofia; Cícero no campo moral era citado como um Padre da Igreja. Os poetas Vergílio, Ovídio e Lucano foram lidos com fervor” (CEREJEIRA, 1975, p. 31).

⁹⁴ Torna-se relevante destacar que essa ideia é analisada e afirmada por muitos autores como: Marc Bloch (1969), Jacques Le Goff (1983), Terezinha Oliveira (2005), entre outros. É válido enfatizar que, segundo De Boni (2005), o Renascimento, a Reforma e o Iluminismo colocaram-se, conscientemente, contra a Idade Média. Nesse momento, era necessário abandonar os escritos medievais sobre Filosofia. Para Oliveira (2005), os autores renascentistas e iluministas depreciaram, em diferentes épocas, a sociedade feudal. Discorriam a respeito dos entraves que as antigas instituições da Idade Média representavam para a sociedade moderna. Aos homens dos séculos XV e XVI, em especial, o mundo feudal e suas instituições representavam “o entrave, o obstáculo, o dogmatismo, o parasitismo”. Entretanto, é importante considerar que essas críticas tinham um sentido histórico: o combate aos elementos do mundo feudal que estava presente naquele tempo histórico.

Transcendendo a recuperação da Antiguidade, o Renascimento⁹⁵ fundiu a ela outros elementos tradicionais para originar o homem moderno. Assim, podemos entender que houve uma continuidade da Idade Média, mas, ao mesmo tempo, a renascença rompeu com ela. O viver, o pensar e o agir do homem são outros. O autor advoga que “[...] O Renascimento não descobriu o homem; mas renovou-lhe o espírito e alargou-lhe o horizonte e aprofundou-lhe a consciência” (CEREJEIRA, 1975, p. 32).

Afirmou-se o culto à pessoa; a cultura acentuou seu caráter profano, secular. Apesar de seu espírito naturalista e racionalista pagãos, exagerou-se a divulgação de um espírito de irreligião do século XVI. Cerejeira (1975) observa que os jesuítas, ao defender a fé cristã, foram homens do Renascimento e humanistas, se pensarmos esse fenômeno como desenvolvimento integral do homem. A Igreja, não se sentindo ameaçada, o beneficiou, “[...] Favorecendo-o, e na medida em que dirigindo-o evitou que o Renascimento retrogradasse ao ideal pagão o ideal humano, a Igreja serviu o homem” (CEREJEIRA, 1975, p. 43). Podemos entender que, em sua essência, o Renascimento foi um movimento aglutinador de valores humanos e que o humanismo foi a condição fundamental desse movimento. Cada período histórico tem sua especificidade, sua beleza. Esse sentimento de pertença, de partilha cultural, favorecia a personificação do Estado na figura de D. Sebastião.

Portugal, como parte desse contexto renascentista, triunfou na renovação literária pela imitação dos modelos clássicos. A Itália deslumbrava os espíritos cultos: Florença, a pátria de Dante (1265-1321) e Petrarca (1304-1374), era vista como a capital das letras e das artes; a corte dos Médicis, indubitavelmente, era um centro considerável na divulgação dos homens mais brilhantes do seu tempo. Desse modo, a influência italiana dominou significativamente o período. Os portugueses, quando de lá retornavam, tornavam-se divulgadores e financiadores. A realeza, como D. Afonso V (1438-1481), D. João II (1481-1495), D. João III (1521-1557), trazia de lá muitos mestres nas letras, na literatura, na escultura, na pintura, o que favoreceu que, em Portugal, a imagem projetasse, com eficácia, a intencionalidade daquele que fazia o discurso: era necessário exaltar o Reino e a cabeça

⁹⁵ Segundo Panofsky (1979), não houve quebra de tradição durante a Idade Média. Concepções clássicas, literárias, filosóficas, artísticas e científicas que permaneceram ao longo do tempo foram retomadas na época de Carlos Magno e de seus sucessores. No entanto, a reintegração da cultura greco-romana durante a renascença deveria ser sob um novo olhar, não se podia simplesmente renová-la, pois nesse momento, o homem possuía uma mentalidade distinta da do passado clássico, possuía novos gostos e novas tendências criativas. Por isso, aos mestres da renascença cabia a busca de uma singular forma de expressão, de novos estilos, diferente do clássico e do medieval, todavia “[...] relacionada com ambas e devedora de ambas” (PANOFSKY, 1979, p. 87).

desse, ou seja, o governante. António Ferreira (1528-1569) foi o representante da elegância da nova escola de enaltecimento nacional. André de Resende decifrava nas inscrições antigas todo um glorioso passado. Camões, com *Os Lusíadas*, é considerado um dos poetas portugueses mais ilustre do Renascimento.

Esses homens contribuía, assim, para incutir no espírito do monarca aquilo que dele se esperava: realizar um bom governo como rei laico e como rei cristão.

Em meados do século XVI, ocorreu uma virada estética na pintura portuguesa, delineando-se uma nova corrente estilística⁹⁶: o maneirismo português. A iconografia sebástica foi regida por esse estilo artístico.

Percebendo o afastamento das lições dos mestres do Renascimento, que aprimoraram as técnicas da pintura em busca da perfeição, os artistas assumiram o propósito de retomar os antigos postulados e, portanto, declaravam-se a intenção de criar à maneira de Leonardo da Vinci (1452-1519), Michelângelo (1475-1564) e Rafael (1483-1520), figuras proeminentes do Renascimento italiano. Embora reconhecessem o valor dos grandes mestres já consagrados, entendiam que os conceitos renascentistas não davam mais conta de suas necessidades, que iam além de manter um equilíbrio visual. Assim, no século XVI, em Roma, paralelamente ao Renascimento clássico, surgiu o maneirismo, um movimento artístico afastado conscientemente do modelo da antiguidade clássica. Esse período veio romper e modificar o respeito absoluto pelos cânones universais do Classicismo, bem como questionar o conceito rígido de perspectiva que marcara o início do Renascimento.

O termo maneirismo foi utilizado por Giorgio Vasari (1511-1574) para se referir à maneira de cada artista trabalhar. A arte Renascentista assumira características próprias, associadas à sua relação com as transformações culturais e econômicas de cada país ou região europeia. A partir do século XVI, surgia uma nova leitura que se propunha, segundo Hauser (1954, p. 473), a “[...] romper com a regularidade e harmonia excessiva simplista da arte clássica, substituindo a sua normatividade superpessoal por características mais subjetivas e mais sugestivas”. Tornava-se evidente a tendência para a estilização exagerada e para um capricho nos detalhes, extrapolando, assim, as rígidas linhas dos cânones clássicos. Essas mudanças são perceptíveis nos retratos régios de D. Sebastião.

⁹⁶ Na multiplicidade de enfoques possíveis, segundo Ostrower (1983), distinguem-se três atitudes básicas, que caracterizam essencialmente os diversos estilos históricos, bem como os estilos individuais dos artistas: o naturalismo, o idealismo e o expressionismo.

O maneirismo seria, então, um novo estilo artístico, intermediário entre a rigidez metódica da Renascença e a profusão estilística barroca. O que distinguiu o maneirismo dos restantes estilos, particularmente na pintura, foi uma deliberada revolta dos artistas contra o equilíbrio clássico do Renascimento, uma atitude de modernidade anticlássica e antiacadêmica, um estilo, segundo Janson (1989), “[...] perturbador, voluntarioso, visionário que denuncia uma profunda ansiedade interior” (JANSON, 1989, p. 121). Desse modo, acaba por se contrapor ao equilíbrio das formas, tão preconizada pelos grandes mestres da pintura, dando vazão ao exagero, ao delírio, à deformação.

Percebemos, no entanto, que havia uma busca pela beleza, o esmero em provocar sensações e emoções no observador. No maneirismo português a figura humana permaneceu como eixo essencial da obra. Hauser (2003) lembra, porém, que a linguagem formal do Renascimento era mantida: “[...] permanecem intactos esquemas compositivos, ritmo linear, estrutura monumental e ostentação de dinamismo, majestosos tipos humanos e pretensiosas encenações (HAUSER, 2003, p. 231).

Em Portugal, os artistas adeptos da nova moda italianizante irradiavam o maneirismo por todo o Reino. A nova expressão foi incorporada, mas não em subordinação aos moldes italianos e sim como um caminho próprio dos portugueses. Serrão (1991) assinala que os princípios teorizadores anticlássicos, iniciados no reinado de D. João III, abriam espaço para o ciclo maneirista. Renomados engenheiros e arquitetos italianos, radicados em Portugal, como Benedetto da Ravenna (1485-1556) e Filipe Terzi (1520-1597), influenciaram incisivamente na aceitação desse estilo. As soluções maneiristas triunfaram em vários domínios da arte portuguesa, como a arquitetura, a escultura, a literatura (Camões), a música, a teoria estética pela mão de Francisco de Holanda (1517-1585) e na pintura, com Cristóvão de Morais, pintor ativo entre 1551 e 1571.

A pintura portuguesa, além da via difusora flamenga pela Antuérpia, foi também muito sensível às contribuições dos artistas italianos. Estes se tornaram conhecidos tanto por meio de artistas lusos que visitaram ou viveram na Itália quanto por meio de artistas estrangeiros que moraram em Portugal. Durante os governos de D. Manuel e de D. João III⁹⁷, inúmeros pintores, como Gaspar Dias, António Campelo, Francisco Nunes, puderam

⁹⁷ Certamente El Rey João III foi um grande incentivador do Renascimento português. Segundo Cerejeira (1974), ele era um mecena inclinado para as Letras e para os letrados. Também oferecia bolsas de estudo a numerosos estudantes portugueses em Paris, os quais viviam no colégio de Santa Bárbara, uma residência para estudantes sob a proteção da coroa de Portugal. Em Coimbra, havia um famoso Colégio de Artes, com personagens renomados, como Diogo de Teive. O monarca muito investiu na Universidade de Coimbra. As cadeiras eram ocupadas por ilustres intelectuais: em Teologia, o teólogo Afonso do Prado, em Cânones,

estudar na Itália como bolseiros régios ou incorporados como representantes do Reino, impulsionando, assim, esse estilo em Portugal. Francisco de Holanda, que estagiou na Itália entre 1537 e 1541, tornou-se um importante arauto do maneirismo. Com seus tratados, como *Da Pintura Antigua* (1548), e desenhos, ele introduziu a arte e as teorias desse estilo em Portugal, envolvendo-se também na luta pelo estatuto de arte liberal da pintura. Ele já via a pintura como coisa mental, uma ideia, uma declaração do pensamento em obra visível e contemplativa, uma imaginação que põe diante dos olhos aquilo que se cuidou na ideia. Essa obra marcou de forma incisiva os quadros régios da Dinastia de Avis, como veremos pontualmente nos retratos de D. Sebastião.

Serrão (1991) afirma que os artistas lusitanos não só incorporaram a temática flamenga, mas também se apropriaram de uma gramática plástica da pintura: a perspectiva linear, os efeitos de cor, luz e brilho, o uso da técnica da tinta a óleo. Do reinado do D. João III, destacamos os pintores flamengos António Moro (1516-1577) e Jooris van der Straeten (1552-1577) e os espanhóis Alonso Sanches Coello (1531-1588), Luís de Morales (1509-1586). A iconografia portuguesa sofreu influência da França, da Alemanha e de outros locais. O maneirismo trouxe uma emancipação dos pintores⁹⁸, uma afirmação de individualidade criadora, uma necessidade de se desligar das obrigações inerentes à

Francisco Coelho, em Leis, Gonçalo Vaz Pinto, em Medicina, o doutor mestre Henrique Cuellar. Da Universidade de Paris vieram, para os estudos das artes e humanidades, os doutores portugueses Pedro Henriques e Gonçalo Álvares e o distinto helenista Vicente Fabrício. Fundaram-se os Colégios de Santo Agostinho e de São João Baptista. De acordo com Cerejeira (1974), Nicolau Clenardo, quando lá esteve, maravilhou-se com a aula de grego ministrada por Vicente Fabrício. Comentava-se Homero como se estivesse em Atenas. Certamente El Rey D. João III foi um grande mecenas do estudo das línguas. Em sua corte, as letras eram honradas por fidalgos e mestres distintos, como Aires Barbosa, que era financiado pelo rei. Os estudos floresciam na Corte, com a presença de “[...] homens eminentes, doutos nas línguas grega e latina; nem em Salamanca, a sábia cidade, se encontraria quem as falasse tão desembaraçadamente” (CEREJEIRA, 1974, p. 71).

⁹⁸ No período do Renascimento o termo artista não existia. Na Idade Média, as *Sete Artes Liberais* integravam o estudo tradicional escolástico. A pintura estava excluída desse ilustre grupo, apesar de fazerem parte dele a música e a poesia. Até meados do século XVI, os artistas portugueses eram provenientes de famílias de artífices, formadas dentro das corporações e a elas vinculadas enquanto oficiais mecânicos. Os pintores pertenciam então ao grupo *Artes Mecânicas*, da qual faziam parte variadíssimos trabalhadores manuais, como por exemplo: barbeiros, latoeiros, fundidores, etc. Como quaisquer outros artesãos, os pintores aprendiam o seu ofício em oficinas com uma instrução de cunho prático. Foi como aprendizes e junto de mestres que os primeiros pintores adquiriram os seus conhecimentos. O carácter técnico da arte e o conceito de artífice passaram a ser exaltados paralelamente a uma crescente importância social. Iniciou-se, assim, o reconhecimento de um estatuto intelectual do artista como tal. Somente com o aparecimento das academias e o fim das oficinas, é que se pode falar de uma mudança institucional e social do entendimento do papel do artista ou, antes, da passagem de artífice a artista. Era importante evidenciar o aspecto intelectual e mental da pintura, para que esta não fosse apenas associada ao trabalho manual e, assim, fosse possível estabelecer a diferença entre artistas e artesãos. Certos trabalhos manuais começaram a ser considerados incompatíveis com a dignidade do artista e com aquilo que definia o seu trabalho, ou seja, com a intelectualidade e a invenção como marcas do gênio individual. Com Miguel Ângelo, o esplendor máximo do gênio artístico foi alcançado. O estatuto do artista atingiu o seu auge. O culto do gênio artístico tornou-se a herança mais original da Renascença (HAUSER, 1954).

Bandeira de São Jorge⁹⁹ e a reivindicação da nobreza da pintura. Vivia-se uma fase na qual se permitia uma ascensão social dos pintores, galardoados com o foro dos nobres e apoiados pelos seus mecenas. O artista, por sua força criadora, começava a ser admirado pela intelectualidade e pela realeza. Assim, sua individualidade ganhava importância. Essa crescente consciencialização de importância e individualidade da arte, acarretou, aos poucos, a conquista de um novo estatuto social, o estatuto de artistas liberais¹⁰⁰.

Os soberanos buscavam constituir a unidade de sentimentos favoráveis à monarquia, ao ideal de dirigentes do reino. As letras, as artes e a religião contribuía para divulgar a glória do rei. Os pintores mostravam aos portugueses como deveriam ver o soberano. As galerias reais relatavam as histórias tomadas da mitologia e do Antigo Testamento. Os heróis eram representados nas figuras dos monarcas, como homens perfeitos, esclarecidos e movidos pelo Espírito de Deus. O monarca era considerado a encarnação do reino, a imagem de Deus, símbolo vivo da ordem e da unidade tão almejada. A exemplo do Imperador romano Augusto (63 a. C.-14 d. C.), o rei deveria ser um herói, amante da glória e protetor das Letras; a exemplo de Constantino (272-337), deveria ser protetor da Igreja e, a exemplo de Justiniano (482-565), legislador. Deveria, sobretudo, valorizar as armas. A qualidade de conquistador era vista como a mais nobre.

Entendido o percurso do movimento maneirista, adentremos, pois, em nossa trajetória pela iconografia sebástica, relacionada de forma direta e indireta à história de D. Sebastião.

⁹⁹ Em Portugal, até mesmo no século XVI, o pintor era considerado um artífice, um operário que exercia o seu trabalho na rígida estrutura artesanal das corporações. As corporações ou ofícios instituídos no Medievo de forma autónoma, à margem da alçada eclesiástica, eram organizações que agrupavam os mesterais de determinado grupo de artífices que, unidos por um espírito de solidariedade e por razões de auxílio financeiro, espiritual e laboral, orientavam-se para a defesa comum de seus membros. Eles também obedeciam a normas rígidas de trabalho, reguladas pelos chamados regimentos. Estes estabeleciam princípios reguladores da atividade mestral e definiam a própria ascensão na escala hierárquica do mester (aprendiz, artífice, mestre). Na *Regulação dos Ofícios* de 1539, os pintores foram anexados à Bandeira de São Jorge, que agrupava pintores de óleo e de têmpera, bem como os pintores de grades e de tabuletas, de paredes, de flâmulas, pinturas de varas e estandartes, etc. A individualização dos artistas, a consciência de sua qualidade e da nobreza de sua arte levaram-nos a tentar quebrar os laços seculares que os ligavam aos oficiais mecânicos corporativos, por meio de petições coletivas ou individuais (SERRÃO, 1983).

¹⁰⁰ Em fins do século XIV, alguns pintores, como Giotto (1267-1337), reivindicavam o status social de uma arte liberal, devido ao poder de criação e de imaginação dos artistas. Leonardo da Vinci relacionava a pintura às coisas mentais, às argumentações filosóficas e à exploração da natureza. Apesar da nova consciência artística, que acreditava na individualidade e na liberalidade, a situação dos artistas, na prática, pouco mudou e o estatuto liberal do artista foi muito duvidoso até ao séc. XVIII. Foi somente no século XVIII, que se consolidou a distinção entre artista e artesão (LACOSTE, 1986).

4.2. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE GOVERNANTE

Detendo-nos em observar as linhas, as cores e os volumes, a distribuição das luzes e das sombras, o comportamento das figuras nas imagens, entramos em contato com o estilo artístico de uma determinada temporalidade. A identificação desses detalhes corresponde à descrição pré-iconográfica ou fenomênica, conforme método de análise imagética proposto por Panofsky (1979). Segundo o autor, essa fase da análise corresponde à experiência sensível de quem aprecia a imagem, a uma percepção imediata. Porém, decifrar uma significação ou avaliar as obras pictóricas são práticas específicas que exigem cautela.

O conceito de interpretação, por ser histórico, passou por redefinições, segundo as diferentes contribuições das Ciências Humanas e da Filosofia. Tal como a beleza ou a harmonia, essas noções não se apresentam como universais, têm suas particularidades. Nesses termos,

[...] descrever as qualidades mais destacadas de uma obra, sua singularidade e sua alteridade essencial, exige uma arte do matiz, uma acuidade do olhar e um senso da evocação, de modo que a referência ao objeto corre geralmente o risco de ser eclipsada pelo talento, e até mesmo subjetividade exclusiva daquele que descreve (GROULIER, 2005, p. 10).

Baseados nos apontamentos de Groulier (2005), entendemos que a subjetividade e a experiência estética nos levam a aceitar a ideia de que a obra é suscetível de múltiplas abordagens e, por conseguinte, de inúmeras interpretações. Percebemos, ainda, a crença na imediatez do prazer estético, sem a busca do apoio de fontes textuais.

Nesses termos, as imagens sebásticas possuem sentidos¹⁰¹ que, de imediato, mostram-se ininteligíveis porque estão ocultos em seu interior. Embora consideremos que o tempo, a história e o contexto sociopolítico e cultural se encontrem, por questões históricas, distantes de nós, existe a possibilidade de transpormos esses obstáculos que perpassam os acontecimentos individuais e públicos.

A leitura de imagens, com efeito, implica compreensão, entendimento, significação e conhecimento. É preciso ir além do que se vê, romper com a superficialidade do visível e imediato e aprofundar o diálogo sugerido e implícito na obra. Assim, além da

¹⁰¹ Cauquelin (2005) define sentido como “[...] a apreensão de uma unidade entre intenção e ‘resultado’. O sentido é produzido, ele não habita simplesmente a obra bruta, ele é construído pelo trabalho de quem procura estabelecê-lo, tornando-o apreensível”. Nesse trabalho a compreensão é o fenômeno humano por excelência (CAUQUELIN, 2005, p. 95-96).

receptividade emotiva, exige-se do contemplador um desenvolvimento intelectual. É necessário o apoio de alguns elementos para, ao apreciar e analisar as imagens, identificar as posições éticas, estéticas e políticas que o indivíduo criador assume quando expressa as lutas históricas do presente em que ele vive, como aprovação ou negação

Nesses termos, mencionamos a contribuição de Francastel (1993), que acreditamos ser bastante significativa. O mundo visual, afirma o autor, não só possui uma lógica própria, como também funda um modelo particular de atividade produtiva, ou seja, um pensamento plástico ou figurativo. Dessa forma, existem valores e sentidos que somente as imagens possuem; elas transmitem informações para o intelecto com base em regras específicas, experiências, percepções e esquemas representativos do pensamento e, por isso, não são substituídas por outras formas de linguagens.

Para nós, historiadores da Educação, as imagens representam um importante elemento da atividade sócio-cultural, principalmente por constituir um sistema de significações específicas que possibilita a reflexão, a ação e a expressão dos sujeitos.

Nos séculos XIX e XX, alguns debates foram realizados no intuito de organizar teorias da interpretação no campo da Arte. Podemos citar o método de Heinrich Wölfflin (2000). Em *Princípios fundamentais da história da arte* procurou explicar o valor de uma obra de arte pelo primado da forma plástica e por seu grau de autonomia, possibilitando, assim, a distinção entre uma obra artística e outras produções de uma determinada época. A partir do século XIX, o desenvolvimento das pesquisas iconográficas favoreceu a constituição de modelos de análise mais complexos, dando condições para que o conjunto das relações concernentes aos sistemas simbólicos se tornasse inteligível. Desde então, a iconografia se tornou um método de análise baseado em uma inter-relação das formas visuais com as redes de referências textuais, mostrando como as obras expressam os modos de pensamento científico, filosófico ou teológico de uma época.

Wölfflin (2000), nessa direção, assinala que a forma da concepção visual, à semelhança de todas as coisas humanas, tem sua história. A concepção visual, com suas diferentes formas de ver as coisas, tem seus estágios, os quais fazem parte da história. Existe também a questão da periodicidade e da continuidade do processo estilístico, cujo desenvolvimento nem sempre se faz sincrônico nas distintas artes. Diferentes concepções podem coexistir em determinado tempo, em um mesmo povo, unidos ou não etnograficamente. Aceitamos, pois, a possibilidade da existência da individualidade artística. Certas formas de pensar acompanham o surgimento de determinados estágios do

desenvolvimento, mas seria possível perceber elementos comuns, produtos de um modo de ver, entre indivíduos diferentes que representam uma mesma geração.

Podemos afirmar, ademais, que períodos diferentes dão origem a artes diversas, ou seja, por meio da história, podemos associar movimentos culturais e períodos estilísticos. Precisamos estabelecer os elementos comuns de um estilo para então classificá-lo como nacional, pois “[...] ‘em cada novo estilo de visão cristaliza-se um novo conteúdo do mundo’. ‘Não só se vê apenas de uma outra maneira, mas também se vêem outras coisas’” (WÖLFFLIN, 2000, p. 334). Assim, inferimos que os estilos anunciam o seu tempo: expressam o espírito individual e coletivo de uma época, de um reino.

Demonstrar essa relação entre imagem e realidade é um de nossos objetivos. Nossa primeira análise incide sobre uma iluminura (Figura 2)¹⁰² contida no manuscrito *Sentenças para a instrução e doutrina do príncipe D. Sebastião*¹⁰³, de André Rodrigues de Évora (1554). Essa imagem foi a primeira de muitas, pois, originais ou réplicas, executados sobre diferentes suportes e por meio de distintas técnicas, surgiam com certa regularidade os inúmeros retratos do jovem Príncipe, muitos deles desaparecidos.

Nessa edição de 1554, o texto latino é acompanhado das traduções em português (manuscrito) e em castelhano, procedimento comum entre os escritores do Renascimento. O texto é precedido de uma dedicatória anônima ao jovem Príncipe e sucedido de uma carta de um certo mercador, talvez o rico mercador e banqueiro Luca Giraldi (1493-1565), ao Conde de Castanheira, D. António de Ataíde (1500-1563), que era vedor da fazenda de D. João III. O Códice possivelmente foi iniciado e terminado em 1554, anônimo e sem indicação de data, de forma que a identificação do autor da compilação é apenas hipotética, imprecisa. Não faltavam ilustres portugueses, com estudos regulares na Universidade de Coimbra, para realizar esse trabalho, como Damião de Góis (1502-1574), o jesuíta Simão Rodrigues (1510-1579), entre outros. Todavia, é possível que tanto a dedicatória quanto a carta ao Conde de Castanheira sejam da mesma pessoa: o rico mercador André Rodrigues de Évora (1510-1575), filho do médico Rodrigo da Veiga, que, veio da Espanha no reinado de D. Manuel I (1495-1521) e se fixou em Évora. André Rodrigues de Évora nasceu nessa

¹⁰² Infelizmente não encontramos a dimensão exata da Iluminura.

¹⁰³ Apesar de não ser tão recorrente quanto na Idade Média, as instruções eram usadas no século XVI. Temos, por exemplo, o trabalho do Frei António de Beja, em 1525, intitulado de *Breve doutrina e instrução de príncipes*, dedicada ao monarca D. João III; *Da criação dos príncipes* de António Pinheiro, mestre de D. João, pai de D. Sebastião. Nada tinha de novo desse gênero literário visto como um documento destinado à educação de um rei. Provavelmente o *De regimine principum* de Tomás de Aquino e o *Regimento dos príncipes* de Egídio Romano já eram conhecidos em Portugal (MATOS, 1983).

cidade, nela fez seus estudos e nela também administrava sua casa comercial. Nas horas vagas, compilava sentenças dos clássicos.

Nesse contexto, de consolidação dos Estados Nacionais Moderno, era indispensável a legitimação do poder real. Dessa forma, o Infante deveria receber uma educação humanista alicerçada nos clássicos como Aristóteles (384-322 a.C.), Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), Plutarco (46-120 d. C.), Agostinho (354-430 d.C.), bem como em modelos de monarcas latinos, como Caio Júlio César (100 a. C.-44 a. C.). Como definiu o compilador, sua proposta seria selecionar um conjunto de sentenças, que seriam “[...] regras de vida a quem Deos pôs na terra para a todos a dar” (*SENTENÇAS*, fls. 86^r). Até então havia separado oito mil sentenças, no entanto, retifica que uniu no código apenas uma parte que julgou ser mais relevante, cerca de três mil e quatrocentas sentenças.

Admite-se que as quatro iluminuras encontradas nessa obra sejam de António de Holanda (1480?-1571?) ou de seu filho Francisco de Holanda (1517-1585), os quais foram importantes miniaturistas ativos em Portugal. O segundo, além de iluminador, foi arquiteto, escultor, desenhista, pintor e historiador da Arte. As duas primeiras iluminuras são muito relevantes, de imponente beleza em suas composições.

Na iconografia da história de Portugal, D. Sebastião, o 16.º rei, granjeou uma singular posição. Os intelectuais foram buscar no passado contributos para a confirmação de seu caráter messiânico, oportunizando, assim, a construção da áurea lendária que envolveu a figura do jovem rei como *O Desejado*. A representação imagética, paralelamente aos textos escritos, contribuiu certamente para a consecução desse intento. Os súditos, de forma geral, podem não ter tido acesso a essa iluminura, porém historiadores como França (1981) e Serrão (1991) garantem-nos que a circulação das pinturas régias alcançou um número considerável de pessoas da corte portuguesa. Dessa forma, as representações evocavam a presença idealizada do monarca; transmitindo a ideia de um poder sagrado e laico.



Figura 2. **Nascimento de D. Sebastião.** Iluminura de António de Holanda.

Fonte: Manuscrito *Sentenças para a ensinança e doutrina do príncipe D. Sebastião* (1554), de André Rodrigues de Évora, p. 31. Edição *Fac-simile*, publicada em 1983, do manuscrito inédito da Casa Cadaval.

Nessa imagem, ocupando uma posição central, notamos o jovem Príncipe, recém-nascido, deitado em seu berço, todo trabalhado com ricos detalhes em dourado, sobre um ladrilhado palaciano. Observamos o interior de um suntuoso aposento; ao fundo, destacam-se pesadas cortinas na cor azul, que nos reporta à realeza.

Na figura régia representada nessa iluminura, vemos depositado o desejo do povo a respeito de um Príncipe tão esperado para dar continuidade à Dinastia de Avis. Pautados na análise iconológica, podemos afirmar que a imagem nos aproxima do espírito de uma época: pelas sendas do ideal, da imaginação e da superstição, foi-se moldando a alma coletiva do povo português. Na imagem, de cores quentes, executada a óleo, sobre suporte de pergaminho, notamos a imagem do Príncipe como figura principal, rodeada por cortinas e anjos, em uma referência simbólica à onipotência divina nesse rebento. A cena é emoldurada por escritos em latim, que afirmam o caráter providencial do nascimento de D. Sebastião no sentido de assegurar a independência do Reino. Acima, da direita para a esquerda, temos a cruz de Cristo, as armas de Portugal e a esfera, símbolos da realeza que nos levam a pensar na incumbência desse pequeno rei a respeito tanto do gládio religioso quanto do secular. Era seu dever manter a independência lusitana, bem como combater os hereges, inimigos da cristandade. Nascer príncipe implicava assumir muitas responsabilidades concernentes ao equilíbrio interno, tensões e sensibilidades do Reino.

Considera-se que as *Sentenças* surgiram alguns meses após o nascimento do Príncipe. Não encontramos indícios historiográficos de que a obra tenha sido lida pelo infante, no entanto, entendemos que fazia parte de seu programa educacional ter acesso a obras literárias de cunho humanista alicerçadas nos clássicos.

Observamos que, em diferentes manifestações intelectuais, glosavam-se à exaustão as ansiosas expectativas dos seus súditos em relação ao rei, arauto e continuador das glórias lusitanas. Em pinturas, iluminuras, crônicas, poemas, emanavam esperanças de grande parte da população, como comprovaram os capítulos gerais dos povos das Cortes de 1562/1563, já comentadas anteriormente. No discurso proferido por António Pinheiro na abertura das Cortes em 12 de dezembro de 1562 em Lisboa, encontra-se implícita a convicção providencialista do poder real, bem como a devota lealdade dos súditos. Consideremos o texto na compilação de Andrada (1937):

[...] o mais expreso retrato, que há na terra, da potência, da sabedoria e bondade do Senhor Deus é o Rei, que, por sua graça, é seu temporal Ministro, e, por sua divina providência, dos homens é amado, obedecido e temido, ordenou que muitas das coisas criadas o representassem em suas qualidades e nelas lhe servissem de lembranças das muitas em que o Rei deve ser consumado e perfeito. [...] Próprio foi sempre dos naturais dêstes Reinos viverem da vida e vista de seu Rei; lealdade e fidelidade nos Portugueses não são qualidades por tempo e por costume nêles adquiridas, mas, por nascimento de seus maiores, quási herdadas e por

natureza em todos quási impressas. Próprio foi sempre dos Reis dêstes Reinos quererem antes ser dos seus vassallos amados, como pais, que temidos, como senhores, pelo que não somente foram sempre dos seus vassallos com maior amor servidos, e, ainda que para vassallos, que na continuação do amoroso serviço de seu Rei são tão ferventes (ANDRADA, 1937, p. 341).

Pelo significado contido no excerto, podemos inferir que, à época, acreditava-se que o poder do rei tinha origem sacra. A mentalidade coletiva estava impregnada dessa crença e isso certamente contribuiu para a consciência do futuro rei, que, em 1562, estava com 12 anos de idade.

Para Pereira (1995), o caráter abstrato do texto mostra o poder do rei na relação com os súditos, mas, ao mesmo tempo, afasta-o deles, ornando a figura régia de uma intangibilidade que o auxilia no exercício do poder. Torna-se evidente que o símbolo do cetro justo e poderoso dava ao rei a condição de perfeição. É evidente também que, na herança divina estava contido o dogma político: o do direito divino do poder real. Para tanto, a representação plástica desempenhava um papel proeminente.

Na edição *fac-simile* de 1986, da obra *Carta a El-Rei D. Sebastião* de Gonçalo Dias de Carvalho, encontramos uma importante carta desse cronista dirigida a D. Sebastião, que nos revela esse discurso exaltador da figura régia. Carvalho pertencia ao Arcebispado de Braga. Estudou Ciência da Jurisprudência na Universidade de Coimbra. Desempenhou o cargo de desembargador da Casa de Suplicação e foi deputado da Mesa da Consciência e Ordens¹⁰⁴. Essa carta foi impressa em Lisboa em 1557 por Francisco Correa. Existem apenas dois exemplares, um em Vila Viçosa e outro na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A carta foi escrita três anos após o nascimento do *O Desejado*. O conjunto de conselhos ao futuro soberano que nela é apresentado tem como fundamento a filosofia política clássica e a ética cristã. O escrito expressa o desejo da geração amadurecida do povo português de ter um rei que encarnasse os ideais do Reino. Para o autor, o soberano é o titular único e exclusivo do poder político. O qualificativo absoluto utilizado por Carvalho (1986) é apoiado no sacralismo bíblico e no Direito Romano, abrangendo dois sentidos. O primeiro o define como exclusivo titular dos poderes próprios do Estado; o

¹⁰⁴ Esse Tribunal foi instituído por D. Sebastião para a resolução de matérias concernentes aos hospitais, enfermarias, provisão das igrejas, albergarias, Universidade de Coimbra, redenção de cativos, capelas, entre outros. O Monarca agregou as ordens militares para debater questões ou decretos sobre os particulares das Ordens de Cristo, São Tiago e Avis, por ele enviados com o título de Mestre e perpétuo Governador das Ordens. O Tribunal tinha jurisdição ampla sobre todos os assuntos relativos à sua incumbência (SERRÃO, 1978b).

segundo defende que o poder régio estaria desvinculado de uma normativa legal preestabelecida, seria, pois, fonte única de legitimidade.

Sua linguagem figurativa nos dá indícios das duas facetas do rei: a laica e espiritual/mística. Ele o comparava como o Sol, “[...] que dá luz & quentura a toda a terra [...] o Rei, he hũ Sol para seus subditos, o qual tem obrigaçam de os visitar cõ igual vista, & quentura para alimpar as desordens que antrelles ouuer, & os conseruar em paz & quietaçam politica” (CARVALHO, 1986, f. 1v). Também o designava como o bom pastor que deveria dar “[...] particular conta com seu gado, apacẽtandoo de dia, & vigiandoo de noite, para conseruar a si & a elle, a mesma tem o bom Rei, de ter particular conta com seus vassallos, procurandolhe toda quietaçam & prosperidade” (CARVALHO, 1986, f. 1v).

Como sacerdote, o monarca se instituía como um ministro do povo para “[...] administrar o spiritual: assi o Rei, he hum ministro que há de administrar a seus subditos, justiça com toda paz & quietaçam (CARVALHO, 1986, f. 1v).

Outros ainda eram identificados como um bom pai:

[...] da maneyra que hum bom pai se ha, com sua família, se auia de auer hum Rei com seus subditos. E aquelles foram auidos por bons Reis, que foram bons pais de suas famílias, nem tem mais differença hum pai de hum Rei, segundo Xenofhonte, que ter cuidado de menos gente que elle: porque nas obrigações sam semelhantes [...] aquella Catholica Raynha dona Isabel da boa memoria vossa tresauo, a qual non sabendo hum dia seus fidalgos & caualleiros dar rezam, porque sendo os Portugueses muito menos em numero, que os Castelhanos, as mais das vezes leuaram a melhor delles: lhes respondeo, que os Portugueses eram filhos & o Rei delles era seu pai, & como tais pelejauam: & por isso se enxeruava a vantagem, que tinham aos Castelhanos, que não eram estes com seu Rei, senão vassallos somente (CARVALHO, 1986, f. 2v, 3r,3v).

A relação entre rei e súditos é comparada aqui com o vínculo entre pai e filhos. Para ratificar as proposições, o autor menciona a vitória dos portugueses sobre os castelhanos. Nessa observação, fica explícito que a monarquia lusa tinha maior legitimidade que a de Castela e, ainda, que o monarca português podia contar com a fé e a fidelidade de seu povo. Diante da possibilidade de perda da independência em relação a Castela, torna-se admissível enaltecer a Coroa portuguesa em detrimento da Coroa de Castela. Podemos lembrar também os conflitos de D. Sebastião com a avó, D. Catarina, a qual pendia, em muitos assuntos, dentre os quais o do casamento do neto, para o lado do sobrinho, D. Felipe II.

As recomendações de Carvalho (1986) ainda nos apresentam sinais da confiança na vitória de D. Sebastião na empresa de Marrocos. Ao seu lado estariam Deus e seus súditos - seus filhos. Esse homem erudito, leitor dos clássicos, conselheiro da justiça, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, partilhava de um imaginário político, pautando-se em mitos de povo escolhido e rei protegido.

Podemos observar que Carvalho (1986), como qualquer homem comum, cria que seu rei possuía atenção divina privilegiada. Os tempos de infortúnios que antecederam ao reinado de D. Sebastião anunciavam que esse poder divinizado se manifestaria mais uma vez. Ao mesmo tempo, era necessário ter sabedoria e ciência para governar com zelo e assegurar a paz e a justiça. Um bom governante, afirmava ele, deveria se rodear de homens prudentes e sábios, tementes a Deus e virtuosos. Era seu dever, pois, guardar o modelo de seus antepassados e continuar a divulgação do Evangelho, como representante de um povo escolhido pelo Senhor. Vejamos suas proposições nesse sentido:

[...] o principio destes Reynos foi este, cõtinuado pellos catholicos reis dom Sancho seu filho, dom Afonso o segundo, dom Ioam da boa memoria, dom Ioam o segundo, dom Manoel vosso bisauo: por cuja indústria o nome de Christo foi tam exalçado, na África, Ethiopia, Arabia, Persia, & India, & por ElRey dom Ioam o terceiro vosso auo, que com tanto feruor continuou a herdada religiam del Rey seu pay, com ampliar & exalçar a Sancta Fe, com tantas despesa de Portugueses & sua, em partes tam remotas alem da India [...] (CARVALHO, 1986, f. 11r).

Vemos aqui mais indícios de que a formação de D. Sebastião tinha como objetivo fincar em seu pensamento o sentimento de cruzado, de capitão de Deus, tanto no Reino quanto no além mar. Ele deveria fazer a justiça, proteger o Reino e defender a fé. O autor oferece ao monarca mais um conselho, agora a respeito da guerra:

[...] a instituiçã dos Reys & o porque se elegerã non foi por outro respeito senon de fazer justiça segundo Cicero. E aos Reis mais conuẽ administrar justiça ã lhe Deos deu, ã non combater cidades nẽ lugares segũdo Homero. Porq̃ a guerra de si he tirana & em principes he vicio serem amigos de guerra, porq̃ os que o sam non fogẽ a suspeita de muito cobiçosos & vãos, em auẽturarẽ tanto resto de gente, so por ufaniam de triumphar cõ folhas verdes na cabeça, como dezia Augusto Cesar, que fazer guerras a vezinhos & estrangeiros que lhe non sam molestos, so por cobiça de ampliar o Imperio, he officio de salteador segundo Agostinho: & so por alcãçar a paz se ha de fazer guerra, ã este he o intẽto & fim ã nella se ha de ter. [...] (CARVALHO, 1986, f. 12v).

O cronista propõe, assim, o cultivo das virtudes: moderação, temperança, serenidade na ação, clemência e compreensão. Aconselha o rei a fugir da ira, alertando-o também de que a falta de bom senso e a precipitação certamente conduzem a erros.

[...] a pressa segũdo Zias, estroua todo o acertar, & quẽ vay de pressa entroeça mais vezes diz Salomão, & o sabedor a de ir sempre a medo, & de vagar, segũdo o Ecclesiastico os apressados vão muytas vezes dar em muitas ignorãcias, q̃ sam maas depois de desandar, & as mais das vezes da pressa vem muitos erros, & de ir de vagar se tirão muytos proveitos [...] (CARVALHO, 1986, f. 15v).

Embora afirmasse que a prática da ira, da imprudência, da impulsividade, oportunizariam graves injustiças, o autor ressaltava que uma ira fundada no zelo da justiça tinha sua legalidade, já que não se indignar com os males, os erros, seria uma indiferença grave e culpável do governante. O conveniente seria o bom senso, a boa medida: se “[...] a justiça, sem clemência seria crueza, assi perdoar, sem guardar justiça, seria dissolução segundo S. Ambrosio” (CARVALHO, 1986, 19v).

Acreditamos que D. Sebastião tenha lido esses conselhos preventivos, repletos de modelos dos antepassados greco-romanos, bíblicos e do próprio Reino. Portanto, essa carta pode ser considerada um manual de governança para a manutenção e o desenvolvimento do Reino, ou seja, compõe o aparato educativo destinado a formar o Monarca. A ciência, a justiça, a prudência, a temperança, eram tidas como qualidades indispensáveis para moderar os excessos. A paz e a prudência, especialmente, seriam indispensáveis para que as capacidades intelectivas do homem se desenvolvessem. O governante é que deveria assegurar esses elementos.

Enfatizamos, assim, na perspectiva da História da Educação, que a ética e a moral se estabelecem como condições imprescindíveis para o desenvolvimento e a conservação da sociedade. O governante, como educador da cristandade, deveria dirigi-la, tendo como base os ensinamentos da Filosofia e das virtudes. Esse pensador reconhece a ética como uma importante disciplina instituída pelo trabalho da inteligência. Por isso, ele declarava que o monarca deveria ser um homem virtuoso, ético, que cuidaria do bem comum.

Nesses avisos, podemos observar também um intento de demover o rei de sua obsessão por conquistas e pela empresa no Norte da África. Todavia, “[...] ousado até aos limites da loucura, não aceitou palavras de aviso, desprezou os velhos e prudentes,

rodeando-se de um grupo de jovens aristocratas tão loucos como ele. Só a adulação abria caminho para a sua intimidade” (MARQUES, 1980, p. 421).

Esse ideal de governante laico e cristão ultrapassava os interesses individuais, o que justifica que nos detenhamos um pouco em abordar o conceito de coletivo. Fundamentando-nos na teoria da psicologia social de Durkheim (1983), em uma forma de analogia, constatamos que esse pensamento fazia de uma figura régia idealizada a alma do povo lusitano quinhentista. A sociedade era criadora e depositária de um conjunto de ideias, de crenças, de comportamentos, de sentimentos, concebidos e aceitos pela pluralidade de indivíduos associados. Essas interações mentais e materiais propiciaram, portanto, o surgimento de um sistema de representações, de símbolos, de trocas e de obrigações. O governante, como o cérebro social, buscava manter essa ordem moral, fundada nos costumes, nas tradições. Para Durkheim (1983), esse estado comum de opinião torna-se possível porque em uma sociedade

[...] há os laços de toda ordem, a ligar o indivíduo ao grupo do qual faz parte, e a tudo quanto interessa esse grupo; há todos esses sentimentos sociais, todas essas aspirações coletivas, essas tradições a que estamos apegados, e respeitamos, as quais dão sentido e vida à regra e acaloram a forma de aplicação da regra pelos indivíduos (DURKHEIM, 1983, p. 26).

Em suma, com base nessa exposição, podemos entender que o cabedal teórico e iconográfico produzido nesse período contribuía para a definição das relações sociais, para uma identificação comum do que seria o Reino português, tanto territorial quanto moral. Os mitos e as tradições históricas e morais constituíam-se em representações comuns, tornavam-se uma obra da coletividade ou, pelo menos, de grupos intelectuais que incentivavam uma mentalidade comum no sentido da aceitação das volições do Estado monárquico. Como afirma o autor, quando os homens “[...] pensam em comum, seu pensamento é, em parte, obra da comunidade, a qual age neles, pesa sobre eles com toda a sua autoridade, contém as veleidades egoístas, orienta os espíritos no rumo coletivo” (DURKHEIM, 1983, p. 95).

Continuemos, pois, a apresentação das representações mentais materializadas nos retratos e iluminuras sebásticos. Essas imagens, idealizadas pelos ufanistas que o rodeavam, certamente tornaram mais glorioso seu nome.

Após essa iluminura do recém-nascido, em diferentes técnicas, muitos outros retratos foram executados, principalmente pelas mãos dos pintores Alonso Sánchez Coello

e Cristóvão de Morais. Apreciaremos na sequência algumas imagens que seguiram o estilo de retratos régios. Em clima cortesão, notamos o desenvolvimento das artes e das letras no Portugal do século XVI. De acordo com Pereira (1992), a arte dos retratos de corte, comum à família Habsburgo, era, de certa forma, novidade para Portugal. Antes de meados do século XV, os retratos seculares eram relativamente raros. Depois tornou-se costume pintar homens famosos antigos ou modernos (poetas, soldados, advogados). Na sequência, foi a vez da pintura dos governantes em vida; em seguida, a dos patrícios e esposas e filhas e, finalmente, dos comerciantes e dos artesãos. Com a popularização dos retratos, para se distinguir dos outros homens, os nobres acrescentaram nas pinturas objetos que simbolizavam seu status, como, por exemplo, as cortinas de veludo, as colunas clássicas, os criados, os cães de caça. Isso ocorria principalmente nas pinturas régias, que, certamente, deveriam mostrar uma posição elevada em relação às demais.

Assim, a pintura do retrato despontou em Portugal na primeira metade do século XV, com o retrato do Rei D. João I, integrando-se, segundo Pereira (1992), à tônica renascentista da perpetuação da memória. Imbuído de simbolismo, o retrato tinha como objetivo uma sacralização da função régia. Ao mesmo tempo, os retratos não deixavam de se vincular às novas concepções da piedade religiosa individualizada.

Em Portugal, em 1549, Francisco de Holanda concluiu uma importante obra sobre a arte do retrato, denominada *Do tirar polo natural*. Esse intelectual se utilizou, na escrita de seus tratados, de inúmeros referenciais teóricos disponíveis nas bibliotecas a que teve acesso em Évora. Para ele, a arte do retrato seria para poucos pintores e para poucos retratados, desse modo, seu primeiro preceito seria: “[...] o pintor excelente (se lhe quereis chamar pintor) que pinte muito poucas pessoas, e estas muito singularmente escolhidas, pondo mais a perfeição e o cuidado no primor da pouca obra, que no número da muita” (HOLANDA, 1984, p. 14). Verificamos, então, que somente alguns dentre reis e príncipes seriam dignos desse merecimento, para, assim, permanecer na memória coletiva.

Em relação à iconografia sebástica, Cruz (2006) destaca a relevância da iniciativa de D. Joana (Figura 3). O material iconográfico e escrito acumulado por sua mãe ao longo do tempo tornou-se um importante legado para a historiografia sebástica. Com a morte de seu esposo e em concordância com os contratos matrimoniais, ela teve que regressar à Espanha logo após o nascimento do filho e viu nos retratos uma forma de acompanhá-lo de longe. Com base no inventário dos bens da princesa, feito em 1573, sabe-se que ao menos um retrato por ano chegava às mãos de sua mãe. Em 1556, o flamengo Joozis van der

Straeten, pintou, dentre outras obras, o retrato do príncipe D. Sebastião com dois anos de idade, o qual foi levado para a mãe D. Joana, em Castela, por Sanchez Coello. Embora este retrato tenha desaparecido, existe notícia documental do pagamento pelo trabalho, no dia 14 de dezembro de 1556.

A princesa exerceu o cargo de regente de Castela por cinco anos (1554-1559). Sua imagem de austeridade era reforçada pelo seu traje de constante luto e de véu no rosto. Ao término de suas obrigações como governadora, a princesa instalou-se no convento que fundara, o das *Descalzas Reales*, em Madrid. Esse convento tornou-se um depósito dos retratos de D. Sebastião encomendados por sua mãe. No retrato abaixo, destaca-se a imagem de austeridade de D. Joana com seu traje de rigoroso luto.

Segundo Cruz (2006), uma das facetas misteriosas da vida de D. Joana foi sua entrada secreta para a Companhia de Jesus, graças à mediação de seu conselheiro, o padre jesuíta Francisco de Borja (1510-1572), junto ao próprio padre Inácio de Loyola (1491-1556). Esse foi mais um elemento da influência jesuítica na educação de D. Sebastião. Por meio de regulares correspondências, a mãe acompanhou, mesmo de longe, a formação e a governança do filho. Ela sabia de sua inevitável subordinação à lógica dinástica de seu pai, o Imperador Carlos V e, posteriormente, de seu irmão, Rei Filipe II. Sua consciência precoce de pertencer a uma grande família e da educação rigorosa e católica que recebera serviu para moldar-lhe uma natureza submissa e obediente, bem como para explicar a postura de gravidade e de impassibilidade da princesa, virtudes essas essenciais para a boa governação. De acordo com Baños-García (2005, p. 30) “[...] ela era uma princesa santa e um exemplo de virtudes maravilhosas; notável por sua honestidade, prudência, discrição, humildade e modéstia”.



Figura 3. **D. Joana, princesa de Portugal. 1557.**

Alonso Sánchez Coello (1532-1588). Kunsthistorisches Museum.

Fonte: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Infanta_Juana_of_Spain1.jpg?uselang=pt-br >.

Esse retrato contém vários elementos recorrentes nas pinturas régias. Além do tratamento plástico, a pose, a indumentária e a composição, ressaltamos a autoridade e a sacralidade. A representação do poder real deveria ser realçada por meio de uma adequada e luxuosa forma, na qual as joias e os objetos preciosos cumpriam um papel importante. O

século XVI foi um dos momentos de maior esplendor da ourivesaria, joalheria e outros estilos decorativos. Observamos a imponência do quadro, em óleo sobre tela, com dimensão de 180x112. Provavelmente, ele foi executado pelo pintor Sanchez Coello, na corte da princesa D. Joana, em Valladolid, onde viveu durante sua regência na Espanha.

Contrastando o claro e o escuro, o artista deu à princesa D. Joana, de corpo inteiro, com 22 anos de idade, um lugar central, com um traje elegante, joias, luvas, lenço de seda branco, acessórios dignos de uma princesa. Identificamos uma coluna clássica ocupando o fundo da direita do retrato, representando a relevância da realeza dos Habsburgos, bem como revelando gravidade, austeridade, contenção e, em especial, a viuvez. Segundo Boucher (2010), a gola branca e os punhos com babados de renda, eram símbolos da moda na Europa do século XVI e, ao mesmo tempo, símbolos da nobreza. Os pintores enriqueciam o retrato, quebrando a concentração de cores escuras. Vestida de negro, ela carrega, no peito, a miniatura de seu irmão Felipe II. Em âmbito espanhol, a medalha predomina na representação de Carlos V e de Felipe II nos retratos de família. Acompanhando a princesa, observamos um grande cão de caça, em cuja cabeça D. Joana coloca a mão esquerda, adornada de ricos anéis. Decorando a coleira do cachorro, brasões de Castela e Portugal, em uma visualização sutil da aliança dinástica que fortaleceu o poder dos Habsburgos. Outro ponto relevante é o olhar de submissão do animal; a profundidade desse olhar nos leva a pensar na autoridade da Casa dos Habsburgos.

Ao observarmos o estilo da pintura, entendemos sua relevância no sentido de estabelecer não somente o vínculo familiar, mas também a hierarquia entre os retratados e sua posição na esfera do poder europeu.

A partir do Renascimento, em Portugal, a pintura de modelos régios formalizou-se em uma tipologia da pose carregada de sentidos. Na iconografia sebástica, notamos a predominância da posição frontal em três quartos na representação do rosto; da representação do corpo, inteiro ou meio, em pé, a olhar o espectador; o predomínio da verticalidade; a imobilidade do corpo, dos membros, das mãos. No que concerne à pose, Holanda (1984) apresenta três hipóteses: o fronteiro, o meio rosto e o treçado, ou seja, o retrato frontal, de perfil e a três quartos. Esse terceiro estilo era apontado pelo autor como seu preferido porque:

[...] o rosto fronteiro é quase sem graça e chato e não mostra nada do perfil e feição do meio rosto, nem das ilhargas do rosto. O meio é muito austero e grave e mui saído para fora, e não mostra nada da frente nem de

diante, mas somente o rigor do perfil. O treçado mostra o bom de ambos estes modos, e pouco do mau; e por isto é o melhor, porque mostra parte da frente e parte do perfil: e ambos, como digo, fazem uma igualdade mui conforme e escolhida (HOLANDA, 1984, p. 23).

Esse modelo foi o mais usado na iconografia de D. Sebastião. Comparando esses modos na representação na pintura, podemos inferir que a representação do corpo se configurava como um dos elementos fundamentais na criação da obra. Na pintura portuguesa do século XVI, a pose poderia ser vista, assim, como um elemento retórico na construção pictórica do retrato. Nessa forma simbólica, que se organiza como uma construção textual, o corpo do retratado ocupa um lugar principal, de alguém com posição de destaque na sociedade.

A figura humana passava a seguir leis e cânones em consonância com seu ângulo:

[...] de perfil, como nas medalhas, por obrigação classisante, depois a três-quartos, de modo a que o olhar intervenha activamente, definindo um espaço que à volta se agencia – e com o qual entra em relação temática e hierárquica (em composições ainda religiosas ou em figurações independentes) que depende da estrutura social e cultural, e também da moda, em que historicamente se inserem, o retratado e o retratista (FRANÇA, 1981, p. 7).

As imagens encontravam-se em um processo visual e mental que importa analisar em conjunto, buscando seu sentido cultural e social. Percebemos que a relevância do retratado tem a ver com seu papel social. Sua representação (o que a imagem desejava revelar e difundir) expressava e propunha padrões sociais e políticos que repercutiam e associavam a uma divinização, uma humanização diferencial. O retrato, como arte figurativa, tinha um sentido, pois “[...] o ícone pode ser tipificado segundo a conveniência histórica, cultural e política, como imagem de poder, patente ou maquiada nas suas estratégias. É-o sempre na retratística oficial [...]” (FRANÇA, 1981, p. 8). O retrato em Portugal assumia, assim, “[...] um poder criativo ímpar, propondo, numa pintura votiva ou comemorativa, entre o sagrado e o laico, e, com magistras tratamentos decorativos de vestes e armaduras, hábitos e dalmáticas, um realismo psicológico – que é também, e necessariamente, um realismo social” (FRANÇA, 1981, p. 20). As poses e os gestos dos modelos, os acessórios e os objetos que os circundavam seguiam um esquema simbólico. Nesse sentido, o retrato se constituía como uma forma simbólica.

Vimos que a pintura se estruturou como uma forma de conservar, memoriar a presença de pessoas reais. Em 1428 Van Eyck (1390-1441), vindo a Portugal, retratou algumas figuras régias, como D. Isabel, duquesa de Borgonha (1397-1471). Nos reinados de D. Manuel (1495-1521), D. João III (-1521-1557) e na regência anterior ao advento de D. Sebastião, o retrato nacional alcançou notável desenvolvimento. Afirma Jordan (1994) que, com D. João III, a retratística régia adquiriu uma dimensão internacional graças ao holandês Anthonis Moor (1517-1576) que, entre os anos de 1551 e 1552, veio a Lisboa com a função de pintar o rei, a rainha D. Catarina e a infanta D. Maria. Nesse contexto de pinturas régias, surgiram as figurações dos reis portugueses atribuídas a Cristóvão Lopes (1516-1594) desde 1551. Desse modo, a pintura portuguesa recebeu a influência do estilo internacional do retrato de corte e seu aparato, em correspondência com o que requeria o governo régio nesse momento.

Segundo Jordan (1994), no início do século XVI, generalizou-se em Portugal a técnica da pintura a óleo. A sobreposição de diversas camadas pictóricas, tendo o óleo como ligante, oportunizava ao pintor a obtenção de uma gama de tonalidades, essencial ao realismo da forma. Pela veia retratista, observamos o desenvolvimento do gosto áulico, de características individualizantes e antropocêntricas e de representações evocadoras de uma presença idealizada, com exaltação mística, facilitando a pretendida tarefa pedagógica. Esse estilo assumiu um perfil metafísico e espiritualista que se alinhava ao drama religioso europeu, mas não se restringia à iconografia estritamente religiosa.

Considerando a cultura portuguesa, podemos afirmar que a pintura foi uma forma eficiente de representação do poder simbólico do rei D. Sebastião. A simbólica sebastianista remete à intersecção de um complexo jogo de linguagens - quer artísticas, literárias e teóricas - e à combinação de discursos intencionais relativos à razão e à celebração da imagem do rei, os quais são, portanto, educativos. Por meio da razão e da celebração, vemos um programa em que a retórica e a divulgação assumem um papel fundamental, especialmente na apresentação e na presentificação institucional do poder do rei e de suas pretensões como governante.

Passemos, pois, para outra imagem do monarca (Figura 4). Trata-se de uma litografia do artista Hieronymus Cock. O surgimento da gravura, de acordo com Faria (2005), remonta ao fim da Idade Média e esteve estreitamente ligado a fins didáticos da Igreja. As xilogravuras eram imagens obtidas a partir de blocos de madeira talhados que, cobertos de tinta, eram prensados sobre papel, ao passo que a litografia ou litogravura era

uma técnica que envolvia a criação de marcas (ou desenhos) sobre uma matriz (pedra calcária) com um lápis gorduroso. Ao contrário das outras técnicas da gravura, na litografia o desenho era feito por meio do acúmulo de gordura sobre a superfície da matriz e não por meio de fendas e sulcos na matriz, como na xilogravura e na gravura em metal. Com essa técnica, eram produzidas múltiplas cópias de manuscritos e desenhos originais.

Em meados do século XV, afirma Faria (2005), o norte europeu se destacou na produção e na difusão de gravuras de alta qualidade. Os pintores italianos logo se cercaram de exímios gravadores que reproduziam e difundiam suas obras. O mercado de imagens gráficas intensificou-se a partir do século XVI. Definia-se e impunha-se, nesse panorama, a figura do editor de estampas, que adquiria as pranchas gravadas e as imprimia de acordo com a demanda. Em sua maioria, esses profissionais eram dos Países Baixos, como os membros das famílias Cock, Galle e Passe, e mantinham filiais das suas empresas em vários locais da Europa.

Nesse momento, surgiram diversas oficinas de gravadores, dentre as quais a de Hieronymus Cock. As gravuras, conforme Batoréo (2004), tiveram grande repercussão na pintura europeia e, em particular, na portuguesa, constituindo um material fundamental de trabalho nas oficinas. Em finais do século XV, desenvolveu-se a arte do buril, mais delicada e graciosa, por isso utilizada por ourives que imprimiam às suas gravuras a delicadeza do trabalho miniatural, contribuindo para o incremento da produção de estampas. Esse trabalho, além de ser um meio técnico de expressão, era um meio de difusão de conceitos, inculcando nos artistas a ideia de que se deveriam copiar as gravuras dos melhores mestres como forma de aperfeiçoamento. Os grandes artistas associavam-se às oficinas de gravadores que reproduziam as suas obras e, assim, nos séculos XV e XVI, ocorreu um verdadeiro comércio de estampas.

Provavelmente, cópias dessa imagem de D. Sebastião tenham circulado em espaço territorial considerável, divulgando a representação idealizada do monarca, ainda em sua infância.



Figura 4. **D. Sebastião, rei de Portugal, com 7 anos de idade, 1561.**
 Hieronymus Cock (c.1510-1570). [Biblioteca Nacional de Lisboa](#).
 Fonte: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dsebastiao-jov.jpg> >.

Em 1561, o Infante tinha sido retratado por Cristóvão de Moraes de pé, junto a uma mesa. Pouco se sabe dessa imagem original, que se perdeu¹⁰⁵. Conhecemos este retrato pela gravura que dele fez Hieronymus Cock, a mando da avó do Infante. No retrato de meio-corpo de D. Sebastião, notamos uma expressão singular, em uma articulação entre o político e o sagrado. Com um olhar iconográfico, verificamos a presença de insígnias que nos reportam ao caráter laico e cristão do pequeno monarca: a cruz no peito e, sobre a mesa, o breviário e a esfera armilar¹⁰⁶, simbolizando possivelmente o mundo, as terras

¹⁰⁵ Não conseguimos localizar as dimensões dessa litografia, bem como a data da execução de Hieronymus Cock. Seleccionamos a imagem porque julgamos ser relevante para a nossa tese.

¹⁰⁶ A Esfera Armilar, composta de diversos anéis, é um elemento importante no brasão de armas português desde o século XV. Foi utilizado nas bandeiras de várias colônias, incluindo o Brasil. A Esfera Armilar é um

descobertas pelos lusitanos nos séculos XV e XVI. Esse símbolo, segundo Lourenço (1999), remete ao mito da vocação universal de Portugal, também inscrita na bandeira lusitana. A esfera armilar, no centro da bandeira, não sugere apenas a representação do universo, mas também a da “[...] ordem cosmológica – consagração do papel de Portugal como descobridor de ‘novas terras e novos céus’ -, mas de ordem crística: a do convidado modesto sentado no lugar de honra dos eleitos” (LOURENÇO, 1999, p. 88).

Na época da sua expansão pelo mundo, Portugal investiu em uma cruzada, ao mesmo tempo imperial e messiânica, herdeira de Roma e de Israel. O monarca foi, pois, herdeiro desse pensamento, “[...] de objecto de mitificação colectiva, D. Sebastião volve-se objecto de apropriação colectiva” (LOURENÇO, 1999, p. 141).

Circundando a imagem, lemos os títulos do rei, com 7 anos de idade, como senhor de Portugal, da África, da Arábia e da Índia. Em uma leitura iconológica, destacamos que a imagem, mais do que a representação do caráter piedoso do rei, é um testemunho da preocupação constante do seu reinado em associar o poder real ao poder divino. Intuímos a alusão retórica à inspiração da soberania do jovem monarca sobre a totalidade do globo (a esfera) à luz do cristianismo (breviário). Ademais, sua mão direita posta sobre o coração é certamente uma referência ao seu voto como rei cristão; já a mão esquerda, segurando um par de luvas, enuncia a nobreza, um perfeito cortesão. Percebemos o cuidado com o programa iconográfico e a teatralidade, bem como com o jogo da luz. Mesmo sendo em claro e escuro, observamos a centralidade régia. Essa imagem nos induz a ver a mensagem destinada ao rei, em uma intenção semelhante à dos *Espelhos de Príncipes*, já mencionada.

Na imagem, observamos também uma referência à questão dos dois corpos do Rei, um conceito propagado durante a política monárquica da Idade Média. Essa teoria, elaborada por Kantorowicz, (1998), afirmava que o rei seria provido de um corpo físico natural, bem preparado para sua incumbência terreal, mas revelando imperfeições e características temporais e destrutíveis como o de qualquer ser humano, e de um corpo místico, perfeito e imortal, conferido pela graça divina. Em outras palavras, a simbologia do corpo místico do rei expressava-se, de um lado, em um corpo físico sujeito às paixões humanas e, como todos os homens, submetido à morte. De outro lado, no corpo político divino, do qual o rei era a cabeça e os súditos, os membros, ele seria representado livre da morte e dos sentimentos humanos. Ao rei eram atribuídos esses dois corpos, que, contidos

instrumento de navegação que foi de grande auxílio aos portugueses durante a Era dos Descobrimentos (LOURENÇO, 1999).

um no outro, constituíam uma unidade indivisível. Sublinhamos que a combinação entre a representação régia como defensor e promovedor do bem comum (rei laico) com a imagem de seu caráter sobrenatural (rei cristão/divino) era o traço mais fascinante e instigante da estrutura simbólica que alicerçou o processo de formação do Estado Moderno sob o legado das antigas monarquias¹⁰⁷.

A literatura escrita e oral, assim como as imagens, anunciava e legitimava essa crença. Na passagem do século XV para o XVI, assinala Rodrigues (1995), inaugurou-se um período áureo no campo da pintura. Houve um desenvolvimento relevante da produção nacional, tanto em qualidade quanto em quantidade, e também na pintura de importação. A esse desenvolvimento se relaciona um aumento significativo de encomendas artísticas. Distintas razões podem justificar a encomenda de uma obra de arte: o bem-estar econômico e a política de ostentação da corte. Percebemos, então, a participação econômica de instituições e do mecenato régio, na busca de uma renovação estética, quer nas oficinas locais quer na pintura importada. A capacidade de resposta dos pintores e das oficinas, tanto na esfera de estruturas organizativas que garantiam a produção quanto na dos procedimentos técnicos e das sensibilidades estéticas, gerava um aumento dessa arte.

Inferimos, pois, que as novidades e os aperfeiçoamentos da técnica propiciavam uma renovação do discurso pictórico, dando expressão ao gosto do sensível, do real, do concreto. A centralidade do homem e o culto da individualidade exigiam novas estratégias de representação. O mecenato na pintura transformava-se em meio à propaganda política. Isso é perceptível tanto na complexa simbologia que invadia a imagem quanto no seu aspecto formal, realçado no aspecto decorativo das figuras e dos cenários. A relevância do retrato, muitas vezes associado a figuras régias, santos ou personagens bíblicos, manifestava-se na produção financiada pelo poder régio e clerical.

A partir das duas primeiras décadas do século XVI, surgiram algumas alterações significativas, como, por exemplo, a adoção do estilo romano, inicialmente com elementos arquitetônicos específicos, como colunas, arcos, adornos e objetos decorativos de aparência renascentista, indo do traje à armaria, passando pelas peças de ourivesaria. O gosto pelo detalhe revelador aperfeiçoava-se. É, portanto, relevante examinar os

¹⁰⁷ Nota-se que, durante a Idade Média, houve, entre a Igreja e o Estado, trocas e empréstimos mútuos de insígnias, símbolos políticos e honorários. O Papa usava tiara com uma coroa dourada, vestia a púrpura imperial, enquanto o imperador usava a mitra sob a coroa, trajava roupas clericais e recebia um anel em sua coroação. Gradativamente o *sacerdotium* obteve uma aparência imperial e o *regnum* um toque clerical (KANTOROWICZ, 1998).

pormenores mais negligenciáveis, os detalhes secundários, as particularidades insignificantes, indícios imperceptíveis para a maioria em relação ao conjunto da obra. Desse modo, minúcias normalmente consideradas sem importância, ou até triviais, podem nos fornecer a chave para o acesso aos produtos mais elevados do espírito humano. O sentido da modernidade manifestava-se na descoberta de potencialidades mais elaboradas da forma, ou seja, “[...] no seu caráter mais propriamente expressivo do que decorativo e narrativo” (RODRIGUES, 1995, p. 284), como vemos na imagem abaixo (Figura 5). Essas formas e detalhes se instituem como pistas que nos permitem captar uma realidade mais profunda, ou seja, a interpretação iconológica.



Figura 5. **D. Sebastião rei de Portugal, 1562.**

Alonso Sanches Coello (1531-1588). Museu Rietberg, Zurique, Suíça.
Fonte: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:D_sebastiao_1562.jpg >.

Com dimensão de 230x345 cm, em óleo sobre tela, executado por Sánchez Coello, em 1562, sob a encomenda da mãe, D. Joana, esse retrato ficou exposto no palácio Real e depois foi enviado para a mãe, na Espanha. Ele se tornou o modelo para diversas cópias, que foram enviadas às cortes europeias, alcançando os súditos e transcendendo as fronteiras do Reino. Essa cópia foi recentemente encontrada por Annemarie Jordan (1994), em um castelo da Áustria.

Enveredando pela análise fenomênica, assinalamos que as potencialidades dos recursos expressivos da forma são perceptíveis no equilíbrio e na elegância da figura humana, bem como na profundidade espacial obtida pelas articulações rítmicas da luz e da cor. O emprego de mais ou menos luz nos dá a ilusão de aumento ou diminuição na modelagem, assim como nos transmite aquilo a que chamamos de textura, a maneira como a luz se comporta quando bate em uma determinada superfície. A luz, a textura, os domínios da expressão fisionômica organizam-se como elementos relevantes para o ato interpretativo.

Passando para uma leitura iconográfica, observamos um aposento palaciano que ostenta luxo no piso e nas cortinas. O Príncipe veste uma indumentária militar digna de sua posição. No canto inferior, à esquerda, encontramos seu elmo com igual decoração dourada e com salientes plumas.

Na análise iconológica, notamos a presença das insígnias régias: a mão esquerda segura o bastão e na cintura repousa uma espada, o que nos reporta à linguagem simbólica de exaltação do poder, do comando do monarca. Os olhos do rei, com expressão séria e penetrante, ressaltam sua posição superior. Como tema principal, o monarca sempre se cercava de acessórios associados ao poder e à magnificência: colunas clássicas, cortinas de veludo, construções romanas. As colunas remetem-nos à mitologia greco-latina, o que valoriza a figura mítica do Infante. Percebemos a postura altiva do cão de caça, mas suas orelhas baixas e seu olhar para o rei nos remetem também à obediência.

Os artistas certamente tiveram consciência das potencialidades expressivas de formas, cores e sentidos. Por isso, o receptor deveria ser devidamente afinado, educado para ver o que era para ser visto. A finalidade da imagem era a glorificação do monarca. Era preciso persuadir, educar os leitores para reconhecer sua grandeza: estes deveriam ver o que era para ser visto.

Nesse sentido, fundamentando-nos em Baxandall (1981), podemos inferir que a imagem continha elementos decifráveis pelos espectadores, um conteúdo simbólico

passível de ser lido e que, contudo, exigia conhecimento. Observamos a presença de um sistema de signos que remetia para uma tradição comum própria de um contexto histórico determinado, para repetições e codificações às quais a sociedade quinhentista, conscientemente ou não, atribuía sentidos específicos. Essa estrutura simbólica correspondia à necessidade de afirmação e exibição de uma rede discursiva contendo elementos mentais, culturais, sociais e políticos.

É neste sentido que consideramos importante investigar, na História da Educação, o conhecimento que a humanidade nos legou em suas diferentes formas de manifestação e expressão do movimento social. Assim, as possibilidades que vislumbramos entram em cena. As partes mais indistintas da tela tornam-se um cenário, bastando que certos elementos mais característicos se destaquem com força suficiente para o alcance do olho, na tentativa de não o desviar da intenção do artista e daquele que encomendou. Podemos entender que a política se movia na sociedade de forma a ensinar a interpretar as imagens como registros e indicações da intenção do artista, patrocinada pelo poder régio. Essa intencionalidade não poderia, porém, ser percebida por sentidos deseducados. O leitor, por vários ângulos, poderia sondar a miscelânea de cores e formas em busca de um sentido coerente, cristalizando-o em uma forma de pensamento quando uma interpretação consistente era encontrada.

Essas mudanças certamente beneficiaram os usos sociais e a exteriorização do poder político. Observamos a adoção de uma iconografia de glorificação régia e, em especial, a consolidação da imagem do poder. A visão do monarca era, segundo Buescu (2011), essencial para a construção de um sentimento coletivo e social de pertença, de edificação de uma memória partilhada. Outros mecanismos de identificação existiam; outros ainda o próprio poder se encarregaria de criar, sedimentando também a mediação e a distância entre rei e os súditos; mas, “[...] ainda no século XVI, *ver o rei* era decisivo para que os povos pudessem amá-lo” (BUESCU, 2011, p. 152).

Na figura em análise, D. Sebastião com 8 anos de idade, notamos a representação do rei guerreiro, na linha simbólica dos retratos de Carlos V, o herói de referência do Infante. A composição do cenário nos leva a perceber a tendência humanista de valorização de valores greco-romanos: o rei é identificado à figura de um herói romano, com a presença das colunas e da cortina dourada. O infante, em uma pose altiva, trajando uma armadura suntuosa, encontra-se com uma espada rica em detalhes na cintura, a mão direita segura uma lança; sobre uma plataforma de estilo greco-romano, vemos o elmo,

completando o quadro simbólico da representação guerreira do futuro governante. As armas, como signos de poder, ocupavam um lugar preponderante na cultura aristocrática; a preparação guerreira implicava práticas relativas à agilidade, à força e à destreza física. A mão esquerda repousa sobre um *greyhound* ou galgo inglês, uma raça que foi exclusividade da aristocracia. Quanto a isso, podemos intuir que ser representado com um galgo denotava poder e pertencimento à nobre linhagem. O cão, também símbolo de obediência e lealdade, tem o focinho apontado para o dono; as orelhas baixas, em uma atitude meiga e de submissão.

Como o quadro nos incita a reafirmar a ideia de guerreiro de Cristo, citamos dois fatos destacados por Pereira Baião (1730). Ele afirma que, aos 13 anos de idade, no Mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, o jovem monarca, ao ser indagado por D. Maria de Meneses, em sua profissão, o que deveria pedir para o Divino, ele lhe respondera: “[...] Pedilhe, que me faça seu Capitão” (PEREIRA BAIÃO, 1730, Liv. II, cap. III). Em outro momento, o cronista assinala que, após comungar, foi encontrando absorto em oração; perguntado sobre o que lhe acontecia, respondera: “[...] Estava pedindo a Deos, que assim, como a outros principes havia concedido victorias, impérios e monarchias, lhe concedesse a elle somente o ser seu Capitão” (PEREIRA BAIÃO, 1730, Liv. II, cap. III). Essa ideia transformou-se gradativamente na convicção de que fora predestinado para grandes feitos.

A análise das repercussões e dos impactos da expansão lusitana no noroeste africano ajuda-nos a apreender algumas das dimensões da mentalidade do homem do quinhentos, corrigindo uma imagem, por vezes, equivocada do passado. Os reflexos da empresa marroquina na produção literária da época, como, por exemplo, a obra *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente e *Os Lusíadas* de Camões, atestam a relevância que se dava ao avanço ultramarino como um prolongamento da reconquista cristã. Os guerreiros eram invejados e cantados como heróis pelos homens de letras.

Ao lado das letras estavam as artes visuais. O artista representou no retratado, em posição de cavaleiro, algumas virtudes guerreiras, como liderança, beleza, perfeição, destreza. Nos homens quinhentistas, assegura Cerejeira (1974), havia uma mentalidade coletiva, um ideal coletivo, um sentimento nacional que unia as inteligências e as vontades da sociedade, qual seja, o ideal da cavalaria cristã: lutar pela fé e pelo Reino. A nobreza tinha por ocupação a arte das armas. O culto das armas era a honra e a coroa da nobreza. O ardor religioso inflamava o heroísmo português. Evocavam-se as virtudes militares, como a fé, a coragem, a prudência. É nesse sentido que D. Sebastião fora criado e educado.

Assentava-se, desse modo, a esperança em El-Rei, cujos ímpetos bélicos se acendiam. Por influência da literatura também, com exemplos tanto do seu tempo histórico quando do passado, pouco a pouco se formava nele o espírito cavalheiresco:

[...] Lera o «Cid»; e, como o campeador espanhol, queria também ganhar aos mouros espadas de fama, [...] Leu as novelas¹⁰⁸ «Os Nove da Fama», com a história apologética de Alexandre, o Grande e de Júlio César, e leu ainda vários romances de cavalaria, como o «Amadis», o «Palmeirim», e «Vida e guerra», de Jorge Castrioto (FIGUEIREDO, 1925, p. 93).

Essas lições lhe incendiavam a alma, por instinto e educação. Nessas condições, ao idealizar a figura do rei, a imagem incentivava a percepção de um poder divinizado em ascensão, que, assim, poderia tocar o espírito dos homens. A crença do próprio monarca de que ela era um rei cavaleiro foi alimentada, legitimada por essas literaturas. As novelas, além de seu conteúdo mítico, apresentavam modelos de comportamento e atos típicos da cavalaria medieval que exerciam influências nas viagens marítimas lusitanas. O relato de fatos do passado, com predomínio do maravilhoso¹⁰⁹, com cavaleiros invencíveis, nutria o desejo de continuidade de poder de uma dinastia real ou família nobre. Desse modo, podemos afirmar que elas também desempenhavam um papel formativo.

Os homens do período quinhentista, cercados pelas maravilhas dessas narrativas, encontraram nelas elementos para reviver o passado no presente. Lidas para além dos meios eruditos, elas atingiam fidalgos, senhoras da corte, artesãos das cidades e, assim, sustentavam o imaginário social, no qual *O Desejado* aparecia como o tema principal. Daí advém a série de atitudes tomadas pelo rei como herói medieval, como líder político de um Reino na iminência de não ter um sucessor dinástico.

¹⁰⁸ Trata-se de um conjunto de narrativas chamadas de *romance cortês*, surgidas na França a partir do século XII. Essa literatura era organizada por narrativas escritas em verso ou prosa. Era inspirada nas *Canções de Gesta*, poema cantado que relatava os feitos dos heróis cavaleiros das cortes medievais. Esses poemas eram transmitidos oralmente pelos jograis, artistas itinerantes, que apresentavam seus espetáculos musicais e teatrais geralmente em praças, igrejas e pátios (SARAIVA, 1983). O autor destaca que a *Demanda do Santo Graal* foi uma fonte de inspiração para os autores das novelas de cavalaria portuguesas, principalmente, os que escreveram no século XVI, na ocasião que antecede o reinado de D. Sebastião. Durante a Dinastia de Avis, observou-se a influência da vida casta e pura do cavaleiro Galaaz. Podemos lembrar aqui a determinação de D. Sebastião acerca da castidade. A partir da popularização dessa novela, virgindade e castidade tornaram-se objetivos primordiais daqueles que eram vistos como homens diferenciados, semidivinos, eleitos de Deus, escolhidos e preparados para grandes feitos.

¹⁰⁹ Segundo Jacques Le Goff (1989) lançar mão do maravilhoso para fins políticos era comum entre os governantes da Idade Média. Tratava-se “[...] de uma forma de recuperação do maravilhoso, mas de uma forma extrema. É sabido e quase normal, óbvio que as dinastias reais procuraram forjar para si origens míticas. Famílias nobres e cidades imitaram-nas” (LE GOFF, 1989, p. 29).

Burke (1999) afiança que, nos séculos XV e XVI, ocorreu “[...] uma mudança no gosto: do natural para o fantástico, e do simples e modesto para o complexo, difícil e esplêndido” (BURKE, 1999, p. 180). Essa informação reforça nosso entendimento dos elementos míticos e fantasiosos ao redor da figura de D. Sebastião.

Outro elemento importante no quadro é a visão linear¹¹⁰, característica predominante da pintura ocidental do século XVI, segundo Wölfflin (2000). As luzes e as sombras (claro e o escuro), sob o comando das linhas regulares e delimitadoras, dão a impressão de plasticidade. A luz e a sombra se revelam tão importantes quanto o desenho; cada luz tem uma função para definir a forma, em suas minúcias, bem como articular e ordenar o conjunto. Consideremos as palavras de Wölfflin (2000), que vai ao encontro desse entendimento:

O contorno nítido e firme dos corpos suscita no espectador uma sensação de segurança tão forte, que ele acredita poder tocá-los com os dedos, e todas as sombras modeladoras adaptam-se de tal modo à forma, que o sentido do tato é imediatamente estimulado. Representação e objeto são, por assim dizer, idênticos (WÖLFFLIN, 2000, p. 28).

Percebemos que cada superfície das imagens selecionadas tem seu contorno claro; cada parte do todo se expressa como uma forma tangível. As configurações de linha, cor e volume, chamadas de *formas puras* por Panofsky (1995), são reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais, ou seja, são os motivos artísticos que devem fazer parte da descrição *pré-iconográfica* da obra de arte. A leitura desses elementos nos prepara para chegarmos à dimensão da interpretação iconológica, ou seja, firmar nossa tese de que a imagem contribuiu para a constituição da personificação de um rei tanto cristão quanto laico.

Identificamos na documentação da época outros testemunhos do estado coletivo dos espíritos, dos anseios, das frustrações e esperanças. Também as vozes do poetas incitavam o rei para a obra africana. Essas vozes belicosas reforçavam a crença de que ele era uma figura a quem Deus confiara a honra e a glória do engrandecimento de seu Reino, em uma epopeia nacional. Podemos citar o Tomo 2 *Das Cartas* de António Ferreira (1528-1569), Diogo de Teive (1514-1569) com *Regras para a educação de Elrei D. Sebastião*. Dentre

¹¹⁰ Segundo Wölfflin (2000, p. 41) “[...] O processo de evolução do estilo linear, que desemboca no século XVI, somente tem início em meados do século XV. A primeira metade desse século é menos sensível à linha [...] Somente após 1450 é que se tornou vivo o senso da silhueta”.

muitas das obras quinhentistas, as sentenças de *Os Lusíadas* instigaram incisivamente a alma belicosa do rei-moço. Camões se fez um verdadeiro arauto desse espírito coletivo. Figueiredo (1925) sublinha que o Monarca cada vez mais se via como “[...] um predestinado favorecido pela graça celeste para sublimes emprêsas de cavalaria cristã; e todo se absorve nas palavras que lhe são dirigidas pela maior alma épica e lírica de Portugal” (FIGUEIREDO, 1925, p. 198).

Mesmo diante dos rumores e de vozes críticas, principalmente em relação ao final de seu reinado, a iconografia sebástica manteve e alimentou essa aura de rei ungido, que transpôs fronteiras para a intelectualidade da época. Desde seu nascimento, ele fora embalado pelas músicas, pelos poemas e crônicas que profetizavam seu êxito na empresa contra os infiéis. A dedicatória de Camões lembra D. Sebastião da responsabilidade por assegurar a independência lusitana. O *Canto I* de *Os Lusíadas* se institui como outra relevante referência ao *O Desejado*:

E, vós, ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade;
Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
Pera do mundo a Deus dar parte grande
(CAMÕES, *Canto I*, est. 6).

Camões, juntamente com o povo, depositou esperanças no homenageado, não apenas quanto à expansão das terras, mas também quanto ao avanço da cristandade em detrimento dos mouros infiéis. O poeta ilustra um momento em que Portugal lutava para firmar sua autonomia, lutava contra o castelhano que a negava e contra o mouro que lhe ocupava o território. Essas responsabilidades exigiam do rei atitudes de ordem espiritual e temporal.

Como rei, a educação de D. Sebastião correspondeu ao intento de formá-lo para a arte de governar. Lançando mão de uma interpretação iconológica, podemos chegar ao pensamento de que as pinturas revelavam esse projeto para os súditos.

Em *Os Lusíadas*, Camões divulgou a visão épica e mítica da aventura cultural e espiritual lusitana. Na litografia seguinte (Figura 6), produzida no século XIX, com

dimensão de 38,4x59 cm, observamos uma cena que provavelmente teria ocorrido. Camões lê sua obra para D. Sebastião na presença de fidalgos e de representantes da Igreja.



Figura 6. **Camões lendo os Lusíadas a D. Sebastião.** RAMALHO, António, 1858-1916

Fonte: Biblioteca Nacional Digital - Cota do exemplar digitalizado: e-40-a

Disponível em: < <http://purl.pt/6773> >.

No *Canto I* dessa obra em que Camões homenageia o rei, estão enumerados os feitos dos heróis portugueses, os quais, segundo o autor, suplantaram as proezas realizadas por outros heróis épicos. Está registrada também uma exaltação à fé católica em detrimento das demais religiões:

Vós, poderoso Rei, cujo alto Império
 O Sol, logo em nascendo, vê primeiro,
 Vê-o também no meio do Hemisfério,
 E quando deca o deixa derradeiro;
 Vós, que esperamos jugo e vitupério
 Do torpe Ismaelita cavaleiro,
 Do Turco Oriental e do Gentio
 Que inda bebe o licor do santo Rio:
 (CAMÕES, *Canto I*, est. 8).

Os versos nos indicam que a fé católica suplantava as demais religiões. O termo ismaelita nos remete aos árabes, ao islamismo; gentios seriam aqueles que não adotavam a fé cristã; santo rio seria o Rio Ganges, dos hinduístas. Para Camões, D. Sebastião seria o baluarte dos valores nacionais, monarca poderoso, predestinado por Deus e, acima de tudo, o líder da reconquista das terras que os mouros haviam roubado. Desse modo, a figura de D. Sebastião era identificada a Portugal, com uma história gloriosa.

Na obra de Camões, encontramos, portanto, uma correlação com a imagem que se forjava de D. Sebastião. As pinturas, as moedas, as iluminuras, não se constituíam apenas por uma combinação de formas, superfícies e cores, mas a ilustração de um pensamento, de uma forma de viver. Forma e conteúdo compõem um todo indissociável. A plasticidade de nossa vida afetiva relaciona-se a modos de expressão e às convenções coletivas que nos levam a sentir sentimentos que elas exprimem ou exigem, porque se imprimem em nós pelo fato de serem estabelecidos por aquelas convenções. As influências coletivas se insinuam no conjunto de nossa vida mental; penetram em nossa afetividade e nossa inteligência, pois como destaca Blondel (1960), no “[...] domínio dos sentimentos o real não se distingue do imaginário (BLONDEL, 1960, p. 231).

Voltemos para a iconografia sebástica. Uma das figuras relevantes na expressão pictórica portuguesa foi o pintor Cristóvão de Morais, um produtor de imagens de origem espanhola. Autor de dois celebrados retratos maneiristas de D. Sebastião. O primeiro se refere ao quadro que representa o príncipe aos 11 anos de idade, assinado e datado em 1565 (Figura 7), o qual se encontra no acervo do Mosteiro das Descalzas Reales, em Madrid. O segundo corresponde ao executado em 1571 (Figura 8), por encomenda de sua avó, a rainha D. Catarina, está exposto no Museu Nacional de Arte Antiga.

Serrão (1991) assinala que Morais era um artista aristocrático, considerado pela clientela cortesã. Atuou como retratista, decorador e pintor de retábulos. A pintura, mais que uma atividade artística, definia-se como um contrato de mão-de-obra entre a realeza (o grande mecenas) e o pintor. Executado o serviço e efetuado o pagamento, o contrato se encerrava, e a obra, quase sempre anônima, passava ao patrimônio real. Em geral, não havia relação intrínseca entre o pintor e a obra, assim, os únicos dados que restavam para comprovar a autoria eram os recibos de pagamento do trabalho realizado. Em 1554, Morais exerceu o cargo de examinador de pintores, o que indica sua posição social e profissional.

De acordo com Serrão (1991), os quadros de D. Sebastião, pintados por Morais em 1565 e 1571, apresentavam um maneirismo áulico, de perfil italiano. Ambos exibem uma

qualidade plástica apreciável, com cores matizadas em gradações suaves, às vezes exageradas, sem correspondência com as naturais, e, assim, exaltavam o rei, sublinhavam valores e acentuavam pormenores. Observamos, então, o aparecimento de figuras alongadas, em posições afetadas e teatrais, em uma busca de movimento nas composições.



Figura 7. **Rei Sebastião de Portugal, 1565.** Cristóvão de Morais.
Mosteiro das *Descalzas Reales*.

Fonte: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dom_sebastiao_1565.JPG?uselang=pt-br >.

Com dimensão de 335x550 cm, pintado a óleo, o quadro acima retrata o rei D. Sebastião aos 11 anos de idade. Trata-se de uma das raras obras que Cristóvão de Morais datou e assinou: 1565 *Christoforus a Morales faciebat*. De acordo com Serrão (1991), o quadro do Infante pintado de corpo inteiro, de pé, gibão e manto curto era destinado à mãe, princesa D. Joana, e deveria ser exposto no convento que esta fundara em Madrid, o das *Descalzas Reales*.

Analisando a imagem, observamos em um rosto infantil o destaque dos lábios carnudos dos Áustrias, como seu avô Carlos V, aparentando uma certa altivez e poder; a mão direita sobre a espada e a esquerda com luvas, representada em uma verticalidade. As qualidades e a notabilidade do retratado deveriam ser vistas e admiradas, por isso, era necessário salientar a elegância e a sobriedade do monarca, bem como a riqueza, a severidade, a indumentária e os adornos. As roupas ricas, curtas e rígidas moldam a anatomia; os movimentos graves e elegantes sugerem a representação de um homem educado, ponderado e sublinham sua posição social elevada; a postura dominadora reflete seu poder. Os elementos do quadro possivelmente foram pensados para investir de sinais de poder o Infante, ainda jovem. Ao evidenciar o valor e a virtude do retratado, podemos perceber a intenção de torná-lo um exemplo a ser admirado.

A imagem parece corresponder ao caráter informativo e propagandístico necessário à situação social do representado, bem como à intenção de exaltar sua personalidade, destacando-o dos demais membros da comunidade que observavam o quadro. O conceito fundamental da imagem seria o da majestade. D. Sebastião, concentrando em si os títulos de Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além Mar em África, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, herdara, segundo os documentos escritos, um sentimento etnocêntrico, a ideia de superioridade natural de sua realeza.

De acordo com o documento *Estilo que os reis de Portugal usavam nos recebimentos e tratos ordinários dos embaixadores dos reis e nuncios da sua santidade*¹¹¹,

¹¹¹ Transcrevemos um trecho do documento, localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, no qual se registra uma espécie de ritual do levantar do rei: “[...] A uma hora antes de El-Rei se levantar, lhe davam a sua melhor camisa, que os moços da Guarda-roupa traziam. Vinha quente e perfumada com pastilha almiscarada sempre de Inverno e Verão. Tirava El-Rei a camisa, ficava com um capote demartas e sobre ele lhe lançava a sua melhor camisa. E em a pondo, lhe punham um roupão que de Verão era de tafetá singelo, e de Inverno, [...] forrado de lobas brancas. Davam-lhe as ceroulas, meias e esarpins, as quais mandava o moço das chaves a El-Rei, e as davam ao seu melhor. Depois de El-Rei se levantar em roupão, e se sentar em uma cadeira, entrava o Vedor de sua Casa com a sua cana na mão, e fazia uma grande mesura. Vinham atrás dele, os moços com as calças e um prato de água para

o traje masculino usado pelas camadas mais altas da sociedade portuguesa compunha-se de camisa, ceroulas, meias, escarpins, calções, gibão, botas, roupeta, espada, cinto, chapéu. A etiqueta indicava que o homem nobre deveria levar um par de luvas perfumadas, segurada pela mão esquerda, e um grande lenço de seda branca (de formato retangular), na direita. Nesse quadro, em traje cortesão, o rei se apresenta com calções de balão, gibão e sobreveste bordados, com uma luxuosa gorra emplumada. Do seu lado direito, destaca-se uma cadeira carmesim denotando luxúria e ostentação, condizente com sua posição social. De forma um pouco difusa, aparece uma coluna, que nos remete ao estilo clássico, como “[...] símbolo intimamente ligado à ideologia dos Habsburgos e que representa visualmente o lema de Carlos V das colunas de Hércules” (CRUZ, 2006, p. 113).

No retrato de côrte, não se representava somente o indivíduo. Nele se evocavam também a natureza abstrata de poder e de nobreza, cujos princípios deveriam reger a conduta do retratado e a de quem admirasse o retrato. Podemos entender que esses valores se traduzem não só no fundo escuro de onde sobressai a imagem, como também no traje opulento, nos atributos ostentados, na pose retórica e até na expressão grave do rosto que assim impõe sua imagem ao observador.

Na estruturação do quadro, observamos também a representação do estilo tectônico, ou seja, a imagem é apresentada como uma realidade limitada, que se ordena, de forma bem definida, vertical e horizontalmente, em torno de um eixo central, de onde se destaca a figura principal. Observamos que as partes do quadro, cada uma em sua forma peculiar, foram reproduzidas para ser perfeitamente distinguidas pelo observador. Os retratos são de expressão vaga, pintados com minúcia flamenga e cuidado com trajes, mantos e postura, bem como marcando o caráter do rei piedoso. Nesse sentido, ao leitor ou ouvinte das outras formas de glorificação do rei era divulgado que os súditos tinham acessibilidade ao seu governante. Este era o restaurador das leis; o subjogador da heresia; o árbitro da paz; o ampliador das fronteiras (BURKE, 1994). A aplicação de adjetivos lisonjeiros ao rei, por meio da imagem, reforçada pelos recursos verbais e não verbais, fazia com que se

as mãos, dourado, com uma toalha de tafetá verde [...]. O que após vinha em outro prato, o gibão com malha da mesma maneira, e logo o moço das chaves em outro prato, trazia as botas com outra toalha, e as dava ao seu melhor, os quais as dava a dois moços da Câmara da Guarda-roupa, que lhas calçavam. A água das mãos, levava o moço das chaves em umas fontes, e as dava ao seu melhor. E logo tomavam uma salva com uma toalha, e a dava ao seu melhor, e quando ele lhe tornava a dar as fontes, o mancebo não as trazia por estar apegado na camisa. A roupeta vinha em outro prato dourado com uma toalha negra por cima da espada, e no cinto vinham cada peça com sua fonte coberta com uma toalha de tafetá negro. Como a roupeta, o chapéu vinha em uma salva, o lenço em outra, e as luvas em outra. E todas estas peças, as davam os moços da Câmara da Guarda-roupa” (Códice 887, fólio 288).

acreditasse no Príncipe não como ele era, mas como deveria ser, ou seja, uma figura idealizada. Dessa forma, suas imagens cumpriam a função educativa de dar força às ideias legitimadoras do poder régio.

Não podemos deixar de observar uma falta de verossimilhança nas proporções anatômicas do rei: uma cabeça pequena, de uma criança de 11 anos, em um corpo alongado. Para Cruz (2006), essa distorção deve-se à aplicação do cânone, comum nas obras de Moraes, de que a altura do corpo deveria ser igual a sete vezes e meia a altura da cabeça, medida que correspondia à representação de um adulto. Também percebemos que a saliência dos órgãos genitais externos é um tanto exagerada para uma criança dessa idade, bem como um dorso do pé direito avolumado. A autora, no entanto, salienta que após Alcácer Quibir, com o intuito de identificar o corpo régio, vieram à tona certos sinais físicos do rei que não eram tão lisonjeiros para a realeza e para o orgulho português.

Segundo Moura-Relvas (1972), os sinais manifestos e secretos de D. Sebastião foram nominalmente recolhidos e atestados pelo secretário do Legado papal, Tomé da Cruz. Posteriormente foram publicados pelo Frei José Teixeira. Transcrevemos aqui algumas das particularidades contidas em uma carta do Frei Estêvão de Sampaio, as quais foram levantadas por Moura-Relvas (1972):

[...] 3 – Corpo tão curto, desde as espáduas à cintura, que o seu gibão não pode servir a outra pessoa, mesmo da sua estatura; 4 – Da cintura aos joelhos é muito longo; [...] 8 – No dedo mínimo do pé direito tem uma verruga que lhe cresce, a qual parece como um sexto dedo; 9 – Peito do pé muito alto e elevado; 10 – Num ombro um sinal do tamanho de um vintém de Portugal; 11 – Na espádua direita, para o lado da nuca, um sinal negro, do tamanho de uma pequena unha; 12 – Tem sardas no rosto e nas mãos, pouco aparentes, e quem não sabe não as poderá ver; 13 – tem o corpo da parte esquerda mais curto do que a direita, de modo que coxeia sem que se note; 14 – Falta-lhe um dente na maxila direita; 15 – Sofre de fluxo de sêmen; 16 – Tem, além disso, um sinal muito secreto, que se dirá quando necessário; 17 – Além desse sinais secretos tem vários outros que se podem ver, como os dedos longos e as unhas do mesmo modo; [...] (MOURA-RELVAS, 1972, p. 134-135).

O jovem monarca não tinha apenas o lábio inferior pendente dos Áustrias, mas também um corpo acentuadamente assimétrico: braço, mão, perna e pé direitos mais compridos do que os esquerdos; o ombro direito mais alto do que o esquerdo. Essas anomalias somáticas possivelmente resultavam dos consecutivos matrimônios consanguíneos. Esses detalhes físicos do monarca certamente deveriam ser amenizados,

pois a imagem a ser forjada era a daquele que nascera para restaurar o orgulho nacional e combater os contrários à fé cristã, sob a égide divina. Era necessário potencializar os aspectos morais e físicos do rei, minimizando seus defeitos. A obviedade de uma recusa do retrato realista era certamente deixada de lado, em prol de um retrato idealizado e belo.

Nos retratos escritos do monarca, os cronistas que o conheceram, como Frei Bernardo da Cruz, Padre Amador Rebelo, em uma linguagem de exaltação, descreviam-no com certa perfeição. Na *Crónica de El-rei Dom Sebastião*, do Padre Amador Rebello, editada por Serpa (1925), encontramos algumas características físicas de D. Sebastião. Para o Padre Rebello, o monarca era um homem de bela aparência.

Era El-Rei homem de bôa estatura de côrpo, não em demasía, de fôrtes membros, enxúto e bem dispôsto, sem defeito algúm. Éra alvo de carnes, e os cabêlos da cabeça e os que lhe começávam a pungir da barba, louros. Tinha o rôsto grave e sevêro, com o beço de baixo um pouco derrubado, cuja composição lhe dáva múita graça e formosúra (SERPA, 1925, p. 269).

Por meio de adjetivos e advérbios, erigia-se uma figura idealizada do Rei. O cronista garantia a perfeição e a simetria de sua silhueta. A convenção de exibir a riqueza e as grandes qualidades do retratado encontrava-se tanto nas manifestações artísticas pictóricas como nas literárias.

Outro cronista régio, Frei Manuel dos Santos (1735), com a habitual lisonjaria dos cronistas régios, afirmava que o Príncipe era dotado de “[...] mãos, e pernas tão bem formadas, como se fossem feitas ao torno [...] e todo o corpo sem parte desigual, em que aparecesse defeito” (SANTOS, Liv. I, cap. XVI, 1735, p. 101).

Pintores, poetas, cronistas, com teor ufanista, alimentavam o imaginário popular, validando a imagem de um monarca poderoso, ousado, guerreiro, com os dotes corporais e intelectuais necessários para cumprir sua missão terrena.

Observamos, pois, que as percepções do social não se constituíam como discursos neutros: produziam estratégias e práticas sociais, educativas e políticas, que tendiam a estabelecer uma ideia, legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as razões de suas escolhas e condutas. Era necessário, pois, aceitar essa ideia idealizada de governante e de governança.

Consideremos alguns versos do poeta António Ferreira (1865), dedicado ao monarca quando este estava com a mesma idade da pintura acima (11 anos). Para além de seu físico, digno de um rei, seu governo seria promissor:

Rey bemaventurado, em quem parece
 Aquella alta esperança já comprida
 De quanto o Ceo, e a terra offerece:
 Formosa planta de Deos concedida
 A lagrymas d'amor, e lealdade,
 Só nosso bem, vida da nossa vida:
 Em quanto essa innocente, e branda idade
 Por Deos crescendo vay felicemente
 Té o Mundo encher de nova claridade:
 Em quanto este deu povo, e o d'Oriente
 Novo accrescentamento por ti esperam
 D'outros Reys, d'outra terra, d'outra gente:
 Taes promessas os Ceos de to nos déram
 No teu tam milagroso nascimento,
 E aprito igual em ti nellas puzeram
 (FERREIRA, Liv. II, 1865, p. 97-98).

Nesses versos enaltecedores, o poeta elegia o futuro rei como portador de novos tempos, tempos de luz. Essas expressões literárias identificavam e firmavam as expectativas do povo, bem como sustentavam os sonhos do Infante em conquistar as terras dos infieis, confiado na proteção divina e em seu próprio zelo religioso¹¹².

Sua atenção dirigia-se também para o combate dos judeus, outro grupo visto como inimigo da cristandade. Transcreveremos, pois, um relatório sobre um episódio em Almeirim, no dia 09 de fevereiro de 1569 (BNL, Fundo Geral, 863, Coleção Moreira, Lista dos autos de fee, f.º 22 vº.), onde D. Sebastião, com 15 anos, reagira com rigidez diante da atitude de hereges judeus.

< [...] estando elRey em Almeirim fez grandissimas demonstrações, tendo novas de que na villa de S. João da Pesqueira, na parochia de S.

¹¹² Sobre seu zelo para com a Igreja, transcrevemos uma carta de D. Sebastião que julgamos ser relevante: 27 de janeiro de 1569 – Almeirim – Carta de D. Sebastião ao Bispo D. Jorge de Ataíde. BNL, Pombalina, mss. 641, f.º 499: “Bispo amigo, eu elRey vos emvjo mujto saudar, quanto majs conhecimento vou tendo das cousas do governo de meus Reynos tanto me parece ser majs neçessário pedjr a Noso Señor me alumie e ajude asy como por sua bondade ouve por bem de o fazer aos Reys de portugual meus avos a que eu deseio mujto imittar os quais dillataram e amplyaram tanto a fee e tiveram tam particular cuidado da guarda da justiça como convinha a sua obrigaçam e se sperava de seu santo zello e excellentes virtudes. Portanto vos agradecerey muito fazerdes mercê em mandar a Nosso Señor ordinariamente nos púlpitos e estações das igrejas de todo voso Bispado e avisardesme dos pecados publicos que neles ha a que vos pareça devermos dacodir, E do Remedjo que podreys ter...Solicita depois que uma resposta seja enviada a Martim Gonçalves da Câmara, <fidalgo de minha Casa pera ma elle mostrar>” (SERRÃO, 1987, p. 87).

Sebastião, no dia deste Santo, estando o povo junto para a procissão, e levantando à missa do dia o cura Gastão Rebello a hóstia consagrada, hum judeu chamado Afonso Mendes Carapito, com impulso diabolico se lançava a elle para lha tirar das mãos, e satisfazer nella o extranhável ódio que os Judeus têm a Christo. Mandou logo elRey que o tal judeu que tinha vindo preso para Lisboa fosse queimado vivo, o que se fez com grande applauso do povo > (SERRÃO, 1987, p. 89-90).

Nesse ato, percebemos as prerrogativas de governante que lhe cabiam como Rei. Como cavaleiro cristão deveria proteger o Reino daqueles que profanavam a fé católica. Dois anos depois, no contexto da Reforma Religiosa, ele tomaria a mesma atitude de combate a esses infiéis. O ato régio, datado de 26 de junho de 1571¹¹³, proibia a entrada de livros protestantes em Portugal: “< Reynos e senhorios nam aja livros algüs de Lutero, Zuínglio, Calvino, Felipe Melanton & Colampadio, nem de outros algüs hereges conhecidos que tratem de Religião Christã > (SERRÃO, 1987, p. 262).

O mesmo zelo na missão de combate aos infiéis revelou-se nos *Estatutos sobre a reformação das três ordens militares*, promulgados em 06 de fevereiro de 1570. Esses estatutos vinham regimentar a reforma militar, valorizando o serviço. Ficavam proibidos do acesso às ordens militares os cristãos-novos e trabalhadores manuais, filhos e netos de oficiais mecânicos, bem como os que tinham vinculação moura ou judaica. Cruz (2006) observa que se lançavam as bases de um sistema de limpeza de sangue e exclusão social que se estendeu, no século XVII, a outros ofícios e honras. A lei *Regimento do mordomomor e das moradias*, de 3 de junho desse mesmo ano, também revela a obsessão pela África. Esse documento valorizava os feitos militares em praças do Norte da África, estabelecendo que a integração e a ascensão na categoria de cavaleiro destinavam-se aos que provassem ter sido cavaleiros na África ou na guerra em defesa do Reino.

Outro fato relevante da luta contra os heréticos é relatado pelo historiador Figueiredo (1925): em setembro de 1572, chegavam a Lisboa notícias da matança dos huguenotes na França, em 24 de agosto desse ano, a qual foi chamada de *Noite de São Bartolomeu*¹¹⁴. O clima de vitória cristã contra os infiéis e as heresias contagiava a todos. Segundo o autor, o monarca exultou pelo triunfo da causa católica, sentindo-se “[...] vingado pela carnificina de Nimes e pelos martírios de alguns jesuítas como o Padre Inácio

¹¹³ Esse documento encontra-se na obra de António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, pág. 327, n.º 1189, que foi compilada por Serrão (1987).

¹¹⁴ Segundo Cruz (2006), aproveitando o elevado número de huguenotes em Paris, por ocasião do casamento de Margarida de Valois com Henrique de Bourbon, o duque de Guise e outros nobres do partido católico assassinaram o almirante Coligny e desencadearam uma matança em Paris. A ação estendeu-se para outras cidades francesas, prolongando-se até 29 de agosto.

de Azevedo¹¹⁵ e companheiros jogados vivos ao mar, em 1570; em 1571 a morte de mais 12 missionários pelo corsário João Capdeville” (FIGUEIREDO, 1925, p. 39). Houve festa em Portugal, com procissão, repicar dos sinos, decorações nas igrejas e louvores.

Em dezembro de 1571, foi promulgada a lei, *Sobre os livros de hereges, e defesos*, na qual se instituíam diferentes punições, como pena de morte, degredo para o Brasil, confiscação total de bens para quem possuísse ou divulgasse livros luteranos, heréticos e reprovados, bem como premiação para delatores.

De nosso ponto de vista, em suas atitudes e condutas, os súditos, letrados e iletrados, respondiam ao que era representado nas imagens. Por isso, averiguamos a possibilidade de conhecer os efeitos sentidos pelo expectador ao apreciar as imagens de seu rei. As respostas resultam da relação entre os sentimentos e as sensações, por um lado, e o conhecimento resultante do olhar que, como leitores, fizemos daquilo que era expresso nas imagens. Postulamos, nessas condições, que a sensibilidade humana, fonte de afetividade, de conhecimento intuitivo e da própria criação artística, parece ser imprescindível para ler, na imagem, a ideia que era formada da realidade e que, muitas vezes, não se constituía como um reflexo fiel dela. Por isso, consideramos o fato de que a imagem permite despertar a sensibilidade humana, virtude que, a nosso ver, é imprescindível naqueles que contribuem para o processo de formação do ser humano.

Nesses termos, a linguagem imagética, como construção de conhecimento, necessita, para a intelecção de sua sistematização, que o sujeito desenvolva certas competências que o auxiliem a sentir e a significar a imagem exposta na obra de arte.

Torna-se oportuno frisar que há um potencial sensível em todos nós e que esse potencial é indispensável para que a aprendizagem ocorra por meio da sensibilidade. Consideremos as reflexões de Ostrower (1983) a esse respeito:

¹¹⁵ Em 1575, as relações com a França tornaram-se conflituosas. Diante da pirataria francesa no comércio da pimenta, da posse de cofre de ouro que vinha da Mina, da guerra que urgia fazer aos luteranos, o monarca foi levado a deixar de lado a diplomacia com os franceses. Assim, nesse ano, ordenou o fechamento dos portos do reino aos navios vindos de La Rochela, diminuindo, então, os danos para seus vassalos. Um trecho do documento XXXIV, referente a essa questão delicada entre os dois países, consta na obra de Serrão (1958), que investigou em bibliotecas e arquivos franceses, documentos relevantes da história portuguesa do século XVI, com base nos quais revelou pormenores das relações diplomáticas entre Portugal e França. “[...] Jaquez Soria, cossario da Arrochela foi muy afamado em tempo delRey D. Sebastião, e fez m.^{to} danno por estes mares e lhes matou m.^{tos} religiosos da Companhia que hiaõ para o Brazil com seu provincial o P.^e Ignacio de Azevedo em hũ navio em conserva de D. Luis de Meneses [...] apartandose o navio em q̃ hiaõ os padres de sua conserva, na ilha da madr.^a cahio nas mãos dos cossairos junto á ilha da Palma onde todos foraõ mortos tirando dous q̃ ficaraõ com vida. O s.^{of} D. Luis [...] cahio tambem nas mãos dos Cossarios Franceses e pelejando com elles foi morto, e o navio foi tomado e com sito acabou este fidalgo seus infortunios e de seus f.^{os} que todos morreraõ a poder de enemigos em serviço de seu Rey” (SERRÃO, 1958, p. 111).

No ato de compreender, tudo o que temos em termos afetivos, intelectuais, conscientes e inconscientes, associações, emoções, pensamentos, tudo isso se integra num conjunto de noções que se qualificam mutuamente, sem que a pessoa tenha que se dar conta disso. É sempre um novo conhecimento [...]. Com efeito, os caminhos intuitivos não são inteiramente racionais. Mas, para não haver nenhum mal-entendido: tampouco são irracionais, pois, em todos os momentos do conhecimento, o ser humano continua um ser consciente. A intuição jamais dispensa a razão. Apenas esta não existe isolada, como que num compartimento estanque. Mobilizando a uma só vez todo o manancial de inteligência e sensibilidade das pessoas, seu potencial de associações e imaginação e suas necessidades interiores, os processos intuitivos informam o próprio modo de conhecer, pois interligam a experiência afetiva do indivíduo às suas indagações intelectuais (OSTROWER, 1983, p. 57-58).

Segundo a autora, a intuição tem um valor considerável no ato de apreensão, pois se revela como uma ação que demanda razão e sensibilidade. É desse ponto de vista que reiteramos que as imagens, como estruturação sensível e cognitiva, devem ser olhadas, sentidas e significadas. O sujeito-leitor precisa ter sensibilidade para perceber o conteúdo intrínseco da obra de arte, aquilo que se desejava configurar e ensinar. No caso, tudo era pensado da perspectiva da construção do padrão ideal de rei, que deveria, ao mesmo tempo, ser condizente com o momento. Por isso, em geral, as insígnias e as joias representadas nas imagens eram ricas, as roupas esplendorosas e a pintura densa e clara a um só tempo, engrandecendo, assim, o retratado.

Os mesmos detalhes podem ser observados na pintura de 1571 (Figura 8). Nesse quadro, encomendado pela rainha D. Catarina, o rei é representado à semelhança dos retratos de seu avô, Carlos V, executados por Ticiano (1477-1576), em uma pose imperial dos Habsburgos. Essa obra, que foi oferecida ao Papa Pio V (1566-1572), conserva-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa. A obra não se manteve no Vaticano, acabando por ser adquirida em um antiquário romano pelo conde de Penha Longo e oferecida ao Museu em 1909. Segundo Vítor Serrão (1991), esse retrato do rei “[...] constitui um dos marcos mais transcendentos de nossa cultura maneirista” (SERRÃO, 1991, p. 51). Dessa obra foram feitas também várias cópias, de meio corpo, a três quartos ou em corpo inteiro, as quais se conservam em várias coleções. Na época de D. Sebastião, a imagem foi largamente exposta, ocupando espaços que oportunizavam visibilidade para letrados e iletrados, súditos e estrangeiros.

Podemos intuir, destarte, que havia uma intencionalidade de mover os espíritos para uma consciência nacional. As imagens, como instrumento educativo, eram elaboradas

como representações régias em um grau mais elevado de consciência e de reflexão. A iconografia combinava ideias e sentimentos que dirigiam a conduta coletiva em relação ao ideal do governante. Portanto, a manifestação coletiva e a representação simbólica do poder, da glória e do prestígio do rei, em suas diferentes formas de linguagens, tinham a função educativa de mudar o comportamento do povo em relação ao soberano, inclusive da fidalguia e dos membros da Igreja.



Figura 8: **D. Sebastião (1571)**. Cristóvão de Moraes.
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa/Portugal.

Fonte: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rei_D._Sebasti%C3%A3o.jpg >.

Nesse quadro, com dimensão 100x85 cm, em óleo sobre tela, o monarca, com 17 anos, aparece visionado pelo artista com a força do misticismo. Por meio do jogo de luz, do contraste de ausência e presença de iluminação, destacam-se a figura régia como se estivessem sob o foco de um refletor. Desse modo, a [...] operação que os olhos realizam assemelha-se à da mão que percorre um corpo; e a modelação, que reproduz a realidade na gradação da luz, também apela para as sensações de tato” (WÖLFFLIN, 2000, p. 29). Os olhos se revelam como os órgãos mais capazes de produzir emoção nas pessoas. As imagens que mais nos atordoam são aquelas que exigem uma maior atenção do apreciador.

A cor, a forma, a luminosidade sofrem variações conforme a mudança de distância, iluminação, ângulo de visão. Afirma Gombrich (1986) que a impressão da luz aceita pelos observadores ocidentais vem de cima e do lado esquerdo. Por isso, a posição mais adequada para desenhar e escrever seria dessa maneira, pois, “[...] instintivamente nós vemos um objeto como estendido no plano que faz ângulo reto com a linha que liga esse objeto ao olho” (GOMBRICH, 1986, p. 238). Essas sensações de cor, recebidas pela retina em nossa mente, são percepções que se constituem como elementos da nossa visão consciente da sociedade, alicerçada na experiência, no conhecimento. O maior prodígio do olho seria a velocidade e a segurança com que interpreta a interação de múltiplas pistas, levando-nos a conjeturar e modifica-las à luz de nossas experiências. “[...] Para sondar o mundo visível, laçamos mão da suposição de que as coisas são simples até prova em contrário [...]”, assegura Gombrich (1986, p. 238). Podemos ficar maravilhados com a habilidade do autor ao fazer imagens que parecem tão reais.

Essa figura régia, de estilo cavaleiresco, apresenta o rei com um olhar distante e firme, rosto bem desenhado, cabelo louro curto e o rosto iluminado frontalmente. Vemos aqui a influência do tratado de Holanda (1984), comum na retratística régia quinhentista. Em seu tratado *Do tirar polo natural*, entre várias considerações, destacou que a composição do rosto deveria ser, de preferência, de pose de estilo treçado, ou seja, em três quartos, de perfil, com a figura iluminada frontalmente, pela frente e não de lado, bem como a predominância do olhar frontal. Também aconselhava a se minimizar os defeitos físicos. No caso de traços particulares, por exemplo, no rei D. João III e de Carlos V, herdados por D. Sebastião, que “[...] têm um pouco o beijo de baixo descuidado e relevado para fora (HOLANDA, 1984, p. 31), deveria ter cuidado em não mostrar os dentes.

Esse retrato do rei aos 17 anos, segundo Figueiredo (1984), em um gesto de mecenas, ostenta meia armadura¹¹⁶ ornada com faixas douradas decoradas com filetes entrelaçados. Com um olhar iconográfico, notamos que seus detalhes se fazem magistrais e pormenorizados. Compõe-se de couraça com ombreiras, braçais, cotoveleiras, usada sobre cota de malha. Suspensa do boldrié, vemos uma espada de laço com guarda de ouro cinzelado e esmaltado, de estilo espanhol. À cintura, uma adaga de trabalho igualmente primoroso. O autor nos dá indícios de que essa bela peça foi feita na oficina do milanês Giovanni Paolo Negroli (1513-1569), de destacada família de armeiros do século XVI.

Na espada, apoia-se a mão direita, o que complementa a ideia de monarquia cristã e universal, bem como a de defensor da fé: a espada simboliza sua função bélica, evocando a cavalaria. Sob uma maior fonte de luz com fundo, a pequena cabeça, seguindo o estilo maneirista, com menos rigidez metódica do que na Renascença, emerge de uma gola encanudada e de rendas preciosas. Vemos também os bordados ricos do calção balão. No fundo escuro, prepondera o contorno de D. Sebastião, ladeado por um cão de caça, com uma suntuosa coleira rubra, farejando a mão do amo. Observamos uma certa discrepância entre o tamanho da cabeça e das mãos do rei com o da cabeça do galgo. Era comum na época mostrar o retratado associado a objetos e/ou seres que representassem seus grandes interesses. A presença do galgo ao lado do monarca pode indicar que ele era um amante da caça, também destacada nas crônicas. A evidência do poder e da riqueza materializa-se também nos anéis e nas armas cravejadas de pedras preciosas. Pontos de brilho sobre a indumentária do rei põem em relevo o rico trabalho artesanal realizado na peça.

Observamos um Príncipe em uma postura heroica. Como afirma França (1981), o monarca se apresenta com um “[...] rosto sem razão, de olhar desdenhoso, a boca carnuda mas dura [...] príncipe perdido de orgulho, que se supõe senhor de um destino impossível, sonhando políticas e heroísmos no país exangue, desafiando o mundo e a vida que o perderá” (FRANÇA, 1981, p. 30). Portugal concebeu-se como o povo encarregado pelos céus para realizar o mandato de Cristo quanto à universalização do evangelho, bem como

¹¹⁶ Além de sua armadura milanesa, vemos o luxo de sua cavalaria e guarda real: “[...] a sela de seu soberbo cavalo tinha o assento de oiro e o debrum de arção. Bordado de diamantes, pérolas e rubis. Nas suas cavalariações havia duzentos ginetes anafados, escovados e lustrosos, que se aparelhavam com cabeçadas e selas de brocados e jaezes preciosos e se cobriam com telizes de veludos de Gênova e de Flandres. [...] Criou um corpo de alabardeiros <vestidos de pano preto, com capas compridas até meia perna, saios com faldas pelo joelho e botas largas de cordovão negro>; - e desta guarda real, toda composta de gente portuguesa, capitaneada pelo seu camareiro-mor, se rodeava quando saía à rua, ou seguia viagem, assim, em sombrio fausto” (FIGUEIREDO, 1925, p. 118).

para converter o infiel muçulmano. A imagem divulgada de D. Sebastião, firmada pela sua educação, fortalecia nele seu comprometimento como o povo lusitano.

Continuemos nosso trabalho de análise iconográfica e iconológica. Da perspectiva iconológica (sentido mais profundo e simbólico), podemos intuir que o objetivo do pintor era ressaltar a armadura do rei, que, no plano simbólico, corresponderia à exaltação de certos traços da personalidade e do papel assumido pelo rei. A presença do anel nos remete ao casamento místico entre o rei natural (governo laico) e o rei divino (governo divino). A simbologia voltada para a imponência do cavaleiro desejado, guerreiro e casto, lembra-nos de sua missão de recuperar o prestígio do Reino e da cristandade, por meio de uma aliança mística e do empreendimento bélico.

Quanto ao estado psicológico do monarca, podemos nos apoiar nas proposições de Gombrich (1986). O autor destaca que a predominância da luz sobre a forma produz uma textura que toca a camada mais profunda da nossa consciência, fazendo-nos reagir de maneira instintiva e rápida. A expressão fisionômica institui-se como um instrumento envolvente que se organiza como um trunfo em relação à luz. Observamos, no entanto, que a representação e a interpretação da nuance da expressão facial não se caracterizam como óbvias. Primeiramente, somos levados a um entendimento instintivo que, aos poucos, vai se modificando, conforme as pistas surgem. Por meio da linha e da cor, podemos expressar impaciência e serenidade, debilidade e firmeza, luxúria e castidade, soberba e modéstia, entre outros vícios e virtudes. A imagem assumia, assim, um espaço compositivo e de cor, em uma harmonia no conjunto, herança do estilo pictórico do maneirismo ítalo-nórdico.

Esses elementos se constituíam como símbolo do monarca e do poder estabelecido. A representação teria que evidenciar as características próprias do lugar social e institucional do representado. A imagem do *O Desejado* se revela como uma representação idealizada, que incorporava o personagem do santo mártir, perpassando um discurso hagiológico relacionado a São Sebastião, já longamente enraizado na mentalidade coletiva. A imagem nos leva a aceitar o monarca como o capitão de Deus, a expressão do cristianismo e das virtudes cavaleirescas, um exímio cavaleiro medieval.

Em relação, porém, à formação intelectual principesca, precisamos nos lembrar, segundo Buescu (2011), de que, no século XVI, as letras¹¹⁷ se moveram em um “[...] lento

¹¹⁷ Na corte régia de Avis houve um significativo interesse pelas letras e pelo livro por meio da produção literária e da ação cultural dos príncipes. Observamos a afirmação de uma cultura laica de cariz aristocrático em articulação com a cultura clerical. Havia também a necessidade de afirmação simbólica do poder da nova Dinastia. Ramalho (1982) salienta que D. João I, D. Duarte e o infante D. Pedro foram os principais

processo que conduziu de um modelo que assentava no absoluto predomínio da função guerreira para uma valorização de outros saberes que a cultura aristocrática foi incorporando” (BUESCU, 2011, p. 34).

Sua educação, intelectual e militar, sempre pensada pelos seus preceptores, deveria conduzi-lo à missão para a qual o próprio Deus o destinara. Desse modo, os intelectuais e artistas trabalhavam para louvar a imagem de seu rei,

[...] anunciandolhe logo desde pequeno todos os seus vassallos mil victorias & conquistas de grandes Reynos & Imperios; indolhe a cada hũ de cadauez crefçendolhe mais a opinião delle, affi como hia crefcendo na idade. [...] fazendo não fomente boas as esperanças que fe delle tinham; mas paffandoas muyto alem em todo o tempo de feu guouerno. Que virtudes deue ter hũ Rey, ainda que muyto velho, que fe não açhaffem todas neste Principe mançebo? correndolhe os annos ate os 24. Era Chriftianissimo, temente a Deos , muy grande zelador da relegiam Catholica , ardentissimo de fua amplificação, muy deuoto do culto diuino, fauorecedor das ordens, & obedientissimo a Igreja Romana. Guouernou Reyno em fumma iuftiça, guardandoa igualmente ao grãde & ao pequeno, fem por nenhũ refpeito a tirar a ninguém: [...] Polição ho de armas & arte militar eftimando affeioadiffimamête os hommẽs de guerra & caualeiros, fem denenhũa maneira poder ver os couardes (JOÃO DE CASTRO, Discvrso, fols. 5-5v.º, 1994).

Nesse fragmento, encontramos a legitimação do caráter divino do rei. Dotado de um poder emanado de Deus, D. Sebastião deveria ser visto como representante divino de Deus na Terra, deveria ser um homem virtuoso, ético, que cuidaria do bem comum.

Nos escritos de sublimação de sua figura, encontramos o fervor do rei: “[...] Eram três suas orações diárias: __ Que Deus o inflamasse no zelo da fé que êle queria propagar pelo mundo. __ Que Deus o tornasse um ardido guerreiro. __ Que Deus o conservasse

protagonistas e agentes da vida cultural, destacando-se no incentivo de tradução de autores clássicos e na construção de bibliotecas. No governo de D. João II desenvolveu-se uma política de financiamento de estudantes portugueses na Itália e também a permanência de intelectuais estrangeiros na corte. A convite do monarca instalou-se na corte o Cataldo Sículo (1455-1517), possível introdutor do humanismo no Reino e também mestre de príncipes e filhos da alta nobreza. Outro incentivador, nos tempos do movimento tipográfico, embora pouco expressivo, foi D. Manuel. Em seu governo, na viragem para o século XVI, a Europa assistiu à eclosão das línguas vernáculas, usadas, sobretudo, na divulgação de obras de caráter profano. Esse rei também possibilitou um contínuo estreitamento dos laços entre as duas cortes peninsulares, casando-se por três vezes com princesas castelhanas. Isso favoreceu o bilinguismo português, ascendendo a língua castelhana nos círculos letrados e cortesãos. *Vidas Paralelas* de Plutarco (45-120), *Historiarum Florentini Libri XII* de Leonardo Bruni (1369-1444) faziam parte da livraria do rei. Ao seu filho, avô de D. Sebastião, ordenou o ensino de rudimentos do grego. Temos também a presença de mulheres intelectuais e eruditas, que atuaram de forma mecenática relevante no século XVI: D. Leonor (1458-1525), D. Maria (1521-1577), Joana Vaz (15??). Isso denota que havia uma preocupação com a formação política dos governantes e com a dimensão ética do poder. Não podemos nos esquecer de que se expandiram também os escritos de caráter religioso; o número de bíblias, breviários, missais, saltérios e livros de rezar aumentaram de forma considerável.

casto” (FIGUEIREDO, 1925, p. 97). Desse modo, ele nutria a mentalidade coletiva a respeito de sua predestinação. Do Príncipe esperavam-se grandes feitos contra os mouros na África, bem como a expansão da Reino e da fé cristã. O autor afirma que nele coexistiam três homens: “[...] o *místico* ardente por esmagar infiéis; o *político* ambicioso de estender o seu reino por África dentro; e ainda *cavaleiro* a quem apraz defender um afrontado” (FIGUEIREDO, 1925, p. 226).

Já aludimos que, nas *Sentenças* de André Rodrigues de Évora (1983), assim como na carta de Gonçalo Dias de Carvalho (1986)¹¹⁸, foram definidas as regras por meio das quais o rei se tornaria um governante virtuoso, que cuidaria e zelaria pelo bem de seus súditos. Ao estabelecer códigos de comportamentos para o Príncipe, instruindo-o na arte de conquistar o poder e de conservá-lo, as *Sentenças* tornaram-se um instrumento educativo para a formação do monarca e, por conseguinte, repercutiriam na formação dos outros homens, ou seja, na sociedade. A longa tradição dos espelhos de príncipes destinados a compor o retrato ideal do rei sábio, heroico, justo e virtuoso e do bom governo orientado pelo bem comum, e da literatura de teor eclesiástico certamente chegaram até D. Sebastião.

Vejamos algumas sentenças compiladas por Évora (1983), nas quais são apresentadas como exemplo algumas virtudes que se aperfeiçoam com a inteligência e com o hábito, contribuindo, assim, para a conservação do poder régio e da sociedade.

[...] Prudência é propriamente virtude de príncipes.

[...] Sem justiça, nenhuma cidade se pode habitar.

[...] Nobreza é virtude, em poucos se acha (*SENTENÇAS*, ARISTOTELES, fols. 7^v-8^r).

[...] Grande remédio é a clemência, para os que temem. (*SENTENÇAS*, SÊNECA, fols. 13^v-14^r).

[...] Seguro é o poder, que a seu poder põem temperança (*SENTENÇAS*, VALÉRIO MÁXIMO, fols. 26^v-27^r).

[...] Assim como com os vícios do príncipe se corrompe toda a cidade, assim com sua virtude se concerta (*SENTENÇAS*, TÚLIO, fols. 30^r).

[...] Todos desejam ser grandes, mas o caminho para isso é ser humilde, se estendes o pé muito adiante de ti, cair procuras e não subir, começa do primeiro degrau, e subirás (*SENTENÇAS*, AGOSTINHO, fols. 43^v-44^r).

[...] Aquele é honrado, aquele é alto, e nobre, aquele tenha sua nobreza por inteira, que se despreza de servir aos vícios, e procura não ser deles vencido (*SENTENÇAS*, SÃO CRISOSTOMO, fols. 47^v-48^r).

[...] Assim como os maus sucessores escurece a fama de sua antiga geração, assim os virtuosos sucessores a confirmam (*SENTENÇAS*, CASIODORO, fols. 48^v-49^r).

¹¹⁸ Essas obras foram analisadas entre as páginas 161 a 165.

Nessas proposições, de diferentes intelectuais laicos e clericais, depreendemos a relevância dada à arte de governar. Incumbiria ao governante virtuoso, como educador, estabelecer leis que educassem e levassem os homens a desenvolver as virtudes propícias para o bem viver coletivo. Esses alvos poderiam ser conquistados por meios próprios, pelo uso da razão e pela prática das quatro virtudes ético-políticas: a justiça, a tolerância, a prudência e a firmeza.

O passado oferecia exemplos: o rei poderia fazer uso das soluções de estadistas aplicadas na Antiguidade ou criar novas, em concordância com as exigências de seu tempo histórico. Leiamos os fragmentos:

[...] Não é menos necessária no soldado temperança e sofrimento, que força e grandeza de espírito.

[...] Mas facilmente se acha, quem com vontade se ofereça à morte, que quem com paciência a tome.

[...] Em todos naturalmente há um alvoroço e contentamento, que com o desejo de peleja se incende, ao qual os capitães não devem reprimir, mas acrescentar.

[...] Tanto é mais alegre a memória do súbito perigo, quanto em casos dificultosos, a vitória foi mais fácil.

[...] Sendo os soldados poucos, e os inimigos muitos, mais deve servir a arte, que a força (*SENTENÇAS*, JÚLIO CÉSAR, fols. 61^v-62^r, 62^v-63^r, 63^v-64^r).

[...] Justa se pode chamar a guerra que é necessária.

[...] Há guerra, por si mesma se atiza.

[...] Com ócio e desonestidade, se perde a disciplina militar.

[...] O prêmio das armas, deve-se muito estimar.

[...] Não é acabada a guerra, enquanto o inimigo é vivo.

SENTENÇAS, TITO LÍVIO, fols. 64^v-65^r, 65^v-66^r).

[...] Falte a vida, mas não o esforço.

[...] As necessidades da guerra, não esperarão nossos conselhos.

(*SENTENÇAS*, QUINTILIANO, fols. 75^v-76^r).

[...] A arte da guerra, se primeiro se não exercita, quando é necessária falta (*SENTENÇAS*, CASIODORO, fols. 76^v-77^r, 77^v-78^r).

Nas *Sentenças*, que podem ser comparadas aos espelhos de príncipes, os filósofos recomendavam prudência e coragem ao rei. Esse deveria estar de prontidão para enfrentar os momentos adversos. A justa via na ação política implicava a substituição do vício pela virtude. Somente aqueles que se comportassem como guardiões da lei e da justiça se posicionariam adequadamente diante dos inúmeros problemas postos na sociedade. O Príncipe não deveria se acovardar. Seria desonroso descumprir a lei e não aplicar a justiça.

Comparavam-no de forma alegórica com reis da Antiguidade. Ele era possuidor das

virtudes de Alexandre ou Ciro. Sua imagem, assim, era mitificada. Divulgava-se a imagem do rei como o ideal de um rei cavaleiro cristão. Sua fama deveria transcender seu Reino:

[...] Reys, Principes, & Senhores efrangeiros o amauam por ellas: reputandoho por hü dos Principes do feu tempo; de que tinham os olhos cheos pera o futuro Não fei outros dous Principes mancebos, que a fama fatifacão fua celebre: como Alexaddre Magno, & Cyro o moco: aos quaes El Rey dom Sebaftiam / em igual idade ou paffou, ou pellome nos igualou (JOÃO DE CASTRO, Discvrso, fols. 6-6v.º, 1994).

[...] a coufa que o mais inclinaram, foy as armas & os exercícios corporaes como a efcola delas: çeuãdo ho de pequeno com a gloria da conquista d' Africa: & pégando fe lhe efta inclinação de maneira, que não ficou fenhor defi: nem fez conta de hü tal Reyno por amor dela. [...] A cendeofelhe este fogo de todo com licaõ das hiftorias dos Reys feus antepaffados vendo fuas victorias miraculofas, & as proezas dos vaffalos q em Portugal, Africa, & Oriente lhas a iudaram aganhar (JOÃO DE CASTRO, Discvrso, fols. 9, 1994).

Observamos os hiperbólicos atributos com que ele era caracterizado: o exagero, provavelmente, tinha a finalidade de representar a imponência do rei, valorizar a pessoa régia. Seria, pois, simplificar afirmar que os traços comportamentais do Infante fossem resultantes somente de sua educação jesuítica. Era preciso que o aio, D. Aleixo de Meneses, lhe inculcasse tendências guerreiras.

Essas disposições certamente sobejaram a mente e o coração do Príncipe ao ouvir a oração de António Pinheiro, lembrando a bravura e a ousadia no cerco de Mazagão.

[...] pôsto que o invictíssimo esforço com que os Portugueses, no cêrco passado de Mazagão, sem lhes ser necessária ajuda dos Reinos confederados e liados e amigos, resistiram a todo o poder do Xarife, ocupador de tantos Reinos em Africa, aos Mouros, e a êle mesmo fez grande espanto, maior admiração causou em todas as Nações, a que chegou a fama das ilustres vitórias que, em todos os assaltos que os imigos deram, os nossos alcançaram a prontidão e quentura com que os fidalgos, criados de Sua Alteza, e seus vassalos, forçaram o mar e o vento à obediência de seu Rei, que sobretudo mais veneram e temem (ANDRADA, 1937, p. 343-344).

Esse cerco, celebrado no Concílio de Trento como epopeia da cristandade, povoava o imaginário do rei, levando-o a pensar na possibilidade de futuras proezas na África e na Índia. Por conseguinte, aquele que almejava esse trunfo seria estimado pelo monarca. Era necessário defender, manter e assegurar a hegemonia portuguesa, especialmente na região marroquina. Com as determinações do Concílio de Trento em 1564, a coroa passou a

integrar oficialmente a legião dos defensores da fé católica, liderada pelo próprio rei. Esse ambiente de fé católica e de política religiosa que D. Sebastião respirou entre os 6 e os 14 anos, de 1560 a 1568, certamente o impressionou muito. O fervor patriótico imprimiu marcas em D. Sebastião e em sua geração. O desejo coletivo de luta contra os mouros, o ambiente eufórico e guerreiro foram constantes no curto reinado de D. Sebastião e, com certeza, influenciaram consideravelmente seu pensar e seu agir. Além desse clima de guerra, a educação que recebeu deve ter entusiasmado seu espírito belicoso.

No que tange às conquistas na África e na Índia, 1572 foi um momento importante em seu governo. Nele se registra a entrada triunfal em Xabregas do vice-rei da Índia D. Luís de Ataíde: “[...] A nau que o traz sob o rio, entre fumaradas, no meio de estrondos de bombardas, de trons, de canhões. Desembarca. Soam trombetas e charamelas, Estrugem foguetes, repicam sinos; chovem palmas” (FIGUEIREDO, 1925, p. 168). Cercado de milhares de pessoas, o admirado D. Luís de Ataíde atravessou as ruas de Lisboa. No cortejo, coberto de glórias e honras, ocupou um lugar privilegiado: ficou à direita do rei. As vitórias do Vice-rei no Oriente eram também do jovem monarca, por isso, era necessária comemorá-las com festas públicas, montarias, caçadas, jogos da péla (jogo com uma bola em recintos espaçosos) e das canas (jogo em que os cavaleiros se acometiam com canas pontiagudas), justas e torneios, música, banquete, cerimônias religiosas. Esse evento certamente acalentava o projeto marroquino do rei.

No caso da realeza, esses atos podiam incorporar uma dimensão litúrgica e até sacral, além de uma dimensão política. A encenação e a ritualização eram formas de evidenciar seu lugar e seu poder na sociedade. Dessa forma, a população poderia compartilhar e conhecer os feitos da valentia portuguesa, que “[...] entumescia seus corações de sentimentos pátrios, ao mesmo tempo que as suas imaginações pareciam esbrasear-se de nobres entusiasmos, como D. Sebastião tanto pretendia” (FIGUEIREDO, 1925, p. 170). Nesse sentido, era necessário buscar a coragem e a bravura militar:

[...] Se Portugal vinha, desde D. Manoel, mas, sobretudo, depois de D. João III, esmorecendo no seu feitio rompante, fôra isto exceção – decadência de que era necessário sair pelo acendramento da alma épica que tão belamente nos havia atirado da Nava de Tolosa, do Salado, de Aljubarrota, de Ceuta, de Arzila, de Cochim, de Ormuz, de Damão, de Diu. No último reinado, ensarilharam-se armas, arreararam-se velas, desguarneceram-se fortalezas, abandonaram-se praças. Não podia ser! Desde os antigos reis portugueses, sempre a luta contra o mouro foi o primeiro artigo no nosso programa de conquista; como os descobrimentos

e a colonização foram o segundo. Preciso se tornava voltar a essas realizações belas e práticas. Impunha-se esse espírito de continuidade (FIGUEIREDO, 1925, p. 74).

Nessas condições, era inculcado na população que o zelo, o esforço, a prudência, a coragem e as vitórias tornariam os lusitanos temidos por mouros e turcos.

Era uma época em que a política e a religião se encontravam imbrincadas, de forma que alguns fatos religiosos ultrapassavam a fronteira espiritual. Em 03 de janeiro de 1521, por meio da bula *Decret Romanum Pontificem*, o papa Leão X (1513-21) excomungou Lutero (1483-1546) e seus partidários. Com o início da Reforma religiosa, a cristandade, o corpo mítico-social do mundo cristão enraizado na consciência coletiva, sofria uma ruptura em sua unidade. Dividido pela fé e pela disputa a respeito da hegemonia política entre França e Espanha, a cristandade se viu diante de um outro poder que se configurava: o dos turcos otomanos. Com a queda de Constantinopla em 1453, os cristãos perderam a base estratégica contra os turcos (BUESCU, 2011). Possivelmente, todos esses acontecimentos tenham instigado ainda mais o monarca para concretizar seu sonho na África.

As crônicas e a historiografia mencionadas neste estudo indicam-nos que D. Sebastião cresceu em um ambiente no qual se afirmava que seu poder secular estava revestido de um poder divino. Dessa forma, sua autoridade não poderia ser partilhada ou posta em causa. Aos reis caberia uma missão divina e era dever dos súditos respeitá-la. Mesmo que sua prática não tenha correspondido a esse caráter divino, entendemos que esses princípios formaram seu espírito. Assim, amado e obedecido como personificação da realeza, “[...] identificando a sua pessoa com o próprio trono, deve ter julgado que a sua missão terrena podia contar com a aliança da Providência e que esta só lhe reservaria triunfos como bem nascida segurança da coroa nacional” (SERRÃO, 1978b, p. 70).

Apreendemos que a imagem produzia afetos mais profundos do que as palavras. O que a mente recebia por meio dos olhos tinha mais força para estimular a ação. A imagem certamente cumpriu esse papel. Ela já assumia muitas funções, como retratar, ilustrar, decorar, atrair ou expressar emoção. O artista louvava o retratado, criando a ilusão do volume pelos contornos das roupas e do corpo, dando ideia de imponência e, dessa forma, o olhar do monarca tomava parte no culto, na dignidade da cena. A força da imagem advinha do contato direto com o observador, procurava-se deslumbrá-lo para submetê-lo.

Nessa imagem (Figura 8), instaura-se, pois, um embate entre os dois discursos que se constroem como contraste. Ora se estabelece um movimento de adição, de agregação de

qualidades positivas, ora o contrário. No primeiro discurso, baseado nas Crônicas, como a do Padre Amador Rebello, constituem-se traços figurativos e ações que participavam do campo semântico da realeza: altivez, gravidade, coragem, autossuficiência, riqueza, poder, beleza, perfeição gosto pelos esportes nobres. Como contraponto, como vimos em França (1981), a essa figura emblemática alinhavam-se notações figurativas e comentários que transmitiam uma formação avessa ao construído e afirmada pelo texto plástico. Nesse segundo momento, temos imagens que traduziam fingimento, fragilidade, insegurança, arrogância. As duas leituras são (re) criações da mesma imagem: uma a favor da composição de uma imagem mítica, idealizada, outra desvendando seu lado de homem real que agiu em consonância com as circunstâncias de sua mundividência, às vezes até cometendo certo anacronismo.

Nosso intuito, neste trabalho, é revelar como se deu a construção de uma imagem idealizada de governante. Continuemos, pois, nesse percurso

Existe outra série de retratos do rei, já adulto, com barba e bigode loiro crescidos, com gibão negro e ostentando ao peito a Cruz da Ordem Militar de Cristo. Esse quadro (Figura 9), do artista Alonso Coello, tem a dimensão de 65x51 cm, portanto, trata-se de uma miniatura. Novamente o rei é apresentado como modelo do ideal do capitão de Cristo, trazendo nas mãos o bastão e a espada como símbolos do poder, desempenhando um papel ativo, de liderança. Vemos a representação do rei divino, encarnação de uma deidade. Observamos que não apenas o próprio rei, mas também seu ritual, suas insígnias reais, sua corte e seu castelo estavam imbuídos de uma significação de magnificência.

Quanto maior era o desenvolvimento da corte - sacerdotes, artesãos, nobres e rei - maior era sua força militar e o alcance efetivo de seus círculos de poder e, assim, mais identificada era com a síntese da ordem cósmica. A excelência espiritual e a eminência política se fundiam. O poder mágico e a influência executiva fluíam do rei por meio de sua comitiva e de quaisquer outras cortes menores a ele subordinadas, alcançando finalmente o povo, tanto em termos espirituais quanto políticos. Podemos inferir que, nessa estruturação social, “[...] a organização administrativa, militar e cerimonial da corte ordena o mundo em torno dele como um ícone, fornecendo-lhe um modelo tangível” (GEERTZ, 1989, p. 195). Ao fim, o reflexo da ordem sobrenatural atingia a sociedade.

Passemos à análise do retrato do rei (Figura 9). Com 21 anos de idade, tendo deixado crescer barba e bigode loiro, ele veste gibão negro e ostenta ao peito a insígnia da Ordem Militar de Cristo. Esse protótipo em óleo sobre tela, de dimensão de 65x51 cm,

teria sido pintado dois anos antes da batalha de Alcácer Quibir. Embora não seja conhecido, o original de Sánchez Coello foi o mais difundido de seus retratos no território português. O modelo foi copiado em dois outros retratos, que se encontram em Florença, um deles pintado em miniatura. Fazendo parte da prática retratística das figuras régias, para as quais a Corte era um dos maiores mecenas, essa imagem certamente foi vista tanto pelo povo português quanto pelos Reinos vizinhos.



Figura 9: **Dom Sebastião I de Portugal - 1575.** Alonso Sánchez Coello.
Kunsthistorisches Museum, de Viena, Paintings Gallery.

Fonte: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dom_Sebastiao_de_Portugal.jpg?uselang=pt-br >.

O rei, em pose de soberano, perfila-se com elegância, investido da austeridade do cargo que ocupa. Observamos, ao estilo maneirista, o braço esquerdo deformado, aparentando um tamanho maior do que o direito. Vemos ainda o luxo dos babados rendados da gola e dos punhos da fina camisa que surgem discretamente sob a vestimenta que cobre o corpo. O corpete marca a cintura, realçando o balonado dos calções. Para Casquilho (2012), o Rei posa com o hábito da Ordem de Cristo, o rei-cruzado, que abriga o diamante com as armas do rei de Portugal. Denominado mais tarde de Sancy¹¹⁹, esse diamante, de 55 quilates, era símbolo da Dinastia de Avis, da qual D. Sebastião era o último descendente. A cruz de Cristo está cravada sobre o diamante, apresentando quatro rubis na continuidade das pontas e formando no conjunto as cinco quinas (que simbolizam os cinco reis mouros derrotados por D. Afonso Henriques, em Ourique¹²⁰).

Para Burke (2004), a semelhança, as poses, os penteados, o vestuário, os acessórios, os fundos e as cores fazem parte da estratégia simbólica nas imagens. Todas as peças contribuem para a apresentação, a confirmação, a exaltação e a transmissão de uma ideia por meio de uma forma simbólica. Verossimilhança, beleza, poder, exemplo, memória são alguns dos conceitos que podem ser reconhecidos na tradição da pintura de retratos. Com tais estratégias, transmitiam-se os valores do retratado, de modo não somente a preservar sua memória, mas também a educar aqueles que o contemplavam, que o prestigiavam, que aprendiam com os retratados qual era o seu papel no meio social. Detentor de um grande legado, o Rei era apresentado como um modelo a ser seguido pelos súditos e, na qualidade de herdeiro das virtudes da fidalguia, deveria ser tanto o continuador quanto o propulsor dessas virtudes. Consideremos as palavras de Figueiredo (1925):

[...] Diz-lhe que a fidalguia herdada deve ser transmitida aumentada. Recebe-se com ufania, entrega-se com orgulho. Quem se honra em herdar deve honrar-se, ainda mais, em legar. A nobreza alimenta-se, dia a dia, de feitos de honra, decisões valorosas, apurados morais, e extremadas galanices. O fidalgo deve ser ao mesmo tempo uma alma piedosa e

¹¹⁹ Casquilho (2012) informa-nos de que em 1495 o diamante foi adquirido por D. Manuel I, o Venturoso, rei de Portugal, considerado o vértice da modernidade e dos novos mundos com o movimento das navegações. O diamante permaneceu em Portugal durante a Dinastia de Avis. No arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), encontra-se uma carta de Sebastiani Pardin dirigida a D. António, datada de 1588, na qual se relatam os termos finais da transação de um diamante com as armas do rei de Portugal (ANTT, Arquivo de D. António, carta n.º 43).

¹²⁰ A escolha do símbolo do brasão das armas deve-se à necessidade de se eternizar o momento do aparecimento de Jesus Cristo. Foi inserida sobre as armas brancas uma cruz toda azul, pelo aparecimento de Jesus Cristo na cruz. Pelos cinco reis vencidos, dividiu-se a cruz em cinco escudos, com trinta dinheiros em cada um deles, em reverência à traição de Judas por trinta moedas. O brasão distinguiu Portugal dos outros reinos castelhanos e a vitória sobre os cinco reis mouros (MEGIANI, 2003).

ardorosa, um espírito recto e galante. [...] Em tal aluno, a ideia de nobreza havia um dia de subir ainda à noção de formosura, transmudando-se, tocando-se de santidade (FIGUEIREDO, 1925, p. 76-77).

É possível que o Rei não se considerasse um simples continuador da linhagem, mas, sobretudo, o aperfeiçoador da estirpe, que era a mais completa noção da fidalguia. Por conseguinte, “[...] D. Sebastião, agora, já não se pergunta se deve ser o continuador dos seus grandes antepassados, mas afirma orgulhoso: Serei maior do que êles! (FIGUEIREDO, 1925, p. 90).

Deveria, assim, cumprir sua incumbência no Oriente, na África e no Brasil:

Na Índia asseguraria um domínio; no Brasil continuaria uma colonização; mas em África, aqui vizinha, conquistaria território, aumentaria proventos, dilataria a fé, defenderia Portugal no mar adjacente. [...] Tinha como certo que o noroeste africano fazia parte do nosso sentido religioso de, sempre descendo, ir cristianizando a terra, limpando-a de mouros, desde o norte galego e terras estremenhas ao sul algarvio, e ainda para além do mar, até as paragens africanas que por nós deviam ser penetradas e civilizadas (FIGUEIREDO, 1925, p. 176).

Observamos, pois, que o místico e o soldado, o sentimento e a ação, representavam os dois valores de que o Reino precisava para se levantar da decadência a que descera e realizar conquistas novas. A missão era defender o conquistado e avançar pelo continente adentro; irradiar a fé cristã e expandir o comércio. Percebemos que a maior significância política de Portugal se encontrava na África. Esta se instituiu como um ponto nevrálgico da sensibilidade nacional. A maneira como o Reino socorreu Mazagão leva a essa constatação. A África estava enraizada no pensamento do Soberano, na linha das recomendações dos procuradores dos povos às Cortes de 1562-1563.

Nos assentos transcritos no documento XXIII de 03 de março de 1570 por Serrão (1958), notamos a relevância desses procuradores para a história sebástica. Eles mostram até que ponto vários conselheiros, como Jorge da Silva, D. João de Mascarenhas, se impuseram no ânimo do monarca enquanto outros foram relegados do Conselho Régio. Nesse documento observamos a influência dos conselheiros na política africana:

[...] p̃ que para se prover effectuar logo o q̃ S.A. tem mandado, sobre a fortificação dos portos de mar destes Rn^{os} e Africa que deve S.A. hordenar hũa pessoa de m^{ta} qualidade, confiança e experiência que entenda na superintendencia desta fortifficaçaão e a hordene, vizitando em pessoa cada hũ daquelles lugares levãdo consigo officiaes e pessoas

bem entendidas nisso, para com seu parecer se poder rezolver nas cousas em que for necessario tomarse logo assento para haver menos dilação neste negocio [...] e assi parece q̃ esta pessoa deve ter poder para mandar fazer as despesas de todo o dr.º q̃ he aplicado pera esta fortificação, sem outra pessoa algũa entender nisso (SERRÃO, 1958, p. 61).

Nesse excerto, vemos o cuidado de D. Sebastião com as praças africanas e com a segurança das águas fronteiras do Reino. Podemos afirmar que o rei ocupava um espaço de centro nos poderes laico e religioso, o que resultava tanto no distanciamento do povo em relação à sua posição social, quanto na exibição de um poder que deveria ser firmado.

Os retratos portugueses, segundo Alves (1984), cumpriam dois papéis: um, como informativo da pessoa e de seu estatuto; outro, que buscava traduzir a imagem simbólica da missão em que o rei se encontrava investido. Por conseguinte, podemos nos aproximar dos possíveis efeitos destas representações sobre o espectador. Alves (1984) destaca que:

[...] a «materialização» da majestade do príncipe se polariza em torno de três perspectivas fundamentais: um aparato simbólico que é próprio da realeza, a presença pública e, finalmente os comportamentos do príncipe. Assim, as insígnias, divisas e emblemas que, assumindo maior ou menor complexidade – diademas, mitras, coroas e ceptros – sempre foram atributos dos reis, para o simultâneo estabelecimento da diferença e da representação da figura e do ofício régios, pretendem destacar a dignidade real e acrescentar a majestade do rei, constituindo-se como símbolos do seu poder (ALVES, 1984, p. 70).

Nesses termos, dentre outras, o retrato cumpria a função de reforçar um novo estatuto de poder e reafirmar a figura representada em sua condição política, ampliando seus valores morais e de poder às famílias que iriam servir de exemplo aos demais. Tornavam-se, assim, dignos de imitação. Esses modelos se estabeleciam como uma forma de educar os súditos para a aceitação dessa idealização.

Eternizados pelo retrato, reis, clérigos, poetas e humanistas tiveram, no século quinhentista, decisiva influência na cristalização, no enraizamento e na legitimação do mito que se manteve com significativa vitalidade política e identitária, alcançando o século XIX. Do prisma da realeza e da corte, na qual o rei ocupava a figura de primeiro protagonista, revisitamos práticas cotidianas e momentos rituais, crenças, festas e cerimônias públicas, percurso que nos conduziu ao entendimento do poder do Rei, de seu nascimento, vida e morte. Concomitantemente às imagens, observamos a construção de um conjunto de dispositivos simbólicos e rituais como evidências da continuidade do poder.

[...] A par de outros momentos como as entradas triunfais, a aclamação e a entronização de um novo monarca, os batizados, casamentos, mas também a partida de infantas e princesas, os funerais régios e as transladações¹²¹ faziam parte integrante de uma elaborada 'gramática' de celebração da monarquia, a que esta, não por acaso, conferiu desde cedo singular importância e atenção (BUESCU, 2011, p. 219).

Em sua ausência, essa encenação de poder e de mecanismos de comunicação política da realeza servia para recordar, memorizar, eternizar, legitimar, celebrar a monarquia. Vemos aqui a articulação entre poder e cerimonial.

Para Alves (s/d), esses rituais triunfais se constituíam como propaganda régia, para acentuar a majestade e o poder do rei; um grandioso espetáculo, em um instrumento da teatralização do poder. O monarca tinha que ser visto para ser reconhecido e amado. Não podemos nos esquecer, porém, de que se mantinha, ainda no século XVI, a prática de uma itinerância herdada da realeza medieval. No entanto, nesse momento, esse legado já declinava em razão da progressiva sedentarização da corte; desse modo, o cerimonial era crucial para fortalecer os laços entre governantes e governados.

Nossa análise das imagens sebásticas se moverá, nesse momento, no campo da alegoria, ou seja, da representação de pensamentos, ideias, qualidades sob forma figurada. A iconografia alegórica manteve sempre uma homogeneidade nas imagens régias: estas sempre associavam a figura do monarca à de um herói da Antiguidade. Burke (1994) afirma que era próprio dessa época representar o rei de maneira indireta e alegórica. Entender a relação das composições artísticas (imagens) com os temas e conceitos (histórias e alegorias) constitui o caminho necessário para chegarmos ao conteúdo secundário, qual seja, o caráter majestoso e divino do monarca português. Dito de outra forma, esse seria o caminho para a compreensão da intenção, ou da consciência, do artista em retratar os reis como um ser grandioso, metafórico e divino. Por meio da análise iconográfica, podemos perceber, na imagem, o tema que ela expressava.

As interpretações iconográficas descritas como alegóricas podem ser consideradas como símbolos. Havia uma diversidade de significados tencionados pelos autores ou lidos neles pelos comentadores que pareciam agradar ao leitor do período. Os humanistas pareciam interpretar os deuses clássicos como símbolos de qualidades morais ou físicas. A

¹²¹ Em 1572, ocorreram as cerimônias de transladação dos reis D. Manuel, D. Maria e D. João III para a Capela-mor do mosteiro dos Jerônimos, no Panteão dos Reais Corpos. Em 13 de dezembro desse ano, D. Sebastião participou de um auto-de-fé em Évora, no qual dezoito pessoas vivas e três estátuas foram queimadas (BUESCU, 2011).

maioria das pinturas seculares provavelmente era inteligível para a grande parte do povo. É plausível afirmar que, com a educação humanística, o número de pessoas capazes de entender as cenas da mitologia clássica aumentou. Divulgou-se, assim, a linguagem da alegoria; a Antiguidade era invocada para endossar a política social do Príncipe. A população atribuía acentuado sentido às figurações que lhe eram oferecidas. Por meio delas, era possível ao homem estabelecer práticas educativas e identidades.

Nesse contexto, os pintores lançavam mão da criatividade e da imaginação para tocar o espírito e a razão dos homens quinhentistas. Para Du Bos (2005), o pintor assemelha-se ao poeta, já que a invenção e a poesia seriam a essência da pintura. Sua poesia, destaca o autor, consiste em “[...] imaginar quais paixões e sentimentos se devem atribuir às personagens, segundo seu caráter e a situação em que presumimos que estejam, assim como, em encontrar as expressões adequadas para evidenciar essas paixões e sugerir seus sentimentos” (DU BOS, 2005, p. 39). Ele define duas espécies de composições alegóricas. A primeira seria aquela puramente alegórica, na qual aparecem apenas personagens simbólicos. A segunda espécie seria a das composições mistas, nas quais o pintor combina personagens históricas com figuras alegóricas. Essa combinação resulta em maior facilidade para se compreender o sentido da obra e, desse modo, se institui como possibilidade de instrução, de prender a atenção, de comover o leitor. Observamos a recorrência de seu uso pelos pintores com a finalidade de exprimir coisas que eles não poderiam dar a entender em uma composição somente de cunho histórico.

Nos quadros de devoção, como os de D. Sebastião, observamos que a utilização de alegorias seguia determinados critérios, às vezes discretos e sutis, para que o artista com seu talento enriquecesse suas composições com ornamentos que a verossimilhança do tema permitia. O pintor-poeta seria, pois, aquele que “[...] consegue fazer a ação de que trata comover, o que se faz imaginando quais sentimentos convêm às personagens numa dada situação, e extraindo de seu próprio engenho os traços mais apropriados para bem exprimir esses sentimentos” (DU BOS, 2005, p. 52).

Entendemos que a próxima imagem (Figura 10), nesse sentido, correspondia a uma composição alegórica mista, na qual a representação do monarca se fundia com sua personificação tanto histórica quanto simbólica, ou seja, a realidade, o fato, misturava-se, interligava-se com a ficção, com a invenção, com o fabuloso. A figura situa-se no contexto da arte da guerra quinhentista europeia e oriental: o segundo cerco à fortaleza portuguesa de Diu pelas forças do sultanato do Guzerate, capitaneadas por Coge Sofar, entre abril e

novembro de 1546. Segundo Jesus (2012), essa fortaleza era governada pelo vice-rei D. João de Castro (1535-1558), estando, como governador da cidade, João de Mascarenhas. Este, juntamente com D. João de Castro, por seus feitos militares, notabilizaram-se no socorro à fortaleza sitiada. Após a vitória desse cerco, a praça-forte foi reforçada, tornando-se a mais importante fortaleza portuguesa no Oriente.

Jerónimo Corte Real, contemporâneo de Camões, escreveu um épico a propósito deste cerco, chamado de *Sucesso do segundo cerco de Diu estando D. João Mascarenhas por capitão e governador da fortaleza*. A finalidade do escrito era manter a memória do feito e da obra dos portugueses na Índia. Porém, seu autor, decidiu oferecer ao rei D. Sebastião uma versão manuscrita da obra, ilustrada por 21 pranchas iluminadas, desenhadas e pintadas por ele, a exemplo da que selecionamos. Logo no início, encontramos um prólogo dedicado ao monarca. Redigido em verso heroico, o épico foi dividido em 21 cantos, antecedidos de pequenos resumos inseridos em vinhetas iluminadas. Os desenhos são dotados de poder evocativo, sendo considerados como uma das fontes mais fiéis no que diz respeito à documentação da indumentária, da armaria e das estratégias de batalha durante o século XVI. No *Canto XXI*, logo no início, anuncia-se: “[...] Neste .21. e vltimo Canto prosegue o Merecimẽto na demonstração dos feitos da Índia: mostralhe em profecia o nascimẽto do invictissimo Rey Dõ Sebastiaõ. Declaralhe algũas cousas que aĩda estaõ por vir” (CORTE REAL, 1574, p. 266).

Observamos que os incidentes bélicos eram comuns nas praças portuguesas tanto no Marrocos quanto na Índia, onde os combates navais e os conflitos terrestres faziam parte do cotidiano, em razão da política de manutenção das fortalezas e das armadas que vigiavam os mares com a finalidade de legitimar o princípio luso do *mare clausum*. Essa realidade, pois, alimentava o imaginário lusitano, que era reforçado pelos intelectuais em suas crônicas, poemas, novelas, documentos oficiais, entre outros. Em sua maioria, esses textos apresentavam um caráter hagiográfico¹²². Nesse ambiente, o Monarca foi fortalecendo seu espírito bélico e firmando-se como um rei cavaleiro, bem distante de um

¹²² Segundo a etimologia, o termo hagiografia, do grego *hagios* (santo) e *graphein* (escrita), significava escritura santa para os homens da Idade Média. Foi na Idade Média, com a expansão do cristianismo, que ocorreu a difusão do culto dos santos. O principal objetivo dessas obras era publicizar os feitos de determinados santos e, por meio da difusão de uma memória sobre eles, estimular seu culto em articulação com o fortalecimento institucional de mosteiros e bispados que os tinham como patronos. A partir do fim do século XII, as hagiografias em latim começaram a ser traduzidas ou escritas também nas línguas vernáculas, passando a alcançar um público mais amplo. Logo, a produção dos referidos materiais não buscava somente estimular a veneração aos considerados santos, mas também expressar traços textuais e culturais característicos dos momentos de sua produção e evidenciar facetas das relações de poder das sociedades em que se inserem (GAJANO, 2006).

rei mercador. Analisando a narrativa gráfica mencionada, observamos que Corte Real lhe augurava os sucessos que antevia no último canto do poema. Além das palavras, o autor deu-lhe também a expressão plástica. Na imagem, sentado no trono, o rei, armado, elevava-se em relação aos demais.



Figura 10: Sucesso do segundo cerco de Diu estando D. João Mascarenhas por capitão e governador da fortaleza. Jerónimo Corte Real (1530?-1588).

Fonte: Cópia microfilmada adquirida da Casa de Cadaval. Arquivo Nacional Torre do Tombo - [PT-TT-CCDV-31_m0544.TIF](http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908673). Fonte: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908673> >.

Ao fundo, o artista apresentou D. Sebastião como uma majestade imperial, segurando as insígnias do poder: espada e o escudo. O monarca encontra-se trajado com roupas romanas, sentado em um trono em pose soberana, como seu título de governante lhe permitia. O ambiente é decorado com tecidos coloridos, de aparência aveludada, com a presença das colunas clássicas. A estrutura que suporta o trono, rodeada por 12 cavaleiros anônimos, vestidos com trajes guerreiros, com armaduras e armas, embora seja quadrada, induz a pensar na figura do rei Arthur e dos cavaleiros da Távola Redonda. Esses personagens já eram admirados pelo monarca, que segundo Figueiredo (1925), “[...] Aos treze anos D. Sebastião lia o «Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda» que, Ferreira de Vasconcelos lhe oferecera como «A.B.C. e princípio de suas heróicas obras» (FIGUEIREDO, 1925, p. 93). A cena representa, possivelmente, *O Desejado* como um novo Arthur. Podemos intuir que o anjo com duas cornetas, sobrevoando o trono régio, anunciava a majestade do rei.

A coroa nos leva à ideia da proeminência do poder real. Como lembra Figueiredo (1925), D. Sebastião “[...] Herdeiro do orgulho de seu avô Carlos V, que jamais suportou que D. João III o não tratasse por majestade, usou também para si o título de majestade; e foi o primeiro rei de Portugal que pôs na cabeça a corôa fechada dos imperadores de quem era herdeiro” (FIGUEIREDO, 1925, p. 117).

A figura, para além do estilo alegórico, pode ser classificada também no estilo grandioso. Vários termos, segundo Burke (1999), eram usados para dar a ideia de grandeza: dignidade, gravidade, elevação, magnificência, sublime. A glória lusitana e seus feitos era somente aceitável em comparação com os heróis da Antiguidade.

Para Camões, em seu *Canto I*, todavia, os feitos dos portugueses suplantavam aqueles realizados por outros heróis épicos. Consideremos seus versos:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta
(CAMÕES, *Canto I*, est. 3).

Essa crença possivelmente absorvia o espírito do monarca, bem como acalentava seu sonho africano, religioso, guerreiro e político, ao qual ele serviria com corpo e alma. O

poema mostra o desempenho dos reis antepassados, apela para a luta contra o islamita e afirma um ideário do qual se esperava que D. Sebastião fosse a expressão final. O casamento poderia esperar, pois, primeiro era necessário dar cabo dessa empresa santa: “[...] acima de tudo, êle devia sua fidelidade de cavaleiro à pátria portuguesa, valor excelente que mais obriga que uma mulher. [...] A pátria era a dama celeste, a outra, a dama terrestre – ambas imaculadas” (FIGUEIREDO, 1925, p. 143-144). Percebemos aqui uma valorização do casamento, pois certamente o rei aceitava sua responsabilidade em providenciar um herdeiro.

Outro elemento místico que perpassava o governo de D. Sebastião era a imagem simbólica das flechas que feriram São Sebastião, padroeiro de Portugal (Figura 11), o que pode explicar a característica de mártir atribuída a esse monarca, a exemplo do Santo e do próprio Cristo. As setas, como relíquias santas, representavam a retaliação mística contra os infiéis que ainda cravavam dardos no peito dos cristãos. Em 1571, quando pedira a Pio V autorização para reformar os Estatutos das três Ordens Militares, de Cristo, de Santiago e de Avis, o rei demonstrou o desejo de acrescentar à cruz dos respectivos hábitos uma seta em memória da arma com que fora martirizado o Santo. Seu pedido foi posteriormente autenticado pelo Papa Gregório XIII (1572-1585), pelo Breve de 08 de novembro de 1573.



Figura 11: **Meio alqueire de D. Sebastião - 1575.** Tesouros sarmentinos. Sociedade Martins Sarmento.
Fonte: < http://pedraformosa.blogspot.com.br/2006_03_01_archive.html >.

A peça reproduzida nessa figura, assim como outros inúmeros instrumentos de pesos e medidas, pertence à coleção de Etnografia do Museu da Sociedade Martins Sarmiento¹²³. No passado, pertenceu à Câmara Municipal de Guimarães. De formato quadrangular, essa vasilha, em bronze, era um instrumento de medida padrão destinada à aferição legal de medidas de cereais e líquidos. Correspondia a meio alqueire (6,3 litros), tendo duas pegas, uma de cada lado. Em uma das faces temos as Armas Reais e uma pequena caravela; na outra face (a imagem descrita) lemos a inscrição: SEBAS/TIAMVS/A. S. /1575, trespassada pelo dardo, aludindo ao martírio do Santo que D. Sebastião desejava representar à altura na conquista marroquina. A relíquia seria dignificada, então, pelo monarca, como “[...] discípulo e filho dulcíssimo da Santa Igreja Romana” (CASTRO, 1942, p. 77).

Esse utensílio de peso e medida, entre outros utilizados no cotidiano comercial, circulava por todo o Reino, o que nos dá sinais de sua eficiência como instrumento que daria maior visibilidade à imagem que se desejava divulgar: o reconhecimento da soberania divinizada do monarca.

Segundo Freedberg (1992), as condições culturais podem preparar o espectador, tornando-o receptivo às imagens e a outras formas que permitam a fluidez das potencialidades de imagens. A sistematização de um método, no entanto, também pode preparar o leitor para responder com empatia às imagens visuais. Formulando uma teoria da resposta, ou seja, do uso e da função das imagens em si mesmas e das respostas que provocaram, o autor conclui que as respostas seriam as manifestações da relação que se estabelece entre a imagem e o espectador.

Aplicando essa teoria à nossa análise das imagens do século XVI, consideremos, pois, as respostas ativas e exteriorizadas dos espectadores, assim como as crenças que os moviam às ações ou condutas concretas. De nosso ponto de vista, as respostas estavam baseadas na eficácia e na efetividade das imagens. Por isso, devemos levar em conta não só as manifestações e as condutas dos expectadores, mas também a efetividade, a eficácia e a vitalidade das próprias imagens. Temos que ir além das ações resultantes de sua relação

¹²³ A Casa de Sarmiento – Centro de Estudos do Património é a primeira Unidade Cultural da Universidade do Minho, com sede em Guimarães. Nasceu a partir de um protocolo de cooperação entre a Universidade, a Sociedade Martins Sarmiento e a Câmara Municipal de Guimarães. A Sociedade Martins Sarmiento é uma instituição cultural de utilidade pública fundada em 1881 que desenvolve uma intensa atividade cultural. O material que integra o acervo Pesos & medidas – Metrologia e História faz parte do seu riquíssimo acervo patrimonial.

com a forma representada na imagem e perceber o que se espera que essa forma faça e o por que das expectativas a respeito dela.

Retomemos, pois, a análise das setas, entendendo-a como uma linguagem simbólica da divulgação da representação do rei como um governante cristão e laico, com um corpo natural e divino. Após a morte do papa Pio V, sucedeu-lhe Gregório XIII. A notícia agradou a nobreza, o clero e a coroa lusa, já que o sucessor estimava o monarca, bem como Portugal. Uma prova de seu apreço foi a escolha de D. Teotónio de Bragança para se tornar o arcebispo de Évora, diocese que dirigiu desde 1578 a 1602. Outro sinal relevante da atenção papal foi quando este presenteou o rei com uma das setas que trespassaram o corpo do mártir São Sebastião, no início de fevereiro de 1574. Gregório XIII enviou-lhe, em um cofre de prata, forrado de seda carmesim, “[...] ainda manchada com coágulo de sangue mártir, uma daquelas setas que os bêteiros romanos cravaram no corpo môço do soldado Sebastião, que a igreja canonizara” (FIGUEIREDO, 1925, p. 203). A seta fora solicitada pelo monarca para ser depositada no novo templo, cuja construção prosseguia no Terreiro do Paço. A presença da relíquia do mártir tipificava a presença do próprio santo e credibilizava a outra seta, símbolo introduzido nas insígnias dos cavaleiros que mais se notabilizavam em atos guerreiros contra os hereges¹²⁴ e também na bandeira. Nesse mesmo ano, 1574, também, o Pontífice honrou o rei com o estoque e o chapéu ducal.

Em uma solene procissão, o rei passeou por Lisboa com a nova relíquia. Camões, nesse dia, dirigiu ao monarca suas celebradas *Oitava Prima – A Setta que o PAPA mandou a el Rey Dom Sebastião*. Essas rimas são uma alegoria das utopias que D. Sebastião alimentava a respeito do império português. O *Canto* glorificava o rei D. Sebastião e incitava-o a invadir a África do Norte, comparando sua bravura com a do Santo, que era o amparo e a proteção dos soldados lusos:

Muy alto Rei, a quẽ os Céos em sorte
 Derão o nome Augusto, sublimado
 Daquelle Cavalleiro que na morte
 Por CHRISTO, foi de settas mil passado;
 Pois dêlle o fiel peito, casto & forte,

¹²⁴ Velloso (1935) nos lembra de um fato curioso sobre atos heroicos exigidos pelo monarca de seus súditos, principalmente, daqueles que eram capitão mor nas praças africanas. D. Sebastião escreveu para Rui de Sousa Carvalho, o celebrado herói de Mazagão e então capitão mor de Tânger, censurando sua inércia. Destacava que era um governador pouco diligente, que deixava passar meses sem alargar o termo da região e, ainda, culpava a esposa por levá-lo preferir as delícias da região do que os perigosos campos de batalha. A excessiva exaltação do rei levou o governador a enfrentar a desigual força do poder do Xerife mouro. Em 02 de julho de 1573, o capitão mor combateu com valentia morrendo traspasado de feridas.

Co' Nome Imperial tendes tomado,
 Tomay também a Setta veneranda
 Quy a vós o successor de Pedro Manda
 Já por sorte do Céu, que o consentio,
 Tendes o braço seu, relíquia cara,
 Defensor contra o gládio que ferio
 O povo que David contar mandara:
 No qual, pois tudo em vós se permitio,
 Preságio temos, e esperança clara,
 Que sereis braço forte, e soberano,
 Contra o soberbo gládio Mauritano.
 (CAMÕES, 1621, p. 91).

Nos primeiros versos, o poeta menciona a partilha do nome entre santo e rei, um nome augusto e sublimado: Sebastião. O rei - fiel peito, casto e forte - seria o idealizador do Império lusitano. Camões via o monarca como o eleito divino, o querido de Deus e dos portugueses, cuja missão seria trazer glória e poderio. Profetizava, também, a sujeição mauritana pelo gladio régio, validada pela autoridade papal. O braço de São Sebastião, conquistado por D. João III, poderia trazer poderes sobrenaturais para o El Rey. Refere-se ao pecado de Davi¹²⁵, que pedira a contagem do povo, trazendo o castigo pestífero para o povo de Israel, enviado por Deus. Percebemos o discurso acerca da ligação entre o rei e seu padrinho, São Sebastião. O rei, portanto, representaria os gládios laico e espiritual.

O Papa Gregório XIII, continuador da política de Pio V na formação da liga contra os infiéis¹²⁶, enviou Breves para D. Sebastião em 12 de novembro de 1572, pedindo seu auxílio nessa empreitada. Além da convicção a respeito do valor dos soldados lusos desde o papa Pio V, o novo Papa, nas palavras ufanistas de Castro (1942), tinha o conhecimento

[...] do zelo de El-Rei pela propagação da fé cristã e o ser próprio dos portugueses aceitar com entusiasmo a guerra contra os infiéis como se deduz das grandes façanhas por êles cometidas nas guerras passadas,

¹²⁵ Esse fato encontra-se no Texto Sagrado, nos livros de II Samuel, cap. 24 e I Crônicas, no cap. 21.

¹²⁶ Em 04 de julho de 1570, chegou em Sintra o Mons. Luís de Tôres, clérigo da câmara apostólica de Pio V, com o intuito de pedir ajuda a Portugal para a liga contra os turcos. Havia necessidade de galeras para socorrer os venezianos. Nesse período, em razão da peste em Lisboa, os navios portugueses haviam sido desarmados. Também havia grandes despesas com as sucessivas guerras da Índia e da África. Em 03 de dezembro de 1571, chegou em Lisboa o Cardeal Alexandrino Miguel Bonelli, acompanhado de uma grande comitiva. O objetivo da visita era firmar a entrada de mais um rei cristão na liga contra os turcos. No entanto, o rei disse que não poderia, nesse momento, tomar parte no pacto contra os turcos, pois a ele e aos seus antecessores fora dado o direito e o encargo de combater os inimigos da cristandade em Portugal, nas ilhas, na Índia, na África. Somente em 01 de fevereiro de 1573 foi que o Rei justificou por carta as razões de não ter enviado sua armada, declarando também que eram grandes os gastos para manter a fé de Cristo no Oriente, para restaurar castelos e fortalezas e enviar tropas para o Norte da África a fim de combater o Xerife. Era necessário, todavia, justar contra os turcos, os mouros e os luteranos. Acabou cedendo, pois, e juntou-se à liga (CASTRO, 1942).

oferecendo-se agora a oportunidade de se verem em perfeita concórdia os príncipes cristãos, muito deles ligados por laços afins e consanguíneos, podendo o Rei de Portugal tirar grande vantagem porque, batidos os turcos, seria mais fácil a extensão do domínio português em terras de África (CASTRO, 1942, p. 56-57).

Aos príncipes cristãos cabia a missão de extinguir o furor dos inimigos. Vemos, assim, indícios da educação do monarca como um rei cavaleiro, um rei cruzado. Em 18 de setembro de 1573, o embaixador João Gomes da Silva chegava em Roma para prestar obediência e sujeição ao Santo Padre, em nome do seu Rei, D. Sebastião. Em 28 desse mês, segundo Castro (1942), foi proferida uma longa oração em latim pelo embaixador, exaltando o Papa e também os feitos de D. Sebastião na África e na Ásia, os quais, em suas palavras, já excedia os seus antepassados para o triunfo da fé cristã.

Em seu discurso, não faltaram exemplos das façanhas régias que o dignificavam como rei laico e cristão que contava com a ajuda divina. Podemos citar dois exemplos mencionados por Castro (1942), ambos de caráter miraculoso. O primeiro referia-se ao cerco de Goa em 1570, onde o português com “[...] sete navios apenas, desbaratara uma frota de 70 naus” (CASTRO, 1942, p. 78). O segundo dizia respeito à ao cerco dos turcos contra a cidade de Quilon, na Índia, no qual os inimigos foram aterrorizados com a aparição da Virgem Maria, protegendo os lusitanos. Nesse momento, o mar os separava do exército inimigo:

[...] depois da maré cheia não se esvaziou segundo as leis da natureza, mas continuou a impedir-lhes o acesso para a salvação dos nossos. Desta maneira, os inimigos depuseram aterrados as armas, parecendo-lhes que não estavam a combater com homens mas com Deus. Muitos movidos por êstes milagres pediram o baptismo e fizeram-se cristãos (CASTRO, 1942, p. 79).

Essas palavras certamente nos levam a pensar no exagero, na linguagem hiperbólica, utilizada pelos cronistas. No entanto, temos que considerar que nesse contexto histórico era natural que os homens acreditassem que Portugal era o Reino escolhido por Deus para universalizar o cristianismo. D. Sebastião recebera essa herança de seus ascendentes, como D. Afonso Henriques e D. Manuel. Ao longo da história lusitana essa crença, como já vimos, foi sendo ressignificada, criando raízes na mentalidade coletiva.

O embaixador discorreu também sobre a expedição do rei, que, em pessoa, iria comandá-la contra os mouros da África e pedia a benção do Pontífice. A guerra, desse

modo, apresentava-se como um fato iminente. Quatro motivos impeliam o rei para o combate: primeiro, expandir a fé cristã entre os infiéis; segundo, fazer justiça, entronizando um destronado (Mulei Mahamet - o Xarife¹²⁷); terceiro, barrar o avanço comercial dos turcos nos mares ocidentais; quarto, firmar e acrescentar o domínio português. A empresa de lutar pela cristandade e pelo Reino era santa e patriótica ao mesmo tempo. Para o bem do Reino, um rei não deveria guiar-se pelo seu “[...] gôsto próprio, mas pelas razões de muitos. A vontade dos reis cristãos deve fundar-se na justiça e no que convém ao bem das gentes. Que por isso sua alteza não devia olhar sòmente ao que *poderia* fazer, mas, sobretudo, ao que *devia* fazer” (PEREIRA BAIÃO, 1730, Liv. IV, cap. VIII). Esse seu alvo deveria ser visto por todos.

A empresa, como expressa Camões (1980), não podia ter outro objetivo senão Marrocos, como prolongamento da Reconquista cristã ibérica.

Ou fazendo que, mais que a de Medusa,
A vista vossa tema o monte Atlante,
Ou rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante,
A minha já estimada e leda Musa
Fico que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem à dita de Aquiles ter enveja
(CAMÕES, *Canto X*, est. 156).

Para *O Desejado* esse empreendimento era importante para o bem universal da cristandade e para o Reino. Essa linha de defesa política e espiritual estava em conformidade com o estatuto mental da época. O Soberano pretendia ser - e o povo assim o desejava - o símbolo de um Reino prestigiado, que desenvolveria suas possibilidades.

O monarca, para além da constante adulação que recebia dos ministros, da maioria dos membros do Conselho de Estado, de todos os novos oficiais, incumbia-se de tornar conhecidos os seus atos de bravura em favor da cristandade. Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se uma carta de D. Sebastião enviada de Salvaterra para seu embaixador em Roma, João Gomes da Silva, cujos termos exemplificam essa postura, que era comum

¹²⁷ Esse vocábulo deriva “[...] do árabe *sharif*, ‘nobre’, utilizado para designar os descendentes da família de Maomé; genericamente, aplicado aos membros da dinastia sávida que reinava em Marrocos. Doravante, as ocorrências do vocábulo como nome próprio, ou seja, com maiúscula inicial, designam Mulei Mahamet” (CRUZ, 2006, p. 240).

entre os reis. Esse documento, datado de 20 de fevereiro de 1575, tinha como objetivo que Gregório XIII avaliasse os feitos e os perigos de sua primeira expedição em África.

Vendo não me ser possível acabar hum roteiro que escrevo, e faço da jornada que fiz a Ceita e a Tanger, e desejar por tudo mandarvo lo muito brevemente para saberdes particularmente os particulares do mar da ida, e da vinda, e dos accidentes da terra e poderdes mostrar ao Papa, e entender o que por ventura lá não será sabido, me pareceo escrevervos agora para o significardes ao Papa, e entender que tem mais que ver e saber do que lhe terão ditto, que não será pouco para o Papa entender e seus Capitães o que he [...] (BIBIOTECA NACIONAL, cod. n.º 887, fol. 152).

Era preciso, certamente, que o Pontífice e seus capitais se inteirassem do ocorrido em Ceuta e Tânger. Marrocos fora eleito como o palco da empresa, conforme fora defendido e partilhado pelo rei, pelo povo e por várias figuras políticas lusas, como o influente Jorge da Silva. Essa iniciativa representava a defesa das praças lusas na África, do Algarve, das Ilhas Atlânticas, bem como outros interesses marítimos e continentais. Desse modo, todos os atos do rei, de forma direta ou indireta, tendiam para esse fim.

Nesse contexto, a Arte também dava sua contribuição, divulgando a imagem de um monarca preparado para cumprir sua missão. Observamos que os financiamentos das artes e das letras resultavam em mecanismos educativos para dar visibilidade e glorificação ao monarca. Desse modo, podemos entender que o discurso verbal e o visual eram produzidos concomitantemente. Podemos aceitar, então, que a articulação entre palavra e imagem se torna insuperável. Sublinhamos também que as representações visuais eram consideradas como parte de um conjunto entrelaçado de práticas e discursos. As interpretações e os relatos fantasiosos a respeito da figura do rei inspiravam a cronística sebástica, a historiografia lusitana e as fontes poético-literárias, bem como a imagética. Assim, as reproduções de diversas formas de representação ampliavam a visibilidade do rei: cunhavam-se moedas; pintavam-se retratos, dedicavam-se-lhe poemas e crônicas.

As moedas, pois, constituíam também uma forma simbólica de representação do poder tanto laico quanto cristão do rei. Os afrescos, as esculturas, as moedas, juntamente com a literatura, pareciam traduzir a necessidade de se legitimar a idealização de um rei laico e cristão. As imagens, por sua vez, não poderiam se restringir apenas aos palácios, mas deveriam ser expostas para além das fronteiras régias. Elas continham lições que toda a população, mesmos os iletrados e estrangeiros, deveriam aprender e praticar.

Na moeda de ouro (Figura 12), de 24 mm e peso 3,8 g, notamos elementos que legitimavam esses poderes, como a presença da cruz de Cristo e do escudo real.



Figura 12. **D. Sebastião - 500 Reais - Engenhoso.** João Gonçalves. Sociedade Portuguesa de Numismática. Fonte: Disponível em: < <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?f=4&t=7804> >.

Conforme o Padre João Bautista de Castro (1762), essa moeda de ouro de 500 réis¹²⁸, cunhada em 1562, chamou-se “[...] de Engenhoso, por assim se chamar João Gonçalves, natural de Guimarães, que fez o cunho. Ordenou-o ele de sorte, que as moedas saíam fundidas de peso, e com um círculo ao redor para não se poderem cercear¹²⁹” (CASTRO, 1762, p. 184). A moeda apresentava-se carregada de simbolismo: a presença da cruz de Cristo e a referência ao nome do rei. No anverso, vemos o escudo do Reino coroado e circundado pela inscrição *SEBASTIANVS.I.R.PORTV.G*. O escudo foi representado por cinco quinas, que simbolizam os cinco reis mouros derrotados em Ourique; no interior de cada quina vemos 5 pontos que aludem às cinco chagas de Cristo; os sete castelos que rodeiam as quinas nos remetem aos lugares fortificados conquistados por D. Afonso Henriques aos mouros. No reverso, observamos a cruz da Ordem de Cristo

¹²⁸ De acordo com Aragão (1875), o fundidor João Gonçalves fez os cunhos para as novas moedas de ouro de 500 reais, mandados produzir por D. Sebastião. O *Engenhoso* tem a particularidade de ser a primeira moeda de ouro portuguesa datada, o que a torna um símbolo da história numismática portuguesa. Ademais faz parte de um lote de moedas que resultaram da primeira experiência de cunhagem mecânica portuguesa. Esse é um testemunho da inovação que marcou a fabricação de moedas de ouro em Portugal. O *Engenhoso* faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional.

¹²⁹ O cerceio era uma operação fraudulenta, em que se recortava a orla de moedas que saíam mal centradas da cunhagem, com o propósito de lhe retirar parte do metal de que eram feitas. Desse modo, João Gonçalves criou um processo que evitava desvios nos cunhos, permitindo a imediata verificação de qualquer corte de que a moeda fosse objeto, impedindo, assim, o seu curso (CASTRO, 1762).

cantonada pelos algarismos do ano de 1563, contidos em um círculo, onde lemos a legenda *IN HOC SIGNO VINCES* (Por este sinal vencerás).

Podemos inferir que as inscrições contribuía para a eficácia da imagem, uma vez que instruíam o espectador sobre o modo de interpretar o que se via. As moedas, certamente, circulavam em um considerável limite territorial, possibilitando a divulgação de sua imagem por meio de diferentes formas de expressão. As reproduções e a circulação ampliavam a visibilidade régia. Na medida em que cenas da vida do rei eram apresentadas de modo similar em distintos meios, concluímos que os textos e a iconografia se influenciavam e se reforçavam mutuamente.

Essas linguagens, nesse momento, foram concebidas como instrumento político que, ao mesmo tempo, tinham uma função formadora: educar para o ofício régio cristão e secular.

Observamos, com base nas considerações tecidas, que tanto Carlos V e Filipe II quanto D. João III e D. Sebastião foram frutos de uma época de forte sentimento religioso. Cada um deles, considerando suas especificidades, atribuía à Monarquia o dever de proteger a fé religiosa. O século XVI foi essencialmente um século de religiosidade; essa não era especificidade de Portugal. Carlos V proclamou-se cavaleiro de Deus; D. Sebastião, inculcado de zelo religioso, aspirava ser capitão de Cristo. Podemos inferir que ele não poderia escapar ao estado de espírito da coletividade nacional que o gerou. As estruturas mentais do coletivo do Reino denunciavam um espírito de agressividade em relação ao mouro, que se estendeu ao turco, quando este se aliou àquele.

A partir daí, como já vimos, perpassou por todo o Reino uma ordem administrativa, financeira, diplomática e militar que tinha por objetivo a última jornada de D. Sebastião. A Espanha, a Alemanha, Flandres e Itália iriam ser palco de negociações, tendo em vista o desenvolvimento logístico do empreendimento marroquino, como o fornecimento de material bélico e soldados. Ligar o corpo coletivo do Reino, em um “[...] mesmo projecto que, partindo de Lisboa, ganhasse a África e o Brasil, num vasto complexo geoeconômico e político, centrado no Atlântico, era recomeçar um empreendimento novo, onde as forças sociais podiam reencontrar a unidade perdida” (LOUREIRO, 1978, p. 188).

Os espíritos esclarecidos da época, todavia, não deixaram de reconhecer que as andanças de D. Sebastião pelas terras do Algarve e do Magrebe, certamente, seriam catastróficas para o Reino, já que a sucessão régia ainda não estava assegurada. D. Sebastião, porém, somando ao seu fervor religioso o combate aos infiéis, buscou

consolidar esse intento. Ele possivelmente “[...] confiava na sua emprêsa que, se era em serviço de Deus, também era em proveito do reino; se era honra, também era ganho; se era sonho, também era siso. [...] Ambição? Sim, para louvor de Deus e acrescentamento do reino (FIGUEIREDO, 1925, p. 184-185).

Na compilação de textos da história lusa de Serrão (1958), no documento XXVIII, de 14 de setembro de 1573 e no XXIX, de 28 de setembro do mesmo ano, temos a cópia de duas cartas do Cardeal D. Henrique endereçada ao Duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre, com o qual o autor dividiu suas preocupações a respeito dos posicionamentos políticos de D. Sebastião em relação à África. D. Henrique não concordava que o rei participasse pessoalmente em qualquer campanha armada antes que se casasse e resolvesse o problema de sucessão.

Na primeira carta, o Cardeal desabafava que estava “[...] tam agastado com os caminhos que elRey meu s^{or} faz, e como os faz, e a cauza, que de isto naçe,” (SERRÃO, 1958, p.84). Sentia-se de mãos atadas e, desiludido por não poder impedir o rei de realizar essa empresa, recolheu-se ao mosteiro de Alcobaça. Também lamentava a influência dos conselheiros que desviavam o monarca da governança pública: “[...] esses favorecedores e louvadores de tamanhos malles serẽ mais descubertos e não merecem m.¹⁰ menos poremlhe o fogo q̃ os judeus que queimaraõ nos autos da sãta Inquisição” (SERRÃO, 1958, p. 85). Ele tinha esperança que o Duque de Aveiro persuadiria o rei a mudar seu intento. Para a avó, esse desígnio era loucura, especialmente tendo em vista um Reino sem esperanças de sucessão. Em 12 de fevereiro de 1578, morreu sem ver seus medos materializados.

Temos também a carta de D. Jerónimo Osório como tentativa de dissuadir o Rei de ir à África. Diante do desagrado produzido no monarca, o missisvista precisou fugir de Portugal. Transcrevemos aqui alguns trechos publicados na obra de Castro (1942):

[...] dizem juntamente que como as Virtudes andam sempre juntas não se pode chamar Fortaleza, à que não fôr acompanhada de bom conselho; e que o conselho que Vossa Alteza tomou, não se pode chamar bom, por ser fora do tempo. O ser fora de tempo provém pela falta que há de dinheiro, e de munições e mantimentos, e pela grande fome que ao presente padece. Dizem mais que a êste tempo é mais conveniente para a defesa do reino, a qual é muito maior obrigação que para as conquistas de outro. [...] Dizem os prudentes que o ofício do bom Rei mais consiste em defender os seus do que em ofender os inimigos, e que tanto é isto verdade, que nenhuma glória ganharam príncipes ilustres nas vitórias havidas contra seus inimigos, se delas não resultasse a seguridade de seus vassalos. [...] El-Rei D. Luís de França, por fazer guerra com o mais ardente zêlo do que conselho, foi de uma vez cativo, e da outra morto da

peste sôbre Tunes. Imitou muito o grande Josias, que por entrar em batalha que poderá muito bem escusar, morreu êle, e com êle tôda a esperança de Jerusalém. [...] Que diremos do Imperador vosso Avô? Quem foi mais animoso, e mais excelente capitão? Com tudo não deixou de cometer coisas dignas de repreensão, e de receber delas mui graves danos, como foi a entrada que fêz em Provença, [...] se assim pela falta das coisas necessárias, como pela contrariedade do tempo, começarem a morrer as bestas, e depois os homens, veja Vossa Alteza quão grande será a festa os mouros, e quão grande a tribulação dos cristãos (CASTRO, 1942, p. 107, 108, 110,111).

Esses argumentos não impressionaram, pois, D. Sebastião. Nobreza e clerezia que o contrariassem em seu propósito eram alvo de represálias. Sua preocupação primeira passou a ser a guerra aos mouros, de modo “[...] tão descomposto que chegava a ser pueril e ridículo” (CASTRO, 1942, p. 133). Assim, cada vez mais, ia imprimindo à ação governativa seu cunho pessoal, patente nas orientações políticas. A jornada marroquina, além de ter um cunho político, era um instrumento de afirmação real interna e de prestígio internacional. Em 28 de setembro de 1574, ele recebeu benção papal, por meio do Breve *Lectis literis*, bem como parte das rendas eclesiásticas para as despesas da guerra.

Com a morte da princesa D. Joana, tinha cessado o apoio para um possível casamento entre as duas Coroas. Isso acarretava problemas para Portugal: enquanto o monarca se mantivesse solteiro, pesadas nuvens pairavam sobre o Reino. O Rei deixou Portugal nas mãos de quatro governadores, durante o que seria sua breve ausência: D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; Francisco de Sá, senhor de Matozinhos; D. João de Mascarenhas, que fôra vencedor em Diu; e Pedro de Alcáçova Carneiro, antigo homem de Estado. Como secretário do Reino ficou Miguel de Moura. Esses foram os homens que permitiriam [...] ao rei de Portugal seguir viagem descansado, como, na verdade segue, e tanto que lhes deixa seu real sêlo que diz *Rey* – símbolo de todo o poder” (FIGUEIREDO, 1925, p. 280).

Percebemos, pois, que o rei considerou continuamente sua empresa na África e, habituado a ela pela educação e pelo apoio de muitos, concretizou-a no fatídico ano de 1578. Sua obsessão, de acordo com Velloso (1935), censurada pelos intelectuais políticos que o rodeavam, levou-o a uma desordenada guerra, para a qual convocou soldados sem preparação militar para uma empresa tão árdua, como a guerra contra o Xerife.

De nossa perspectiva, não podemos analisar somente um lado da moeda para entendermos de forma mais aproximada as razões pelos quais o monarca se dedicou à conquista da África e à manutenção das praças. Certamente, toda a circunstância nacional

teve repercussão nas decisões do *O Desejado*, mas é relevante buscar a razão de sua atuação também nos elementos de seu caráter¹³⁰. Segundo Veríssimo Serrão (1964):

Reconheçam-se em D. Sebastião as marcas de uma personalidade não equilibrada – falta de bom senso, tendências impulsivas, fraco poder de reflexão, um caprichoso desejo de se ver obedecido -, se bem que se não possam estranhar essas marcas num homem que se sentia quase divinizado como rei e que viveu numa época em que a máquina do governo se centrava em formas de autoridade (SERRÃO, 1964, p. 91).

Decorridos mais de 400 anos, sua vida e morte ainda despertam muita curiosidade e motivam muitas pesquisas, controversas ou não. Mesmo diante de uma volumosa pesquisa, sua morte ainda continua sem um devido esclarecimento.

É sabido, de acordo com Fonseca (1978), que após sua derrota e morte em Ceuta, em 04 de dezembro de 1578, foi depositado um corpo, que se afirmava ser provavelmente de D. Sebastião, na Igreja da Trindade, na África onde ficou até 1582. Nesse ano, Filipe II da Espanha, ao tomar posse do trono português, mandou buscar os restos mortais do jovem rei. Destacou-se, em ato público, o seu direito ao trono português. Foi realizando também um funeral solene, cujo cortejo passou pelo Alentejo, Beja, Évora, Almeirim, Tejo, Belém, sendo o corpo depositado na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos (Figura 13).

¹³⁰ O longo e confuso documento *Relação da primeira jornada, que fez a Africa no ano de 1574 o serenissimo rey D. Sebastião*, oferece-nos elementos para nos aproximarmos do entendimento do caráter representado nos retratos do monarca. Percebemos sua arrogância e seu orgulho em face dos perigos, as palavras lisonjeiras a respeito de sua capacidade e de sua visão estratégica, bem como de seus conhecimentos náuticos e de suas virtudes. Esses elementos são importantes quando se tenta compreender seus desígnios no território africano. O documento se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, cód. N.º 887, fols. 218-248 v. Transcreveremos um fragmento que julgamos ser importante: “[...] Vendo de quam grande importancia he ás cousas deta calidade, serem particularmente referidas donde sem paixão, e com discurso, honra e espirito, são particularmentes entendidas, e ponderadas; e sendome prezente quanto he de recear poderem ser recitadas por indignos de as poderem comprehender, sendo com paixão, e sem discurso, sem honra, nem espirito, ignorantemente discorridas, e consideradas, me pareceo por mim particularmente entenderem os particulares accidentes, e o que mais se offereceo nesta minha jornada, que por tudo me resolvi fazer a Africa. Não começarey pelas razoens, e causas do que fiz, que de prezente se me offerecerem, [...] e vi a importancia grande para tudo da minha jornada a Cepta, e Tangere, para que em tempo, e conjunção, em que nos Mouros havia resoluções grandes, e as cousas daquelles lugares erão de grande importancia, me resolvi passa a vellos, [...] Quem imaginou, e disse que hia conquistar a terra, ou fazer guerra aos Mouros, disse o que não esperey, e publiquey; e o que não disse, nem se podia entender, e pelo conseguinte o a que não hia, nem fuy, o que disse; o que publiquey, e disse, afirmou com honra, e com entendimento, e com verdade a verdade se com tanta rezão, e obrigação os Reys em pessoa, socorrem os seus Lugares sendo cercados, parq que se não se percao; grande rezão, forsoza obrigação, e urgente cauza concorre em socorrer os meus para se ganharem, e se não passarem as occasioens oferecidas, se ao socorro de hum Lugar hum Rey em pessoa acode, e o socorre; [...]”.



Figura 13: **Mosteiro dos Jerónimos ou Mosteiro de Santa Maria de Belém.** Jerónimo de Ruão, 1563-1572.
 Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mosteiro_dos_Geronimos_2.JPG?uselang=ptbr>.

Esse mosteiro, apresentando uma arquitetura manuelina, situa-se em Belém, Lisboa, à entrada do Rio Tejo. A Igreja do Mosteiro dos Jerónimos, ou de Santa Maria de Belém, apresenta uma planta em cruz latina, composta por três naves da mesma altura. Trata-se de um notável conjunto monástico português do século XVI. O edifício exibe uma extensa fachada de mais de trezentos metros, obedecendo a um princípio de horizontalidade. No braço esquerdo da Capela do lado sul do transepto, estão sepultados os restos mortais do Cardeal D. Henrique e dos filhos de D. Manuel I. No braço direito do transepto, encontra-se o túmulo de D. Sebastião¹³¹ e os dos descendentes de D. João III.

Segundo Buescu (2011), o Mosteiro dos Jerónimos foi cognominado como o *panteão dos corpos reais*. A autora afirma que, após a morte de D. João III, D. Catarina empenhou-se na construção de uma nova capela-mor, erigida a partir de 1563, para ser a

¹³¹ A única resposta segura quanto ao destino final de D. Sebastião seria a exumação do corpo depositado nos Jerónimos, já que existem modernas técnicas de identificação de cadáveres, nomeadamente a da reconstituição facial.

última morada de seu esposo e sua também. O arquiteto Jerónimo de Ruão construiu um edifício que representava “[...] o triunfo de ‘um austero classicismo maneirista, de rara qualidade arquitectónica’, em consonância com o exterior, de total severidade e despojamento” (BUESCU, 2011, p. 242).

Em 1572 estava concluído. Nos dois lados da capela encontram-se quatro imponentes túmulos régios de mármore, assentados sobre as figuras simbólicas de dois elefantes verdes. Após as vitórias de Cipião (236-183 a. C.) sobre Aníbal (248-183 a. C.) na batalha de Zama em 202 a. C., em Cartago, o elefante tornou-se um símbolo evocador dos triunfos e das glórias militares de Roma antiga e do seu império. Certamente, Portugal se apropriou de sua significação simbólica de realeza, tornando-o um símbolo de um império cristão que superara, em grandeza, o dos antigos pagãos.

Somente em 1683, D. Pedro II (1683-1706) mandou construir-lhe um túmulo. Em seu epitáfio latino, lemos:

Guarda-se neste túmulo
(se é verdade o que se diz)
Sebastião, A quem morte prematura levou nas placas da Líbia.
Não digas que se engana aquele que crê viver o Rei –
Para o morto, pela Lei cristã, a morte é como se fosse
Vida (FONSECA, 1978, p. 20).

Essa epígrafe nos remete à incógnita de sua morte. Vimos que, desde seu nascimento, divulgou-se a imagem do rei com uma missão profética. A educação em torno da questão da África, os exemplos de seus antecessores e de alguns intelectuais da fidalguia, o sentimento de reação contra o abandono de algumas praças africanas e o exemplo do avô Carlos V alimentavam o espírito bélico do rei e dos moços que o rodeavam. Historiadores como Fonseca (1978) abordam seu caráter temerário, voluntarioso, obstinado, pouco afetuoso, confiante em si até a arrogância. Seu meio de convivência também lhe legou um ideal cavalheiresco; a educação militar incutiu-lhe impulsos de guerras e de conquistas. Quanto à impopularidade do rei, vemos os interesses políticos, a oposição ao governo, sobretudo contra a influência da Companhia de Jesus.

Nesse contexto, afirma Figueiredo (1925), D. Sebastião cresceu meditando nas lições de seus antepassados e “[...] concluía de si para si, convicto, que a guerra contra os infiéis era um dos sentidos religiosos de Portugal, como a sua expansão colonizadora, um dos seus sentidos políticos” (FIGUEIREDO, 1925, p. 90). Observamos o estado coletivo

dos espíritos, dos anseios, das frustrações e esperanças. Mesmo diante dos rumores e das vozes críticas, principalmente, em relação ao final de seu reinado, D. Sebastião manteve e alimentou a aura de rei ungido, aura essa que transpôs fronteiras e se manteve pela posteridade, tanto em termos de temporalidade quanto de espacialidade.

Por certo tempo, após sua morte, surgiu toda uma literatura na qual o monarca é considerado irresponsável, fraco, autoritário, obcecado, voluntarioso, além de ter, com alguns adutores, arrastado o Reino para o infortúnio. Das cinzas, em um momento de crise, renasce sua imagem de rei cavaleiro, quixotesco, messiânico, bem mais duradoura que a primeira. Passou a receber o cognome de *O Encoberto*, em um movimento chamado de *sebastianismo*. Isto, pois, é uma outra história, que não faz parte de nosso recorte temporal.

Acreditamos que, ao longo desse trabalho, cotejando várias obras da época e da historiografia posterior, das crônicas, da literatura, da linguagem imagética, pudemos vislumbrar uma eleição simultaneamente cristã e guerreira de D. Sebastião. Sua atuação na continuidade do projeto de manutenção e reconquista na África tornou-se prelúdio da sua elevação e aclamação como rei no quadro mítico de cruzada.

Segundo Cerejeira (1974), D. Sebastião certamente foi uma boa escolha para símbolo de herói nacional. Não parece, pois, que para a fé ele seja um exemplo de derrota. O que poderia salvar os portugueses senão um milagre? Que outra imagem personificaria D. Sebastião senão a do jovem rei-mártir, seguindo as imagens de São Sebastião e até do próprio Cristo? Essas inquietações com certeza ainda se apresentam como novas possibilidades de investigação dessa figura emblemática em que se tornou D. Sebastião.

Em suma, enfatizamos a importância de se pensar a educação da perspectiva de formação geral, já que múltiplos elementos e instituições sociais nos auxiliam a entender o processo educacional como algo que ocorre durante toda a vida do homem, seja quando ele educa seja quando é educado. Em sentido amplo, entendemos a educação como uma ação humana que se transforma em concordância com as diferentes sociedades e com o comportamento dos homens que as compõem. Ela pode também abranger a formação integral do homem, sua inserção social e sua função de coadjuvante na construção e na preservação do bem comum.

Avaliamos, enfim, que as imagens se apresentaram como um recurso pedagógico destinado a reforçar a superioridade do monarca e justificar sua qualidade de soberano, de incentivador e mantenedor da ordem social, ou seja, para construir o ideal de governante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a História como fio condutor, tivemos condições de ampliar nosso olhar em relação às possibilidades abertas por uma pesquisa no âmbito da História da Educação. As reflexões tecidas levaram-nos a privilegiar o homem em seu tempo histórico, considerando-o como um ser dotado de potencialidade para mudanças de pensamentos, conceitos, ideias e comportamentos. Consideramos que cada momento histórico produz uma determinada forma de pensar, correlacionada à maneira como se constrói a existência do homem.

Esta pesquisa abriu caminhos para o estudo dos comportamentos sociais e dos discursos normativos e formativos, ocasionando a análise das modificações de sensibilidades e mentalidades que ocorreram no território português durante o governo de D. Sebastião.

Observamos que o discurso imagético, assim como outras linguagens humanas, escrita ou oral, constrói-se em meio às relações sociais. Podemos afirmar também que, por meio das imagens, estabelecem-se discursos, cujos sentidos se difundem por meio de uma intenção formativa para a construção social.

Conduzimos, portanto, nossa atenção para as distintas formas pelas quais os homens foram educados em um determinado tempo histórico. Em nossa leitura do discurso implícito nas imagens procuramos explicitar de que forma determinadas práticas obtiveram sentido e se difundiram no interior das relações sociais. Encontramos, assim, indícios de por que foi necessário construir um Estado português personificado em um ideário de rei.

As conclusões que foram se firmando no decorrer dessa pesquisa levaram-nos a perceber a relevância de se adotar uma trajetória teórica de trabalho que correspondesse à complexidade do tema. Assim, tomamos os caminhos da História Social porque o objeto próprio dos estudos históricos é, como afirma Marc Bloch (1969), o homem em sociedade, o sujeito histórico. Também elegemos o campo da História das Mentalidades e da História de Longa Duração. Desse modo, pudemos observar as transformações que a história sebastiana foi adquirindo no tempo. Nas análises iconográfica e iconológica seguimos as formulações de Panofsky (1979).

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, entendemos que muitas linguagens atuaram como elementos educativos, sendo plausível afirmar que elas influenciaram as atitudes humanas, especialmente no que diz respeito à premente aceitação do poder régio.

As imagens, por conseguinte, instituíram-se como uma possibilidade de construção da representação mental e social de D. Sebastião, tendo em vista seu duplo aspecto de rei laico e rei cristão. Em um momento de crise, de ansiedades, diante da possível perda de independência, era necessário educar um dirigente na arte de governar, de tal maneira que respondesse às atribuições que os gládios secular e clerical lhe impunham.

Quando falamos em imagens, são múltiplas as possibilidades de abordagem que se abrem ao pesquisador, que, por isso, considera a pertinência de buscar uma formação que lhe ofereça a capacidade de compreendê-las. Entendemos que o sentido de um texto, escrito ou plástico, não se aloja exclusivamente na formatação e no gênero textual, nem depende da leitura subjetiva do leitor. Podemos afirmar que ele se constitui no espaço em que a língua e a história se encontram, espaço esse que chamamos de discurso. Nessas condições, enfatizamos que a noção de texto-fonte, seja ele verbal ou não verbal, pressupõe cautela, pois os discursos originam-se de uma rede interdiscursiva datada historicamente. Ademais, o conhecimento faz-se indispensável para se entender suas condições de produção e sua intencionalidade.

Nesse percurso sobre a história sebástica confrontamo-nos com as particularidades da vida de D. Sebastião. Podemos afirmar que sua história é emblemática, especialmente quando observamos sua incumbência como governante do Reino: muito antes de seu nascimento, ele recebera o sugestivo epíteto de *O Desejado*; e, depois de sua morte, ter agregado, ao seu nome outro cognome, de significação não menos instigante, como *O Encoberto*. Viajamos por sua vida com tantas singularidades, perpassando as esferas da fabulação histórica, mítica, religiosa, política, imagética. Em seus poucos anos de vida, forjou-se uma personalidade tanto histórica quanto mítica, a qual se consolidou por intermédio de suas ações. Sua existência histórica foi, gradativamente, sendo revisitada, reinventada, revista e ressignificada nos diferentes gêneros textuais.

O infante cresceu convicto de que seria o capitão de Cristo, em uma nova cruzada contra os mouros do norte da África. D. Sebastião era *O Desejado*, uma expressão da volição do Reino. Teve apoio popular e de uma corte articulada em torno do projeto de avançar no norte da África; recebeu o aval da Igreja e de reinos cristãos. Por certo, não eram muitos os que julgavam que o jovem monarca estivesse possuído por uma mente desvairada, como apontam alguns intelectuais sebásticos. As promessas messiânicas de derrota do infiel como prenúncio da felicidade esperada e prometida, aclamadas pelos cronistas, bem como as imposições do ideal de cruzada tornaram-se decisivas na atuação

do jovem monarca. Sem contar que o iminente perigo turco justificava e legitimava uma intervenção em Marrocos.

Consideramos, nesses termos, que as imagens vinculadas a D. Sebastião constituem-se como uma fonte relevante para o campo de estudo da Educação e da História da Educação. Percebemos que as imagens trazem em si significados simbólicos e estéticos que nos auxiliam na compreensão das relações sociais e de poder presentes no processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Delineava-se um momento singular na vida dos homens, um momento de redefinição da identidade coletiva, ou seja, de formação de estruturas de vinculação e de pertencimento constitutivas do Estado Moderno.

As imagens, como um dos meios de comunicação entre monarca e súditos, foram utilizadas principalmente para educar e instruir a sociedade. Observamos que o componente mitológico-imagético da legitimação da imagem régia que se desejava forjar formou um conjunto de quadros operativos relevantes para as estruturas sociais, políticas e culturais, promovendo uma agregação identitária e propulsora de um desígnio coletivo que fazia convergir a diversidade das vontades para um querer único.

Concordamos, nessa perspectiva, que a linguagem imagética é inerente à existência do homem como sujeito histórico, já que o discurso tem uma intencionalidade formativa. Os símbolos e mitos, como linguagem simbólica, representaram uma possibilidade de construção mental e social de um tempo datado historicamente, século XVI. Por meio deles, o homem construiu suas práticas educativas e suas identidades.

Assim, as representações iconográficas são instrumentos imprescindíveis para a formação do indivíduo e para a construção da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que se aprende, se educa pela imagem. As imagens representam um importante elemento da atividade sócio-cultural, sobretudo porque se apresentam como um sistema de significações específicas que conduzem à reflexão, à ação e à expressão do homem em relação a si, aos demais indivíduos e ao meio em que ele vive. Entendemos que a capacidade intelectual do homem nos dá a possibilidade, como potência de ação, de deixarmos a posição de observadores passivos para ocupar a de participantes críticos e exigentes na leitura de mundo.

Nesse sentido, a linguagem imagética se constituiu como um recurso pedagógico capaz de influenciar o pensamento e as atitudes dos homens quinhentistas. No tempo de D. Sebastião, essas imagens cumpriram a função de levar os súditos a aceitar o comando do monarca, aceitá-lo como continuador dos modelos de governo e de governante que o

antecederam. Podemos, nessas condições, nos aproximar do entendimento de como a mentalidade do homem, que se constrói pelas produções intelectuais e por influência do conhecimento popular de cada período histórico, era refletida nas imagens como representação mental e material. Dessa forma, as reflexões concernentes ao imaginário se fizeram relevantes. Torna-se imprescindível, portanto, atentarmos para as formas de pensar, não de um indivíduo, mas de um grupo que pode ser traduzido como a alma coletiva de um povo. Todavia, tomamos como princípio o fato de que o discurso não se estrutura somente como lugar de alianças e concordâncias, mas também de confrontos e sobreposição de vozes. Por meio dele, o poder se exerce e, portanto, o saber se constitui e é legitimado.

Abalizamos, enfim, a necessidade de a Educação adentrar o campo de estudo das imagens. Torna-se crucial humanizar os sentidos do homem e desenvolver a sensibilidade humana por meio do conhecimento, ampliando, assim, a dimensão da reflexão. Acreditamos que esses requisitos podem ser desenvolvidos por meio da capacidade reflexiva dos homens e do conhecimento. Sublinhamos que o conhecimento se institui como um elemento fundante da formação humana. Isto é um desafio histórico posto a cada dia para aqueles que trabalham e se preocupam com a Educação.

Nessa perspectiva, aceitamos a linguagem imagética como veículo formador e como evidência histórica. As diferentes expressões dos homens sinalizavam as transformações históricas e o surgimento de novas concepções de vida e de mundo para o homem moderno. Por meio da transposição das necessidades e das aspirações dessa época, é possível compreender a função educativa da veiculação dessas imagens. Inseridos nessa ótica, enfatizamos que o meio que envolve o homem passa a ser objeto de estudo, pois ele influenciará a forma de pensar e de agir desse homem, bem como suas criações materiais.

Essa representação idealizada, lida por nós nos textos verbais e não verbais, formou-se por meio da investidura de toda uma carga trazida pelas alcunhas granjeadas, bem como pelos impulsos emanados dos adjetivos que foram se acoplando a D. Sebastião e acompanhando sua pessoa. Os dois epítetos - *O Desejado* e *O Encoberto* - o eternizaram, encarnando as expectativas e vontades de um Reino desejoso por manter seu papel especial entre os outros do mundo.

A trajetória de sua vida continua inacabada. Podemos intuir que, enquanto houver a renovação de sonhos e desejos, enquanto existir no homem a vontade de se tornar algo diferente do que se é, D. Sebastião se fará presente. Essa personalidade mítica, por

consequente, requer uma transformação constante. Percebemos ainda algumas luzes e sombras sobre sua controvertida presença histórica e sobre seu ingresso no complexo mítico que ainda hoje o projeta para a posteridade.

A questão que fica para nós, que estudamos a História e a História da Educação, é: em que medida esse discurso imagético espelha o seu tempo e se compromete com os projetos sociais de seu presente. Não existe um discurso certo ou errado, há discursos comprometidos ou não com a história, afirma Oliveira (1997). No tempo de D. Sebastião, as imagens certamente intencionavam divulgar um ideal de governo e governante do qual o Reino português necessitava e almejava. Desse modo, ao buscar a representação de um ideal de dirigente nacional, comprometido com o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, diante das perdas territoriais na África, do domínio de Castela e do avanço dos inimigos da cristandade, as imagens possibilitaram a divulgação de um discurso social, de um projeto de sociedade. Tratava-se de um projeto que, como a história veio nos mostrar, era importante para o desenvolvimento e a consolidação do Estado português, explicitando que os sujeitos de seu tempo tinham e podiam usar a reflexão para definir seus caminhos.

Percebemos, pois, a possibilidade de, pelo caminho da História e da História da Educação, nos aproximar do entendimento das ações dos homens em dado tempo histórico. O valor de um homem certamente não se define independentemente de seu desenvolvimento, do quadro de sua interdependência, de sua posição, de sua função em relação aos outros. Vimos, fundamentados em Durkheim (1983), que o exame da determinação das interdependências, das inter-relações que os homens tinham uns com os outros tornou possível atribuir aos homens de outras sociedades o seu caráter específico, único e diferenciado. Dessa forma, se o situarmos no interior das formações que ele constitui com outros seres humanos, conseguiremos atingir um nível de compreensão mais profundo da individualidade de cada ser humano. Desse modo, podemos identificá-los como seres humanos que estão posicionados em um lugar e em uma situação em que podemos nos colocar a nós mesmos, exatamente porque nossas atitudes são essencialmente humanas e por elas nos identificamos.

Salientamos, enfim, a importância da investigação científica no que tange ao estudo das relações humanas e educacionais por meio da linguagem imagética. Esta nos oferece recursos pedagógicos para além da linguagem escrita e oral e, assim, nos oferece condições para construir um pensamento com base em fontes imagéticas. Ao mesmo tempo, a interpretação que fizemos da iconografia sebástica se configura como uma possibilidade

de, por meio das imagens, compreendermos a representação social e mental de D. Sebastião. Esse caminho foi importante, especialmente para nos aproximarmos do objetivo maior da História da Educação, ou seja, compreender o fenômeno educativo para além da realidade de nosso tempo histórico. Nessas condições, entendemos o fenômeno educativo como parte das relações sociais em sua amplitude, as quais se revelam complexas e resultantes de tensas tessituras sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaime Duarte de. **História da Tauromaquia**. Lisboa/Pt: Artis, 1951.

ALVES, Ana Maria. **As entradas régias portuguesas**. Uma visão de conjunto. Lisboa/Pt: Livros Horizonte, s/d.

ALVES, Ana Maria. **Iconologia do Poder Real no período Manuelino**. À procura de uma linguagem perdida. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

AMARAL, Diogo Freitas. **Afonso Henriques - Biografia**. Braga/Pt: Círculo de Leitores, 2000.

AMAEL, João. **História de Portugal**. Porto/Pt: Livraria Tavares Martins, 1942.

ANDERSON, Benedict Richard O' Gorman. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 1.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADA, Ernesto de Campos. **Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)**. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.

ARAGÃO, Augusto Carlo Teixeira de. **Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal**. Tomo I. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional, 1875.

ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4.^a ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 154-176.

ARISTÓTELES. Poética. Trad. Eudoro de Souza. In: _____. **Metafísica; Ética a Nicômaco; Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

ARRUDA, Luísa; DESWARSE-ROSA, Sylvie; GOULÃO, Maria José; LEITE, Ana Cristina; MARKL, Dagoberto; MOREIRA, Rafael; PEREIRA, Paulo; RODRIGUES, Dalila; SERRÃO, Vítor; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel. **História da Arte Portuguesa**. Do Modo Gótico ao Maneirismo. Vol. II. Lisboa/Pt: Círculo de AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico**. Lisboa/ Pt: Livraria Clássica Editora, 1978.

AZEVEDO, João Lúcio de. **A Evolução do Sebastianismo**. Lisboa/Pt: Livraria Clássica, 1947.

BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta. **La jesuíta**. Juana de Austria. Barcelona/Es: Editorial Ariel, 2005.

BATORÉO, Manuel Luís Violante. **Moda, Modelo, Molde**. A Gravura na Pintura Portuguesa do Renascimento (c.1500- 1540). Tese de Doutoramento policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

BAXANDALL, Michael. **Pintura y vida cotidiana en el Renacimiento**. Arte y experiencia en el Quattrocento. Barcelona/Es: Editorial Gustavo Gili S. A., 1981.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia da Mulher: leitura, devocional, estudo**. 2.^a ed. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Estilo que os reis de Portugal usavam nos recebimentos e tratos ordinários dos embaixadores dos reis e nuncios da sua santidade**. Cód. 887, fólio 288.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA. **Carta do Bispo D. Jerónimo Osório para ElRey D. Sebastião sobre o Cazamento, que se tratava de Sua Alteza em França**. Cód. CIII/2-13, a fl. 96v-101.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Introdução à história**. Lisboa/Pt: Publicações Europa-América, 1969.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história: ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLONDEL, Charles. **Introdução à Psicologia coletiva**. Trad. Frederico Lourenço Gomes. 1.^a ed. Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura S.A., 1960.

BOUCHER, François. **História do vestuário no ocidente**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Frei António. **Monarquia Lusitana**. III Parte. Livro X, Cap. V. fol. 128v. Lisboa/Pt: Oficina de Pedro Craesbeeck, 1632.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Vieira Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1978.

BUESCU, Ana Isabel. Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino. In: CENTENO, Yvette Kace. **Portugal: mitos revisitados**. Lisboa/Pt: Salamandra, 1993, p. 9-50.

BUESCU, Ana Isabel. **Memória e poder**. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII). Lisboa/Pt: Edições Cosmos, 2000.

BUESCU, Ana Isabel. **Na Corte dos Reis de Portugal**. Saberes, Ritos e Memórias – Estudos sobre o Século XVI. 2.^a ed. Lisboa/Pt: Edições Colibri, 2011.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BURKE, Peter. **O Renascimento Italiano** - Cultura e sociedade na Itália. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Nova Alexandria Ltda, 1999.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CALADO, Adelino de Almeida. **Crónica de Portugal de 1419**. Aveiro, Pt: Universidade de Aveiro, 1998.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Rimas de Luís de Camões**. Primeira Parte. Dirigidas a D. Gonçalo Coutinho: Lisboa/Pt: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1621.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Lisboa/Pt: Antonio Gonçalvez Impressor, 1980.

CARVALHO, Gonçalo Dias de. **Carta a El-Rei D. Sebastião**. Edição fac-similada. 1.^a ed. Lisboa/Pt: Enclave de Reabilitação Profissional da Biblioteca Nacional, 1986.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. Uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses. São Paulo: Editôra Perspectiva S.A., 1972.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. Martins Fontes: São Paulo, 1994.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas**. A Linguagem. Primeira parte. 1.^a ed. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASQUILHO, José Pinto. Sebastião de Portugal: 20 de janeiro de 1554 -? **Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências**. Nova série, n. 23-24, 2012. Disponível em: <http://www.triplov.com/novaserie.revista/numero_23/jose_casquilho/index.html>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CASTRO, João de. **Discvrso da vida do Rey Dom Sebastiam**. Reprodução Fac-similada da Edição de Paris (1603). Lisboa/Pt: Edições Inapa, S. A., 1994.

CASTRO, Padre João Bautista de. **Mappa de Portugal, Antigo e Moderno**. Tomo I Lisboa/Pt: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1762. Disponível em: <http://purl.pt/22133/4/ca-611-p/ca-611-p_item4/ca-611-p_PDF/ca-611-p_PDF_24-C-R0150/ca-611-p_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CASTRO, Padre José de. **D. Sebastião e D. Henrique**. Lisboa/Pt: União Gráfica, 1942.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da arte**. São Paulo: Martins, 2005.

CEREJEIRA, Doutor Manuel Gonçalves. **O Renascimento em Portugal**. Clenardo e a sociedade portuguesa - (com a tradução das suas principais cartas). Vol. I. 4.^a ed. Coimbra/Pt: Coimbra Editora, Limitada, 1974.

CEREJEIRA, Doutor Manuel Gonçalves. **O Renascimento em Portugal**. Clenardo. O Humanismo. A Reforma. Nova Edição. Vol. II. Coimbra/Pt: Coimbra Editora, Limitada, 1975.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Pt: DIFEL, 2002.

CONDE DE SABUGOSA. **Donas de tempos idos**. Lisboa/Pt: Livraria Ferreira, 1912.

CORTE REAL, Jerónimo. **Sucesso do segundo cerco de Diu estando D. João Mascarenhas por capitão e governador da fortaleza**. Lisboa/Pt: Antonio Gonçalves, 1574. Cópia microfilmada adquirida da Casa de Cadaval. Arquivo Nacional Torre do Tombo - PT-TT-CCDV-31_m0544.TIF. Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908673> >. Acesso em: 03 fev. 2016.

CRUZ, Maria Augusta Lima. D. Sebastião. **Coleção Reis de Portugal**. 1.^a ed. Rio do Mouro/Pt: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

DE BONI, Luís Alberto. **Filosofia medieval: textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

DIAS, Carlos Malheiro. **O Piedoso e o Desejado**. 1.^a ed. Lisboa/Pt: Portugal-Brasil Editora, 1925.

DIEGO FERNÁNDEZ, Rafael. Proceso jurídico del descubrimiento de América (bulas, tratados y capitulaciones). **Anuario Mexicano de Historia del Derecho**, México, v. 2, p. 81-114, 1990. Disponível em: < <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/hisder/cont/2/est/est3.pdf> >. Acesso em: 28 jan. 2016.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

DU BOS, Jean-Baptiste. Reflexões críticas sobre a poesia e a pintura. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (org.) **A pintura** - Vol. 8: Descrição e interpretação. Apresentação de Jean-François Groulier. 1.^a ed. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 34-53.

DUBY, Georges. **Para uma história das mentalidades**. 1.^a ed. portuguesa. Trad. Amélia Joaquim. Lisboa/Pt: Terramar, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor – Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1983.

ECO, Humberto. **Tratado Geral da Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa/Pt: Arcádia, 1979.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa/Pt: Editorial Estampa, 1995.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA ELEVENTH EDITION. Disponível em: <<http://www.answers.com/topic/encyclopedia-britannica-eleventh-edition>> Acesso em: 12 jan. 2016.

ÉVORA, André Rodrigues de. **Sentenças para a ensinança e doutrina de D. Sebastião**. Fac-Símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval. Introdução de Luís de Matos. Lisboa/Pt: Lito of. Artistas Reunidos, 1983.

FARIA, Miguel Filipe Figueira de. **A imagem impressa: produção, comércio e consumo de gravura no final do Antigo Regime**. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade do Porto. Porto/Pt, 2005.

FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Barcelona/Es: Ariel, 1970.

FERREIRA, Doutor Antonio. **Obras completas**. Vol. 2. 4.^a ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

FIGUEIREDO, Antero de. **D. Sebastião – Rei de Portugal – (1554-1578)**. 6.^a ed. Lisboa/Pt: Livraria Aillaud e Bertrand/Paris/Fr-Lisboa/Pt, 1925.

FIGUEIREDO, João Loureiro. **A armadura de El-Rei D. Sebastião no retrato atribuído a Cristóvão de Moraes**. Lisboa/Pt: Academia Nacional de Belas-Artes, 1984.

FRANÇA, José-Augusto. **O retrato na arte portuguesa**. Lisboa/Pt: Livros Horizonte, 1981.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**: elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal**. A primeira História de Portugal e a sua função política. Lisboa/Pt: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey, 2000.

FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. Estudo introdutório. O Quinto Império de Sebastião de Paiva. Genealogia e carácter de um messianismo sebástico. In: PAIVA, Frei Sebastião de. **Tratado da Quinta Monarquia**. Lisboa/Pt: Imp. Nacional, 2006, p. 15-119.

FONSECA, Antônio Belard da. **Dom Sebastião** - Antes e depois de Alcácer-Quibir. Vol. I. Lisboa/Pt: Oficinas gráficas de Ramos, Afonso & Mota, Ltda, 1978.

FREEDBERG, David. **El poder de las imágenes**: estudios sobre la historia y la teoría de la respuesta. Madrid/Es: Ediciones Cátedra, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma**: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GAJANO, Sofia Boesch. Santidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol II. São Paulo: Edusc, 2006, p. 449-463.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. 2.^a ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GODINHO, Magalhães Vitorino. **Ensaio**. Vol. II. 1.^a ed. Lisboa/Pt: Sá de Costa, 1968.

GOMBRICH, Ernest Hans Josef. **Arte e Ilusão** - um estudo da psicologia da representação pictórica. 1.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GOMBRICH, Ernest Hans Josef. **A história da arte**. Trad. Álvaro Cabral. 16.^a ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2012.

GOMES, Pinharanda. **Dicionário de Filosofia Portuguesa**. Lisboa/Pt: Pub. Dom quixote, 1987.

GRIMAL, Pierre. **A Mitologia Grega**. 3.^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

GROULIER, Jean-François. Descrição e interpretação. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (org.) **A pintura**: Descrição e interpretação. Vol. 8. Apresentação de Jean-François Groulier. 1.^a ed. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 9-19.

GUILHERME DE OCKHAM. **Brevilóquio sobre o principado Tirânico**. Trad. Luís Alberto De Boni. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUIZOT, François. **História da civilização na Europa**. Lisboa/Pt: Parceria Antônio Maria, 1907.

HAUSER, Arnold. **História Social da Literatura e da Arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1954.

HAUSER, Arnold. O conceito de Maneirismo. In: ARGAN, G. C. **História da arte italiana**: De Michelangelo ao Futurismo. Vol. 3. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 227-240.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedric. **Curso de Estética**: o belo na arte. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HERCULANO, Alexandre. História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III. Tomo I. **Coleção obras completas de Alexandre Herculano**. Venda Nova/Pt: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1980.

HERMANN, Jacqueline. 1580-1600: o sonho da salvação. **Coleção: Virando Séculos.** São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2000.

HOLANDA, Francisco de. **Tirar polo natural.** Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa/Pt: Livros Horizonte, 1984.

HOLANDA, Francisco de. **Da ciência do desenho.** Lisboa/Pt: Livros Horizonte, 1985.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

JANSON, Horst Waldemar. **História da Arte.** 4.^a ed. Lisboa/Pt: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

JESUS, Roger Lee Pessoa de. **O segundo cerco de Diu (1546):** estudo de história e política militar. Dissertação de mestrado em História - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

JORDAN, Annemarie Gschwend. **O Retrato de Corte em Portugal:** O legado de António Moro (1552-1572). Lisboa/Pt: Quetzal Editores, 1994.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Piracicaba/SP: UNIMEP, 2004.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? **Textos Seletos.** Tradução Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005, p. 63-71.

KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **Os dois corpos do rei:** um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACOSTE, Jean. **A filosofia da arte.** Trad. Álvaro Cabral. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). **História: novos objetos.** Trad. Terezinha Marinho. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976, p. 68-83.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Lisboa/Pt: Edições 70, 1980.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa/Pt: Editorial Estampa, 1983.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa/Pt: Edições 70, 1989.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira borges. 5.^a ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEITE, Carlos. A doença de D. Sebastião «O Desejado». In: CARVALHO, Lopo de. **O diagnóstico em Tisiologia**. Porto/Pt: Separata do Jornal do Médico, 1948, p. 4-48.

LOUREIRO, Francisco Sales. **D. Sebastião e Alcácer Quibir**. Lisboa/Pt: Publicações Alfa, S. A., 1989.

LOUREIRO, Francisco Sales. **D. Sebastião, antes e depois de Alcácer Quibir**. Lisboa/Pt: Documenta Histórica – Editorial Vega, 1978.

LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade**. 1.^a ed. Lisboa/Pt: Gradiva Publicações, S.A., 1999.

MARANÓN, Gregório. **Antonio Perez**. Madrid/Es: Espasa Calpe, 2002.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. **História de Portugal**. Vol. 1. 5.^a ed. Lisboa/Pt: Palas Editora, 1980.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. **História de Portugal**. 7.^a ed. Tomo I. Lisboa/Pt: Livraria Editora, 1908.

MATOS, Luís de. Introdução. In: ÉVORA, André Rodrigues de. **Sentenças para a ensinança e doutrina de D. Sebastião**. Fac-Símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval. Lisboa-Portugal: Lito of. Artistas Reunidos, 1983, p. 7-28.

MATTOSO, José. **Identificação de um país**. Ensaio sobre as Origens de Portugal. Vol 1. Lisboa/Pt: Editorial Estampa, 1985.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de. **História de Portugal: A monarquia feudal (1096-1480)**. Vol. 2. Lisboa/Pt: Círculo de Leitores, 1993.

MAURO, Frédéric. **Europa em el siglo XVI** - aspectos económicos. Trad. Alberto González Troyano. Barcelona/Es: Editorial Labor, S. A., 1969.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O jovem rei encantado: Expectativas do messianismo régio em Portugal, Séculos XII a XVI**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota 1385: A batalha real**. Lisboa/Pt: Tribuna da História, 2003.

MOURA-RELVAS, Joaquim de. El-Rei Dom Sebastião. Ensaio Biológico. In: **O Instituto: jornal científico e litterario**. Volume CXXXV. Coimbra/Pt, 1972. p. 24-146. Disponível em: < http://bdigital.bg.uc.pt/periodicos/tmp/UCBG-A-2437a41_pdfs/5302.pdf >. Acesso em: 09 fev. 2016.

MOUSNIER, Roland. Os séculos XVI e XVII. **Coleção História Geral das Civilizações**. Tomo IV. Vol. 1. 2.^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

NASCIMENTO, Aires A. Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. **Coleção Medievalia**. Lisboa/Pt: Edições Cosmos, 1992.

NICOLAU MAQUIAVEL. **O Príncipe** - Escritos Políticos. Tradução Olívia Bauduh. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1998. Coleção Pensadores.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed. S.A., 1976, p. 179-193.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1979. Disponível em: < http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine-data,_Costa_Nunes,_da,_Ruy_Afonso,_Historia_Da_Educacao_Na_Idade_Media,_PT.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. **Elementos para a História do Município de Lisboa.** Tomo I, 1.^a Parte. Lisboa/Pt: Typographia Universal, 1882.

OLIVEIRA, Terezinha. **Guizot e a Idade Média:** civilização e lutas políticas. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Assis, 1997.

OLIVEIRA, Terezinha. A escolástica no debate acerca da separação dos poderes eclesiástico e laico. **Notandum Libro.** São Paulo/Porto, n.º 6, 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre história e fontes para o estudo da educação na Antigüidade e Medievo. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Antigüidade e medievo:** olhares histórico-filosóficos da educação. Maringá: Eduem, 2008, p. 9-18.

OSTROWER, Fayga Perla. **Universos da Arte.** Rio de Janeiro: Campus, 1983.

PAIVA, Frei Sebastião de. **Tratado da Quinta Monarquia.** Coleção Pensamento Português. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (IN-CM), 2006.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

PANOFSKY, Erwin. **Estudos de iconologia:** temas humanísticos na arte do Renascimento. Lisboa/Pt: Editorial Estampa, 1995.

PANOFSKY, Erwin. Sobre o problema da descrição e interpretação do conteúdo de obras das artes plásticas. In: LICHTENSTEIN, J. (org.). **A pintura:** Descrição e Interpretação. V. 8. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 83-109.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Relações arte, artista e grande público:** a prática estético-educativa numa obra aberta. 2001. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2001.

PEREIRA BAIÃO, Padre José. **Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, decimo sexto rey de Portugal.** Lisboa/Pt: Officina Ferreyriana, 1730.

PEREIRA, Fernando António Baptista. **História da Arte Portuguesa.** Época Moderna (1500-1800). Lisboa/Pt: Universidade Aberta, 1992.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica - Cultura Romana**. Volume II. 3.^a ed. Lisboa/Pt: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PEREIRA, Paulo. A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo. In: ARRUDA, Luísa. et al. **História da Arte Portuguesa**. Do Modo Gótico ao Maneirismo. Vol. II. Direção de Paulo Pereira. Lisboa/Pt: Círculo de Leitores, 1995, p. 115-155.

PIAZZO, Marco Aurélio. **A Peste Negra do século XIV e seu efeito sobre o estudo e a prática da medicina na Europa medieval**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2002.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, São Paulo, n.º. 67, 2006, p. 15-47.

PIRES, Antonio Machado. **Dom Sebastião e o Encoberto**: Estudo e Antologia. Lisboa/Pt: Fundação Calouste Gulbekian, 1969.

PORTUGAL. **Leys e Provisões, que el rey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois que começou a governar**. Impressas em Lisboa por Francisco Correa em 1570. Coimbra/Pt: Real Imprensa da Universidade, 1816.

RAMALHO, Américo da Costa. **Estudos sobre o século XVI**. 2.^a ed. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

RANKE, Leopold von. **Leopold von Ranke**: história. Org. Sérgio Buarque de Holanda. Trad. Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes cientistas sociais, 8)

RODRIGUES, Dalila. A pintura no período manuelino. In: ARRUDA, Luísa. et al. **História da Arte Portuguesa**. Do Modo Gótico ao Maneirismo. Vol. II. Direção de Paulo Pereira. Lisboa/Pt: Círculo de Leitores, 1995, p. 199-277.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo I, Volume 2. Porto/Pt: Apostolado da Imprensa, 1931.

RUBIM, Sandra Regina Franchi. **História da Educação, poder e imagens**: representações régias do século XVI. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá/Pr, 2010.

SARAIVA, António José. **A cultura em Portugal** – teoria e história. Livro II. Lisboa/Pt: Bertrand, 1983.

SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. Lisboa/Pt: Publicações Alfa, 1993.

SANTOS, Frei Manuel dos. **História Sebástica**. Lisboa/Pt: Antonio Pedrozo Galram, 1735.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007.

SÉRGIO, António. **Bosquejo da História de Portugal**. Lisboa/Pt: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

SERPA, António Ferreira de (ed.). **Crónica de El-rei Dom Sebastião**: único deste nome e dos Reis de Portugal o 16.º, composta pelo Padre Amador Rebelo, companheiro do P. Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião. Porto/Pt: Civilizações, 1925.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Documentos inéditos para a História do reinado de D. Sebastião**. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV. Coimbra/Pt: Coimbra Editora Ltda, 1958.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **D. Sebastião à luz dos seus Itinerários**. Lisboa/Pt: Academia Portuguesa da História, 1964.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Estado, Pátria e Nação (1080-1415). Vol. 1. 2.ª ed. Póvoa de Varzim/Pt: Editorial VERBO, 1978a.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. O século de ouro (1495-1580). Vol. 3. Póvoa de Varzim/Pt: Editorial VERBO, 1978b.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Itinerários de El-Rei D. Sebastião** – (1568-1578). 2.ª ed. Lisboa/Pt: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Ltda, 1987.

SERRÃO, Vítor. **O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses**. Lisboa/Pt: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

SERRÃO, Vítor. **A pintura maneirista em Portugal**. 2.^a ed. Lisboa/Pt: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

SERRÃO, Vítor. **História da arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)**. Lisboa/Pt: Presença, 2001.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STRAYER, Joseph Reese. **As origens medievais do Estado moderno**. Lisboa/Pt: Gradiva, 1977.

TOMÁS DE AQUINO. **Unidade do Intelecto contra os averroístas**. Lisboa: Edições 70, 1999.

TOMÁS DE AQUINO. **Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

VELLOSO, José Maria Queiroz. **D. Sebastião**. 2.^a ed. Lisboa/Pt: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

VICENTE, Gil. **Auto da Barca do Inferno**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

VITERBO, Sousa. **Artes e artistas em Portugal: contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas**. Lisboa/PT: Livraria Ferreira, 1892. Cota: ba-1967-v; ba-85-v – B. N. D. Disponível em: < <http://purl.pt/322> >. Acesso em: 03 fev. 2016.

VOVELLE, Michel. **Ideologia e Mentalidades**. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2.^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**. Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José Mesquita Cavaleiro de Macedo. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WÖLFFLIN, Heirich. **Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

COCK, Hieronymus. **D. Sebastião, rei de Portugal, com 7 anos de idade, 1561**.

Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em:

< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dsebastiao-jov.jpg> >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 4).

COELLO, Alonso Sánchez. **D. Joana, princesa de Portugal, 1557**. Kunsthistorisches Museum, Viena, Paintings Gallery. Disponível em:

< http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Infanta_Juana_of_Spain1.jpg?uselang=pt-br >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 3).

COELLO, Alonso Sánchez. **D. Sebastião rei de Portugal, 1562**. Museu Rietberg, Zurique, Suíça. Disponível em:

< http://commons.wikimedia.org/wiki/File:D_sebastiao_1562.jpg >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 5).

COELLO, Alonso Sánchez. **Dom Sebastião I de Portugal - 1575**. Kunsthistorisches Museum, Viena, Paintings Gallery. Disponível em:

< http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dom_Sebastiao_de_Portugal.jpg?uselang=pt-br >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 9).

CORTE REAL, Jerónimo. **Sucesso do segundo cerco de Diu estando D. João Mascarenhas por capitão e governador da fortaleza**. Cópia microfilmada adquirida da Casa de Cadaval. Arquivo Nacional Torre do Tombo - PT-TT-CCDV-31_m0544.TIF. Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908673> >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 10).

ÉVORA, André Rodrigues de. Iluminura de António de Holanda. Nascimento de D. Sebastião. In: _____. **Sentenças para a ensinança e doutrina de D. Sebastião**. Fac-Símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval. Introdução de Luís de Matos. Lisboa-Portugal: Lito of. Artistas Reunidos, 1983, p. 31. (Figura 2).

GUIMARÃES, Alberto Sampaio. **Visão de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique (1139)**. Retábulo-mor da Igreja Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira, 1665. Museu Guimarães. Disponível em: < [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/Vis%C3%A3o de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique.png?uselang=pt-br](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/13/Vis%C3%A3o_de_D._Afonso_Henriques_na_batalha_de_Ourique.png?uselang=pt-br) >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 1).

MORAIS, Cristóvão de. **D. Sebastião, (1571)**. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa/Portugal. Disponível em: < [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rei D. Sebasti%C3%A3o.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rei_D._Sebasti%C3%A3o.jpg) >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 8).

MORAIS, Cristóvão de. **Rei Sebastião de Portugal, 1565**. Mosteiro das *Descalzas Reales*. Disponível em: < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dom_sebastiao_1565.JPG?uselang=pt-br >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 7).

PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos ou Mosteiro de Santa Maria de Belém**.

Disponível em: < https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mosteiro_dos_Geronimos_2.JPG?uselang=ptbr >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 13).

RAMALHO, António. **Camões lendo os Lusíadas a D. Sebastião**. B. N. D. - Cota do exemplar digitalizado: e-40-a. Disponível em: < <http://purl.pt/6773> >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 6).

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. **Tesouros sarmentinos**. Meio alqueire de D. Sebastião - 1575. Disponível em: < http://pedraformosa.blogspot.com.br/2006_03_01_archive.html >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 11).

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA. **D. Sebastião - 500 Reais - Engenhoso**. Disponível em: < <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?f=4&t=7804> >. Acesso em: 03 fev. 2016. (Figura 12).

ANEXOS

Biografia de Alonso Sánchez Coello

Alonso Sánchez Coello nasceu entre 1531 e 1532 em Benifayó, perto de Valência, na Espanha. Faleceu em 08 de agosto de 1588 em Madri. Foi um dos pioneiros da pintura em forma de retrato na Espanha, sendo considerado o pintor de retratos favorito do rei Felipe II (1527-1598). Depois de passar a infância em Portugal, foi enviado pelo rei Português João III (1502-1557) para estudar com António Mouro (1517-1576) em Flandres. Voltando a Portugal em 1550, atuou como pintor na corte de João III. Em 1555, mudou-se para a corte de Filipe II, recomendado por D. Joana, que era a irmã do rei espanhol e mãe de D. Sebastião. Ele passou o resto de sua vida nessa corte, onde, tornando-se favorito do rei, adquiriu honras e riqueza. Sánchez Coello produziu retratos e pinturas religiosas, mas é mais lembrado por seus retratos. Seus trabalhos são marcados pela facilidade de pose e execução, pela dignidade e sobriedade da representação, bem como pela coloração. Embora influenciado pelas pinturas de Mouro e Ticiano (1477-1576), apresentou um talento original, caracterizado por detalhes meticulosos, tornando-se um retratista único. De seus trabalhos, destacamos as pinturas de Felipe II (c. 1575) e da Infanta Isabel Clara Eugenia (1579), as quais se encontram no Museu do Prado, Madrid. Atribui-se a ele o retrato de D. Sebastião pintado em 1562, por encomenda da mãe, D. Joana. Enfim, ele é visto como um dos melhores pintores de retratos da Espanha (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA ELEVENTH EDITION).

Biografia de António de Holanda

Conforme Serrão (2001), D. Manuel (reinado: 1495-1521) tentou unificar o reino criando uma identidade a ser partilhada por todos por meio da divulgação em uma multiplicidade de suportes de representação, seja dele mesmo seja do poder centralizador que detinha. Esse procedimento resultou em uma série de símbolos agregados aos diversos documentos da coroa, além de outras iniciativas reais. Influenciada pela estética nórdica e flamenga, a iluminura foi uma das artes mais desenvolvidas no período manuelino, a exemplo do trabalho de estrangeiros como António de Holanda (1480-1557). Segundo o

autor, existem controvérsias quanto à origem desse pintor quinhentista. Oriundo do norte da Europa, António de Holanda teria se instalado por volta de 1510 em Portugal, onde faleceu. Estudando na Itália, fez uma série de desenhos, que, juntamente com outros de Rafael e Giovanni Francesco, formaram uma coleção encomendada pelo Papa Leão X (Pontífice: 1513-1521), em Flandres. Em 1536, D. Manoel o nomeou de armas e escrivão da nobreza. Foi autor de muitas obras, das quais destacamos: em 1527, em Toledo, os retratos em miniatura do Imperador Carlos V (reinado: 1519-1556); em Évora, a iluminação de dois volumes *Dominicaes* e um *Psalterio*. Segundo Serrão (2001), não seria possível traçar uma linha de continuidade entre a obra de António de Holanda e a seu filho, Francisco de Holanda (1517-1585), mas é inegável a colaboração do último na atividade do primeiro como rei de armas. Em *Da ciência do desenho*, Francisco de Holanda afirma que auxiliou o pai na execução dos desenhos para novas moedas que receberam de encomenda para as cidades de São Tomé e São Vicente e também que, em seu tempo, o pai foi o primeiro dos grandes iluminadores da Europa. No manuscrito *Sentenças para a ensinança e doutrina do príncipe D. Sebastião* (1554), de André Rodrigues de Évora, admite-se que as quatro iluminuras nela encontradas foram produzidas por António de Holanda.

Biografia de Cristóvão de Morais

De acordo com Serrão (1991), Cristóvão de Morais foi um pintor maneirista, ativo entre 1551 e 1571 na corte portuguesa. Dedicou-se à pintura de retratos e retábulos e à decoração. É provável que seja de origem castelhana e que tenha estudado em Antuérpia. Ainda segundo o autor, em 1554, ele foi indicado como examinador de pintores, o que sinaliza o grau de estima em que era tido pela corte. Tanto pelos recibos quanto por relação de verossimilhança, é possível atribuir a esse pintor várias obras. Em 1551, decorou uma liteira real entalhada por Diogo de Carça e, em 1554, uma cama para a câmara da rainha D. Catarina, esposa de D. João III e avó de D. Sebastião: as duas obras, perdidas. Em 1567, pintou o retábulo-mor da igreja do Convento da Conceição de Beja, também desaparecido. Suas obras mais conhecidas são dois retratos do rei D. Sebastião. O primeiro, assinado, datado de 1565, encontra-se no *Mosteiro das Descalzas Reales*, de Madrid (instituição fundada pela mãe do rei, D. Joana de Áustria). O segundo, existente no Museu de Arte

Antiga, foi executado em 1571 por ordem da avó do rei, a rainha D. Catarina. Seus trabalhos foram financiados pela realeza (o grande mecenas) por meio de contrato.

Biografia de Hieronymus Cock

Hieronymus Cock nasceu em Antuérpia em 1510 e faleceu em 1570. Foi pintor e gravador em água, mas tornou-se mais importante como publicador e distribuidor dos trabalhos dos mestres da gravura. De acordo com Batoréo (2004), com a invenção dos caracteres móveis no século XV, a arte do livro desenvolveu-se largamente, impulsionada pelo humanismo, pela Reforma Protestante e pela cartografia. Juntamente, com ela, desenvolveram-se as artes da ilustração, nomeadamente a iluminura e a gravura. A Antuérpia foi um centro relevante dessa arte, atraindo impressores que buscavam a colaboração de desenhadores e gravadores para ilustração de suas edições. Além da ilustração de livros, era frequente a reprodução de obras pictóricas de grandes mestres, as quais se transformavam em modelo para outras obras de arte. As gravuras e desenhos eram os materiais mais produzidos pelos pintores e oficinas e, dessa forma, difundiam-se por toda a Europa, até porque tinham a vantagem de ser facilmente transportáveis. Por iniciativa de Hieronymus Cock, o mais importante editor de estampas de sua época, formou-se a grande escola de burilistas flamengos que trabalharam na oficina, *Die Vier Winden* (Os Quatro Ventos), que ele abriu em 1548 na Antuérpia. Ali se reproduziram gravuras que tiveram difusão internacional, a exemplo das obras de Matthijs Cock (1505-1548), Frans Floris (1517-1570), Pieter Bruegel (1525-1569) e muitos outros artistas. Cock deve ter estado na Itália entre 1546 (ano em que se inscreveu na Guilda dos pintores de Antuérpia) e 1548, quando passou por Roma e Veneza, como provam cartas suas provindas de algumas regiões italianas, bem como suas gravuras de ruínas romanas. Por volta de 1561, sob encomenda de D. Catarina, pintou a gravura de D. Sebastião com 7 anos de idade.

Biografia de Jerónimo Corte Real

Jerónimo Corte Real nasceu de uma família nobre, provavelmente em Lisboa ou na ilha Terceira, nos Açores em 1533 e faleceu em 1588, em Évora. Pertencia à família dos pioneiros, descobridores e colonizadores, da Terra Nova (Canadá). Segundo Sousa Viterbo

(1892), a documentação encontrada sobre ele mostra que Corte Real serviu como militar na Índia, em Marrocos e, finalmente, já com avançada idade, foi prisioneiro em Alcácer Quibir. Acabou por regressar a Portugal para repousar de suas aventuras em sua Quinta de Vale de Palma, nas proximidades de Évora. O autor celebrizou-se com o poema épico, em vinte e um cantos, dedicado ao rei D. Sebastião *Sucesso do Segundo Cerco de Diu, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza*. A composição celebra os feitos militares de D. João de Mascarenhas no cerco que a cidade de Diu sofreu em 1546. Ele escreveu também, em quinze cantos e em castelhano, a *Austríada* ou *Victoria de D. Juan de Austria en el golfo de Lepanto*. Antes, tinha escrito o poema, em 17 cantos, *Naufração e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda*, além do *Auto dos quatro novíssimos do Homem, no qual entra também uma meditação das penas do Purgatório*. Corte Real cultivou a música e a pintura, ilustrando ele mesmo seus poemas, inclusive *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, destinado a D. Sebastião. Existe também um quadro do autor na igreja de Santo Antão, em Évora. Sua celebração, portanto, não se deveu apenas ao seu cariz poético, mas também a essas qualidades.

Biografia de João Gonçalves

João Gonçalves, *o Engenhoso*, nasceu nos princípios do século XVI e conquistou em letras um dos primeiros lugares entre os cultores delas. É considerado como um dos filhos mais gloriosos da Vila de Guimarães; também visto como um dos talentosos matemáticos da sua época, devido aos seus inventos de artefatos, sem nunca ter cultivado as ciências. Foi um dos notáveis homens de engenho da época. Inventou e fez muitas coisas com muita habilidade. Cunhou diferentes moedas durante os governos de El-Rei D. João III e D. Sebastião. Foi nomeado mestre fundidor da Casa da Moeda (ARAGÃO, 1875).